



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**Romulo Augusto Orlandini**

**São Carlos – SP**

**2012**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**O discurso eleitoral da Folha de S.Paulo e O Estado de S.Paulo na  
campanha eleitoral de 2010**

**ROMULO AUGUSTO ORLANDINI**

**Tese apresentada ao Programa de  
Pós-graduação em Ciência Política  
da Universidade Federal de São  
Carlos como parte dos requisitos  
para obtenção do Título de Doutor  
em Ciência Política.**

**Orientação: Prof. Dr. Fernando  
Antônio Farias de Azevedo.**

**Financiamento: CAPES**

**São Carlos – SP**

**2012**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

O71de

Orlandini, Romulo Augusto.

O discurso eleitoral da Folha de S.Paulo e O Estado de S.Paulo na campanha eleitoral de 2010 / Romulo Augusto Orlandini. -- São Carlos : UFSCar, 2012.  
201 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2012.

1. Eleições. 2. Brasil - eleições. 3. Linguagem - filosofia. 4. Jornalismo. 5. Bakhtin, Mikhail Mikhailovitch, 1895-1975. 6. Dialogismo. I. Título.

CDD: 324 (20<sup>a</sup>)



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**BANCA EXAMINADORA DA TESE DE DOUTORADO**  
**Romulo Augusto Orlandini**

22/08/2012

Prof. Dr. Fernando Antonio Azevedo  
Orientador e Presidente - UFSCar

Prof. Dr. Valdemir Miotello  
UFSCar

Prof. Dr. Thales Novaes de Andrade  
UFSCar

Prof. Dr. Murilo César Soares  
Unesp

Prof. Dr. Jefferson Goulart  
Unesp

Para uso da CPG

Homologado na 33.ª Reunião da CPG-Pol,  
realizada, em 05/09/2012



## **DEDICATÓRIA**

Este trabalho é dedicado ao povo brasileiro  
e aos profissionais de comunicação social.

## AGRADECIMENTOS

O agradecimento inicial vai para o Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) que apoiou a execução deste trabalho desde o início – bem como agradeço a CAPES pelo suporte financeiro oferecido por meio da bolsa de estudos durante todo o período de estudos.

Em seguida o muito obrigado vai para meu orientador, professor Fernando Antônio Azevedo, que aceitou trabalhar um tema distante de sua base proposto por um aluno advindo de outro campo – além de ensinar e insistir sempre nas mudanças de trajetórias que foram precisas durante a elaboração e escrita desta tese.

Agradeço aos professores Eduardo Noronha, Thales Haddad Novaes de Andrade, Maria do Socorro Sousa Braga, Vera Cepêda e Simone Diniz pelas aulas dadas durante o curso bem como a solicitude dispensada. Também fica meu agradecimento público à competência Claudia de Moraes Barros de Oliveira UFSCar), Murilo César Soares (Unesp – Bauru), Jefferson Goulart (Unesp – Bauru) e Thales Haddad (Ciência Política – UFSCar). Devo a eles os sábios conselhos a fim de aprimorar este trabalho.

Gostaria de poder relembrar os tantos amigos que estiveram ao lado durante o tempo de doutoramento nas mais diversas ocasiões para poder dizer muito obrigado. Foram amizades conseguidas na representação discente da pós, no Conselho Universitário, na Associação de Pós-graduandos, embaixo da árvore do departamento de Letras, corredores da UFSCar, amigos de República, EPTV e Labjor. Para não cometer a injustiça de esquecer algum nome, deixo aqui um grande agradecimento a todos que estiveram nesta trajetória.

Obrigado ao professor Francisco Sierra Caballero, da Universidade de Sevilha ao professor Juliano Maurício de Carvalho, da Unesp de Bauru, pela oportunidade de ficar alguns meses estudando jornalismo nas terras espanholas. O amadurecimento deste trabalho também se deve a estes docentes por me ajudaram a me mostrar como o jornalismo pode ser o lugar das mudanças.

Muito obrigado aos amigos mais próximos: Léia Colombo Mateus Passos e Aline Manfrim – sempre dispostos a ajudar e ouvir em qualquer hora. Ambos sabem da importância que tem na minha vida. E também aos companheiros de Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso (GEGe), que estiveram de braços abertos sempre a auscultar-me. Destes, um agradecimento mais que especial ao professor Miotello, companheiro que ajudou a dar os primeiros passos na Federal e sempre esteve presente.

Por fim, resta um muito obrigado para meus familiares: Ligia, Claudemir, Maria Amélia, Alda, Eduardo e Laura. Se vocês certamente nada disso teria acontecido.

## RESUMO

O objetivo desta tese foi abordar a Eleição de 2010 sob o viés do jornalismo impresso. A análise foi feita pelos editoriais da *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo*. Tínhamos como hipótese primeira que os jornais representam conceitos e ideias do público leitor médio, o que influenciaria no que os editoriais publicaram na cobertura dos três principais candidatos à presidência. Depois, buscamos comparar o resultado final do pleito com as diversas abordagens dos editoriais em relação aos candidatos a fim de saber se um editorial poderia influenciar ou não a eleição. A base teórica foi fundada na Filosofia da Linguagem, conceito e método criado pelo russo Mikhail Bakhtin que se apoia na correlação ideológica do texto e contexto, relacionando o momento sócio-histórico. O resultado qualitativo mostrou que *O Estado de S.Paulo* citou 14,02% de 442 textos coletados citavam os presidentiáveis, enquanto a *Folha de S.Paulo* citou os presidentiáveis em 22,8% dos 285 textos – com o nome de Dilma Rousseff aparecendo em média 59 vezes, José Serra 37,5 citação e Marina Silva com 10,5. O resultado qualitativo mostrou a trajetória candente da Eleição: nove temas foram preponderantes nos textos jornalísticos e revelaram um cenário complexo da corrida ao Palácio do Planalto. Pudemos constatar que o efeito do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os escândalos políticos ganharam alto relevo – gerando protestos dos editorialistas – ressaltando o papel da imprensa cão de guarda – até o ponto do *O Estado de S.Paulo* pela primeira vez assumir posição em uma eleição. Nos demais temas um foi relacionado diretamente com as regras eleitorais, a relação com os planos de governo enquanto os outros (FARC, Aborto/religião e Privatização) reassumiram discursos que aparecem tradicionalmente nos momentos críticos em que se é convocado quando é preciso acionar a opinião pública.

**Palavras-chave:** Eleição 2010, eleições no Brasil, jornalismo, editoriais, Filosofia da Linguagem, Mikhail Bakhtin, Dialogismo, Ciência Política, Lula

## ABSTRACT

The objective of this thesis was to discuss the election of 2010 under the bias of print journalism. The analysis was made by the editorial in the *Folha de S.Paulo* and *O Estado de S.Paulo*. We had as hypothesis that newspapers represent concepts and ideas of the reading public medium that would influence the editorial published in the coverage of the three major presidential candidates. Then, we compare the final result of the election with the different approaches of the editorials in relation to candidates in order to know whether an editorial could influence the election or not. The theory was founded on the philosophy of language, concept and method created by Mikhail Bakhtin and based on ideological correctness of the text and context, relating the socio-historical moment. The theory was founded on the philosophy of language, concept and method created by Mikhail Bakhtin and based on the correlation of the text and ideological context, relating the socio-historical moment. The qualitative results showed that *O Estado de S.Paulo* quoted 14.02% of 442 collected texts cited presidential candidates, while the *Folha de S.Paulo* quoted presidential candidates in 22.8% of 285 texts - with the name appearing Rouseff on average 59 times, Jose Serra quoted 37.5 and Marina Silva quote 10.5. The qualitative result proved the trajectory of incandescent Election: Nine themes were prevalent in newspaper articles and revealed a complex scenario of the race to the presidency. We observed that the effect of former President Luiz Inacio Lula da Silva and political scandals have earned high relief - generating protests from editorial writers - highlighting the role of the press watchdog - to the point of the *O Estado de S.Paulo* first take position in an election. In the other one was related issues directly with the electoral rules, the relationship with government plans while the other (FARC, Abortion/religion and Privatization) resumed discourses that traditionally appear at critical moments in which it is called when it is necessary to trigger the review public.

**Keywords:** Election 2010, elections in Brazil, journalism, publishing, philosophy of language, Mikhail Bakhtin, Dialogism, Political Science, Lula

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Porcentual de citações nominais candidatos à presidência nos jornais Estado de S.Paulo e Folha de S.Paulo.....	4
Figura 2 – Evolução de famílias atendidas pelo programa Bolsa Família – Brasil.....	108
Figura 3 – Porcentagem de citações nominais versus total de editoriais.....	118
Figura 4 – Total citações nominais dos candidatos na Folha de S.Paulo e O Estado de S.Paulo.....	124
Figura 5 – Total citações nominais dos candidatos por candidato por turno.....	125
Figura 6 – Total somado de editoriais por temas.....	133
Figura 7 – Temas dos editoriais por jornal.....	134
Figura 8 – Evolução das pesquisas eleitorais versus temas.....	164

## LISTA DE QUADROS

Quadro1 – Combinações para um discurso.....	49
Quadro 2 – Cargos ocupados pelos presidenciaíveis entre 1994 e 2006.....	103
Quadro 3 – Tabela de referenciação nominal dos candidatos.....	119

## SUMÁRIO

<b>I - INTRODUÇÃO - Jornalismo Opinativo e a questão discursiva.....</b>	<b>12</b>
1. A importância do jornalismo opinativo .....	18
2. Editorial.....	23
3. A Filosofia da Linguagem.....	29
4. Análises no período eleitoral .....	33
5. Método e indicadores empíricos.....	35
6. Seleção de <i>corpus</i> e triagem de material.....	39
7. Dados .....	45
<b>CAPÍTULO II – Debate Teórico - A Filosofia da Linguagem .....</b>	<b>49</b>
1. Conhecendo Bakhtin.....	51
2. Entendendo Bakhtin .....	55
2.1. Entendendo Bakhtin – movimento subjetivista idealista .....	60
2.2. Entendendo Bakhtin – movimento objetivismo abstrato .....	63
3. Compreendendo Bakhtin - Dialogismo .....	71
3.1. Gêneros do Discurso.....	74
3.2. Estilo, construção composicional e tema.....	76
3.3. Alteridade.....	81
4. Relacionando Bakhtin.....	86
<b>CAPÍTULO III – A campanha eleitoral de 2010.....</b>	<b>92</b>
1. Dinâmica da campanha .....	92
2. variável midiática .....	96
3. Situação nacional e ex-presidentes.....	102
4. Partidos e os presidencialistas .....	110
4.1. O convite a Marina Silva .....	113
4.2. O embate de José Serra .....	118

<b>4.3. A escalada de Dilma Rousseff .....</b>	<b>125</b>
<b>CAPÍTULO IV – Os editoriais e a Campanha Eleitoral .....</b>	<b>134</b>
<b>1. Luiz Inácio Lula da Silva.....</b>	<b>137</b>
<b>2. Dossiê Receita Federal .....</b>	<b>142</b>
<b>3. Plano de governo .....</b>	<b>145</b>
<b>4. FARC.....</b>	<b>147</b>
<b>5. Imprensa .....</b>	<b>149</b>
<b>6. Caso Erenice Guerra.....</b>	<b>154</b>
<b>7. Aborto/Religião.....</b>	<b>157</b>
<b>8. Privatização.....</b>	<b>159</b>
<b>9. Agressão aos candidatos .....</b>	<b>162</b>
<b>10. Os temas e o contexto .....</b>	<b>164</b>
<b>V – CONCLUSÕES.....</b>	<b>172</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>176</b>
<b>VII.ANEXOS .....</b>	<b>199</b>
<b>Anexo I: Lista de editoriais da Folha de S.Paulo.....</b>	<b>199</b>
<b>Anexo II: Lista de editoriais do O Estado de S.Paulo .....</b>	<b>201</b>



## **I - INTRODUÇÃO - Jornalismo Opinativo e a questão discursiva**

*Folha de S.Paulo*<sup>1</sup> e *O Estado de S.Paulo*<sup>2</sup> são dois dos mais importantes jornais impressos do Brasil. Suas páginas informam, cotidianamente, milhares de leitores sobre os acontecimentos de maneira detalhada. Trata-se de dois veículos de comunicação de peso no contexto nacional, que fizeram parte da história recente, brasileira por conta da atuação de vigilante dos poderes constituídos que a imprensa comporta (dita "cão de guarda"); do jornalismo de qualidade que apresentam e também, em grande parte, por estarem situados na principal metrópole do país.

Tradicionalmente, cabe aos jornais impressos noticiar e comentar os fatos de maneira mais detalhada – trabalhando com os conceitos de informação e formação intelectual do leitor. Rádio, televisão e internet são meios de comunicação conhecidos como "rápidos", com a informação apresentada concisa e objetivamente, dado os perfis dos públicos. No rádio, o som é a vedete. Na TV, é a imagem. E na internet é o internauta. Já as folhas dos jornais apresentam notícias com estilo mais detalhado e não menos objetivo. A característica do meio dá vazão a grandes e pequenas reportagens. A linguagem textual, pontuada de imagens e análises, mostra como o jornal impresso é um meio plural - cujo leitor senta de manhã para ler e entender, preparando-se para o que está acontecendo no país e mundo - dividido em várias editorias.

Em 2010, por meses, durante a Eleição Presidencial, os jornais impressos publicaram editoriais que continham avaliações opinativas sobre os personagens e fatos que fizeram parte do cenário do pleito. É nesta seara que trabalhamos: analisamos a questão discursiva dos editoriais da *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo*, a fim de encontrar os temas relacionados à Eleição 2010, focando os candidatos à presidência da República e os assuntos que orbitaram ao redor deles. Buscamos, portanto, os elementos discursivos que apareceram nestes veículos e destacando os temas impostos pela

---

<sup>1</sup> Também iremos nos referir ao Jornal Folha de S.Paulo com o seu nome informal Folha e com a abreviação FSP.

<sup>2</sup> Também iremos nos referir ao jornal *O Estado de S.Paulo* com o seu nome informal *Estadão* e a abreviação OESP.

imprensa como agenda para discussão para seus públicos leitores.

Impossível não conceber que as eleições atuais estão muito próximas da relação que os candidatos tem com a mídia. A questão de relacionar jornalismo com a política é importante porque, segundo Azevedo & Chaia (2008), a magnitude demográfica brasileira traz para a democracia representativa o caráter massivo. Dessa maneira, é por meio da mídia que irá acontecer o vínculo entre esfera política e opinião pública (sendo que a mídia também constitui ambas). Isto decorre de dois requisitos capitais:

[...] no plano da sociedade política, a visibilidade, que implica o processo de publicização; e, no plano da sociedade civil, o livre acesso do cidadão às informações políticas, fundada na existência de uma dupla garantia, a liberdade de imprensa e a representação na mídia das principais correntes de opiniões (AZEVEDO; CHAIA, 2008, p.174).

Os autores entendem que, se tomarmos imprensa livre como necessariamente aquela que vai defender o cidadão e vigiar a esfera política, temos, então, nas páginas de opinião do jornalismo, a expressão máxima, pois "debatem temas mais candentes do momento e o editorial define a posição do jornal diante das questões pública" (AZEVEDO; CHAIA, 2008, 174).

Entendemos que os meios de comunicação de massas, como assinala a clássica afirmação Bernard Cohen (1963), não nos dizem somente *o que* é que temos que pensar, sim tem um sucesso em dizer *em que* temos que pensar. Maxwell Mccombs (2006), adicionou na assertiva de Cohen um novo paradigma: os meios não somente nos dizem *em que* temos que pensar, mas também *como* pensar (MCCOMBS, p. 140-141). Segundo o conceito, o jornalismo (no caso, os editoriais) teria a capacidade em estabelecer a agenda de discussão dos seus leitores através dos discursos publicados, com sua temática específica e significação. E, como não é possível dissociar o momento em que os sujeitos são leitores daquele em que são eleitores, então, o jornalismo assume uma posição privilegiada na questão da formação e informação, participando *no que, em que e como* se deve pensar.

Posto assim, teremos como foco deste estudo o jornalismo. A nota importante é que não será no âmbito informativo e sim no formativo, ou seja, analisaremos a parte opinativa da imprensa – na figura dos editoriais. Dois motivos levaram a tal escolha: o primeiro é que estudos sobre o jornalismo opinativo não são corriqueiros no mundo acadêmico – dado que a vedete é o noticiário informativo clássico; depois porque tal trabalho já é realizado pelos pesquisadores do *Doxa*, Laboratório de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública, no Rio de Janeiro. Ressaltamos que o objetivo

ao se escolher o jornalismo opinativo é que entre o "saber o que se passa" e o "saber o que se pensa sobre o que se passa" ficaremos, nesta tese, com a segunda opção. Portanto, esta tese também está inserida alínea de Comunicação Política. Focamos a lupa no jornalismo opinativo, na figura dos editoriais.

Como sabemos, temos a cobertura jornalística das Eleições é feita no estilo *horse race*, como aponta Azevedo (2000), onde se dá mais visibilidade aos candidatos que estão à frente das pesquisas. Os motivos que nos levaram a estudar o jornalismo opinativo é que a literatura da área de Comunicação, bem como a Ciência Política, trata a imprensa como elemento importante durante os pleitos. E, principalmente, o jornalismo impresso faz normalmente a cobertura política com denodo e afincado durante anos não eleitorais, mas intensifica a abordagem durante a corrida presidencial. Dessa maneira, os esforços feitos pelos jornalistas, dadas as características intrínsecas do jornal impresso, acabam encontrando uma audiência cada vez menor e mais segmentada. E, principalmente, o jornalismo opinativo tem caráter informativo e formativo do seu leitor. Alie-se ao "peso" da cobertura da grande imprensa – sempre disposta a fazer uso do seu papel de vigia da democracia. Dessa maneira, nesta tese, colocamos em relação o período em que a eleição chegou ao seu momento máximo de debate, quando as massas escolheram seus representantes junto com jornalismo impresso, que tem sua importância social, informativa e formativa. Aliar estes dois elementos democráticos é uma tarefa que, ao mesmo tempo, também traz para si a área de Comunicação Política, Ciência Política e Estudos da Linguagem, trata de eleitores, leitores sem deixar de vê-los como cidadãos.

Com isso, buscamos neste trabalho testar algumas hipóteses advindas da literatura em Comunicação e Comunicação Política.

Hipótese 1 – Os jornais, principalmente os editoriais, representaram os conceitos e ideias do perfil de seu público perfil. Buscamos investigar se os editoriais buscaram mais satisfazer o que os leitores médios queriam "ler" sobre os candidatos do que representar as ideias que estavam na campanha eleitoral.

Hipótese 2 – Na sequência, investigamos se a imprensa, ao apoiar um candidato específico, ajudaria ou não a elegê-lo. Ainda é possível um espectro da imprensa como "quarto poder", manipuladora a ponto interferir incisivamente no processo eleitoral? Assim, procuramos verificar como os jornais analisados se pronunciaram sobre os candidatos e como os apresentaram ao público e, dentro disso, se os esforços foram efetivos nos resultados.

Para testar as hipóteses, que são abrangentes, utilizamos a teoria da Filosofia da Linguagem e o método dialógico de análise discursiva – interpretando os dados que foram materializados textualmente nas páginas dos jornais impressos. Neste ponto utilizamos de parte do material conceitual preconizado por Mikhail Bakhtin (1997) a fim de colocar em relação texto e contexto sócio-histórico.

Nosso recorte se inicia a partir de um evento: as oficializações das candidaturas. Nas convenções os candidatos expuseram os objetivos e plataformas publicamente – sendo a primeira forma, dentro das regulamentações eleitorais, de pronunciamento oficial. Segundo o autor, as três variáveis, que podemos relacionar com uma leitura abrangente do contexto durante o período eleitoral, interferem na volatilidade eleitoral e, conseqüentemente, na persuasão.

Escolhemos como foco de análise dois jornais de grande porte, com grande importância no cenário brasileiro: *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo*. Ambos, apesar de serem jornais paulistanos, têm uma relação com o país, estando entre os poucos que tem audiência nacional, grande tiragem para os padrões brasileiros e produzem um jornalismo de qualidade na cobertura dos acontecimentos tanto cotidiano quanto políticos.

A importância desse trabalho se dá basicamente pela relação mídia e política e a influência de ambas na opinião pública. Um exemplo clássico aconteceu na imprensa da Alemanha Ocidental, em 1973, conforme descreveu Maxwell McCombs (2006, p.58). Por quatro meses (setembro a dezembro) foram publicadas notícias negativas relacionadas ao abastecimento de petróleo. Em meados de novembro, apareceram notícias sobre boicotes de venda de petróleo para os Estados Unidos e Holanda dos países produtores de petróleo, o que deu margem para a imprensa instalar a palavra "crise energética". Mais de 1.440 artigos relacionados com o tema foram publicados. Ao por em relevância o caso, as compras de produtos petrolíferos dispararam, chegando ao desabastecimento. No fim, nos diz o autor, os alemães haviam comprado o mesmo tanto do combustível em relação ao ano anterior e não houve indicativos de que o problema do boicote do petróleo atingiu o país. Por conta de exatamente três periódicos de abrangência nacional, diz McCombs, uma crise foi criada.

No Brasil tivemos, em 1989, o caso emblemático de Fernando Collor de Mello. Desempenho performático, influência dos programas eleitorais e interposição da mídia levaram Figueiredo e Aldé (1997) concluírem que a mídia foi nociva para as eleições presidenciais de então. Esse quadro, dizem os autores, só mudaria a partir da segunda

eleição de Fernando Henrique Cardoso, quando pesquisadores passaram a entender a relação entre mídia e política como *movimento complexo*, que depende de vários fatores, os quais não são encadeados logicamente. Márcia Vidal Nunes (2004) dá o tom da discussão:

Na contemporaneidade, a prática política, para ter existência social e atender aos trâmites destas novas dimensões de sociabilidade, necessita compreender a publicização como algo não exterior (e sim que soma ou se agrega ao “fato” político dado), mas considerar que ela é parte constitutiva deste “fato”, momento de sua existência efetivamente social e política. Portanto, a luta pela publicização forja os acontecimentos políticos de forma sintonizada com o contemporâneo (NUNES, 2004, p.368).

De acordo com pesquisa do Datafolha (2010), dentre os principais meios de obtenção de informação política nas Eleições de 2010, a "Televisão" teve a primazia, com 65% de preferência. "Jornais" ficaram em segundo lugar com 12%, "Internet" 7%, "Rádio" 7% e "Conversas com familiares, amigos ou colegas" com 6%<sup>3</sup>. A televisão é um caso *sui generis* no país devido ao seu alto índice de aceitação nos lares de todas as classes sociais. No entanto, quando é necessário buscar argumentos e ideias de uma maneira aprofundada, o jornal impresso e a internet, por suas características, são mais apropriados. Não é por menos que José Marques de Melo (2008) considera o jornalismo impresso como o meio mais utilizado para se buscar informações mais detalhadas – sendo esta sua fundamental característica frente aos outros veículos de comunicação.

Azevedo (2009, p.48) afirma que o modelo brasileiro de jornalismo é baseado no norte-americano, com padrão comercial. Os jornais costumam se definir como independentes de partidos, além de contrário à imprensa partidária, como ocorre, por exemplo, com o *El país* na Espanha. E, dado ser um modelo empresarial, os lucros advêm da circulação e dos anunciantes, que são a base da autonomia econômica e da citada desvinculação partidária. Por outro lado, explica, a imprensa brasileira é historicamente conservadora – principalmente por estar concentrada nas mãos de famílias, que detêm poder de veículos, impressos e digitais. Este domínio vai refletir em um forte jornalismo opinativo, que vive sob tensão por ter que conviver com um jornalismo informativo imparcial. Mesmo assim, espera-se encontrar posições conservadoras nos editoriais brasileiros por conta dos autores que lhe compõe, formado por representantes da elite do país. Portanto, ao analisar os discursos disponíveis nos

---

<sup>3</sup> Pesquisa realizada entre os dias 20 e 23 de julho de 2010, com 10.905 entrevistas em 379 municípios, com margem de erro máxima de 2 pontos percentuais para mais ou para menos, de acordo com o instituto de pesquisa.

editoriais tivemos à mão o material com os *temas mais candentes* que apareceram durante a Eleição 2010, dentro da visão de dois jornais históricos e membros da grande imprensa do país.

Tal análise foi feita através da lente discursiva, como veremos posteriormente, buscando fazer uma varredura dos argumentos e imagens que foram publicados nas páginas consideradas nobres dos jornais escolhidos. A peculiaridade de tal escolha se dá porque os editoriais sempre apresentam um contexto amplo do que é abordado, dissertando a fim de um convencimento do leitor e, por fim, apresentam um tom avaliativo.

Já a escolha do foco nos candidatos à presidência do Brasil deu-se pela magnitude e importância do cargo. Ademais, na esfera do jornalismo político brasileiro, Jorge (2003) aponta que o foco preferencial é realmente a arena executiva, algo também visível nos Estados Unidos. Azevedo & Chaia (2008) apontam que uma das explicações para tal fato é a maior cobertura da imprensa do Executivo frente ao Legislativo por conta da figura emblemática do presidente. De certa maneira, o/a presidente personifica o poder – enquanto que deputados e senadores ficam dispersos seja no coletivo (figura dos partidos) ou no nível individual (político), comentam os autores.

Por isso a premissa básica deste trabalho foi buscar as temáticas que apareceram nos editoriais e que pudessem ser lidos por meio das questões discursivas, quando focavam os candidatos à corrida presidencial. Entendemos que cada discurso seja uma realidade materializada da relação entre contexto e texto, entremeados por uma ideologia do sujeito que escreve e do lugar onde foi publicado (como veremos). Defendemos que cada tema que apareceu nos editoriais e tinha relação com os presidenciais implicava em algo, ou seja, refletia e refratava posições ideológicas tanto do sujeito escritor do texto, quanto do jornal publicador e da opinião pública – estabelecendo um processo necessariamente dialógico e complexo. Assim, foi necessário buscar uma teoria que se aliasse tais questões, linguagem e entonação avaliativa da imprensa, de maneira satisfatória – sendo que o melhor caminho encontrado foi por meio da Filosofia da Linguagem.

Patrick Charaudeau (2006) é um pesquisador das ciências da linguagem que pensa a mídia nos dias de hoje. Ele explica que a língua é voltada para a sua própria organização, em sistemas que tem relação com a forma (morfologia), combinações (sintaxes) e sentido (semântica). Basicamente, descrever a língua é descrever as "regras de conformidade", explica o autor (2006, p. 40). Já o discurso é voltado para outra coisa

além das regras de uso da língua. A definição de discurso do autor é a mais precisa dentro do contexto desta tese, auxiliando na compreensão do trabalho:

Resulta da combinação das circunstâncias em que se fala ou escreve (a identidade daquele que fala e daquele a quem se dirige, a relação de intencionalidade que os liga e as condições físicas da troca) com a maneira pela qual se fala. É, pois, a imbricação das condições extradiscursivas e das realizações intradiscursivas que produz sentido. Descrever sentido de discurso consiste, portanto, em proceder a uma correlação entre dois pólos (CHARAUDEAU, 2006, p. 40).

Antes de entrarmos nesta questão específica, que é a base teórica desta tese, apresentaremos uma visão geral sobre jornalismo opinativo e editoriais para depois prosseguirmos com objetivos, teoria e método.

## **1. A importância do jornalismo opinativo**

O Brasil, por conta dos diversos problemas democráticos que teve ao longo de sua história, passou por constantes mudanças na Legislação Eleitoral, inclusive no que se refere ao jornalismo. Albuquerque (1999) analisou-as desde a *Lei Falcão*. Segundo o autor, é possível notar que a imprensa passou a ser gradativamente "vigiada" pelos órgãos eleitorais competentes – sempre com a justificativa de prevenção a seus possíveis excessos e abusos. Com a Lei das Eleições, elaborada em 1997, o Tribunal Superior Eleitoral<sup>4</sup> aumentou a fiscalização com objetivo de nenhum meio de comunicação cometer crime de propaganda eleitoral antecipada ou irregular. Especificamente no item "Do direito de resposta", artigo 58 da Lei 9.504, busca-se garantir tratamento isonômico entre os candidatos nas publicações jornalísticas. Assim, nosso objetivo é dizer que, no jornalismo brasileiro, a publicação de informações políticas durante o período eleitoral é rigidamente regulada e isonômica na questão do espaço destinado a cada candidato. No entanto, cabe discutir que ter o mesmo espaço textual não é garantia de ter a mesma significação e abordagem. O nível de sentido dos textos fica além dos limites espaciais e de metragem, ou seja, assume-se um caráter ideológico. No âmbito quantitativo, a lei eleitoral regula os veículos de comunicação a disporem de um mesmo espaço (seja de tempo ou de colunas) para os candidatos. No entanto, não há como garantir a regulação de sentidos em cada texto, ou seja, a abordagem de sentidos qualitativa é livre.

---

<sup>4</sup> Doravante TSE.

Deste quadro advém a opção por um estudo temático, traçando os elementos discursivos que foram publicados nos editoriais da *Folha de S.Paulo* e *Estado de S.Paulo* durante as eleições presidenciais brasileiras de 2010. A intenção deste trabalho foi mostrar como os jornais impressos selecionados criaram ou alimentaram temas que ou se tornaram pungentes no debate eleitoral ou, até mesmo, deram mais visibilidade para alguns eventos do que para outros.

Mas qual a diferença entre as classificações jornalismo *opinativo* ou *informativo*? Ou, qual a diferença entre *editorial* e *reportagem*? O jornalismo sempre se dividiu na disputa entre a questão de ser *opinativo* ou *informativo* (este também chamado de jornalismo de pirâmide, conforme notaram Bahia, 1990 e Erbolato, 1991). Em sua concepção mais simplória, o jornalismo *informativo* é a publicação de informações visando utilidade e prestação de serviço de maneira objetiva, sem posição marcada do sujeito escritor, clara, concisa, além do próprio ato de informar em si. Vale ressaltar que a questão da opinião é diversa da interpretação, sendo que esta última é ligada ao jornalismo informativo. Celso FALASCHI (2005), citando o professor Mário Erbolato, explica a relação:

Para dirimir as dúvidas citadas no início deste item, é imprescindível recorrer a Erbolato (1991), que se refere ao primeiro presidente do Instituto Internacional de Imprensa (Estados Unidos) para conceituar que *é notícia informar* que o Kremlin está lançando uma ofensiva de paz; *é interpretação explicar* por que o Kremlin tomou essa atitude e que *é opinião dizer* que qualquer proposta russa deve ser rechaçada sem maiores considerações (FALASCHI, 2005, p.46-47).

Grosso modo, portanto, quando a questão vai para o âmbito da opinião, seja por meio de colunas, artigos, ou no espaço editorial, torna-se pertencente ao campo do jornalismo *opinativo*. Segundo Falaschi (1992), além do editorial, o gênero *opinativo* de jornalismo se desdobra em artigo, coluna, comentário, crônica, resenha de livros, crítica de artes e espetáculos, ensaio, carta do leitor, caricatura e charge. Já a linguagem, em geral, tem o estilo argumentativo ou persuasivo.

Especificamente sobre jornalismo *opinativo*, a origem histórica se dá quando o editor Samuel Buckeley, do jornal londrino *Daily Courant*, inicia a separação entre *news* e *comments*, em 1702 (apud ZANOTTI, 2003, p.92). A partir daí os caminhos se separariam cada vez mais, inclusive pela marcação física nas páginas da imprensa – por meio de linhas e colunas, além de não ser raro existirem títulos curtos específicos (no jargão jornalístico: chapéus) explicitando que aquele texto é *opinativo* e não *informativo*. Habermas (1984) apontou que, com a constituição dos Estados nacionais, o



conceito de jornalismo mudou, aproximando-se das ideias de capitalismo e dando vazão para o lado *informativo*.

No caso brasileiro, até a primeira metade do século XX, o jornalismo vivia sua época diletante, romântica. De acordo com Cheida (2001), a imprensa periódica do país teve três grandes fases: a primeira vai até 1824 e é marcada pelo colonialismo, onde se buscava burlar a censura portuguesa. A segunda é a fase doutrinária e romântica, pré-profissionalização e institucionalização, quando o jornalista era visto como educador<sup>5</sup> e escritor (a fase dura de 1824/1890). A terceira, e ainda atual, é a fase industrial, quando o país ingressou de vez no capitalismo, o que provocou mudanças de toda ordem nos jornalistas e na linguagem jornalística – profissionalizando ambos. Silva (1991) afirma que a imprensa brasileira ainda segue o padrão *informativo* de jornalismo, estabelecido pós Guerra da Secessão e importado dos Estados Unidos.

Com o tempo e a crescente capitalização dos jornais em empresas, assumindo até o papel de grupos de comunicação, a era informativa ganhou corpo (principalmente a partir das décadas de 30 e 40).

By the mid-twentieth century, editorials evolved into a device for the newspaper as an institution to provide information and explanation to readers. In recent decades, editorials have become more likely to take controversial stands, use argumentation, and express reactions or calls for action (RICHARDSON; LANCENDORFER, 2004, p.80).

O contexto histórico e econômico, além de causar a profissionalização do jornalismo, levou Melo (2003) a declarar que existe atualmente uma carência do viés *opinativo* na imprensa brasileira e um privilégio do *informativo*:

Se, no passado, o espaço aberto para a colaboração dos intelectuais era maior, na imprensa brasileira, hoje ele se reduz pela própria tendência que assume o jornalismo impresso de se pautar por modelos industriais de eficiência e profissionalismo (MELO, 2003, p.129).

Mesmo assim, como a imprensa não se desenvolve baseada somente na abordagem informativa, a parte opinativa é também elemento constitutivo da pluralidade de vozes de um jornal ou revista. E, como afirma Beltrão (1980) nem todo assunto é digno da expressão opinativa nas publicações. Nas palavras do autor, um fato só irá se colocar como opinável quando a sociedade o entender como sendo passível de discussão. Sem concordar totalmente com Beltrão, podemos dizer que essa espécie de "filtro" pode indicar que os temas que foram publicados durante o período escolhido de

---

<sup>5</sup> Confronte Ribeiro (2004).

nossa análise são reflexos de assuntos que estavam candentes na sociedade. Porém, também trata-se de assuntos escolhidos pontualmente pelos editores de opinião dos jornais como os que mais chamarão atenção dos leitores, pontos críticos que devem ser discutidos na visão do conselho editorial do impresso.

Já com relação à questão discursiva, Falaschi (2005) pondera que na fase romântica do jornalismo era comum o tom apaixonado que a parte opinativa enlevava – por exemplo, as denúncias ali citadas não tinham comprovação prévia. A constatação atual do pesquisador é que o estilo dos gêneros opinativos, em geral, vão mudando ao longo do tempo (e influência dos polêmicos Manuais de Redação) até se estabilizarem no estilo dissertativo-argumentativo. De acordo com o autor, é preciso citar que editoriais se sobressaem na imprensa, sendo que os demais meios de comunicação não costumam destinar espaços privilegiados para o jornalismo opinativo e, quando o fazem, são para assuntos relevantes e polêmicos. Dificilmente um âncora de televisão lê um editorial da empresa sobre determinado assunto, sendo raros os momentos em que isso aconteceu na televisão brasileira.

Após essa apresentação sobre características físicas e discursivas do jornalismo impresso, dois eixos fundamentais neste trabalho devem se sobressair: o jornalismo *informativo* e o *opinativo*. De um lado está a mítica separação entre o padrão do *lead*, pirâmide invertida e, principalmente, imparcialidade e objetividade. Do outro, está o lugar da opinião, resquício do tempo em que escritores (de romances) trabalhavam para jornais (Machado de Assis, Euclides da Cunha, Vinicius de Moraes, João do Rio, Mário de Andrade, etc.). Opinião sobre temas que pode ser do dono do veículo de comunicação ou de pessoas com ideologia alinhada com o veículo.

Além disso, ainda existem espaços *opinativos* denominados artigo e coluna. Geralmente pessoas de destaque nas áreas onde atuam, articulistas e colunistas são livres para escolherem o que querem debater, uma vez que se entende que eles saibam os temas de importância para os leitores.

Editoriais e colaborações obedecem a lógicas comunicativas muito distintas: enquanto o discurso dos editoriais é institucional, o das colunas é individual. Editoriais podem compor um índice da orientação dos interesses dos grupos dirigentes das publicações, enquanto os artigos refletem um pouco do que se discute nos meios partidários, sindicais, empresariais e intelectuais (SOARES, 2009, p.196).

Charaudeau (2006) vê a imprensa como um dispositivo de legibilidade, que sobrevive por meio do "peso" das palavras. A tradição escrita promove um

distanciamento do leitor – cujo ápice é o editorial anônimo. Para o autor, existe uma relação de distância não só entre quem escreve e quem lê, mas também no tempo em que o processo de dá, uma vez que a imprensa não é imediatista, demandando certo tempo de produção, transporte e leitura. Para o autor, a escrita propõe uma conceitualização mais analítica do que a oralidade ou a iconicidade, o que faz com que o leitor tenha que fazer conexões hierarquizadas, de encaixe dos argumentos e da forma de raciocínio. Nesses meandros, Charaudeau (2006, p.114) aponta os editoriais como o lugar da perspectiva e indagações, enquanto a parte informativa do jornal é o espaço das narrativas.

Enquanto característica física da publicação, é importante ressaltar que as páginas opinativas são fixas, diferentemente da parte informativa. Por exemplo, os espaços destinados para notícias, entrevistas e reportagens mudam diariamente de local nos jornais e revistas, de acordo com a diagramação, tamanho da publicidade e fotos. Já os gêneros opinativos se estabelecem em lugar fixo nas edições impressas – com uma separação espacial – em geral, feitas por linhas e colunas. Esta metodologia confere um quê de tradição às páginas impressas e possibilita a criação de um hábito para o leitor. Este sabe de antemão que o espaço opinativo, com sua coluna preferida, vai estar sempre no lugar a ele destinado.

Portanto, o jornalismo *opinativo* tem três estratos principais: o editorial, mais nobre, é escrito por jornalistas ou representantes da cúpula dos jornais; as colunas, mantidas por profissionais e jornalistas de destaque que fazem parte do quadro do veículo e os artigos, cuja característica é ser uma "encomenda": nesse caso, o veículo de imprensa cede espaço para que pessoas com voz na sociedade ou que dominem os temas em destaque na opinião pública possam ter o espaço para opinar. Como dissemos, o espaço opinativo – além do lugar onde aparece a ideologia – é o lugar da pluralidade e heterogeneidade. Abordaremos mais profundamente agora os editoriais, espaços de onde advêm os dados empíricos desta pesquisa, quanto à questão discursiva e características próprias.

## 2. Editorial

O editorial é a opinião do veículo de comunicação, em sua concepção mais usual. Popularmente diz-se que é a opinião do dono do veículo. De um modo ou de outro, é por meio dele que a instituição jornalística se pronuncia a respeito do assunto que pode ter diversos focos (FALASCHI, 2005, p.42). Além disso, ele nem sempre expressa a opinião exata do "dono" do jornal, mas um consenso dos juízos de valores dos proprietários da organização<sup>6</sup>. Em geral, o Editorial ocupa uma página (no caso do *Estadão*) ou até menos (quatro colunas na *Folha*). Como dito, possui um espaço físico fixo e é o destaque opinativo das publicações, sendo que geralmente está entregue a membros da família ou a pessoas ligadas ao conselho editorial.

Segundo Melo (1992), quem escreve o editorial pode ser o dono do veículo, o diretor de redação ou até mesmo um corpo de editorialistas que estão "imbuídos" da ideologia da organização e sabem se posicionar frente aos fatos abordados. Para Jaworski & Galasinski (2002), os editoriais dos jornais impressos têm um papel importante em delinear a opinião pública, uma vez que eles buscam interpretar as notícias enquanto, implicitamente, constroem uma realidade a partir de um ponto de vista que seria o mais adequado para o perfil do leitor. Além disso, como conta Connor (1996, p.143) "talvez" (essa é uma ressalva do autor), mais do que qualquer outro tipo de texto, o editorial seja o que reflita um estilo nacional, tendo em vista estilos de vida específicos (no caso, dos leitores ou camadas sociais).

Fowler (1991) foi um dos primeiros estudiosos a pesquisar sistematicamente editoriais. Em geral, o autor diz que editoriais não nos dão os fatos do mundo, como é próprio do jornalismo *informativo*, mas apresentam ideias e conceitos. O autor propõe que as análises devem conter os temas dos textos, a quem eles são endereçados, os referentes que estão escrevendo (se a referência é o próprio jornalista (sujeito), ou se o texto quer representar a sociedade, ou a opinião do jornal).

Dantas-Whitney & Grabe (1989) fizeram um importante estudo comparando os editoriais publicados em português com os de língua inglesa. O resultado foi que editoriais em português são menos formais que os ingleses – característica peculiar que pode ser encontrada no jornalismo editorial brasileiro. Para os autores, editoriais em

---

<sup>6</sup> Melo (2003) pontua que tais influências podem vir dos acionistas majoritários, financiadores ou empresas que comprarem espaços publicitários, além do próprio braço estatal, que muitas vezes investe publicitariamente nos veículos de comunicação e que, segundo o autor, teria peso na linha editorial.

língua portuguesa têm como características linguísticas o uso de terceira pessoa do singular, pronomes e verbos locativos. Dessa leitura possível, Carvalho (1999, p.5) constatou que o uso dos aspectos pessoais nos editoriais em português são elementos que auxiliam na intercompreensão e, portanto, facilitam a persuasão. Para o autor, a falta de elementos persuasivos poderia afetar a legibilidade.

Van Dijk (1991) comenta que os editoriais são representações ideológicas que “express or signal the opinions, perspective, position, interests or other properties of groups” (p. 112). Segundo o autor, os editoriais são corpos de textos relevantes no sentido do examinar os temas ideológicos que estão na sociedade, sendo que a diferença entre o que eles irão considerar temas "aliados" ou "inimigos" depende da orientação política do jornal. Para o autor, que se utiliza do modelo social cognitivo como base dos estudos, os editoriais envolvem a expressão de opinião e, para tanto, requer-se que sejam assumidas crenças e representações mentais. Lihua (2009) comenta a perspectiva e modelo de análise que Van Dijk entende como mais expressivo para validar o conceito:

From this perspective, since the opinions and ideological positions of newspapers are not personal but social, institutional or political, the study of ideologies in media discourse requires an account in terms of social structures. Besides a socio-cognitive perspective, Van Dijk employs a discourse analytical model to examine the subtle textual expressions of ideologically based opinions (LIHUA, 2009, p.62).

Bolívar (1994, p. 292) também se apegua a um modelo triádico para discutir os editoriais, denominados *Lead*, *Follow* e *Evaluate* (já que guiam para os temas, dizem o caminho a ser seguido e, por fim, terminam com o tom avaliativo). Para a autora, a distinção entre os editoriais de diferentes jornais no mundo parece depender de como cada veículo valoriza o contexto em que está inserido; quais suposições fazem sobre o conhecimento dos leitores sobre os acontecimentos noticiados e, sobretudo, se o jornal deve ou não compartilhar o sistema de avaliação que tem do mundo com seus leitores. Dadas essas reflexões, a autora faz uma classificação estrutural que vai além do modelo triádico, que ela chama de "turnos". Para Bolívar (1994, p.289-290), cada parágrafo segue uma orientação, o que mostra qual é o esqueleto do editorial. Importante, nisso tudo, é a valorização agregada de cada turno, ou seja, o que a autora entende como o que "quis dizer" o editorial. Existem, portanto, os editoriais que ela classifica de *concluders* (conclusivos), *prophecies* (proféticos) e os *directives* (diretivos). Fizemos um apanhado das definições:

The function of concluders is to intimate that a conclusion has been reached, with reference to the present time, which in this case is the time of publication of the newspaper. [...] Prophecies are valuate turns which consist of declarative sentences whose function is to predict future events in life. [...] Directives in editorials may be found in any type of turn, but only those directives in valuates have the function of proposing or suggesting 'desirable' courses of action (BOLÍVAR, 1994, p.291-292).

Os editoriais conclusivos, para a autora, apresentam para o leitor conclusões lógicas, resultados temporais e comentários informativos, marcados por conjunções coordenativas conclusivas, como "portanto", "então", "como resultado", "em geral", entre outros, ou com uma informação nova – que corrobora os argumentos levantados. Editoriais preditivos, diz a autora, basicamente, estão no tempo verbal futuro e dão vez para o editorialista predizer algo. Já os diretivos são mais capciosos: têm a função de propor ou sugerir cursos de ações desejáveis (apud BOLÍVAR, 1994, p.292). Como essas podem ser encontradas em vários formatos, a autora depura-as como "diretas" e "indiretas" – sendo que a primeira indica o sujeito, o tipo de ação, as opções e as circunstâncias, tudo para dar valor explícito ao texto. Já as indiretas:

The directive is indirect when the suggestion for action has to be inferred from the context of the discourse. The use of should and need may be quite different in direct directives, and expressions such as It is essential that, and the construction If...then, as well as questions, are often found in indirect directives (BOLÍVAR, 1994, p.292).

Mais atuais – porém inspirados em Bolívar (1994) – Ansary & Babaii (2004) estudaram editoriais de jornalismo ingleses a fim de encontrar padrões retóricos nos textos. Eles encontraram uma estrutura de quatro elementos: Run on Headline (RH), Addressing an Issue (AI), Argumentation (A) and Articulating a Position (AP) – com algum avanço no desenho clássico que vimos de jornalismo opinativo onde as regras básicas seriam indicar, perseguir argumentos e finalizar avaliando.

Já Azadi e Saghaye-Biria (2007, p.148) também têm vistas para o comportamento estrutural dos textos, mas não chegam a fazer divisões categóricas. Para os autores, os editoriais comportam três categorias esquemáticas: primeiro é dada a situação e um sumário de eventos novos, depois os atores são apresentados e especificados e, por fim, o editorial termina com uma conclusão mais efusiva. Nesta questão conclusiva, retomemos a classificação feita por Van Dijk (1991, p.112). Segundo o autor, o trecho final de um editorial pode ser de expectativa, recomendação, conselho ou advertência. Dentro das estruturas argumentativas, aponta Van Dijk, as estratégias mais comuns encontradas são a utilização de imagens, exageros,

subentendidos, hipérboles, eufemismos e até mitigação. O autor ainda constata que as estratégias são utilizadas a fim de favorecer a imagem que o editorialista quer passar sobre o tema, sendo favorável a ele (autor do editorial) e, conseqüentemente, negativa para o assunto que se quer enfatizar.

O ponto comum entre esses estudos de editoriais é a busca por uma enfática análise retórica e, algumas vezes, gramatical. Em todos os trabalhos previamente citados, excetuando algumas propostas de leituras mais abrangentes e filosóficas feitas por Van Dijk, as análises dos editoriais fazem uso de uma metodologia quantitativa. Quando os estudos pendem para os quantitativos, não escapam de formulações discursivas, ou seja, preferem ficar no nível de análise meramente textual, não ingressando no âmbito das significações – que é nossa principal preocupação neste texto.

Em geral, os editoriais ficam na segunda ou terceira página dos jornais e revistas impressos. A escolha temática se dá de acordo com o veículo de comunicação. Nos jornais impresso tem-se, pelo tamanho, editoriais abordando mais de um assunto por dia, relacionado a assuntos cotidianos em geral, sendo que algumas vezes pode haver o comentário de informações noticiadas em outro veículo ou mesmo lançando luz, *a posteriori*, sobre matérias e reportagens publicadas nas editorias. Enquanto isso, nas revistas o mais comum é ter um texto relacionado ao assunto de capa ou um grande texto alinhavando várias reportagens. Por essa característica, o editorial das revistas é, muitas vezes, visto como uma espécie de *merchandising* jornalístico – como comenta Melo (1992).

Por tradição, o editorial está presente em quase todas as publicações impressas e serve como bússola para entender a linha de pensamento dos mandatários do veículo (os quais o professor José Marques de Melo chama de "donos do poder") frente a questões político-econômicas e acontecimentos de repercussão. Celso Falaschi (2005) apresenta algumas características intrínsecas aos editoriais de veículos de grande porte e sua diferença para os de pequeno tamanho:

[...] não tem sua autoria identificada, embora essa prática ocorra eventualmente em grandes jornais, ao tratarem de assuntos de maior repercussão, ou ainda com relativa frequência em pequenas publicações, nas quais seus diretores se utilizam desse expediente como forma de adquirirem notoriedade e, muitas vezes, fazerem o jogo dos interesses político-partidários (FALASCHI, 2005, p.42-43).

Melo (1992) faz mais algumas considerações sobre os editoriais que têm alguma divergência com as de Van Dijk, conforme apontamos anteriormente. Primeiro, o pesquisador apresenta-os como espaços contraditórios, uma vez que os discursos contêm estratégias que apontam para interesses, ora do veículo de comunicação, ora dos anunciantes e investidores. O professor brasileiro afirma ainda que se busca um equilíbrio semântico, a fim de que o editorial seja uma forma de orientar a opinião pública, ou seja, ele é escrito para uma coletividade. Assim, o duplo jogo dá-se quando os editoriais expressam as opiniões, como se fossem representantes da opinião pública (questão histórica em que o jornalismo seria a voz da opinião pública) e cuja interpretação pode ou não conter o que a própria empresa gostaria que fosse difundida – influenciando todos os que leem.

Além da impessoalidade e disposição em tópicos, um dos pioneiros no estudo do jornalismo, o professor Luiz Beltrão (1980), aponta como dois atributos possíveis dos editoriais a condensabilidade e a plasticidade. A ideia central tem que ser disposta e, ao seu redor, pequenas argumentações que ajudam a defender ou rechaçar o tema em foco. A intenção é persuadir e dar diretrizes para que o leitor forme opinião sobre o assunto. Garantir uma boa escrita é muito importante para que o texto seja convincente a ponto de "fazer a cabeça" de quem lê e levá-lo a (mesmo que em parte) concordar com o que está escrito, transmitindo-o posteriormente como subsídio para outros diálogos. Segundo o autor, é claro que não é somente por meio das palavras do editorial que a opinião do veículo se apresenta: a própria seleção e enquadramento do que vai ser notícia – além da manutenção do quadro de funcionários profissionais *x* ou *y* e a questão da edição textual - são fatos que demonstram a linha de pensamento daqueles que compõem a cúpula do veículo.

Por isso, ser editorialista é considerado o ápice da carreira para os jornalistas, cargo nobre por excelência, pois o incumbido torna-se uma *pessoa de confiança* do jornal. De um lado, é o lugar mais próximo que o profissional vai chegar dos "donos da mídia", de outro, é a oportunidade de poder escrever em um espaço tido como privilegiado por seus pares.

Melo (1992) também afirma que o editorial tem duas funções a mais: o primeiro é quebrar o "monolitismo informativo", de modo que posições dos públicos minoritários possam aparecer nos jornais. Na visão do autor, é no editorial que a empresa jornal aceita taticamente as "pequenas rebeliões" que acontecem no segmento informativo (publicam-se matérias que afrontam a política editorial e é o editorial que impede



desgastes entre patrões e empregados, já que ele é o lugar de esclarecimento (deposições). Considera-se aqui que é impossível para os donos e cúpula do jornal controlar toda a produção jornalística e todas as notícias e matéria e que, por isso, não é difícil acontecer o que Melo classificou de pequenas rebeliões nas editorias.

É preciso anotar também a diferença entre "editorial" de "comentário", que se confundem comumente. Este último nada mais é que um editorial menor e eventual, utilizado em editorias específicas, ou seja, não fica nas páginas iniciais e é flutuante dentro do jornal. Por isso mesmo, é mais raro de ser encontrado na imprensa, uma vez que quando o assunto "vale a pena" é abordado no editorial, o que esvazia a possibilidade de presença do comentário. Nas últimas repaginações visuais e editoriais tanto *Folha de S.Paulo* quanto *O Estado de S.Paulo* passaram a usar as análises de especialistas em pequenos quadros ao lado da reportagem. A *Folha* prossegue com a atitude, enquanto no *Estadão*, aos poucos, ela caiu em desuso.

Uma posição interessante é a de Kimberly Meltzer (2007), que reflete algo que acontece no Brasil. Segundo ela, jornais de grande porte têm editoriais que seguem posição contrária à doutrina encontrada no restante do jornal, que é a de imparcialidade. Em alguns países, comenta a autora, é comum a parte opinativa se encontrar disposta no corpo do jornal, misturando jornalismo informativo com opinativo. No entanto, este não é o padrão nos Estados Unidos (chamado de *opinion-editorial* ou *op-ed*) e tampouco no Brasil. Enquanto os jornais de grande e médio porte apresentam, em sua maioria, a separação entre opinião e informação, seguindo a tradição norte-americana, os jornais de pequeno porte costumam misturar opinião e informação ao longo dos textos. Por serem dois jornais importantes os que escolhemos para a pesquisa, eles seguem a primeira orientação, que é explicada por Meltzer:

The editorial section is the Page or two pages of the 'A' section of the newspaper where the masthead and staff listing of the newspaper can be found, including the owner's name or company's name, one to four editorials, syndicated and local guest writers, political cartoons and letters to the editor. It is only here that openly acknowledged opinion as opposed to traditional 'neutral' reporting is published (MELTZER, 2007, p.85).

Em geral, afirma a autora, os editoriais debatem assuntos que o restante do jornal evita, endossando a questão da persuasão subjetiva em relação ao que estará nas páginas informativas, uma vez que muitos editorialistas são antigos repórteres que subiram de cargo. Isso não significa, ressalta, que o jornal seja isento de valores próprios – nem sempre a cobertura jornalística segue os mesmos rumos com os quais os editorialistas

concordariam. "At times, an editorial board may see itself as taking part in a civic dialogue with the community", ressalta (2007, p.85). Para atingir isso é necessário que os jornais tenham autonomia em relação aos anunciantes e liberdade política, pois são órgãos independentes, ativos e formadores de opinião. Para Meltzer, tal relação fortalece a democracia e cria um livre mercado de ideias, do qual os leitores podem, ou não, fazer uso.

Em suma, o editorial seria o lugar de onde a imprensa "vigia" os poderes e suscita debates relevantes, analisando causas e consequências e estabelecendo juízos de valor. Certamente a questão não é tão pura quanto apresentada idealmente por alguns teóricos. Editoriais estão inseridos em um jogo de tensões – patronais, econômicas, políticas e autorais – cujos significados vão além da disposição nas páginas da imprensa: eles carregam consigo ideologias e entendimentos, opiniões e persuasões, em que cada um comporta uma carga discursiva, ou seja, esse jogo é um diálogo constante entre aquele texto editorial, os leitores, os autores, o veículo, a sociedade e o contexto. Há de se ler os editoriais como componentes de uma linguagem jornalística específica, mas não isenta das características discursivas: ele tem estilo, forma e temas próprios, emanando significações e significados. Não são meras palavras. Tanto que nas biografias dos antigos *publishers* da *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo*, respectivamente Octavio Frias de Oliveira e Júlio de Mesquita Filho, os jornalistas são apresentados como exímios editorialistas, que escolhiam cada palavra cuidadosamente. Wanderley Geraldi (2010) mostra a importância da questão de não se tratar palavras como mera palavras:

Os sulcos abertos no ar pela palavra enunciada não levam aos ouvidos sentidos prontos e acabados: levam impulsos à compreensão participativa que engloba mais do que a mera remessa objetos e fatos. Há vida na voz que fala; há vida no ouvido que escuta. Nos sulcos lineares traçados pelas letras das palavras escritas, produtos de enunciações, os olhos dos leitores não enxergam letras alinhadas, objetos referidos, histórias contadas, mas julgamentos de valor, inusitadas metáforas que escondem ou desvendem crenças consolidadas, um por-vir a ser realizado (GERALDI<sup>2</sup>, 2010, p.86).

### **3. A Filosofia da Linguagem**

Dado vivermos imersos no contexto de *democracia de público* - na qual a deliberação e os debates políticos exigem visibilidade por conta da vasta população e território; onde a instituição política maior funda-se no regime presidencialista e

demanda cobertura midiática personalizada; onde existe a garantia de informação, liberdade e representação das correntes de opinião, o dito jornalismo opinativo - o intuito da presente pesquisa é demonstrar, por meio dos editoriais da *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo*, que a disputa eleitoral para presidente no Brasil em 2010 pode ser vista sobre o ângulo de uma *disputa discursiva ideológica*, possibilitando o destaque de temáticas específicas. Como vimos, palavras não são meras palavras sem significados.

Para tanto, assumiremos a teoria da Filosofia da Linguagem e o método dialógico como base para esta tese. Levaremos em conta que os signos são *arenas de luta*, tal qual concebido por Mikhail Bakhtin<sup>7</sup> [1979] (1997), como fios ideológicos que entrelaçam a trama do contexto sócio-histórico. O importante é compreender que, para Bakhtin, os signos formam discursos, e estes estão necessariamente ligados a outros discursos. Dessa maneira, este trabalho será eminentemente voltado para estudos dos discursos, que carregam entonações, denotam e conotam, têm juízos valorativos e significados, cuja qualidade maior é não se encerrar em si mesmo, mas refratar e refletir dialogicamente, sendo o principal elo entre homens e o mundo.

Para Bakhtin, o mundo é entrelaçado pela linguagem, sendo esta a ponte entre os seres humanos e o mundo exterior. Qualquer objeto do mundo precisa ser significado e é somente pela via da linguagem que é possível fazê-lo. Além disso, o mais importante é que são necessárias sempre duas ou mais consciências para que haja significação. Esse encontro do *eu* com o *outro* é a chave central do pensamento bakhtiniano. A linguagem por si só não existe enquanto não é acionada pelos homens que fazem uso dela. A mediação entre o eu e os outros só se dá pela linguagem – em um processo contínuo de inter-ação. Portanto, o autor tem a clara proposta de colocar em relação a realidade do mundo com a realidade sócio-cultural, sendo que os signos só aparecem no terreno interindividual.

Bakhtin vê a fonte do significado da linguagem no social – e não somente no texto ou nos indivíduos singulares. Assim, o signo deve sempre estar carregado de um conteúdo ou sentido ideológico. Em outras palavras: a linguagem é ideológica. Elichirigoity (2008) explica:

Para ele [Bakhtin], o modo de existência da realidade linguística é a evolução criadora ininterrupta e não a imutabilidade de normas idênticas a si mesmas. A forma linguística é sempre mutável. Na enunciação, então, juntam-se outras condições (como entonação, conteúdo ideológico, situação social determinada) que afetam a significação, dando valor novo ao signo. É a

---

<sup>7</sup> Bakhtin, [1929-1952-1953] 1997; 2003.

classe dominante que tenta tornar o signo monovalente, mas o signo é sempre plurivalente e só a dialética pode resolver a contradição entre a unicidade e pluralidade de significação (ELICHIRIGOITY, 2008, p.196)<sup>8</sup>.

A relação entre a infraestrutura e a superestrutura acontece por meio do liame da linguagem, e sabemos que a ideologia é um reflexo das diferentes estruturas sociais (para tanto, basta lembrar que cada classe social tem registros de língua diferentes, mais formal ou menos, dependendo do estrato). A ideologia surge nos embates sociais, que passam a ter também a sua existência nos signos. A luta pela hegemonia de sentidos faz com que cada embate torne-se necessariamente dialógico<sup>9</sup>, demandando dizeres e sentidos:

Os sentidos são sempre produtos de cálculos, e ao jogo das compreensões, os sujeitos comparecem carregados de interpretantes, carregados de palavras, carregados de contrapalavras, enfim, carregados de história. (GERALDI, 2010, p. 88).

O autor russo nos dá as ferramentas teóricas e metodológicas necessárias para que possamos analisar, por meio dos textos, o contexto. Os estudos de Bakhtin nunca foram feitos isoladamente, ou seja, ele nunca analisou somente o texto sem o contexto ou vice-versa. Este é o principal diferencial do autor em relação a demais estudiosos da linguagem e metodologias alheias à realidade material sócio-histórica. Portanto, é no âmbito discursivo, uma trama não desligada dos fatos históricos e sociais, dos sujeitos e seus dizeres. Dessa maneira, não trataremos de objetos de estudos nem de sujeitos a-históricos, deslocados da concretude do real.

Apesar de termos objetos de análise e citarmos sujeitos como personagens, consideramos discurso (no seu efeito total ou específico, por exemplo, discurso político ou discurso opinativo) como sendo *parte da vida*, elemento do *amálgama da sociedade*.

No caso da Filosofia da Linguagem, a palavra é o palco de uma *arena de luta*, onde as ideologias vão sendo constituídas nas tessituras sociais e acabam sendo refletidas e refratadas, como dissemos. Nenhum discurso é novo, tudo faz parte de uma corrente na qual há um antes e um depois. Cada palavra carrega consigo a possibilidade de agregar significados, cada vez mais sentidos, sem deixar de lado os sentidos antigos. A luta, então, é para se constatar quem consegue estabelecer tais novos sentidos: ser

---

<sup>8</sup> No corpo do texto utilizamos a escrita de acordo com a Nova Ortografia da Língua Portuguesa.

<sup>9</sup> Hegemonia no sentido bakhtiniano e não gramsciano. Apesar de Brandist (2010) fazer muito bem a aproximação entre os conceitos. Para o autor, em ambos os filósofos, temos sujeitos dinâmicos, inacabados historicamente e se relacionando com as tensões vivas das forças sociais. No entanto, Bakhtin se preocupa com questões anti-hegemônicas, enquanto Gramsci elabora seu pensamento no sentido da contra-hegemonia.(op. cit.).

aceito socialmente e estabelecer os sentidos primeiros, ou ficar com os sentidos restantes (subterrâneos). "O governo da palavra não é tudo na política, mas a política não pode agir sem a palavra", afirma Patrick Charaudeau (2008, p.21). Logo, estamos trabalhando com o local onde a política se encontra com a palavra, intermediada por um representante da comunicação social, o jornalismo, que, para o autor, é publicamente considerado como alguém digno de fé. Esse é o todo do que entendemos por discurso.

Para analisarmos a situação, recorremos a Bernard Manin (1995), que afirma que as discussões nas democracias contemporâneas têm que passar necessariamente pelas discussões feitas não somente *pela*, mas também *para* a mídia. Assim, podemos compreender que os discursos políticos são medidos *a partir de e para* a mídia, em nosso caso, o jornalismo. Assim, analisar a disputa eleitoral para presidente em 2010 sob o viés discursivo, por meio dos editoriais, é olhar para a linguagem como elemento fulcral que alia momento histórico, contexto e memória<sup>10</sup>. Importante é ressaltar que a linguagem não é isolada de seu contexto sócio-histórico, como seu fosse algo alheio à realidade.

Em geral, as análises de comunicação políticas elaboradas durante os períodos eleitorais são feitas sob o âmbito quantitativo. Por exemplo, um acontecimento é analisado a partir da métrica de quantas vezes uma palavra ou tema foi citado em um editorial, por exemplo. Por mais que entendamos serem importantes tais dados, só isso não basta. A nossa busca é mais sensível: consiste em olhar para o discurso é ver a constituição e uso de determinadas palavras em detrimento de outras, bem como quem pôde dizê-las, onde, e em qual momento.

É sintomático certos temas serem publicados nos editoriais dos jornais escolhidos em detrimento de outros, pois, pela lógica, houve uma escolha e sobreposição – relacionadas obviamente ao contexto do momento, bem como à argumentação de cada texto, analisando cada acontecimento. Dessa maneira conseguimos mapear não somente os temas que apareceram durante a Eleição 2010 nos editoriais dos grandes jornais, como também a maneira com que eles foram ditos e, principalmente, com quais sentidos.

Como dissemos, trabalhamos nesta tese com discursos. Mais precisamente, discursos jornalísticos dos editoriais da *Folha* e *Estadão*. Nosso nível de olhar é contextual e abrangente, auxiliado por dados empíricos. Como caminhamos por áreas

---

<sup>10</sup> Memória no sentido de “já ditos” sobre os assuntos

diversas como Comunicação Política e Estudos da Linguagem, é preciso afirmar que não olhamos para as questões de língua. Existe uma série de possibilidades de análise e ferramentas metodológicas, como as que utilizam a Análise do Discurso, a Retórica, a Semiótica e a Gramática – muitas que se apegam ao nível da oração somente, sem atingir o enunciado e seu liame com o contexto. O trecho seguinte é esclarecedor para aclarar o que Bakhtin compreende por discurso e como trabalhamos nesta tese:

A língua, as palavras são quase tudo na vida humana. Contudo, não se deve pensar que essa realidade sumamente multifacetada que tudo abrange possa ser objeto apenas de uma ciência – a linguística – e ser interpretada apenas por métodos linguísticos. O objeto da linguística é apenas o material, apenas o meio de comunicação discursiva, mas não a própria comunicação discursiva, não o enunciado de verdade, nem as ações entre eles (dialógicas), nem as formas da comunicação, nem os gêneros do discurso (BAKHTIN, 2003b, p. 324).

#### **4. Análises no período eleitoral**

Apresentaremos agora um rápido panorama dos trabalhos que abordam direta ou indiretamente a análise do discurso no período eleitoral e que constituem a área de Comunicação Política brasileira. A intenção é traçar os marcos de pesquisa para, logo após, apresentar a linha de trabalho e metodologia presentes neste estudo.

Iniciamos dizendo que, por causa da trajetória histórica do Brasil na política, houve um vácuo da representatividade partidária, proporcionando espaço para a mídia dentro da política e vice-versa. Isso gerou uma reconfiguração e resignificação dentro do que entendemos por mídia e política, inserindo novos elementos no campo denominado Comunicação Política. Conforme Rubim (2003) apontou, a contemporaneidade fez surgir a comunicação midiática, requerendo um estreitamento – algumas vezes fusão – na relação entre as áreas da Comunicação e Política, com seus temas e discussão da agenda. O autor denominou o processo como *Idade Mídia*.

Tradicionalmente, o binômio eleições e comunicação é clássico nos estudos em Sociologia da Comunicação e Ciência Política, por a política ser representante da opinião pública institucionalizada (cf. SOARES, 1995). Paolo Mancini e David Swanson (1996) denominaram "campanha eleitoral modernizada" a estrutura cujas mudanças se deram no nível social, político e também tecnológico, ou seja, em amplo escopo – implicando considerar as demais esferas, como a societal, a econômica e a cultural. Bernard Manin (1995) classificou esse processo como *democracia de público*.

Assim, o governo representativo, em termos práticos ou teóricos, não pode ser entendido sem que coloquemos como variável do jogo político a mídia<sup>11</sup> e sua influência<sup>12</sup>. A disputa eleitoral é cada vez menos alheia ao fator midiático e, nesse sentido, no caso do Brasil, a mídia é relevante na discussão da agenda política, tendo como papel tradicional mediar a relação entre político e cidadão. Vale reforçar que dentro do conceito de mídia, trabalhado pelos teóricos, estamos focalizando, nesta pesquisa, a imprensa. A centralidade da disputa política na mídia mostrou que, cada vez mais, os candidatos se voltam para o palco midiático como possibilidade de alastrar a campanha eleitoral, conforme vários pesquisadores brasileiros vêm apontando ao longo do tempo (nos mais diferentes pleitos), como vimos em Azevedo e Chaia (2008). Nessa linha de pensamento, uma série de possibilidades de estudos, mapeamentos e metodologias é cada vez mais profícua, com as mais distintas abordagens.

A seguir apresentaremos uma breve revisão bibliográfica sobre estudos que relacionam mídia e política. Por exemplo, Heloiza Matos (1994, 1989) investigou a relação entre discurso autoritário e televisão, enquanto Murilo César Soares (1995) pesquisou como se constrói o significado do voto por meio da retórica da propaganda política televisiva. Luciana Veiga (2001) buscou razões do voto no discurso do Horário Eleitoral e Luiz Felipe Miguel (1997, 1999) analisou diversos pleitos sob a ótica entre mídia e processos eleitorais. Antônio Albino Canelas Rubim (2003, 2000) tem vasta produção e organização de textos relacionados ao conceito criado por ele: a Idade Mídia. Wilson Gomes (2008, 1994) tem vistas para a esfera pública e suas atuais modificações. Mauro Porto (2002, 2001<sup>13</sup>, 1998) apresenta uma série de estudos, tanto teóricos quanto comparativos, relacionando mídia e política, com ênfase na teoria e história da teoria do enquadramento (também chamado de *framing*). Marcus Figueiredo (2000<sup>14</sup>, 1994, 1991) é altamente produtivo ao analisar e estudar a relação entre mídia, voto, marketing político e persuasão eleitoral, ao passo que Alessandra Aldé (2001) utilizou a psicologia para buscar entender como o cidadão comum percebe a política. Por fim, Fernando Azevedo (2007, 2006, 2000, 2000, 2004)<sup>15</sup> abrange um conjunto de

---

<sup>11</sup> Alguns pesquisadores, como Ribeiro (2004), grafam mídia como media. Ficaremos com a primeira.

<sup>12</sup> Existem controvérsias entre investigadores. Salgado (2010, p.15) aponta a mídia como elemento influente nas eleições e campanhas eleitorais. Alguns estudiosos não conferem à mídia tamanha influência.

<sup>13</sup> Vários textos, vide Referências.

<sup>14</sup> Vários textos, vide Referências.

<sup>15</sup> Não tentei ser exaustivo em todo o mapeamento dos estudos em comunicação, mas procurei apresentar os que utilizo no texto e que são relevantes na área de Ciência Política, Comunicação e Linguística discursiva. Mais detalhes bibliográficos podem ser encontrados em: AZEVEDO, Fernando; RUBIM,

estudos sobre teoria do agendamento em várias eleições municipais e trabalhos relacionados ao tópico. Além disso, fez parte, com Chaia, Meneguello e Schmitt (2002), de ampla investigação sobre comportamento eleitoral entre 2000 e 2004.

Em estudos pontuais e de áreas irmãs, como dissertações e artigos derivados destas, podemos citar Pedro Floriano Ribeiro (2004), que apresenta um ótimo trabalho de revisão de conceitos de Comunicação Política. Gustavo Fabrício (1997), por sua vez, dissertou sobre o cenário de representação política no *Jornal Nacional* e Daiane Menezes (2008) fez um estudo que ponderou sobre o discurso da oposição no primeiro governo Lula. Leila Herédia (2008) trabalhou com elementos clássicos retóricos sobre política nos jornais, Elissandro Inácio (2008) averiguou as capas da Revista *Veja* e Mônica Machado (2009) mapeou a retórica da reeleição no *Horário Eleitoral*.

Todos os pesquisadores citados anteriormente passam pelo tema da Comunicação Política, cujo material é essencialmente o uso de ferramentas discursivas, sendo que a maioria utiliza-se da Análise de Conteúdo (logo, quantitativa) em seus trabalhos. Diverso deles, a nossa linha de trabalho nesta tese não utilizou a ferramenta da Análise de Conteúdo. O trabalho é notadamente qualitativo no tocante à análise e teve a teoria da Filosofia da Linguagem e o método dialógico como base, conforme veremos. Um mapeamento dos temas que mais apareceram nos editoriais de *Estadão* e *Folha* foi feito a fim de traçar quais as linhas temáticas que mais apareceram no trabalho conforme a leitura ia sendo feita. Veremos detalhadamente como isso foi feito ao apresentar a metodologia deste estudo.

## **5. Método e indicadores empíricos**

A metodologia utilizada é o método dialógico, de viés qualitativo, a partir dos conceitos da Filosofia da Linguagem. Dentro das Ciências Humanas, existe um esforço grande em legitimar a análise qualitativa no tocante à validade científica, como nos propõe Pádua (1997, p.31). Para a autora, a escolha da abordagem qualitativa ou quantitativa depende do caso e, principalmente, dos objetivos do estudo. Citando Gouveia (1984), a autora apresenta as intenções da abordagem qualitativa:

Há problemas e investigação que exigem informações referentes a um grande número de sujeitos e que, conseqüentemente, não comportam outro recurso



senão o da abordagem quantitativa. Em outros casos, como por exemplo, quando se quer apreender a dinâmica de um processo, a abordagem qualitativa é a indicada. (GOUVEIA, 1984 apud PÁDUA, 1997, p.32).

Basicamente, desenvolvemos a metodologia aplicada por Mikhail Bakhtin (1997) no livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Segundo o autor, quando existe a necessidade de olhar para os discursos enquanto locais onde se refletem e refratam confrontos ideológicos por excelência, os conceitos e princípios metodológicos devem ser diversos da análise meramente linguística, que foca ou nas estruturas gramaticais ou na análise contedutística.

Assim, o autor apresenta o passo metodológico fundamental: "Não separar a ideologia da realidade material do signo colocando-a no campo da 'consciência' ou em qualquer outra esfera fugidia e indefinível" (BAKHTIN, 1997, p.44). Para o Bakhtin, a necessidade é não desvincular o texto do contexto, deixando a questão da significação ser encontrada somente na estrutura da língua ou na construção subjetiva autoral (ou em ambas), sem que haja uma interação com o contexto global, ou seja, uma consideração sobre onde aquele texto está inserido, o local onde foi publicado, quem o escreveu, para quem foi escrito, o que diz, o que quis indicar e quais referências implica.

Uma segunda etapa indicada por Bakhtin é:

Não dissociar o signo das formas concretas de comunicação social (entendendo-se que o signo faz parte de um sistema de comunicação social organizada e que não tem existência fora deste sistema, a não ser como objeto físico) (BAKHTIN, 1997, p.44).

Novamente, neste trecho, o autor mostra seu vínculo com o materialismo sócio-histórico: o signo não existe como uma abstração de língua, uma soma de significado mais significante, se não acionarmos as relações sociais, ou seja, se ele não estiver no âmbito da comunicação social. Assim, Bakhtin nos aponta a comunicação como elemento fulcral para a metodologia. Como veremos, qualquer objeto pode ser imantado de ideologia e ganhar significação para além de sua realidade primeira. No entanto, caso separado do contexto, um objeto torna-se nada mais que um objeto. O mesmo vale para o signo linguístico: isolado das relações humanas e da comunicação social ele deixa de ser ativado, tornando-se meramente um som e/ou representação gráfica. O exemplo mais claro são as línguas extintas, como o latim, que estão fora do sistema de comunicação social e, mesmo que ainda tenhamos conhecimento de suas representações gráficas, pronúncias e significados, não deixam de ser consideradas mortas pela simples

falta de ativação social e, com isso, deixam de agregar sentidos novos, enfim, não fazem mais parte dos sistemas de linguagens humanos.

Por fim, como último traço metodológico, Bakhtin afirma que não é possível dissociar a comunicação e suas formas de sua base material, a infraestrutura (1997, p.44). Infraestrutura, no caso bakhtiniano, é a realidade concreta onde se dão os processos de comunicação. Todos os signos se formam dentro desta realidade social e, por isso, é importante aliar a questão do contexto com o texto (e não separá-las). Na teoria de Bakhtin, a infraestrutura está relacionada ao que ele denomina de superestrutura, ou seja, dentro dos estudos marxistas, superestrutura é todo o sistema social-ideológico que uma sociedade constitui na sua história. O signo é a materialização da superestrutura, formada, elabora o autor, pela ciência, cultura, religião e educação. Assim, cada estrutura superior forma tipos relativamente estáveis de signos ideológicos, que compõem a infraestrutura comunicacional.

O importante destes dois conceitos de Bakhtin é não olharmos ambos separadamente, mas sempre em processo de interação e constituição mútua. Não existe uma fronteira entre eles, bem como não é possível encontrar o momento em que objetos se transformam em signos ou quando as palavras ganham significados novos. Todo o processo é eminentemente ideológico, com grupos buscando constituir valores sociais, valores estes que também passam para a esfera da linguagem.

Porém, como já ressaltamos, os signos ideológicos são arenas de lutas, então, nem sempre os grupos sociais organizados conseguem estabilizar os signos, transformando tais signos, com suas ideologias e forma enunciativa, em discursos. Por exemplo, temos uma série de discursos marginais na sociedade que não conseguem subir na esfera hierárquica. Um bom exemplo são as músicas tidas como de periferia das cidades grandes, como o rap e o funk. As canções destes estilos comportam uma estrutura ideológica de valorização dos guetos, favelas e periferias, além de citarem as mazelas sociais sofridas pela população carente que vive nestes locais. Então, estes são tipos de discursos que não convergem para as estruturas ideológicas vigentes e, por isso, marginalizam-se, com seus signos e significações próprios (só que é importante ressaltar que não estão isolados). Outro exemplo, em outro âmbito, é a questão do desenvolvimento sustentável que assaltou as empresas e instituições nos últimos anos. Desde a década de 90, no Brasil, existem grupos organizados enfatizando a questão da sustentabilidade, só que as ações foram ganhar força e tornar-se um discurso vigente do politicamente correto nos últimos anos, após entrarmos no ano dois mil. Na hierarquia

discursiva, sustentabilidade tem a visibilidade necessária para atrair políticas públicas, atenção da mídia e, com isso, discussão na sociedade.

O importante é notar que a teoria bakhtiniana tem o discurso como o local onde podem ser encontradas até as *menores* mudanças da sociedade – podendo ser possível “ler” um contexto histórico, estipulando uma ligação concreta com a realidade. Aliado à corrente do materialismo sócio-histórico, Bakhtin também estabelece que o objeto de estudo deve ser construído a partir da interação com o pesquisador, nunca sendo pré-dado, mas sim constituindo-se através do olhar do sujeito. Para o autor, caso sejam seguidos os procedimentos metodológicos citados, o pesquisador conseguirá examinar as formas da língua na sua interpretação, enquanto ponte da vida e do homem.

Portanto, o método dialógico que utilizamos *põe em relação os discursos*, que excedem a linguística (mas não deixam de estar ligados à linguagem), onde, em suma, a compreensão deve ser, antes de tudo, viva e altérica. Assim, a metodologia utiliza a questão do dialogismo como base teórica, a partir dos gêneros discursivos, da qual é possível emergir elementos de intertextualidade (um texto remetendo a outros textos), polifonia (pluralidade de vozes) e entonação. Os signos ideológicos, que formam estruturas discursivas, são produtos que refletem e refratam uma realidade que lhe é exterior.

O texto só vive em contato com outro texto (contexto). Somente em seu ponto de contato é que surge a luz que aclara para trás e para frente, fazendo que o texto participe de um diálogo. Salientamos que se trata do contato dialógico entre os textos (entre os enunciados), e não do contato mecânico “opositivo”, possível apenas dentro das fronteiras de um texto (e não entre texto e contextos), entre os elementos abstratos desse texto (entre os signos dentro do texto), e que é indispensável somente para uma primeira etapa da compreensão (compreensão da significação e não do sentido). Por trás desse contato, há o contato de pessoas e não de coisas (BAKHTIN, 2007, p.404).

A abordagem dialógica é um contraponto ao estruturalismo e um combate à reificação e ao dogmatismo. Se um enunciado é tratado fora do contato vivo com outros enunciados e da atividade humana, ele tende, segundo Bakhtin, a se reificar e tornar-se dogma: o que está dito é sempre dito da mesma maneira que acaba se tornando uma verdade.

Bakhtin, no fim do livro *Estética da Criação Verbal*, fez uma série de observações sobre a epistemologia das ciências humanas. São apontamentos, rascunhos, frases inconclusas e diálogos entre o autor imaginando seus críticos ou alunos. Quando o autor se questionou sobre o estruturalismo, acabou por revelar a essência da sua teoria e método, a qual buscamos explicitar até este momento:

Minha atitude ante o estruturalismo? Sou contra o fechamento dentro do texto, contra as categorias mecânicas de “oposição” e de “transcodificação” (a pluralidade dos estilos em Eugênio Oneguin, tal como a interpreta Lotman e como eu a interpreto), contra uma formalização e uma despersonalização sistemática: todas as relações têm um caráter lógico (no sentido lato do termo). De minha parte, em todas as coisas, ouço as vozes e sua relação dialógica. No tocante ao princípio de complementaridade, também o entendo de maneira dialógica (BAKHTIN, 2003, p. 413).

Temos que ressaltar uma vez mais que, dentro do campo da linguagem, há uma série de ferramentas linguísticas e semióticas que são utilizadas como modos de se pesquisar dentro da área de comunicação. Nos estudos de Comunicação Política, o mais usual é utilizar o procedimento metodológico da Análise de Conteúdo. Outro procedimento também utilizado é a Análise do Discurso, advindo da teoria de mesmo nome<sup>16</sup> (AD), em sua vertente francesa. A AD, em um primeiro momento (década de 60), se pautou pela análise das estruturas gramaticais e praticou a chamada análise do discurso automática, feita com uso de computadores. Foi Michel Pechêux [1983] (1997) quem reaproximou a área da relação texto-contexto, dando abertura para novos estudos – agora com uma teoria fortemente influenciada pelos estudos de Michel Foucault<sup>17</sup>.

A teoria bakhtiniana e o método dialógico propostos não se aproximam dos procedimentos sistemáticos, seja da Análise do Discurso ou da Análise de Conteúdo, ou mesmo dos procedimentos de análise semiótica ou puramente gramatical. Mesmo que tenhamos, para fins didáticos, uma série de textos obtidos através de uma coleta sistemática e, posteriormente, uma separação temática, a questão da significação e significância vai além da quantificação. Estamos inseridos em um jogo fronteiro, onde os sujeitos são não simétricos, concebidos intersubjetivamente a partir da participação de outros sujeitos, o que vai implicar em um discurso sempre visando uma resposta, atravessado por outros discursos, um atravessamento que é constitutivo da própria linguagem (apud FLORES, 1998, p.33).

## 6. Seleção de *corpus* e triagem de material

A fim de ter uma gama do cenário do jornalismo político brasileiro foram colhidos editoriais dos jornais *O Estado de S.Paulo* e *Folha de S.Paulo*. A intenção de

---

<sup>16</sup> Doravante AD.

<sup>17</sup> Autor que influencia uma série de áreas nas Ciências Humanas, inclusive os estudos de Filosofia da Linguagem.

tal escolha foi obter um espectro ideológico abrangente – além de esses serem veículos tradicionais no sentido histórico. Pesquisas de Azevedo (2006, p.108) indicam que ambos os jornais de expressão nacional têm posturas históricas durante os pleitos: a *Folha de S.Paulo* costuma manter-se formalmente neutra durante as Eleições, enquanto *O Estado de S.Paulo* usualmente transparece a preferência.

A coleta se deu desde a primeira convenção partidária dos "grandes" (primeira convenção partidária feita pelo Partido Verde<sup>18</sup> - 10 de junho) até o dia da eleição (31 de outubro de 2010), totalizando 144 edições de cada impresso. Acreditamos que tal período foi suficiente para abarcar todo o tempo em que a Eleição 2010 apareceu na imprensa (e para a opinião pública) até a eleição.

A escolha de tal material discursivo é de caráter regional e justificável. Cremos que é satisfatório porque os dois veículos têm influência nacional e são fontes de informações da opinião pública. De acordo com a Associação Nacional de Jornais (ANJ<sup>19</sup>) a *Folha* é o jornal de maior circulação no país com média de 290 mil exemplares/dia e o *Estadão* o 5º, com 210 mil exemplares de média por dia. Segundo AZEVEDO e CHAIA (2008, p.181): "São jornais regionais e nacionais, com um público-alvo composto pelos formadores de opinião pertencentes à classe média alta e aos setores empresariais". Não é por menos: a história dos jornais é o melhor reflexo da imprensa brasileira impressa, como veremos.

A *Folha de S.Paulo* formou-se em 1960 na capital paulista com a fusão da *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite*, sendo que esta última formou-se em 1921 e, por isso, o jornal toma essa data como a de seu nascimento. De propriedade da família Frias, ganhou credibilidade com a campanha das Diretas Já, quando se mobilizou na cobertura e aprovação da emenda Dante de Oliveira. Em 1989, foi pioneira na adoção da figura do *ombudsman*. De acordo com dados do jornal, são 2.3 milhões de leitores em todo o país. Destes, 70% são das classes AB, 28% C e 2% DE. Quarenta e seis por cento dos leitores tem renda de até 3 mil<sup>20</sup> reais mensais, enquanto 47% possui renda acima deste valor<sup>21</sup>. O jornal tem 11% do total de leitores com 20 a 24 anos, 21% de 25 a 34 anos, 24% com 35 a 44 anos, 22% de 45 a 54 anos, 13% de

---

<sup>18</sup> Doravante PV.

<sup>19</sup> Dados de 2009, os mais atuais disponibilizados. Vide Referências: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS (ANJ). Maiores jornais do Brasil. Disponível em: <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>. Acesso em: 10 dez. 2010.

<sup>20</sup> Cerca de 5,5 salários mínimos, com o valor a R\$ 545,0.

<sup>21</sup> Sete por cento não declarou a renda familiar. A pesquisa foi feita pelo Ibope TGI (Fev/09 - Jan/10) - Leitores diários da Folha de S.Paulo - 12 a 64 anos – Nacional.

leitores de 55 a 64 anos e o restante (9%) são jovens e crianças (idades de 12 a 19). Do total de leitores, 17% tem algum tipo de pós-graduação (seja MBA, pós, doutorado ou mestrado). Segundo os dados disponibilizados pelo jornal, em dias úteis a tiragem é de 293.319 mil exemplares, enquanto aos domingos o número sobe para 341.557<sup>22</sup>. A *Folha* conta hoje com sete cadernos diários – “Poder” (política nacional), “Mundo” (acontecimentos políticos e sociais internacionais), “Ciência” (ambientais e naturais), “Mercado” (negócios e política econômica), “Cotidiano” (noticiário local), “Esporte” (jornalismo esportivo) e “Ilustrada” (cultura e lazer) - além de oito suplementos semanais – “Folhinha” (para o público infantil), “Folhateen” (para o público adolescente), “Tec” (tecnologia e redes sociais), “Equilíbrio” (saúde e qualidade de vida), “Turismo” (destinos de viagens nacionais e internacionais), “Ilustríssima” (arte, ciência e humanidade), “Fovest” (educação/vestibular) e “The New York Times” (fatos da semana que ocorreram em território internacional).

Como já citamos anteriormente, é difícil um jornal anunciar seus editorialistas. Por exemplo, mesmo após ter passado a presidência para o filho, Luiz Frias, Octavio Frias de Oliveira dedicava-se aos editoriais (ele permaneceu à frente do jornal por 38 anos após tê-lo adquirido junto com Carlos Caldeira Filho, em 1962). Como não se declara nominalmente o autor de cada editorial, sendo esta uma característica intrínseca ao mesmo, o que é possível inferir é que os editoriais sofrem influência da cúpula do jornal, esta sim apresentada aos leitores. Durante o período analisado, a presidência do jornal estava na mão de Luiz Frias, filho de Octavio Frias de Oliveira. Luiz é o empresário da família, tem formação em economia, é pós-graduado pelas Universidades de Cambridge, na Inglaterra, e Sorbonne, na França, e está no jornal desde os 18 anos. Ao lado de Luiz na linha sucessória está o irmão, Otávio Frias Filho, como diretor editorial. Formado em direito e pós-graduado em ciências sociais, está no comando da redação desde 1984, sendo um dos responsáveis (com o pai e com o jornalista Cláudio Abramo) por sedimentar a página 2 e 3 da *Folha* como espaço opinativo e, principalmente, por reger o Projeto Folha, que visava a modernização editorial, textual e visual do jornal. Além disso, foi ele o responsável pelo lançamento do famoso "Manual Geral da Redação". Como Superintendentes figuravam Maria Judith Brito, que, no período analisado neste trabalho, além de jornalista no grupo, era a diretora da Associação Nacional de Jornais (ANJ) (2010-2012) e Antonio Manuel Teixeira

---

<sup>22</sup> De acordo com o IVC de Julho/2011, aponta o jornal.

Mendes, sociólogo que trabalhou primeiro na empresa no Instituto de Pesquisas do Datafolha. Sérgio D'ávila, que fez carreira como correspondente do jornal em Washington (EUA) se tornou, em março de 2010, o Editor-executivo, no lugar da jornalista Eleonora de Lucena, titular do cargo por dez anos.

O Conselho Editorial da Folha é um caso à parte: na década de 70, dentro das mudanças editoriais arquitetadas pelos Frias (pai e filho) e por Cláudio Abramo, a parte opinativa do jornal foi construída junto a um conselho formado por intelectuais. Era a garantia de imparcialidade e pluralidade que é ainda hoje a marca registrada do jornal. Durante a pesquisa, o conselho era composto por dez nomes. Além dos membros da família Frias e de Antonio Manuel, faziam parte do grupo o físico Rogério Cezar Cerqueira Leite, professor emérito da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e os sociólogos Marcelo Coelho e Celso Pinto. Do time dos jornalistas faziam parte: Jânio de Freitas, renomado profissional que já trabalhou em diversos veículos e foi correspondente internacional, Gilberto Dimenstein, também com larga carreira no jornalismo nacional e internacional – além de Carlos Heitor Cony. Jornalista desde 1947 e escritor imortal da Academia Brasileira de Letras, Cony é, junto com Jânio de Freitas, o mais experiente conselheiro.

Já *O Estado de S.Paulo* foi criado em 1875 por um grupo de republicanos, com o nome de *A província de S.Paulo*. A primeira vez que ganhou fama foi por ter enviado o jovem Euclides da Cunha para a cobertura de Canudos. Na virada do século, em 1902, Júlio de Mesquita assumiu o controle do veículo, sendo que sua família ainda permanece com ações da empresa. Como a maioria dos jornais, tanto *Estadão* quanto a *Folha* apoiaram o golpe militar de 1964, mas depois voltariam atrás e sofreriam nas mãos da censura. O jornal tem 979 mil leitores<sup>23</sup>, sendo 24% da classe A, 53% da classe B e 21% da classe C. Onze por cento dos leitores informaram possuírem renda de mais de 10 salários mínimos<sup>24</sup> e quase a metade (49%) tem nível superior. Na questão da faixa etária, o jornal tem mais leitores na faixa acima dos 50 anos, com 25%. Vinte e um por cento dos leitores tem entre 40 e 49, sendo a mesma porcentagem para a idade entre 30 e 39 anos. De 20 a 29 anos o *Estadão* tem 24% de leitores e 9% são crianças e jovens, de 10 a 19 anos. Nos dias úteis a tiragem chega a 218.772 mil jornais, enquanto

---

<sup>23</sup>Ipsos: Estudos Marplan/EGM – Consolidado 2010 – Gde. SP – Filtro leitura líquida de segunda/domingo: AS 10+ anos (979mil) – Outros interesses e cartão de crédito: AS 13+ anos (969mil) – Potencial de crédito: AS 18+ anos (912mil). Os dados foram informados pelo jornal.

<sup>24</sup> O valor do salário está em R\$ 545,00.

aos domingos são 282.747 mil edições publicadas<sup>25</sup>. Circula com cinco cadernos diários: “1º Caderno” (cobertura de temas que movimentam a sociedade, a política do país, os fatos internacionais, suas implicações e consequências para o Brasil), “Economia & Negócios” (cobertura econômica), “Metrópole” (noticiários local), “Caderno 2” (cultura e lazer) e “Esportes” (jornalismo esportivo). Suplementos são vinte: “Link” (internet e afins), “Negócios”, “Viagem”, “Agrícola”, “Paladar”, “Divirta-se”, “Estadinho”, “C2+Música” (suplemento de cultura), “Sabático” (suplemento intelectual), “C2 Domingo”, “Aliás” (a semana revista), “Feminino”, “TV”, “Casa”, “.edu”, “Planeta”, “Autos”, “Empregos & Carreiras”, “Imóveis” e “Oportunidades” (dicas para carreira).

Diferente da Folha, que faz questão de mostrar seu conselho editorial, o Estadão é, ao seu estilo, mais sóbrio. As poucas informações disponíveis estão no cabeçalho da página A3, acima dos editoriais. Ali pode se lido que o Conselho de Administração do Estadão teve como presidente, durante o nosso tempo de coleta, Aurélio de Almeida Prado Cidade. Administrador com experiência internacional, Cidade faz parte de uma reestruturação do grupo Estado para profissionalizar as áreas de gestão do jornal. Fora ele, todos os outros membros do conselho ostentam Mesquita no sobrenome: Fernão Lara Mesquita, que é diretor do *Jornal da Tarde*, Francisco Mesquita Neto, diretor-superintendente do JT e vice-presidente da ANJ (2010-2012), Júlio César Mesquita, primogênito de Júlio de Mesquita Neto, Patrícia Maria Mesquita, artista plástica e Roberto C. Mesquita, ex-diretor do jornal. Na parte informativa, o jornal tinha como Diretor de Conteúdo Ricardo Gandour, engenheiro civil e jornalista, tendo como Editor-chefe Responsável Roberto Gazzi. Na importante cadeira de Diretor de Opinião o jornal reserva espaço para o mais importante dos Mesquitas, Ruy Mesquita. Filho de Júlio Mesquita Filho, irmão de Júlio de Mesquita Neto e pai de Fernão Lara, doutor Ruy, como é conhecido, está no jornal desde 1948, com participação ativa em momentos históricos como o apoio ao golpe militar e, posteriormente, na liderança contra a censura. Ao lado dele, como Editor Responsável está Antonio Carlos Pereira, jornalista, especialista em estudos estratégicos e diretor do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial. No tocante às Eleições, a novidade de 2010 foi o jornal *O Estado de S.Paulo*, pela primeira vez na história, ter declarado apoio a José Serra. A *Folha* não se pronunciou oficialmente.

---

<sup>25</sup> De acordo com dados do IVC 2010 e apresentado pelo *O Estado de S.Paulo*.



Como dissemos, focamos nosso estudo nos editoriais dos jornais. No *O Estado de S.Paulo* os editoriais estão publicados no que eles chamam de "setor A". Este setor, que está localizado no 1º Caderno, onde está a capa, "Espaço Aberto" (local dos artigos que se encontra no "pé" da página Fórum dos Leitores), "Notas & Informações" (local dos editoriais, continuação do Fórum dos Leitores e espaço para dois artigos) e caderno "Nacional".

Especificamente na questão dos editoriais o *Estadão* apresenta diariamente, na página A3, três temáticas diferentes, sendo um com mais destaque, que fica no início da página em cinco colunas e dois editoriais abaixo, com três colunas cada. Na *Folha de S.Paulo*, os editoriais estão no setor de "Opinião", que, além dos editoriais, também tem quatro colunistas (em média), "Painel do Leitor", "Erramos" e "Tendências/Debates" (onde são convidadas duas pessoas públicas com opiniões opostas para comentar um assunto). A *Folha* apresenta seus editoriais na segunda página: eles ficam no canto esquerdo e ocupam duas colunas. A diferença principal entre os jornalões é que os editoriais da FSP dividem espaço da página com os colunistas, inclusive com a charge, diluindo a opinião do jornal entre muitos outros textos assinados. Enquanto que o *Estadão* reserva mais de 80% da página para os textos editoriais, sempre dando destaque para o selo *ex-libris*, um homem em um cavalo que tem em um dos braços o jornal e na outra uma corneta<sup>26</sup>.

Foram 285 editoriais publicados na *Folha de S.Paulo* e 442 no *O Estado de S.Paulo* durante o período que compreendeu o nosso tempo de coleta. Os 727 textos foram uma base primeira, de onde pudemos filtrar os temas apresentados nos veículos impressos durante as Eleições 2010 e, dentro desta filtragem, como os jornais abordaram os pré-candidatos à presidente do Brasil. A primeira análise feita consistiu na averiguação da existência de citação nominal em relação aos candidatos à presidência. Caso houvesse diretamente, o(s) tema(s) predominante(s) era (m) anotado (s). Atentamos para o fato de que não contabilizamos o número total de citações dentro de um editorial. Dessa maneira, um candidato *x* poderia ter o nome citado 5 vezes dentro do texto, mas o contabilizamos somente como 1. Obviamente, isso serviu para planificar os dados e facilitar a metodologia – sendo que, como também faremos a leitura quantitativa, não houve maiores prejuízos para a pesquisa.

---

<sup>26</sup> O nome do cavaleiro era Bernard Gregoire. Ele nasceu na França e, já no Brasil, começou a vender jornais de porta em porta pelas ruas de São Paulo, em 1876. Era algo então inédito no país e tornou-se marca do jornal *A província de S.Paulo*.

Feita a separação dos editoriais que tinham somente citações diretas aos candidatos, separamos os temas mais constantes nos textos. Demos preferência para temas "exteriores", ou seja, fatos ocorridos durante o cotidiano da corrida eleitoral e que foram destacados. Tais textos entraram no mapeamento que estabelecemos para compor um cenário dos editoriais.

Fizemos também uma contagem distinta quando os editoriais abordaram os candidatos, com seus perfis e trajetórias. Isso auxiliou a demonstrar para o leitor deste trabalho o quanto de visibilidade foi dada pelos jornais para cada candidato dentro da Eleição 2010. Não separamos os perfis como temas porque não eram fatos exteriores e sim leituras dos editoriais sobre cada ator político.

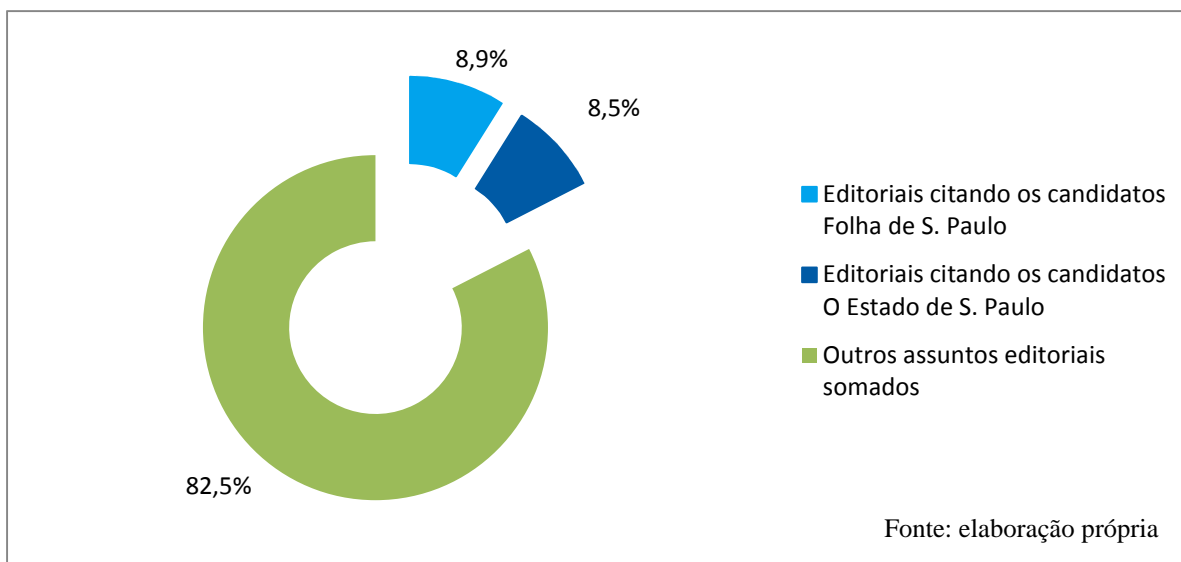
É preciso informar também que, em alguns momentos, os editoriais descreveram a atuação dos candidatos em debates ou comentaram assuntos rapidamente (ou seja, que não eram tema principal dos editoriais). Não categorizamos tais momentos porque eles não chegavam a compor um cenário completo – posto consideramos que foram mais pontuais dentro da questão da Eleição e não ganharam alta visibilidade dos editorialistas ou formalizaram um conjunto textual. Contudo, não descartamos tal material: os editoriais citados foram utilizados para alinhar o texto sobre perfis biográficos/psicológicos, situação nacional e ex-presidentes – auxiliando na compreensão dos fatos.

## **7. Dados**

Na *Folha de S.Paulo* foram 65 textos (de 285 totais) com citações diretas e nominais aos candidatos – relevando que 22,8% dos editoriais no tempo de coleta abordaram os presidenciáveis de alguma maneira. No *O Estado de S.Paulo* foram 62 textos (de 442 totais) citando nominalmente os candidatos, numa porcentagem 14,02% durante o período compreendido entre a primeira convenção partidária e o dia da eleição no segundo turno.

Portanto, 127 textos citaram diretamente um dos três principais candidatos à presidência da República, revelando que *Estadão* e *Folha*, somados, reservaram 17,46% das suas páginas editoriais para a candidatura ao poder Executivo. O gráfico a seguir representa o número total de editoriais somados e o quanto cada jornal destinou para os candidatos à presidência.

**Figura 1 – Porcentual de citações nominais candidatos à presidência nos jornais Estado de S.Paulo e Folha de S.Paulo**



No tocante aos outros assuntos, os jornais impressos abordam temas variados: conforme já vimos, algumas vezes os editoriais comentam reportagens publicadas tanto nas próprias páginas quanto nas de concorrentes. Durante nossa coleta, os citados, além do *Estadão* citar a *Folha* e vice-versa, foram *Correio Braziliense* e *Valor Econômico*. Na maioria dos casos, os temas mais abordados foram economia, política (externa e interna) e educação, comentando os fatos que ocorreram no dia ou semana. Em grande parcela dos casos os jornais seguiram piamente o fato dos editoriais serem "cães de guarda" dos poderes: por meio de uma linguagem persuasiva e argumentativa, analisavam as medidas (ou a falta delas) nos mais diversos casos – sempre de maneira crítica. A maioria era em relação ao cotidiano do país e dos estados. Em poucos casos, a cidade de São Paulo era tema, principalmente nos casos de urbanização e trânsito. Como não era o intento dessa pesquisa, não nos aprofundamos nestes assuntos.

Ao longo da análise, certa ordem de eventos foi acontecendo e acabou por aparecer nas páginas informativas dos jornais. Alguns destes eventos foram comentados pelos editoriais, sendo possível uma separação temática dos eventos que tinham relação com os presidencializáveis e estabeleciam cenários completos para o leitor. Como esse trabalho não tem foco principal na abordagem quantitativa, a sistematização em categorias serviu para auxiliar na demonstração dos cenários eleitorais em 2010 quando

citados os presidenciáveis. A disposição cronológica dos eventos e leituras detalhadas será abordada com profundidade no capítulo relativo às análises textuais.

Para a categorização, a ordem da separação foi a seguinte nos dois jornais:

- Lula
- Caso dossiê Receita Federal
- Plano de governo
- FARC
- Imprensa
- Caso Erenice Guerra
- Aborto/Religião
- Agressão aos candidatos
- Privatização

Neste instante, importa menos saber quantas vezes candidato  $x$  ou  $y$  apareceu ou foi tema dos editoriais do que saber o que foi dito sobre eles, ou seja, se o tom foi avaliativo, preditivo ou irônico (como é comum no gênero editorial) e demais leituras possíveis. Para tanto, trilharemos um primeiro caminho teórico na Filosofia da Linguagem para comprovar a importância dos dizeres na linguagem. Cada palavra, os signos e os enunciados são pontes entre os homens, em um movimento que existe enquanto há comunicação humana. E cada palavra comporta a natureza dialógica da linguagem: elas refletem, refratam e possuem entonações que carregam consigo sentidos. O jornalismo é, por si só, a prática maior da liberdade de expressão. No entanto, somente isso não basta, seria um decalque da realidade. É necessário mostrar que existe uma liberdade de compreensão também por parte do leitor: saber que existem discursos que são oficiais e discursos periféricos, sendo que ambos estão buscando conseguir a hegemonia e se sobressair, tornando-se corrente. Assim, não basta somente dizer Dilma, Serra e Marina – mas sim se os editoriais foram críticos ou elogiosos a Dilma, Serra e Marina.

Como dissemos, palavras não são meras palavras, conforme vimos, editoriais são entregues para jornalistas e sociólogos com experiência, quando não são escritos pelos representantes das famílias da imprensa. Somente "atacar" a grande mídia (como é comum na Internet, por exemplo) como forma de dizer que esta "manipula" (termo recorrente) é um exemplo da miopia em relação à comunicação e linguagem. O ideal

seria entender que os signos estão em múltiplas arenas de luta, que sujeitos estão por trás dos textos, existem sentidos almejados em cada frase, um *projeto de dizer*, bem como existem leitores com outras bagagens a lerem os textos. Linguagem não é uma ciência exata, tais quais as áreas "duras" do conhecimento. Não existe um sentido único. A única exigência é pensar. Geraldi (2007) nos auxilia nesta questão:

Dispúnhamos e dispomos de certas técnicas de escuta, mas não sabemos com precisão que toque, que palavra, que gesto produziu o encontro com outro toque, outra palavra, outro gesto, e na faísca deste encontro escreveu em sulcos no ar uma outra imagem, uma terceira palavra capaz de criar uma compreensão, exigir um investimento intelectual e desencadear este encanto que é o pensamento. Pensar exige liberdade. Pensar exige silêncio e vazios. E terá valido a pena pensar, mesmo que o pensado se esvaia no momento mesmo de sua emergência (GERALDI, 2007, p.138).

*No descomeço era o verbo.  
Só depois é que veio o delírio do verbo.  
O delírio do verbo estava no começo, lá, Onde a criança diz:  
eu escuto a cor dos passarinhos.  
A criança não sabe que o verbo escutar não  
Funciona para cor, mas para som.  
Então se a criança muda a função de um verbo, ele delira.  
E pois.  
Em poesia que é voz de poeta,  
que é a voz  
De fazer nascimentos  
O verbo tem que pegar delírio.*  
Uma didática das invenções - Manoel de Barros

## **CAPÍTULO II – Debate Teórico - A Filosofia da Linguagem**

Quando Patrick Charaudeau (2008) disse que o governo da palavra não é tudo na política, mas a política não age sem a palavra, ele acertou no ponto em que podemos encontrar política e jornalismo com a Filosofia da Linguagem. A questão do discurso é fundamental tanto para a política quanto para o jornalismo.

Inicialmente, vamos nos ater aprofundadamente aos caminhos teóricos desenvolvidos por Mikhail Bakhtin para apreender os conceitos apresentados e, posteriormente, analisar como tais conceitos aparecem nas questões discursivas dos editoriais. É preciso dizer que a palavra discursiva é a arena de luta dos homens, onde existe um eterno embate de dizeres, de busca que uma ideologia se sobreponha às demais e, com isso, um discurso se torne oficial frente aos demais. Pelas palavras de Bakhtin:

[...] a palavra intervém no espaço de discussão para que sejam definidos o ideal dos fins e os meios da ação política; a palavra intervém no espaço de ação para que sejam organizadas e coordenadas a distribuição das tarefas e a promulgação das leis, regras e decisões de todas as ordens; a palavra intervém no espaço de persuasão para que a instância política possa convencer a instância cidadã dos fundamentos de seu programa e das decisões que ela toma ao gerir conflitos de opinião em seu proveito (BAKHTIN, 1997, p.21).

Como vimos, no jornalismo informativo temos a discussão sobre a fórmula de pirâmide invertida e *lead* como meios de assujeitamento, produção automatizada e

imparcial das notícias. Esta propriedade não é peculiar ao jornalismo, mas é uma questão discursiva. Eire & Guervós (2000, p.125) demonstram que discurso político também pode ser visto a partir deste viés maquinista. Eles fazem uso de um tom jocoso para apresentar seu "guia para o uso de burocratas principiantes", que podemos também entender como uma bússola para a retórica política (vide tabela 5). A ideia dos autores é que, caso pule da primeira casa para a segunda e, assim por diante, teremos dez mil combinações para um discurso de quarenta horas.

### Quadro 1 – Combinações para um discurso

I	II	III	IV
Queridos colegas	la realización de los deberes del programa	nos obliga al análisis	de las condiciones financieras y administrativas existentes.
Por otra parte,	la complejidad de los estudios de los dirigentes	cumple un rol esencial en la información	de las directivas de desarrollo para el futuro.
Asimismo,	el aumento constante, en cantidad y extensión, de nuestra actividad	exige la precisión y la determinación	del sistema de participación general.
Sin embargo, no olvidemos que	la estructura actual de la organización	ayuda a la preparación y la realización	de las actitudes de los miembros de las organizaciones hacia sus deberes.
De igual manera,	el nuevo modelo de actividad de la organización	garantiza la participación de un grupo importante en la formación	de las nuevas proposiciones financieras y socioeconómicas.
La práctica de la vida cotidiana prueba que	el desarrollo continuo de distintas formas de actividad	cumple deberes importantes en la determinación	de las direcciones educativas en el sentido del progreso.
No es indispensable argumentar el peso	la garantía constante, nuestra	facilita la creación	del sistema de formación de

y la significación de estos problemas, ya que	actividad de información y de propaganda		cuadros que corresponda a las necesidades.
Las experiencias ricas y diversas nos garantizan que	el reforzamiento y desarrollo de las estructuras	Obstaculiza la apreciación de la importancia	de las condiciones de las actividades propias.

(EIRE; GUERVÓS, 2000, p.125)

Como podemos ver, é possível encontrar milhares de combinações de enunciações, um arsenal retórico que, caso não seja relacionado a *contextos e condições de produção*, torna-se inócuo. Ou seja, ele precisa do ambiente social para ser acionado, o político precisa da sua plateia. A utilização de tabelas discursivas é exatamente o oposto que a Filosofia da Linguagem prega. Isto acontece porque Bakhtin (1997), logo no início do *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, ao analisar as bases do marxismo, afirma que a filosofia da então burguesia se construiu sob o signo da palavra. Para ele, a disputa pela hegemonia da palavra (e, portanto, do discurso) tornou-se tão acirrada que chegou a comparar com uma "luta inflamada", tais quais aquelas que opuseram realistas, nominalistas e conceitualistas durante toda a Idade Média. Na visão do autor, foi pela via da palavra que a burguesia percebeu que poderia difundir suas ideias e assumir o *status quo* almejado – uma vez que tinha inimigos poderosos – e não pelas armas. Portanto, era a discursividade aliada à via econômica, um projeto que foi posto em prática, com a ideia de Estados Nacionais, com sua forma de proteção e direitos sociais. Para o teórico, foi a palavra que ajudou a forjar o mundo ocidental em que vivemos atualmente.

## 1. Conhecendo Bakhtin

Porém, antes de apresentar a teoria bakhtiniana, devemos atentar para quem foi Bakhtin. Isto é justificável, pois, principalmente na França, lugar do nascedouro da Análise do Discurso, o filósofo não é amplamente reconhecido nem pelas suas considerações filosóficas nem no tocante aos estudos linguísticos. Por exemplo, ao lermos Charaudeau vemos que ele só reconhece os estudos das formações discursivas a partir da ascensão de Pechêux (analisando o discurso dos políticos) e Foucault, como já dissemos anteriormente. No entanto, muitos dos avanços nos estudos de linguagem (que foram citados nas décadas de 1960 e 1970) já haviam sido criados – se não com a



mesma terminologia, com a mesma ideia – no início do século pelo russo Bakhtin. O autor, para chegar a conceitos como dialogismo, carnavalização, polifonia e intertextualidade, buscou grande parte de suas teorizações no seio da vida social, como defende Miotello (2002)<sup>27</sup>. Desse modo, é importante apresentar o autor para depois apresentar suas teorias, que não são meramente linguísticas, mas teorias de linguagem em relação com o mundo.

Nascido em 1895, na cidade de Orel, Bakhtin teve uma sólida formação filosófica e de literatura desde a infância. Coursou Estudos Clássicos na Faculdade Filológica-Histórica, primeiro na Universidade da cidade natal, depois em São Petersburgo. Em 1918, fugindo do frio, ele mudou-se para a pequena cidade de Nevel – onde arregimentaria, um tempo depois, uma série de intelectuais (Lev Vasiliévitch Pumpiânski, Matvei Isaevich Kagan, Valentin Volochinov, Maria Iudina) para formar o famoso *Círculo de Bakhtin*. Nessa época acontece algo que iria ser parte da realidade na ainda embrionária União Soviética: Bakhtin teve que mudar-se novamente em 1920, para Vitebsk – em busca de melhor qualidade de vida e, principalmente, acesso à comida. Foi em Vitebsk que ele foi acometido de osteomielite e febre tifóide, que o fizeram ficar em casa lendo, fumando e se debruçando a escrever sobre ética e estética.

Nesta altura Bakhtin conheceu Elena Aleksandrovna Okolóvitch, que seria sua esposa. Na primavera de 1924, Bakhtin retornou para a agora Leningrado e iniciou um período de efervescência intelectual, quando, primeiro publicou um livro sobre o freudismo e os formalistas russos, e ainda resgatou os trabalhos do *Círculo de Bakhtin* com novos membros e alguns de outrora. De acordo com Miotello (2002) em janeiro de 1929 foi a vez de Bakhtin sofrer um primeiro expurgo: por uma série de acusações esdrúxulas, foi condenado a passar dez anos nas ilhas Soloviétski (Sibéria).<sup>28</sup> No entanto, como sua saúde não suportaria, teve a pena abrandada.

O ano de 1929 é marcante também, pois foi quando Bakhtin publicaria duas grandes obras: *Marxismo e Filosofia da Linguagem* e *Problemas da poética de Dostoiévski*. Porém, não obteria fama por conta disso – ao contrário – ganharia a pena de reclusão de sua própria terra. Após muitos percalços, Bakhtin ficou na gélida Sibéria

---

<sup>27</sup> As demais informações históricas a seguir também são de Miotello. No entanto, não haverá referência a fim de não tornar o texto muito repetitivo.

<sup>28</sup> Bakhtin foi acusado por três motivos: ser membro da Irmandade de São Serafim, que era contra e não apoiava a revolução; porque poderia ser participante de uma lista de um futuro governo anticomunista, divulgada em Paris e por corromper jovens em aulas dadas em cursos pastorais.

somente até dezembro de 1929. Por conta da pressão dos amigos e da frágil saúde teve o encarceramento relaxado e, um tempo depois, a condenação comutada para pena de exílio no Cazaquistão, em Kustanai. Por não poder lecionar (uma vez que ele "corrompia" a juventude, um dos argumentos para ser preso), acabou trabalhando em uma cooperativa distrital, na parte de cálculos para cumprir os planos econômicos comunistas. Apesar da melhora nas condições de vida, ele teve que se distanciar dos estudos. Por outro lado, pôde ver de perto as mazelas e dificuldades que o comunismo real impunha aos russos, e como estavam devastando o modo de vida tradicional.

Foi somente em 1936 que Bakhtin teve autorização para lecionar literatura no Instituto Pedagógico da Mordóvia, em Saransk. Infelizmente o retorno durou menos de um ano: com o recrudescimento dos Grandes Expurgos como política de Josef Stálin, Bakhtin teve que ir para Savelovo, cidade a 100 quilômetros de distância de Moscou – distância mínima que uma pessoa com antecedentes políticos poderia ficar da capital.

Nesta época, a ajuda dos amigos para a subsistência básica foi necessária – problema que rondou a vida de Bakhtin desde cedo, com raros momentos de folga. Sem trabalho, ele voltou-se para os estudos do romance e finalizou o doutorado sobre François Rabelais. Entre os anos de 1941 e 1945, passou a ensinar línguas – um retrocesso para quem já ostentava grande atividade intelectual. Por ironia da vida, com o final da segunda guerra mundial Bakhtin foi aceito novamente em Saransk, onde ganhou cargo importante e passou a ser tratado com deferência. Em meados de 1956 e 1957 começou a ganhar fama, por conta das concorridas aulas e palestras que dava, além de passar a ser reconhecido e citado por seus pares acadêmicos.

A vida de Bakhtin e da esposa só mudou por causa do entusiasmo de estudantes moscovitas de pós-graduação: ao estudar o texto de Bakhtin sobre Dostoiévski, o grupo decidiu republicar a obra e, por acaso, descobriu que o autor ainda vivia. Assim, Bakhtin foi revisitado em vida. Em 61 começaram os contatos e no ano seguinte saiu a republicação oficial do texto. Novamente por ironia, a autorização da ida ao prelo foi dada pelo Partido Soviético – em um jogo de “morde e assopra”.

Em 1966 a saúde do casal deteriorou e em 1969 eles foram para Moscou a fim de se tratarem no hospital do Kremlin, famoso pelos tratamentos e pela dificuldade de se conseguir vagas. Uma vez mais, os bafejos de sarcasmo estiveram presentes para o russo, já que uma aluna em especial foi quem ajudou o casal a conseguir quarto no prestigiado local. Ela era filha de Iúri Andropov, que seria anos depois líder da União Soviética (entre 83 e 84). Após um tempo sendo cuidados, Bakhtin e Elena tiveram que

ser transferidos para um asilo, onde ela faleceu em 71. Sem a mulher, Bakhtin comprou um apartamento de dois dormitórios e contratou uma governanta. O dinheiro veio dos direitos autorais das obras publicadas.

Como podemos notar, a vida de Mikhail Bakhtin foi pontuada por ironias na relação entre o marxismo e a realidade social, quando, ora era reverenciado, ora escorraçado. No início, entusiasmou-se com a nova revolução que a Rússia viveu, para depois se desencantar com os rumos tomados. Por outro lado, apesar da fragilidade de saúde, viveu sempre em busca dos elementos culturais disponíveis no povo e da literatura para sustentar as teorias que viria a postular, apesar de nunca ter tido a paz necessária para escrever. Mesmo assim, Bakhtin foi um prolífico escritor e atuante docente. Um homem ímpar. “Uma das figuras mais fascinantes e enigmáticas do mundo europeu no século XX”, como disse o discípulo Todorov no prefácio da edição francesa do livro *Estética da Criação Verbal* [1979] (2003).<sup>29</sup> Primeiro por conta das dificuldades da vida (além de tudo ainda teve que amputar uma perna por causa da osteomielite), depois pela amplitude do seu pensamento: Bakhtin nunca assumiu a autoria, por exemplo, do livro *Marxismo*. Muitos autores indicam Volochinov como o real autor da obra. Para um autor que pregava a dialogia, não fazia nenhum sentido "brigar" por um texto – já que ele mesmo era formado por muitos outros, constituído por outras vozes. Essa é a maior celeuma que persegue e dá tons de mito para o autor. Existem outros mitos que sustentam a aura do autor, como o texto sobre Rabelais nunca ter sido aceito pelo Instituto Gorki por conta da polêmica que a tese de doutoramento provocava. Outro fato acontecido foi ele ter usado uma versão do trabalho sobre Dostoiévski como papel de cigarro; e depois, na falta dos manuscritos, também teria fumado uma Bíblia<sup>30</sup>.

Atualmente Bakhtin é conhecido como o *filósofo do diálogo* – não somente pela filosofia atemporal que criou, mas também pelo que viveu até o fim. A passagem de morte do autor demonstra tal espírito: "E em 7 de Março de 1975, às duas da madrugada, ele morreu pronunciando suas últimas palavras, anotadas pela enfermeira: “Eu vou ter contigo”. Morreu como viveu e como ensinou: indo ao encontro do outro"(MIOTELLO, 2002, p.4).

---

<sup>29</sup> BAKHTIN, Mikhail [1979]. *Estética da criação verbal*. Tradução de Maria Ermantina Galvão Pereira. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

<sup>30</sup> A história está em *O livro dos livros perdidos*, de Stuart Kelly, editora Record, 2007.

Em relação aos demais filósofos e linguistas, é clara a separação entre Filosofia da Linguagem de Bakhtin e Análise do Discurso – esta última constituída em disciplina na década de 1950 através de esforços de Zellig Harris (cf. PARO, 2005, p.15). De acordo com a autora, a AD demorou para chegar a considerar o contexto do enunciado, abusando da abordagem estruturalista imanente, sendo que só conseguiu tal salto após Roman Jakobson e Émile Benveniste. Na vertente francesa, por meio de M. Pechêux, é que foi inserida a noção de discurso/poder foucaultiana e de ideologia althusseriana. Enquanto isso o flanco anglo-americano ainda considera a AD uma extensão pura da linguística no qual o indivíduo é imune ao contexto e, segundo Denise Paro (2005), as exceções são Norman Fairclough, Allan Bell e Roger Fowler – que pendem para aceitar a realidade social nas pesquisas.

Os nomes que citamos surgiram da metade do século 20 para frente, enquanto Bakhtin já preconizava suas teorias trinta anos antes dos *modernos*. O percurso mostra claramente que outras correntes aceitam em partes ou negam veementemente o contexto sócio-histórico e a necessidade do outro, enquanto Bakhtin eleva-os como elemento central de sua teoria – constituindo seu principal distanciamento metodológico e teórico. Nem dentre os futuros estudiosos Bakhtin conseguiu ressonância tão profícua quanto o fez com seus amigos do *Círculo de Bakhtin* por décadas – sendo que apenas nos últimos anos eles vêm sendo retomados não somente no âmbito acadêmico ocidental, mas também em pesquisas na própria Rússia, a fim de descobrir novos textos.

## **2. Entendendo Bakhtin**

Finda a trajetória de vida, devemos agora expor nos conceitos fundamentais da teoria bakhtiniana, que serão utilizados em nosso trabalho, a começar pela apreciação do termo *ideologia*. Quando Bakhtin escreveu o *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, alertou que até então não havia sido feito nenhum estudo relacionando o marxismo e filosofia da linguagem, portanto, seria pioneiro em tratar convergência entre domínios da concepção marxista do mundo e as questões de linguagem. Logo de início, ele supera a apreciação de ideologia de Marx, para o qual basicamente o termo sugeria uma falsa consciência, mascarando a realidade. Murilo César Soares (2009), ao fazer um histórico sobre a questão da representação, apresenta precisamente a visão de Marx:

A ideologia dominante mascara a base produtiva real da sociedade e as relações entre as classes dominantes e dominadas, tendo, por isso, um caráter justificador da exploração, formulando explicações legitimadoras do status quo. Ideologias são, portanto, representações conceituais de caráter político que configuram a realidade social a partir do prisma de uma classe, destacando-se nesse processo a classe dominante (SOARES, 1995, p.16).

Como Bakhtin afirma, Marx e Engels somente pincelaram a questão da ideologia de uma maneira mecanicista – o que foi reproduzido pelos teóricos posteriores. De acordo com Miotello (2005), dessa maneira foi estabelecida "uma ligação direta entre o acontecimento nas estruturas socioeconômicas e sua repercussão nas superestruturas ideológicas" (2005, p. 168-9). E com uma ressalva importante: estavam supondo nas leituras feitas a partir de Marx que ideologia era percebida como manifestação da consciência – de natureza psicológica. Erro grosseiro, apontou Bakhtin. Diferentemente do que é corriqueiro nos teóricos que escrevem dezenas (quando não centenas) de páginas introdutórias, Bakhtin, já na primeira página do *Marxismo* apresenta aquilo que é raiz fundante de toda a teoria e a visão dele sobre ideologia:

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia (BAKHTIN, 1997, p.29).

Como vemos, Bakhtin liga umbilicalmente ideologia ao signo. E até diz que um corpo físico ou instrumento podem ser entendidos como símbolo, só que a imagem artístico-simbólica advinda destes já é, sem escapatória, ideológica. Em outras palavras, uma foice é somente uma foice materialmente falando, bem como um martelo é realmente um utensílio feito de madeira e ferro: no entanto, a conjunção de ambos converte-se em uma realidade outra. O interessante no pensamento do russo é que nem a foice nem o martelo deixam de ser apetrechos, refletindo a realidade material que são, mas também refratando para uma organização política e econômica soviética (socialmente aceita).

O outro exemplo dado é o pão e vinho. Se, por um lado, é meramente comida e bebida, por outro ostentam um valor como símbolos religiosos. Ambos os casos representam o que Bakhtin denomina de *universo dos signos*. A diferença dos formalistas que estudavam linguística e filologia até então é que Bakhtin não nega que também os signos sejam parte da realidade – só que com valor agregado da semiótica.

Assim, todo signo tem um som, uma forma física, uma cor ou movimento (não esgotamos as possibilidades).

Sendo signo um fragmento da realidade, nas contas de Bakhtin, é possível fazer um estudo objetivo a partir deste *fenômeno do mundo exterior* dentro da amplitude do termo ideologia. Assim, para referir-se à ideologia, Bakhtin quebra o conceito em dois: para ele existe a ideologia oficial, *relativamente estabilizada*, estabelecida pelas formas que entendemos como cultura (arte, ciência, religião, etc.) e a ideologia não oficial, *não estabilizada*, cuja fonte passa pelos substratos da consciência, processos de produção, enfim, pela vida cotidiana miúda (cf. MIOTELLO, 2002, p.5). Neste ponto é que podemos entender a crítica de Bakhtin aos os filósofos idealistas e à visão psicologista: para eles, a ideologia é um *fato de consciência*, onde os signos seriam meios técnicos para se obter a compreensão. Para os idealistas, seria uma espécie de iluminação, conceito metafísico em supra existência, enquanto o positivismo psicologista vê a ideologia como um conglomerado de reações psicofísicas características da função biológica humana.

Com ironia requintada, Bakhtin diz que a criação ideológica significativa e unificada é um mero *milagre*, acontecido socialmente (1997, p.32). O que importa aqui é perceber que estudiosos pré-Bakhtin olhavam para a ideologia como algo supra ou infra-humano – porém não a consideravam como o que realmente é: formada pelo material social constituído entre indivíduos, os signos – que são ideológicos, reflexivos e refratantes.

Como o conceito clássico de ideologia se aproxima muito do conceito de consciência, Bakhtin afirma que essa relação criou um problema, uma vez que todo o edifício filosófico acaba por jogar na consciência problemas resolvidos ou não no tocante à questão da ideologia, que passa a ser entendida mais como algo subjetivo do que como consciência. Para todos os efeitos, em Bakhtin, esta última é constituída por *noções sólidas e objetivas*. Se a consciência não vem da natureza e nem é arrancada do próprio ser por si mesma, portanto, a ideologia não tem como derivar da consciência. Grosso modo, palavras e pensamentos não nascem "do nada" em nossas cabeças. O autor explica:

A lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação semiótica de um grupo social. Se privarmos a consciência de seu conteúdo semiótico e ideológico, não sobra nada. A imagem, a palavra, o gesto significativo, etc. constituem seu único abrigo (BAKHTIN, 1997, p.34).

Ao limparmos o terreno e distanciarmos consciência de ideologia, estamos aptos a afirmar que a existência dos signos só se dá porque eles são frutos da comunicação social, ligados às condições e formas desta. E aqui Bakhtin assenta que a palavra é o elemento que vai absorver a função de signo, ou seja, se tornar seu modo *mais puro e sensível de relação social*.

Um problema que o próprio marxismo demorou para notar é a relação recíproca que existe entre a infraestrutura e as superestruturas e, dado isto, saber "como a realidade (infraestrutura) determina os signos e como os signos refletem e refratam a realidade em transformação" (BAKHTIN, 1997, p.40). A palavra tem por característica sua *ubiquidade social* e, por isto, atinge todas as relações humanas através dos fios ideológicos que tecem a trama social. Neste instante, temos o gancho necessário para reunir em um mesmo campo a política, o discurso político e o discurso jornalístico: todos vivem sob a égide das palavras, compostas pelos signos ideológicos por excelência. E, uma vez mais: palavras importam em qualquer esfera.

Para os bakhtinianos, se não existisse o discurso (verbal e também não verbal, diga-se de passagem) não seríamos nada mais que objetos sem vida, sendo este o principal elo fundante da sociedade. Ainda mais: as mudanças ideológicas aparecem nos signos através de lentas acumulações. Tais alterações, sensíveis, íntimas e efêmeras são advindas da infraestrutura social; o cotidiano faz parte de um embate discursivo que, na maioria das vezes, é estabelecido a partir das interações verbais e sempre em busca da solidificação na superestrutura.

O que importa discutir neste momento é a espécie de datação, ou horizonte social, que marca o processo das relações sociais e do signo ideológico. Por exemplo, algumas palavras, frases ou discursos são arrolados a partir das bases sociais das quais elas foram produzidas. É o inexorável movimento bakhtiniano. Quantas expressões, palavras e até mesmos discursos foram jogados ao vento social e simplesmente foram repelidos? Ou mesmo, quantos foram aceitos e prosseguiram na sua constituição como oficial? Podemos nos utilizar de um exemplo banal: em que medida o signo "comunista" tem peso atualmente dentro da sociedade brasileira? Utilizado desde Getúlio Vargas, no caso do Plano Cohen, até os golpistas militares por meio do "perigo comunista", o signo se tornou, popularmente falando, em uma palavra fácil. Na última Eleição, a bandeira comunista foi representada por Plínio de Arruda Sampaio (PSOL), Rui Costa Pimenta (PCO), Ivan Pinheiro (PCB) e Zé Maria (PSTU) – sendo que o PC do B ficou na coligação de Dilma Rousseff. Com exceção do tradicional Partido

Comunista Brasileiro, os demais são dissidências petistas que se reorganizaram na miríade partidária. Fato é que nenhum dos nomes citados teve chances reais de expressiva votação – esvaziando o conceito que gerou, em nossa história, tantas lutas, polêmicas e ações políticas efetivas. Os comunistas foram pífios enquanto concorrentes ao páreo presidencial, chegando ao ponto de serem considerados pela mídia como "nanicos". Não é exagero dizer que boa parte do mundo ocidental no século 20 foi influenciada e dividida por meio do ideário comunista iniciado pelo Manifesto do Partido Comunista, de Marx e Engels, como também não se supõe extrapolação dizer que após a derrocada do muro em Berlim na Alemanha, esvaziou-se a ideologia marxista enquanto prática política.

Assim, por meio de signos que se relacionam com contextos sócio-históricos, podemos fazer um exercício e traçar o início, auge e derrocada de uma proposta política comunista. Não é factível afirmar que expressões como "comunista" (ou "vermelho") não tenham nenhum peso dentro da política. Contudo, é sim possível inferir que ambas já não têm o mesmo valor que um dia tiveram anteriormente e isso, de alguma maneira, reflete e refrata nos candidatos em 2010. Agora é tempo da socialdemocracia, que reina desde a redemocratização brasileira e na Europa há algum tempo. O significado histórico de comunista aos poucos foi se apagando socialmente.

Os exemplos deslocam nossa atenção para duas definições de Mikhail Bakhtin que são extremamente importantes. Conforme apregoa o autor, entender que os signos *refletem* uma dada realidade é naturalmente compreensível, posto estarmos em sociedade e ser da natureza humana o ato de comunicar. A dificuldade fica em torno da postulação do signo ideológico ser *refratante*. Na física, refração significa "desvio da trajetória primitiva". Em linguagem, é uma questão meramente de interesses, em que se dá uma luta de classes dentro de uma dada comunidade semiótica. Temos, portanto, a pluralidade social do signo ideológico se manifestando, ganhando vivacidade, sendo dinâmica e ideologizada.

Ora, se um signo que não está em uso social, não está sendo disputado ideologicamente pelos indivíduos para estes estabelecerem sentidos, então ele se torna – na visão de Bakhtin – um signo defunto, sendo posteriormente estudado por historiadores e filólogos. Ou seja, temos uma totalidade de falantes que utilizam uma mesma língua, o português variante brasileiro, e dentro deste universo temos distintas classes sociais. Cada classe confere um valor a determinados signos, encadeando



discursos que são, em relação às demais classes, contraditórios. O embate é a forma perene dos signos, aponta Miotello (2002). Bakhtin fala sobre isso:

Nas condições habituais da vida social, esta contradição oculta em todo signo ideológico não se mostra à descoberta porque, na ideologia dominante estabelecida, o signo ideológico é sempre um pouco reacionário e tenta, por assim dizer, estabilizar o estágio anterior da corrente dialética da evolução social e valorizar a verdade de ontem como sendo válida hoje em dia. Donde o caráter refratário e deformador do signo ideológico nos limites da ideologia dominante (BAKHTIN, 1997, p.46).

Então, o signo comporta em si mesmo a luta relacional entre a infraestrutura e superestrutura. Enquanto os signos ideológicos dominantes querem se perpetuar, os dominados buscam, também, através de signos, a rebelião para assumir o lugar dos primeiros. Tome-se este ponto de partida para estudar o jogo entre infra e superestrutura dentro dos signos, ampliado para o âmbito sociológico, já que o processo é algo necessariamente social (e não mecanicista). Em suma, o movimento de refração e reflexão sígnica está dentro de um grande "jogo", onde até mesmo a luz que irá ser usada no processo refra-reflexivo já vem banhada de ideologia.

## **2.1. Entendendo Bakhtin – movimento subjetivista idealista**

Para chegar à visão total do signo ideológico e a todo embasamento teórico que adiantamos, Bakhtin partiu de dois movimentos dissonantes. Explicaremos o primeiro deles e, mais adiante, retornaremos o segundo para, tal qual Bakhtin, sintetizá-los e agregá-los à teoria/métodos aplicada pelo autor. Assim, teremos um todo da teoria da Filosofia da Linguagem em seus mínimos detalhes.

Para começar, tal primeiro movimento Bakhtin denominou de psicologia objetiva; a conjunção nada mais é a mera recusa da ideia de que a psicologia é maior que a ideologia, existindo um psiquismo interior nos sujeitos que ultrapasse a fronteira dos signos. Basicamente idealista, tal corrente, iniciada por Wilhelm Dilthey<sup>31</sup>, prega que haveria uma *ciência do espírito*, espécie de compreensão pelo interior. Daí nasce o nome: subjetivismo idealista. Bakhtin utiliza-se exatamente o processo inverso (exterior) para iniciar a concepção teórica: o fenômeno psíquico só pode ser explicado

---

<sup>31</sup> Wilhelm Dilthey foi um filósofo historicista alemão nascido em 1833. É apontado como criador do historicismo e, como vimos, da ciência do espírito. De 1868 até o fim da vida, em 1911, ocupou a cátedra de filosofia sistemática da Universidade de Berlim, que havia pertencido a Hegel.

por fatores sociais, que irão determinar a vida concreta dentro das condições do meio onde este se insere (BAKHTIN, 1997, p.47).

Dilthey explicaria o signo por meio do psiquismo, enquanto, na realidade, é o signo que elucida o psiquismo. Desse modo, tudo o que ocorre dentro do organismo é uma expressão semiótica pois, por exemplo, respiração, articulação, mímica possuem capacidade de adquirir valor semiótico (o discurso interior tem a prerrogativa de ser o material ideológico privilegiado do psiquismo). Só que Bakhtin também não pretendia um afastamento e negação total, tornando-se "antipsicologista" ao extremo. Esta atitude, aliás, seria impensável para ele. Para Bakhtin, a psicologia e ideologia têm como fundo o signo ideológico, logo, traçar uma delimitação entre ambas seria impossível. Uma vez mais, ele não nega que o fenômeno ideológico passe pelo psiquismo, pois o signo se banha na consciência como processo anterior à exteriorização. Só que, para Bakhtin, um pensamento que existe somente no contexto da consciência e não ganha o seio social é algo inacabado. Com isso, não nega a individualidade, mas a liga obrigatoriamente ao social. Essa é uma chave conceitual e compreensiva importante, pois não nega o sujeito e tampouco fica refém dele.

O intrigante é que o signo não é da consciência enquanto individual; ele é formado por signos anteriores, aprendidos no corpo social e, por isso, conclui que o psiquismo individual é tão social quanto a ideologia. Assim, a própria conscientização, enquanto indivíduo só é possível porque é um processo social. A exemplificação mais simplória é dizer que já existia uma linguagem antes de nascermos e que esta prevalecerá após morrermos – carregada por outros indivíduos. Mesmo assim, criamos, usamos e proferimos discursos nossos, ou seja, únicos.

Mas, porque então não estamos fazendo desta tese um estudo sobre comunicação e não sobre psiquismo ou linguística pura? Onde é que se estabeleceriam fronteiras? Bakhtin também se fez essa pergunta e explicou que a expressão semiótica exterior (e ele usa do exemplo de uma enunciação) tem dois caminhos: 1 – em direção ao sujeito ou 2 – rumo à ideologia. No primeiro caso, o ato de enunciar (que podemos transformar em comunicar) servirá somente para traduzir o que é signo interior ("o que eu pensei", o que no esquema antigo da comunicação seria tido como "eu-emissor") em signo exterior (o que foi exteriorizado, dito, a "mensagem"). Ainda neste primeiro caso, a exigência seria para o interlocutor, cuja tarefa seria relacionar o que foi enunciado com um contexto interior. Bakhtin chamou tal oscilação de *compreensão puramente psicológica*.

Já no segundo caso, o que se requer é uma compreensão ideológica da enunciação, baseada na concretude e na unicidade da experiência real objetiva.

De certa maneira, Bakhtin quebra aquela velha ideia de que temos "gavetas" na cabeça guardando as memórias e ajudando a articular pensamentos. Para o autor, a relação é sempre exterior, os *starts* são dados de *fora* e só se realizam *dentro* (o signo ideológico se realiza no psiquismo, mas tal realização só existe porque existe o suporte ideológico). O destaque fica por conta de estabelecermos uma interação dialética. Na seguinte passagem, Bakhtin explica a intrincada relação:

A atividade psíquica é uma passagem do interior para o exterior; para o signo ideológico, o processo é inverso. O psíquico goza de extraterritorialidade em relação ao organismo. É o social infiltrado no organismo do indivíduo. E tudo que é ideológico é extraterritorial no domínio socioeconômico, pois o signo ideológico, situado fora do organismo, deve penetrar no mundo interior para realizar sua natureza semiótica (BAKHTIN, 1997, p.64).

Assim, passamos por este primeiro momento da teoria bakhtiniana, que é a impregnação mútua entre psiquismo e ideologia dentro do processo das relações sociais. O teórico russo fez tal estudo em resposta ao idealismo do pensamento psíquico como regente mor, inversamente do que ele pregou – mas sem negar totalmente, e sim adaptando e mostrando as relações entre interior e exterior no processo enunciativo.

É comum nos círculos linguísticos explicar tal relação com uma passagem anedótica do livro *As Aventuras do Barão de Münchhausen*, compiladas por Rudolph Erich Raspe. Em um determinado momento, em um dos feitos, o barão está preso em um pântano e vendo-se sem saída (ou sem possível ajuda próxima) acaba encontrando uma solução incomum: puxa-se pelos próprios cabelos e sai do atoleiro. No mesmo salvamento, o barão ainda resgata o seu cavalo. Aqui temos a comparação do sujeito que se constitui por si mesmo, onde a força (metáfora para os pensamentos) advém de algum lugar milagroso do próprio barão a se autossustentar. Dentro daqueles dois movimentos que dissemos anteriormente, a psicologia objetiva deságua na metáfora do Barão de Münchhausen.

A princípio, o subjetivismo idealista tem o psiquismo individualista como expressão maior. Por meio de Wilhelm Humboldt, o movimento ganhou notoriedade e expressão no campo específico dos estudos de linguagem. A argumentação é praticamente a mesma: o fato linguístico (sentido amplo) é um ato de criação individual. Caracterizado pelo fenômeno que Bakhtin denomina "energia" (divina?) que se transmutaria em um ato de fala, a língua também seria análoga à criação artística e,

finalmente, um produto acabado em si mesma, estabilizada e inerte onde somente a aquisição prática seria necessária para o uso. A língua seria um produto a ser usado. A comparação última é com uma lava fria, já moldada e praticamente eterna. Humboldt amplificou e complexificou os elementos que dispusemos e influenciou pensadores importantes à época de Bakhtin, como Wilhelm Wundt, Karl Vossler e Benedetto Croce. Todos tinham abordagens distintas para a mesma questão, além do fato de negarem o positivismo.

Portanto, a corrente subjetivista idealista que vimos é ligada a um ato psicofisiológico que engendra formas linguísticas (Bakhtin diz que este pessoal destaca particularmente a fonética) e é onde os homens teriam um gosto linguístico como máquina criacional (cf. BAKHTIN, 1997, p.75). Principalmente Vossler, diz o estudioso russo, apegava-se à língua como uma forma estética, sem correlação com fatores sociais, econômicos, etc. A língua seria uma manifestação poética do *Belo dotado de Sentido* (VOSSLER apud BAKHTIN, 1997, p.75). Deste modo, a linguística seria rebaixada para uma ciência da expressão, meramente voltada para a primazia estilística.

No entanto, no âmbito da Filosofia da Linguagem Bakhtin nos apresentou também um contraponto ao "subjetivismo idealista" por nós discorrido: o "objetivismo abstrato". Essa segunda área dominou os estudos por muitos anos, sendo seu fruto mais conhecido a corrente de pensamento denominada estruturalismo. Apresentemos este segundo viés.

## **2.2. Entendendo Bakhtin – movimento objetivismo abstrato**

Já não mais preocupado com o sistema linguístico, o movimento "objetivista abstrato" tem como centro organizacional as "formas fonéticas, gramaticais e lexicais da língua" (BAKHTIN, 1997, p.77). Ele tem abordagem na parte reiterável da língua, através de estruturas pétreas. A unicidade da língua dentro de um grupo organizado é o maior trunfo, exigindo uma compreensão mútua entre os falantes. A crença se baseia nos traços idênticos que caracterizam as enunciações. Toda palavra é composta por um som, grafia e regida por uma organização gramatical – isso faz cada indivíduo pronunciar, por exemplo, a palavra "casa" de uma maneira – porém todos compreendem a o que ela remete, haja vista possuir uma *identidade normativa* intrínseca.

Assim, existiria um sistema supra real organizado e as pessoas, quando no ato da fala, utilizar-se-iam de uma realização única e não reiterável (grosso modo, ninguém pode dizer a palavra "casa" por mim, com o som fisiológico específico que vem do meu organismo). Com esta concepção afastamos o sistema linguístico da criação individual e colocamos a linguística como norma peremptória a ser *absorvida*, onde a comunidade já tem um sistema constituído. Importante perceber que, no objetivismo abstrato, a língua é sempre algo tomado e assimilado.

Como vimos, a primeira orientação (subjetivismo idealista) se apega ao seu caráter histórico, em que a língua não é imutável, mas sim única e individualizada, enquanto no segundo sistema (objetivismo abstrato) a língua é imutável e estável, sob jugo da convenção social *ad hoc* da história. As leis da língua tornam-se, portanto, leis que vão estabelecer relações entre os signos linguísticos dentro de um sistema fechado (cf. BAKHTIN, 1997, p.82) e afastam toda a possibilidade de valores ideológicos – como o autor exemplifica – valores artísticos, cognitivos, culturais, etc. Bakhtin ressalta que, se existe a exclusão da ideologia, também existe a negação do ato de fala: aqui eles são simplesmente variações/deformações das formas normativas pré-dadas.

O próprio Bakhtin tem dificuldade de traçar a história de tal corrente de pensamento. Ele vai até os séculos XVI e XVII para aproximar o nascedouro da orientação do ideário racionalista e também do cartesianismo. No entanto, confere a Gottfried Leibniz a primeira expressão clara do objetivismo abstrato, ao tentar fazer uma gramática universal.

A ideia de uma língua convencional, arbitrária, é característica de toda corrente racionalista, bem como o paralelo estabelecido entre o código linguístico e o código matemático. Ao espírito orientado para a matemática, dos racionalistas, o que interessa não é a relação do signo com a realidade por ele refletida ou com o indivíduo que o engendra, mas a relação de signo para signo no interior de um sistema fechado, e não obstante aceito e integrado (BAKHTIN, 1997, p. 83).

Cabe destacar que a segunda orientação também dá primazia do receptor sobre o emissor em uma dada enunciação. Isso afasta ter que complicar a situação com problemas de entonação e aspectos individuais da linguagem. Posto assim, caberia ao receptor o mero trabalho de decodificar a mensagem – algo que não deveria demandar maiores dificuldades, uma vez que a língua é arbitrária e convencional por excelência.

E quem melhor deu vez e voz para a corrente objetivista abstrata no campo linguístico foi Ferdinand de Saussure [1916] (2000), com seu famoso *Curso de*

*Linguística Geral*.<sup>32</sup> Explicar os estudos do francês, que iniciou a linguística para a análise estrutural da linguagem, é fazer um percurso claro sob a evolução da orientação objetivista abstrata. Não obstante, a influência saussureana ainda é enorme em diversos campos da ciência e Bakhtin assume que tem peso "maior" do que Vossler teve em relação à primeira corrente.

No *Curso*, Saussure estabelece uma vontade de analisar cronologicamente a linguística, com intenção de decompor seu desenvolvimento e até mesmo traçar seu futuro provável. Para tanto, o francês olhou para a Gramática, Gramática Comparada e Filologia (que são pré-linguísticos) e afirmou não encontrar nada que pudesse ser estabelecido como a essência dos estudos da língua.

Então, Saussure propôs definir a linguística e a tarefa desta: delimitar-se e definir-se a si própria, encontrando leis gerais dentro das forças em jogo. A teoria, por ele cunhada, teria que ser integral e concreta, ao mesmo tempo, tendo como primeiro regulamento a não separação entre o som e a articulação vocal. Com isto, temos a formação de uma unidade complexa fisiológica e mental (SAUSSURE, 2000, p.16).

Outra proposição do francês foi a divisão entre linguagem individual e social. Mesmo assumindo que é na união de ambas que a língua se torna uma instituição atual e um produto do passado, concomitantemente, a divisão, para Saussure, era simples: o isentava de ter que estudar o lado social, partilhando interesse somente na língua enquanto sistema isolado do social. A justificativa foi puramente ideológica: ele teria *ponto de apoio satisfatório para o espírito* (SAUSSURE, 2000) e não teria como misturar e até não atender aos objetivos traçados.

Desse modo, o "pai" da linguística moderna chegou até a definição de signo, menor partícula da linguagem, na qual sua decomposição seria a união de um significado adicionada a um significante. Basicamente, dentro do que já comentamos anteriormente, a definição saussureana de signo é aquela em que todos os indivíduos podem aprender e reproduzir aproximadamente (apud SAUSSURE, 2000, p.21), ou seja, aprender e falar uma língua.

Porém, antes de continuarmos é imprescindível comentar a principal contribuição saussureana. Ele propôs fazer uma divisão necessária a fim de analisar a ciência proposta: separou a fala, *parole*, da língua, *langue*. Esta última, a linguagem, não poderia ser objeto da linguística por falta de coesão interna e autonomia. Já *parole*

---

<sup>32</sup> SAUSSURE, Ferdinand de [1916]. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo, Editora Cultrix, 2000.

(ato de enunciação individual) seria utilizada para as pessoas atuarem, alterando-a a língua (tanto sintática quanto semanticamente). Por outro lado, a *langue* (sistema de formas) é o lugar do intocado, isolado da ação histórica. Ao separar a língua da fala Saussure justificou-se que pretendia separar o que é social do individual; distinguir o essencial do acessório (ou, como ele denomina, mais ou menos *accidental*). Enquanto a linguagem era heteróclita e encontrada em diversos domínios, a língua teria, na visão de Saussure, natureza homogênea, concreta, exterior e, ainda por cima, seria advinda de um contrato social.

Bakhtin rechaçou tal movimento e disse que a exclusão da fala e do sujeito mandou ambos para os confins da linguística (BAKHTIN, 1997, p. 88). Já Saussure afirmava que o que acontecia no mundo não afetava o que o texto diz, uma vez que este se sustenta por si só. Em termos mais teóricos, a linguística sincrônica (nome dado pelo francês) se ocuparia das relações lógicas e psicológicas que formariam o sistema de língua, sistema este apreendido por todos que vivem no seio social. Por outro lado, a linguística diacrônica seria o espaço onde os termos individuais poderiam atuar, mas sem formar um sistema social. Tal racionalidade diminuidora e estruturalista teve ressonância não somente nos estudos de linguagem, mas em outros campos científicos, influenciando grande parte da ciência do século XX. A constatação do que dissemos, segundo Bakhtin, é encontrada na escola sociológica de Émile Durkheim e nos trabalhos de Antoine Meillet na linguística. Para Bakhtin, ambos se inseririam perfeitamente no quadro da segunda orientação (1997, p.88).

Mikhail Bakhtin, como já dissemos, propôs uma abordagem marxista da Filosofia da Linguagem e obteve seus êxitos por meio de um movimento dialético: ele utilizou-se de duas teses distintas e opositoras para se fazer valer da síntese. Vamos nos valer de ambas, através da verve crítica do autor, para aprofundarmos até conseguirmos encontrar o caminho da relação *dialógica* – caminho que ele encontrou.

Começaremos pela orientação objetivista abstrata com o questionamento chave bakhtiniano em relação à separação do sistema de língua da realidade. Na acepção dessa segunda corrente, a língua é uma norma social, separada da realidade, sendo os signos utilizados como meras formas de expressão. É desta parte a acepção do signo ser formado pelo significante somado ao seu significado, tão famosa nas escolas de Comunicação. Bakhtin criticava afirmando que a ideia da total separação da consciência individual era muito precária: tentar encontrar um sistema a-humano, atemporal,

desalinhado da temporalidade é tentar encontrar algo ficcional, em que não é possível encontrar vínculo com nenhuma parte da evolução da língua (BAKHTIN, 1997. p.92).

A própria concepção de estudo, baseada no que Saussure pregava, demandaria um pesquisador abstrair-se em si mesmo, com isso, distanciar-se da consciência subjetiva, para analisar um fato. Para Bakhtin, bastava (e ainda basta) compreender o fato. Para tanto, vale questionar se a consciência subjetiva consegue perceber um sistema objetivo de formas normativas e intocáveis (por exemplo, seria para alguém imaginar o sistema de língua). Inseridos na visão bakhtiniana vemos que não é possível fazer tal afirmativa, pois seria alinhar-se a uma abstração sem precedentes.

O que importa não é o aspecto da forma linguística que, em qualquer caso em que esta é utilizada, permanece sempre idêntico. Não; para o locutor o que importa é aquilo que permite que a forma linguística figure num dado contexto, aquilo que a torna um signo adequado às condições de uma situação concreta dada (BAKHTIN, 1997, p.94).

Para um locutor, avisava o teórico russo, pouco importa se a língua é imutável e definida em si mesma. O relevante é a característica de variar e ser flexível, de acordo com a necessidade de uso. Como metáfora basta imaginar quantas línguas organizadas existiram durante centenas de anos e desapareceram com o tempo. Ao deixarem de ser acionadas por sujeitos, vai por água abaixo toda a perfeição sincrônica das línguas – sendo que muitas hoje são simplesmente fatos históricos ou até, em um triste fim, esquecidas e relegadas à completa ignorância.

Vale destacar também que o processo de identificação é diferenciado do de decodificação: o primeiro é um sinal, que não faz reflexão nem refração, consistindo apenas na emissão sonora (quando ouvimos nos ônibus, ou em passeios, pessoas falando em outras línguas, identificamos os sons. Sabemos que alguém pode estar falando japonês ou italiano, mas não compreenderemos somente pela mera audição o significado da conversa, caso não tivermos tido contato anterior com a língua). O sinal em si, portanto, não é ideológico. Mas e se o sinal for, de alguma maneira, entendível e relacionado a algo? Nas palavras de Bakhtin, não vai ser a identidade enquanto sinal, mas sim a mobilidade específica que irá transformar a forma linguística em signo; a compreensão em sentido reservado: "a apreensão da orientação que é conferida à palavra por um contexto e uma situação precisos, uma orientação no sentido da evolução e não do imobilismo". (BAKHTIN, 1997, p. 95). Sentimos isto ao aprendermos uma língua estrangeira: em um estágio inicial a sinalidade é muito aparente; a partir da assimilação em relação aos contextos e situação que o signo



representa é que a língua vai se tornar uma língua. Por isso que o objetivismo abstrato seria uma dicionarização da língua, pela qual, ao ganhar as páginas, cada signo já estaria desatualizado. Voltaremos a esta questão mais adiante.

A insistência do olhar para o sistema supra real é um eterno retorno para a visão filológica de línguas já mortas, sustenta Bakhtin. O mundo dos estudos de língua (sentido menor, não sentido de linguagem), nos idos do início do século XX, seria forjado para pensar como se estivesse a desencavar história. O desfecho de tal enigma é que, ao desvincular uma enunciação (e aqui podemos citar também o sentido amplo de signo e discurso) da esfera real, apreendo-a em si mesma, o pesquisador tem uma compreensão ideológica passiva – geralmente utilizando-se da mera comparação com outras inscrições da língua e dos sentidos antigos – renegando os sentidos atuais e/ou sentidos que poderiam ser obtidos em âmbitos variados. Resultado: se encerrada e isolada então a resposta será *monológica*.

Não é nenhum mistério que Bakhtin aplique a crítica da fórmula anterior aos estudos de linguagem. Contudo, se repararmos com um olhar mais arguto, podemos apreender todo o julgamento de uma forma específica de fazer ciência. O autor não nega que é necessária a metodologia, separação, encerramento dos objetos. A ojeriza é a sustentação de que ao se fazer isto esteja se entendendo por total o objeto, de maneira universal, para além das influências ideológicas.

Na postulação pela objetividade, continuidade, equilíbrio, Michel Foucault<sup>33</sup> [1979] (1985) não erra ao comentar sobre a questão, classificando esse apego à objetividade como *egipcianismo*. “Essa História dos historiadores constrói um ponto de apoio fora do tempo; ela pretende tudo julgar segundo uma objetividade apocalíptica; mas é que ela supôs uma verdade eterna, uma alma que não morre, uma consciência sempre idêntica a si mesma” (1985, p.26). Obviamente Foucault se referia à leitura histórica como um todo – só que, tal qual Bakhtin, as interpretações ultrapassam as fronteiras dos autores. Boris Fausto (apud KUSHNIR, 2004, p.35) discutiu a questão ao utilizar a metáfora do presente como um terreno pantanoso, por isso o medo dos historiadores.

Vamos ficar neste mesmo *frame* para aproximar a questão do sujeito da língua e linguagem: é um terreno pantanoso tentar fazer prevalecer o *caráter mutável* das formas linguísticas, enquanto é simples olhar para os fatores *normativos*. Isso implica em

---

<sup>33</sup> FOUCAULT, Michael [1979]. *Microfísica do Poder*. 5 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

entender que, dentro do "objetivismo abstrato", o *abstrato* terá que suplantar o *concreto*, a *dinâmica* da fala é deixada de lado, face à *reificação* do elemento, tendo a linguagem como um *produto acabado* a ser transmitido como herança e, principalmente, que a univocidade da palavra (signo) vale mais do que a *polissemia* e *plurivalência* que o signo também comporta (apud BAKHTIN, 1997, p.104).

Por isso é que os estudos clássicos de linguagem não logram sustentar-se enquanto Filosofia da Linguagem. Caso o fizessem, estariam admitindo outras possibilidades além das enunciações monológicas. Na função tradicional de estabelecer um corte, definir, delimitar o objeto de estudo, em que o alcance máximo é um período (frase completa), torna-se impossível abordar as formas de composição como um todo – minguando os horizontes. Bakhtin afirma que existe um abismo entre a sintaxe e os problemas da composição dos discursos.

Alguns pesquisadores, sejam eles da Comunicação (até mesmo Comunicação Política, por que não?), sejam da Linguística, se fixam nos trabalhos enunciativos – constituindo prédios teóricos que creem ser reais, porém não passam da máxima ficção. O máximo que se encontra é um decalque da realidade, o que é satisfatório para uma visão de mundo mecanicista e racionalista; *asséptico*. Não entender que a língua é um fenômeno puramente histórico, dentro de um processo total evolutivo é não compreender a pluralidade das significações, que assegura ao mesmo tempo a unicidade e a polissemia da palavra (e dos discursos, através de uma apreciação maior), entranhada na *impureza*. De certo modo, o isolamento e o assujeitamento do objeto de análise congelam ou até mesmo retiram o conflito que é inerente ao signo e, conseqüentemente, ao discurso.

Se a crítica a estes pontos é tão ácida, Bakhtin não deixa por menos nem para a tese nem a antítese. Não é a atividade mental e tampouco a abstração da linguagem que regem o pensamento bakhtiniano. Assim, ele conclui:

Não é a atividade mental que organiza a expressão, mas, ao contrário, é a expressão que organiza a atividade mental, que a modela e determina sua orientação.

Qualquer que seja o aspecto da expressão-enunciação considerado, ele será determinado pelas condições reais da enunciação em questão, isto é, antes de tudo pela situação social mais imediata (BAKHTIN, 1997, p.114).

Após tal citação caminharemos para compreender a teoria bakhtiniana como um grande movimento que tem sempre como *alma mater* relacionar o horizonte social, a

realidade concreta e, principalmente, o diálogo com o outro.<sup>34</sup> Estamos aptos agora para trabalhar como um mergulho de fôlego dentre elementos da primeira e segunda orientação para estabelecer teoria e método em Bakhtin.

Não faremos uma mistura de tese e antítese para chegar neste terceiro ponto sintético (como é comum fazer na academia). Da maneira como traçamos, em Bakhtin, existe uma negativa tanto da tese quanto antítese. O autor descarta duas teorias que não são valiosas somente no terreno da linguagem, mas são caras a toda ciência praticada nos séculos XIX, XX e até XXI. Em qual outra ciência não podemos encontrar traços do subjetivismo idealista e do objetivismo abstrato? Quando não, encontramos a síntese entre elementos de ambos, mas sem esquivar de uma lógica interna. Bakhtin propõe subverter a tudo isso.

Há de se entender que, na época, a proposta era tão estranha quanto as sociedades serem reorganizadas a partir das ideias de Marx. De todo jeito, Bakhtin utiliza a concepção marxista no viés da linguagem, ou seja, aplica a relação de sociedade, da troca constante entre *eu* e o *outro* não somente às bases materiais, mas também às formas mais sensíveis, como à comunicação e à linguagem. Não podemos deixar de consentir que ambas propostas foram inovadoras a seu tempo, uma vez que propuseram projetos, com valores, olhares e lógicas definidos.

Acreditamos, portanto, ter deixado claro de onde Bakhtin partiu, quem ele leu e criticou e, como não poderia ser diferente, quem foi ele. A perspectiva é mostrar como vida e teoria são imbricadas por fios ideológicos – posto ambas serem constituídas dentro das relações humanas. Claro que estabelecer limites, hierarquias e lógicas internas faz parte do trabalho científico. Porém, não é intenção ver as relações como se fosse um objeto, sem notar que existe um movimento, um jogo de sentidos, ideológico. Talvez esta seja a maior contribuição de Mikhail Bakhtin não somente para a Filosofia da Linguagem, mas para a humanidade. Quando olhamos para um texto, discurso ou pessoa e os isolamos das lutas sociais, do contexto imediato, do diálogo – estamos não somente anulando aquilo que estamos vendo, mas ao mesmo tempo estamos deixando de lado a nossa capacidade de olhar o ser humano.

Apontamos durante todo este trabalho que nunca foi o foco trabalhar com a linguagem pura, tampouco com as formas de trabalho consagradas em Ciência Política. Neste sentido, colocamos a linguagem como um nível superior, lugar cujas tramas e

---

<sup>34</sup> Grifo do autor.

urdiduras se dão a todo o momento no elo inextinguível. Para tentar dar forma a todo este querer explicativo, uma vez mais lançaremos mão de João Wanderley Geraldi, que dá a chave do pensamento movediço de Bakhtin em relação à linguagem e à vida:

Eis pois esta posição: instaurar a linguagem como um processo de contínua constituição que se produz na precariedade que a temporalidade implica. E se o sujeito emerge no mundo discursivo e nele sua consciência se constitui, a precariedade do provisório é também, pelo funcionamento próprio da linguagem, uma característica subjetiva. Não há, para nos garantir um terreno estável, nem um sujeito pronto e acabado que se apropria de uma língua supostamente pronta, acabado e transparente. Sobra-nos, neste sentido apenas o evento discursivo, que se dá na linha do tempo e que só tem a consistência enquanto "real" na singularidade do momento. A relação com a singularidade é da natureza do processo constitutivo da linguagem e dos sujeitos do discurso (GERALDI<sup>2</sup>,2010, p.47).

### 3. Compreendendo Bakhtin - Dialogismo

Partimos do "subjetivismo idealista" e do "objetivismo abstrato", tal qual Mikhail Bakhtin, para chegar até a síntese do pensamento bakhtiniano. O estudioso russo não "compra" nem uma nem outra corrente; o que ele faz é entender que existem as duas, utilizar-se de suas qualidades e criar uma nova categoria de estudos de Filosofia da Linguagem. Não trabalho, esse movimento não é comum nas Universidades, pois aí a construção do conhecimento costuma se dar *apesar* das outras correntes teóricas, negando a existências e valor destas. O caminho bakhtiniano é sempre *a partir* do(s) outro(s) caminho(s). É este movimento que propomos aprofundar daqui em diante.

Para compreender Bakhtin é necessário entender a relação dialógica com a noção de *outro* estabelecida pelo autor. Para seguir os passos, iniciaremos pelo "fim" dos escritos de Bakhtin, ou seja, pelo texto denominado como *Apontamentos*, elaborados entre 1970 e 71 e reunidos no livro *Estética da Criação Verbal*. São pedaços esparsos, fragmentos, e, mesmo assim, apresentam a profundidade do pensamento bakhtiniano. De um lado, também mostraremos a unidade teórica do russo desde o lançamento do *Marxismo e Filosofia da Linguagem* até os estudos já no fim da vida; por outro, ele foi agregando alguns conceitos e, neste texto final, consegue ter um olhar dialógico em seu tamanho e poder maior. Podemos destacar, por fim, que até mesmo a incompletude textual dos *Apontamentos* não significa que estes estejam incompletos, mas que estão para serem completados – em uma teoria aberta.

A razão de tal trajeto é olharmos Bakhtin não como um autor de Linguística, nem de Comunicação ou culturalista raso. Não combina com a teoria e metodologia da Filosofia da Linguagem ser delimitador de fronteiras, restringindo possibilidades. Sua visão é *dialógica* por excelência, e podemos entendê-la como um estudo sobre Cultura (ou formas de), contendo em seu âmago a evolução, a indeterminação e a abertura:

Estudar a cultura (ou uma de suas áreas) no nível do sistema e no nível superior da unidade orgânica: uma unidade aberta, em evolução, não determinada nem predeterminada, capaz de se perder ou de se renovar, transcendendo a si mesma (ultrapassando seus próprios limites) (BAKHTIN, 1997, p.374).

Em alguns momentos dissemos enunciação, enquanto em outros tomamos de assalto palavra ou discurso. É hora de mostrar mais aprofundadamente a diferença entre ambos. Para Bakhtin enunciado é uma esfera nova da comunicação, pois não pode ser definido pelos esquemas tradicionais da Linguística, uma vez que este nunca pode ser compreendido isoladamente, ou seja, está sempre em cadeia. Aqui o pensamento torna-se complexo: quando o homem toma consciência do mundo, ele promove uma mudança radical. O que antes era objeto continua a ser, mas com acréscimos:

Deixou de ser pura e simplesmente, e passou a *ser em si e para si* (aqui aparecem pela primeira vez estas categorias), e para o outro, porque se achou refratado na consciência do outro (o juiz e testemunha); com isso, transformou-se em sua essência, enriquecido, transfigurado (BAKHTIN, 1997, p.376).

Deste modo, a nossa consciência nos torna juízes e testemunhas ao mesmo tempo, sendo que isso dá sentido para o *eu*. Porém, o *eu* só é possível através da minha consciência de que existe o *outro*. Tudo que diz respeito ao mundo dos homens e que penetra em nossas consciências advém do mundo exterior. "Tomo consciência de mim, originalmente, através dos outros: deles recebo a palavra, a forma e o tom que servirão para a formação original da representação que terei de mim mesmo" (BAKHTIN, 1997, p.378). E Bakhtin é tão radical nesta proposta que diz até que a própria formação biológica do corpo humano é envolta pela consciência do outro, da mãe.

Chegamos, portanto, no famoso *eu do outro para mim*, essência maior do dialogismo bakhtiniano. Ele afirma que consideramos três tipos de relações com o mundo que nos rodeia. A primeira é a relação entre objetos, entre coisas, fenômenos químicos, relações matemáticas, etc.; a segunda é entre sujeitos e objetos e a última é a relação entre sujeitos, que implica na relação entre consciências, demandando sentidos.

Como tudo está em movimento, tais relações podem transitar de um tipo para outro. Bakhtin denomina os tipos reificação e personalização. Por exemplo: quando envolvemos de sentido um objeto, ele se torna ideológico e passa a ter sentido social. Uma crítica essencial que podemos extrair do filósofo é a transformação de sujeitos em objetos. A despersonalização acaba por apagar a humanidade, tornando o ser em um objeto – é quando passamos a "olhar e não ver" as mazelas sociais, e percebemos a exclusão social, as dificuldades do outro como algo tão banal e natural quanto a existência da pedra ou do sol. Então estabelecemos a dialogicidade das consciências como constituidoras, concomitantemente, das consciências eu e do outro.

É importante dizer que a definição de sujeito só se dá *a partir* do outro – não é nem *apesar* (exclusão) e tampouco *além* (metafísica) do outro. *E a interação mútua entre sujeitos é que irá favorecer a constituição de ambos, em uma relação horizontal – sem a primazia de um ser sobre outro.* Portanto, estamos em uma espécie de dança coletiva e contínua, onde tudo está conectado com tudo, somos uma grande colmeia humana formada por eus e outros umbilicalmente ligados, onde somos outros dos eus alheios e, de uma forma ou de outra, eternamente ligadas por meio das pontes elaboradas pelos signos.

Em Bakhtin a palavra do outro (seja ela verbal ou não verbal) é qualquer palavra de outra pessoa dentro da língua materna ou qualquer outra língua; independente de onde provém, é mister que não seja minha a palavra. Exceto o que não é minha palavra é palavra do outro e, logicamente, estamos imersos em um mundo de palavras do outro. Enunciação então é o produto da interação entre dois (ou mais, claro) indivíduos socialmente organizados, de natureza estritamente social. Não é possível existir fora de um contexto sócio ideológico, em que não sejam as palavras dirigidas de um eu para outros.

Vivo no universo das palavras do outro. E toda a minha vida consiste em conduzir-me nesse universo, em reagir às palavras do outro (as reações podem variar infinitamente), a começar pela minha assimilação delas (durante o andamento do processo do domínio original da fala), para terminar pela assimilação das riquezas da cultura humana (verbal ou outra). A palavra do outro impõe ao homem a tarefa de compreender esta palavra (tarefa esta que não existe quando se trata da palavra própria, ou então existe numa acepção muito diferente) (BAKHTIN, 1997, p. 383).

A enunciação, então, sempre dependerá de alguém e sempre irá preceder de alguém, dialogicizando as relações sociais. Na corrente enunciativa, estamos imersos em um eterno elo, que se estabelece como a linguagem humana. Contudo, este ponto

suscita uma questão: o que faz com que então Bakhtin não seja enquadrado como um relativista, uma vez que tudo está conectado com tudo pelas palavras? A resposta ele dará dizendo que cada sujeito no mundo só pode ocupar aquela posição específica, única, e a visão deste compõe um olhar exotópico, extraposto sobre cenários e sujeitos. O mote desta passagem não é elevar a posição do sujeito isolado (como já vimos, Bakhtin ojeriza tal fato), mas fazer uma dupla oscilação: na consciência individual e na coletiva – transfigurando-se em uma atividade não somente ética, mas também estética.

E é a palavra, em sua característica maior enquanto linguagem, que comporta o todo esteticamente consumado. A palavra assume e comporta a função entonativa, pessoal e ao mesmo tempo voltada para o social, dentro de uma estratégia do dizer. Se nos alinharmos com Bakhtin (e toda a censura em relação ao objetivismo idealista), o nosso dizer não é simplesmente vazio. Somos instados a pronunciar palavras *boas, más, agradáveis, desagradáveis, falsas, verdadeiras* – e que todas são imantadas de sentido, jogadas no seio social, adquiridas pelas classes sociais que buscam a primazia (agora sim) semântica. E o fazemos mirando em uma *memória de futuro*. Este conceito belíssimo mostra como estamos sempre apontados para frente, como diz o poeta<sup>35</sup>: “se das estrelas vem o brilho do passado, dos homens vem o brilho do futuro”. Assim, palavras nunca são somente palavras, são signos, que formam enunciados cuja característica não é ser somente uma estrutura linguística, mas um lugar de significação, e cujo destino é desaguar nos discursos, elementos que ultrapassam as fronteiras da língua e são constitutivos da realidade cotidiana, fomentando a comunicação e as relações entre os homens.

### 3.1. Gêneros do Discurso

Cada época tem enunciações diversas que seguem tons específicos, alguns mais estabilizados, outros menos. A aglutinação a partir da estabilidade é que cria *discursos*, quando podemos abstrair que o pressuposto bakhtiniano é ter a linguagem como principal forma que une diferentes instâncias da realidade. Vejamos um pouco mais sobre o assunto: quando diversas enunciações são proferidas e formam um grande elo discursivo. A fórmula nega peremptoriamente o discurso adâmico (que se faz sozinho, sem relação com o outro) e exige a necessidade de compreender um porvir e devir do

---

<sup>35</sup> Do poeta e amigo Fabrício César, o Ziggy.

dizer. Deste modo, o discurso é caracterizado pelo conglomerado de ditos que vamos reconstruindo a todo o momento. Como dissemos, esta reutilização é forjada na consciência de cada indivíduo e deve refletir as condições específicas e as finalidades da esfera da atividade humana em que estamos inseridos (contexto este material e historicamente determinado).

Bakhtin profere que as ações humanas são infinitas e têm as línguas como formas de mediação, sendo que a utilização destas é traduzida em enunciações. Quando abstraímos tais enunciados é possível desvelar três elementos que fazem parte da estrutura composicional: conteúdo temático, estilo e construção composicional. Tais elementos refletem na maneira com que a língua se concretiza enquanto enunciado. Dentro da esfera da comunicação, os enunciados fazem parte de outros que lhe são próximos, formado um *todo*. Assim, a esfera de utilização da língua elabora *tipos relativamente estáveis* (BAKHTIN, 1997, p.279) que ele chama de *gêneros do discurso*. Para o autor, os gêneros dos discursos acabam por ser infinitos na medida em que as atividades humanas são infinitas. De certa maneira, cada enunciado responde a situações que os sujeitos estão utilizando e, caso o tema, o estilo e a composição estejam direcionados para uma estratégia de dizer comum, este acaba por se arquitetar como um gênero discursivo. A vida dos gêneros, sendo eles orais ou escritos, tem a capacidade da renovação, pois o gênero é, ao mesmo tempo, novo e velho. A citação é fartamente conhecida, mas cabe retomar: "O gênero renasce e se renova em cada nova etapa do desenvolvimento da literatura e em cada obra individual de um dado gênero. Nisto consiste a vida do gênero" (BAKHTIN, 1997, p.106).

O trecho citado é um excerto do livro *Estética da Criação Verbal* chamado *Os gêneros do discurso*. Embora pequeno, o texto sintetiza a conceituação que nos é cara, já que mostra claramente como não é possível pensar somente na estrutura de oração, sendo necessário fazer a junção dos enunciados, que se unem para existir enquanto gênero. Entender e estudar os gêneros discursivos é de suma importância para este trabalho, uma vez que buscamos analisar o gênero Jornalismo Opinativo em relação a um fato concreto de nosso trabalho: as Eleições 2010.

Ao tratar a questão dos gêneros, Bakhtin afirma que a primeira constatação a fazer é saber que existe uma separação dupla: existem os *primários* e os *secundários*. O motivo desse corte é a separação do diálogo (conversa) da soma de discursos ordinários, que são mais complexos que o primeiro por conta da ideologização que o lugar social impõe. Nesta segunda linhagem temos como exemplo a carta, as declarações públicas,



os livros, o teatro e os documentos em geral; já a primeira vale até mesmo para uma réplica simples em um bate papo. Os gêneros primários, por serem mais simples, têm uma relação mais concreta com a realidade, são mais instáveis na medida em que ainda carecem de valoração ideológica e aceitação social, demonstrando uma fragilidade. Já os gêneros secundários, mais complexos e oficiais, são uma incorporação e reelaboração do que antes era primário, claro que com uma carga de peso maior. Nesta relação dupla é que a vida penetra na linguagem e a linguagem também penetra na vida. Bakhtin ressalva que ignorar este vínculo é desvirtuar a historicidade do estudo.

Apesar de ter certa notoriedade acadêmica, a noção de discurso de Bakhtin não é hegemônica. Por exemplo, Foucault (2004) relaciona discurso com poder. A sociedade para o filósofo francês seria controlada e selecionada a fim de atender a procedimentos que conjurem poderes, perigos e dominação. Já para Pechêux (1997), discurso é a relação entre a linguagem (definida pelo corte saussureano) e a ideologia. Nota-se uma distinção límpida entre o conceito de discurso de Bakhtin e os demais quadros epistemológicos. Saussure nem chegou a tangenciar a questão. Benveniste<sup>36</sup> (1995) tinha discurso como produto da enunciação, a língua que se manifesta por membros de uma comunidade, necessitando um locutor e um alocutário (emissor e receptor). No campo dos estudos de comunicação, um profícuo estudioso é Van Dijk<sup>37</sup> (1980), que estabelece a notícia como discurso, alinhado com a AD e relacionando texto e contexto indistintamente, porém sem deixar de lançar mão das estruturas gramaticais e atos de fala. Não é nossa intenção analisar todas as proposições conceituais de discursos, e sim ressaltar que a maioria delas ou supõe a ascendência do eu sobre o tu, ou o outro (dependendo da teoria) ou não implica a possibilidade da troca, da via de mão dupla. O dialogismo em que Bakhtin insiste é calcado na reciprocidade dos sentidos, baseado nos signos como arenas de lutas, estabelecendo gêneros do discurso – ora prevalecendo um discurso, ora outro, porém sempre movediças e nada estanques.

### **3.2. Estilo, construção composicional e tema**

Adentraremos neste ponto na problemática do estudo sobre a estilística em Bakhtin. Ganha necessidade saber que os enunciados são individuais, na medida em que

---

<sup>36</sup> BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 4.ed., Campinas, São Paulo, Pontes, 1995.

<sup>37</sup> VAN DIJK, T. A. *La noticia como discurso*. Comprensión, estructura y producción de la información. Barcelona, Paidós, 1980.

o signo imanta-se de sentidos dentro da consciência para ganhar materialidade no contexto externo. A citação seguinte sintetiza bem o que já vimos até agora no autor russo:

Por outro lado, todo fenômeno ideológico, ao longo do processo de sua criação, passa pelo psiquismo, como por uma instância obrigatória. Repetindo: todo signo ideológico exterior, qualquer que seja sua natureza, banha-se nos signos interiores, na consciência. Ele nasce deste oceano de signos interiores e aí continua a viver, pois a vida do signo exterior é constituída por um processo sempre renovado de compreensão, de emoção, de assimilação, isto é, por uma integração reiterada no contexto interior (BAKHTIN, 1997, p.57).

Até aqui já percorremos a questão da ideologia, alinhada à consciência individual, passamos pela necessidade do *outro* como forma de ideologização e estratégia do dizer, até chegarmos à compreensão única e reiterável ao mesmo tempo, estipulando a compreensão. Este devaneio estrutural nos facilita a limpar a área e abrir espaço para o novo momento em que o estilo toma voz. Brait (2005) aponta a dificuldade de se falar de estilo dentro da teoria de Bakhtin, já que este prima pela relação do eu com o outro.

A própria definição de estilo não é algo simplório: basta dizer que são centenas de conceitos que buscam defini-lo, sem consenso. Como ponto comum, temos a questão estilística nem sempre ligada à exclusividade do sujeito. Só que este é um ponto raso e a ser abordado. Por exemplo, quando Bakhtin estuda no *Marxismo* a construção do discurso citado, acaba por encontrar tanto o estilo linear quanto o pictórico. No estudo de cada escritor, o autor consegue encontrar a historicidade imanente, demonstrando que os estilos são mutáveis ao largo do tempo. Mas é no texto denominado *Discurso na vida e discurso na arte* que Bakhtin trata do estilo de uma maneira filosófica: "o estilo é o homem". Com tal frase, quis dar a entender que o estilo é um homem em constante diálogo dele com outros e até consigo mesmo, refratando diálogos anteriores que o constituíram – tornando-se um participante constante da fala interior e exterior (cf. BAKHTIN apud BRAIT, 2005, p.82).

Como vimos, posto ser o estilo uma das raízes dos gêneros do discurso, então cabe afirmar que onde existe gênero existe estilo. De acordo com Bakhtin (2003) há alguns gêneros que são mais ou menos propícios para a visibilidade do estilo. O que não podemos é cair na falácia de que não existe estilo: ele sempre existe em cada atividade humana, que gera um gênero discursivo. Ou seja, todo discurso é composto por este epifenômeno complementar, sendo que mudanças de gêneros dos discursos implicam

também em mudanças históricas. Na questão do estilo é que a visão do sujeito ganha espaço, uma vez que é quando os homens utilizam-se da sua capacidade de alterar os gêneros discursivos.

Sírio Possenti (1993) apresenta três possibilidades ao discorrer sobre estilo. Ele inicia seu texto afirmando que existe uma *idiosincrasia* pessoal do escritor – logo o estilo ali se encontra; depois, o estilo pode ser visto como uma mera técnica expressiva. A última é a perspectiva totalizante, que vê estilo em todo lugar. Tentar uma definição una e permanente de estilo é buscar enquadrar algo que é, desde logo, impossível de se enquadrar. Por isso, ressalta o autor, a categoria que mais tem adeptos é aquela que considera estilo como algo fora do normal (quando não é considerado erro); já um segundo entendimento, menos aceito, é a estilística como concepção de mundo. No entanto, para Possenti, estilo é definido pela multiplicidade dos códigos. No momento em que o sujeito escolhe uma maneira de dizer algo, ele irá se utilizar da língua, a fim de estabelecer um discurso. Estilo seria então a possibilidade de se "trabalhar" dentro de uma estrutura dada, onde são escolhidas algumas opções, sejam sons, sintaxes ou processos morfológicos, e assim obter um repertório para produzir um discurso – em um jogo entre forma e conteúdo.

Já no excerto *O autor e o herói na atividade estética*, Bakhtin avança na visão totalizadora sobre estilo. Para ele, estilo faz parte do acabamento da obra, tendo ao seu lado a forma e o tema (como veremos adiante). A diferença é que Bakhtin não para por aqui e prossegue: primeiro ele coloca como necessária a suposição do contexto, com os seus valores de mundo e vida. Por isso é que ele se questiona sobre a relação entre estilo e subjetividade, bem como estilo e conteúdo (BAKHTIN, 2003, p.186). A réplica para tantos questionamentos é a conclusão de que estilo é a unidade de *exterioridade do mundo*, sendo um olhar unívoco deste, constituindo uma sociedade formada pela relação eu-outro. Logo, o estilo é reciclável, dependendo do momento humano em relação à luta com o pensamento alheio – mas sem deixar de lado as formas de expressão do pensamento próprio (apud BRAIT, 2005, p.94). Como é possível notar, existe sempre um movimento orgânico no pensamento de Bakhtin, em que a separação e isolamento conceitual não são captados – e por isso, talvez, haja tamanha dificuldade em entender o autor sem abstrair em um relativismo.

Assim, chegamos a um segundo momento, relacionado ao tema do enunciado. Assumir que os gêneros dos discursos comportam uma temática é dizer que existe uma embocadura dada pelo enunciador. Dissemos que os gêneros discursivos são tão

variados quanto as atividades humanas – e dentro de cada diálogo possível existe uma possibilidade temática, um acabamento relativo, o que Bakhtin chama de *intuito discursivo* ou *querer dizer* relativo ao enunciado (1997, p.300). Desde o nascimento passamos a viver em interação e comunicação constante. Utilizamo-nos das diversas formas de linguagem para indicar este intuito para o nosso outro. Cabe entender que é uma indicação no sentido aberto – quantas vezes uma pergunta ou resposta foi dada, mesmo em uma conversa a dois, em alto e bom som, e o interlocutor simplesmente "não entendeu"? Fato é que ele não entendeu da maneira como o sujeito primeiro da cadeia buscou indicar, mas entendeu algo (alguma resposta gerou) e interpretou distintamente, pois teve dificuldades na compreensão total.

O intuito, o elemento subjetivo do enunciado, entra em combinação com o objeto do sentido – objetivo – para formar uma unidade indissolúvel, que ele limita, vincula à situação concreta (única) da comunicação verbal, marcada pelas circunstâncias individuais, pelos parceiros individualizados e suas intervenções anteriores: seus enunciados (BAKHTIN, 1997, p.300).

Miotello (2002, p.5) diz que é na questão do tema que aparecem os índices de valor dos signos. Ao atribuirmos valores é que iremos individualizar e dar concretude para os signos. Só que não é individualizar no sentido clássico da palavra: “Donde se vê que o valor não é atribuição individual, mas 'significação *interindividual*” (MIOTELLO, 2002, p.5). Como já deu para perceber, um parâmetro de Bakhtin é que o indivíduo nunca está independente do social: a imersão se dá na consciência e, por meio de um processo que Miotello denominou de *esquecimento* e *adonamento*, o indivíduo vai tomar os signos sociais enquanto seus para depois jogá-los novamente no social (refletindo e refratando as posições autorais) – por meio de uma temática específica. Podemos dizer, fazendo uso de uma paródia bem humorada para os signos: "do social viestes e para o social voltarás". Portanto, signo ideológico sofre influência da interpretação do *Eu* e da forte presença do diálogo com *Outro* fortalecendo tal compreensão.

Vamos atentar agora à questão da construção composicional, como terceira e última parte dos gêneros dos discursos. Uma vez mais, ressaltamos que o todo é o importante para não ter uma visão errônea do processo complexo da comunicação verbal. Bakhtin nega veementemente a separação em funções, como ouvinte, locutor e receptor.

A compreensão de uma fala viva, de um enunciado vivo é sempre acompanhada de uma atitude *responsiva ativa* (conquanto o grau dessa atividade seja muito variável); toda compreensão é prece de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz: o ouvinte torna-se o locutor. A compreensão passiva das significações do discurso ouvido é apenas o elemento abstrato de um fato real que é o todo constituído pela compreensão responsiva ativa e que se materializa no ato real da resposta fônica subsequente (BAKHTIN, 1997, p.290).

Somos, portanto, *eternos respondentes*. A parte da estrutura composicional é basicamente a forma como decidimos enunciar algo. Primeiro há a própria noção de entendimento, ou seja, ambos os sujeitos devem compartilhar do mesmo código linguístico. A partir daí, é preciso que sejam explicitamente entendíveis dentro deste código para se unir na infundável réplica do enunciado. Para tanto, acionamos estratégias do dizer relacionadas ao nosso interlocutor, o outro em questão. Conta-nos Bakhtin que isto tudo providenciará (em uma abstração de pensamento) um acabamento específico da posição do locutor. Bakhtin não leva em conta a oração indefinida, como Saussure faz. O jogo é entender a oração dentro de um contexto imediatamente relacionável. Por isso que, em um diálogo, até as pausas (a Análise do Discurso chamaria teoricamente de silêncio ou não dito) fazem parte do todo do diálogo. Para tanto, a oração tem que vir a se tornar um enunciado completo – cuja característica mor é a alternância de sujeitos. Ignora-se assim que as pessoas troquem orações, no sentido de unidade de língua. As pessoas constroem diálogos que emulam sentidos diversos.

Primeiro Bakhtin diz que todos os gêneros possuem uma forma padrão e que o ser humano utiliza uma gama de gêneros diariamente como repertório linguístico, sendo que é com eles que iremos até mesmo aprender as estruturas da língua materna. Obviamente que, no cotidiano, a maleabilidade e criatividade imperam; uma vez mais, olhar para as *formas do gênero do enunciado* não significa que estamos abandonando o todo do diálogo – aliás, longe disso. Tema, estilo e estrutura composicional se agregam e transmutam-se nos gêneros do discurso, variáveis de acordo com as situações sócio-históricas concretas e ligadas pelo elo da relação com o outro – pressupondo sempre um diálogo tanto no *devir* (existem discursos anteriores) e no *porvir* (a respostas que nascerão daquele discurso). Esta é a gênese dos gêneros discursivos.

Conforme expusemos, existem gêneros que são mais estabilizados e outros que comportam uma menor padronização. E é a ignorância em relação aos gêneros que faz o homem ficar mais ou menos à vontade em determinadas situações sociais. Para Bakhtin, quando indivíduo está em uma situação em que ele não domina o gênero (seja oral ou verbal), acaba ficando inapto para moldar as respostas com a velocidade de pensamento

necessário dentro da estilística e composição que o gênero em questão requer. Então, recebemos a língua como forma prescritiva, gramaticalmente falando, e aprendemos a "nos virar" no dia a dia, com manifestações diversas que fogem à regra. Por isso, é tão importante a variedade linguística e saber se portar com suas munições.

Com o intuito de fechar esta exposição sobre gênero do discurso, vale anotar que Bakhtin admite que o signo se porta como uma ponte entre a língua sistêmica e a realidade imediata. A diferença é que ele faz uma espécie de *encruzilhada tripartite e inseparável*, seja na sua parte material (som somado à grafia), seja na parte do ponto de vista do eu (a escolha de uma ou de outra) ou na parte da materialidade sócio-histórica (GEGE, 2009, p.93). Todo signo pode ser utilizado e reutilizado, posto ele ser dono de uma espécie de bagagem. Ele é novo e velho ao mesmo tempo – impregnado de um sentido único entendível por todos e, concomitantemente, também saturado de um sentido total que só pode ser lido em um contexto dado. Nestes sentidos é que podemos entender a capacidade do discurso ser polifônico (ter várias vozes ecoando dentro dele) e interdiscursivo (capacidade de dialogar com gêneros discursivos e gêneros alheios).

### **3.3.Alteridade**

Diálogo, dialogismo, outro. Nenhum filósofo no campo da linguagem deu tamanha atenção para tal relação como o fez Bakhtin. Assim, ele é tido como o filósofo do diálogo. Daí, também, advém sua quase nenhuma preocupação em não tomar para si os próprios textos, como não o faz nas conversas que teve em 1973 com Viktor Duvakin (2008) ao citar o livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. No trecho o filósofo não assume a autoria e ainda credita o texto à Valentin Voloshinov. A querela dos estudiosos de Bakhtin sobre a autoria do texto seminal, como vimos, é grande e difícil chegar a um ponto final. Restam as indagações que o levam a isso: dentro da teoria bakhtiniana a questão seria: ao compor um texto, quem realmente o está escrevendo? Desse modo, quem é o "dono" da voz? Eu ou os outros que me constituem? Até onde sou parte de um discurso socialmente constituído? Em qual momento somos isentos e temos liberdade de interpretação e compreensão?

Não é comum os estudiosos entenderem o pensamento dialógico de Bakhtin. Não estamos acostumados com esse trato – o pensamento é deveras estruturado e linearizado para primeiro entender que tudo está em movimento e, segundo,

compreender que o outro é que me constitui enquanto eu e que somos outros. Estamos imersos na cultura do pensamento cartesiano, como aponta Miotello, onde o sujeito se constitui a si próprio – o famoso *cogito ergo sum*. Tal qual o Barão de Münchhausen, "do atoleiro das possíveis epistemologias eu saio por mim mesmo" (MIOTELLO, 2009, p.327).

Algumas contraposições ao projeto "penso, logo existo" foram postas à mesa por Bakhtin. Ele começou por inverter a questão: quando o outro se dirige a mim, ele está pensando em mim, logo eu sou pensado – filosofa o autor. Claro que esse pensamento não é o mais utilizado socialmente, haja vista que temos (não só no Brasil) sociedades excludentes por excelência – onde, filosoficamente falando, somente o eu importa. Entramos, finalmente, em uma necessidade de alteridade inerente a todo pensamento bakhtiniano – fruto deste outro lugar instaurado frente a Descartes.

Dentro deste *frame*, o teórico russo trabalha a questão do ato de pensar como uma possibilidade ética, haja vista que o pensar atende a uma necessidade ética, como explica Miotello (2009) e somos todos convocados a pensar uma responsabilidade para com o outro. Tratamos então de outros dois importantes conceitos: *responsabilidade* e *responsabilidade*. Ambos são, como Jano, faces de um mesmo busto – eu sou responsável pelo que estou dizendo e meu dizer é único e irrepetível, ao mesmo tempo em que estou sendo repetível e repetindo. E ainda resta a *responsividade* – esse eterno chamado do outro. O pensamento de Bakhtin é, no mínimo, complexo, pois propõe bater de frente com uma concepção que vigora desde o século XVII (e tudo através do âmbito da linguagem e do ato de pensar). Como assinala Miotello:

Então, este projeto de colocar o pensamento como objeto não é um projeto que Bakhtin instaura; Descartes já tinha instaurado, mas Bakhtin instaura de outra forma, de forma invertida. Não pensar para constituir a própria identidade; mas pensar como lugar da responsabilidade social. A construção da própria identidade vem pela alteridade (2009, p.327).

O primado da alteridade faz com que o docente da Universidade de Bari, na Itália, Augusto Ponzio (2008), conjure a *revolução bakhtiniana* – em uma franca defesa da nova postura e necessidade ética e estética a partir do todo teórico de Bakhtin. O mundo hoje não vive sob o *signo da alteridade* – longe disso. Seguiremos agora para esta leitura de mundo que Ponzio faz de Bakhtin – trazendo o pensamento do estudioso russo para a contemporaneidade.

Recapitulando, Ponzio propõe focar o pensamento de Bakhtin a partir da questão de alteridade. Com isso, ele inova porque confronta *alteridade* com *identidade*, citando

que a questão da identidade é vista hoje como algo alheio à alteridade – uma espécie de contraposição em termos. “O domínio da identidade é tamanho que toda forma de reivindicação se baseia na identificação: ter os mesmos direitos dos que mandam, as mesmas oportunidades, a idêntica vida, a idêntica felicidade de quem ostenta o poder” (PONZIO, 2008, p.22). Então, pensando a partir das grandes ideologias que regem o mundo atualmente, principalmente na sociedade capitalista moderna, temos que, no mundo posterior à Guerra-fria, estamos todos obrigados a viver sob o império da identidade igualitária como ideologia dominante – que se impõe, reproduz-se e realimenta-se por si mesma, em uma busca de perpetuação. Basicamente seria essa a *ideologia oficial*.

Assim, viramos o século 20 deixando de lado as grandes ideologias que se fizeram presentes, que constituíram gerações e, de certa maneira, foram bases da realidade sócio-histórica tal qual ela o é. Ponzio diz que a própria Europa (de certa maneira a parte ocidental do mundo – e boa parte do mundo oriental também) vive sob a égide do plano do desenvolvimento do capital, cuja contraposição altérica já não mais se faz presente – estabelecendo, deste modo, uma dificuldade filosófica em entender que a ideologia dominante hoje é tão distante de algo que *pressuponha* alteridade:

Parece, pelo menos grosso modo que a luta, o diálogo e a dialética entre as ideologias foram substituídos pela monotonia de um único ponto de vista dominante. Este último, dada a situação, não necessita de nome que o caracterize, porque não existe nada do qual tenha que se diferenciar (PONZIO, 2008, p.20).

João Wanderley Geraldi (2003) aborda a questão das ideologias ao afirmar que vivemos “no presente de uma ordem mundial globalizada e assentada no movimento de capitais virtuais e de seus lucros” e que, portanto, “deixamos de enxergar quaisquer caminhos alternativos de construção de nova ordem (GERALDI, 2003, p.40). Podemos pensar aqui notadamente na questão do capitalismo-comunismo, com o primeiro emergindo sob a forma de uma nova ordem e o segundo caindo aos poucos na impraticabilidade, bem como podemos pensar nos movimentos democráticos, que se alargam dentro dos Estados nacionais, ou, então, no fruto destes, como o mercado de cultura de massas ou o especulativo ou ainda a questão da legalidade/ilegalidade autoral, entre outros. Enfim, tudo desemboca na necessidade de impor (inclusive pela força) tais ideologias a todos de uma maneira idêntica – o que vale para um deve obrigatoriamente valer para todos, independentes de quais sejam as diferenças.



A identidade como forma de igualitarismo implica certos problemas, porque deixamos de lado a instituição do outro, reconhecido pelo eu e base da relação dialógica, para calcar um discurso particular e fechado – sem desejo de respostas ou com possibilidades de réplicas falseadas e desqualificadas, onde a voz do outro é meramente tida como um diálogo disfarçado, porém não processada e ouvida – pura exclusão "mascarada".

Aqueles que se beneficiam com a exclusão, os únicos rumores que ouvem são os humores do mercado. E no mercado atuam seus pares. A estes não interessa pensar o inimaginável e arriscar-se a extrair dos acontecimentos os conteúdos para o futuro. Interessa-lhes transmitir o conhecido para que o já acontecido permaneça como único acontecimento possível para o futuro (GERALDI, 2003, p.49).

E a cada minuto essa lógica perversa convence as pessoas de que outras formas societárias já não são possíveis. A oficialidade diz que utilizamos os passos do passado para desembocarmos no nosso presente, onde seria até possível dizer que isso nos levaria a crer em um futuro dado. Esta é a descrição de um mundo sem alteridade. No entanto, ao propormos olhar as relações sociais dentro da alteridade constitutiva, temos um futuro dado por um horizonte repleto de possibilidades, cujo olhar é sempre provisório e nunca pré-determinado, pré-moldado, ou já-dito. Outras palavras, outras ações, outros momentos seriam possíveis. Como dissemos, o mundo estruturado de uma maneira idêntica, reproduzível dentro da lógica atual, já tem mudanças visíveis na economia política das estruturas da sociedade.

O próprio Ponzio (2008) dá o exemplo da política – que já não abarca grandes projetos ideológicos em seu cerne, transmutando os políticos em técnicos administrativos, ou seja, meros executores. Pela ineficiência em ser espelhos dos sonhos que já não são nem mais sonhados, os políticos tornam, cada vez mais, a política um “conjunto de mecanismos que sustentam e promovem a sociedade capitalista moderna” (PONZIO, 2008, p.20), exaurindo um papel antes cabal, afirma o autor.

Ponzio vai exemplificar isto dentro da esfera da linguagem por meio da palavra *Democracia*. Vejamos: como já não se encontra uma oposição (a partir da alteridade) para designar o mundo contemporâneo, imerso na economia de mercado neoliberal capitalista, ocorre que o termo *democracia* é utilizado como “curinga” (palavra do professor italiano) para justificar toda espécie de ações políticas ou não. Seja em um golpe de Estado, invasão de um país, tomada de decisão, votação, ou qualquer ato político, os líderes não titubeiam ao invocar a *democracia* como regente das boas ações

pretendidas – deixando o signo numa espécie de crise – não somente semântica, mas também de entendimento social<sup>38</sup>. Outro exemplo, esse mais marcado, é o da palavra *Revolução*. Ao filósofo Edgar Morin, em uma entrevista dada ao jornal *O Estado de S.Paulo*, foi perguntado: “O senhor fala muito em reforma. Parece que a palavra revolução foi abolida de seu vocabulário. O tempo das revoluções chegou ao fim?”. A resposta foi a seguinte:

Bem, eu prefiro trocar a palavra revolução, que está desgastada pelo uso, por metamorfose. E por quê? Porque a palavra revolução foi reduzida a uma dimensão violenta. Essa violência cria apenas sistemas autoritários, como bem provou a União Soviética. Já a metamorfose permite uma transformação natural e radical como a de uma borboleta, que se destrói e se constrói para se transformar, para adquirir novas habilidades, como a de voar (MORIN apud FILHO, 2009).

Aqui a palavra revolução deixa de ser o palco para mudanças sociais e o filósofo propõe a ressignificação de um outro termo: metamorfose. Também podemos identificar outros exemplos que estão ocupando o lugar do signo anterior, como reforma política e até mesmo reconstrução. Na sociedade cuja identidade vence (cf. PONZIO, 2008), o ideário revolucionário já não mais existe, e nem deveria ser reativado – posto não ser usual para a atual conjuntura. Assim, podemos entender que o discurso oficial, hoje, não quer que certas palavras sejam tecidas nas relações sociais e isso mostra que ela perdeu espaço dentro da arena de luta do signo. A revolução não existe mais, nem cabe ser citada, nem ser formulada, e tampouco dita. Utilizamos destes dois exercícios simples que envolvem a linguagem e que implicam relacionar com o contexto atual.

O mundo das desigualdades ceifa a qualidade de vida de mi(bi?)lhões de pessoas. O projeto bakhtiniano (e ponziano) diz que aquilo que é diferente não é desigual, mas simplesmente *diferente*. No tempo acelerado, na homogeneidade consumista, no mundo que é eternamente “pós” algo que nunca vimos ou sabemos o que é, a proposta de olhar com olhos de alteridade as relações humanas torna-se, quiçá, uma alternativa. Na igualdade total, a distinção vai existir somente naquele que se faz diferente. Não se perde a identidade ao ser diferente, ao levar em conta a posição do Outro como algo fundamental para a minha constituição. O espelho não nos mostra como somos, mas sim o que somos em relação às nossas relações. A mera reflexão não implica na refração da vida. A reflexão se dá junto com a refração. Meu eu é o outro do

---

<sup>38</sup> O que Ponzio entende por Democracia não é o mesmo que a Ciência Política, teoricamente falando. De certa maneira, o filósofo entende democracia no seu sentido extenso, mais prático e menos teórico, voltado mais para a possibilidade de voz ativa na sociedade.

outro. A alteridade torna-se, portanto, uma postura ética e estética de compreensão e responsividade. Como Geraldi (2003) já sabiamente disse: *a diferença identifica enquanto a desigualdade deforma*.

A literatura serve como forma de previsão do que dissemos, utilizando-se da premissa *reductio ad absurdum*. No livro *Não verás país nenhum*, de Ignácio de Loyola de Brandão exemplifica bem uma situação distópica onde a identificação dos iguais produziu uma sociedade não social. Conta a história em um tempo onde os “militecnos” aproveitam para burocratizar tudo, inclusive sentimentos e sensações, onde tudo é passível de compra - porém o dinheiro é extremamente escasso. Nesse entremeio, um furo na mão faz o personagem se distinguir dos demais.

E o real está na superfície, boia à nossa vista. Tão simples, que recusamos. Estamos acostumados ao espelho da ilusão. Passamos o tempo em busca de algo que nos foi dado à primeira vista. Não confiamos mais em nossas percepções, instituições. Nos afastamos do conhecimento primordial. Renasço, a cada instante. Minha vida = uma série de renascimentos. Sem que tenha havido morte. Sucessão de momentos que somam. Os antigos deixam experiências, maturidade. Os novos vêm com inocência e a contemplação. Neste renascer, me faço criança e me incorporo ao que veio antes. O ser antigo rejuvenesce, o novo ganha, no parto, o conhecimento. Venço a morte, a cada etapa. Ganho a vida. E me vejo um homem em permanente duplicata (LOYOLA BRANDÃO, 1982, p.309).

Na distinção, na diferença, o personagem se constitui e passa a questionar a vida em que ele se insere. Ao se cansar do que vivia, do que era embotado a viver, acaba por se rebelar contra aquilo que o prendia. Vendo o presente, mas trabalhando com a memória de passado (o personagem era um professor de História que acreditava na revolução), refaz suas perspectivas de futuro, muda e questiona o discurso oficial. Ao fazer isso, passa a ter/ser tudo diferente na história. O personagem passa a olhar, porém como que admirando com *outros* olhos – em uma abertura clara de alteridade de pensamento. Além de levar em consideração os sujeitos outros, o pensamento de Bakhtin também prevê a postura de "querer ouvir" – sem negar a voz. Esse anseio pela opinião alheia, mesmo que confrontando as próprias opiniões, é um ato ético. A metáfora utilizada é com o conceito de auscultar: o médico, ao se utilizar das ferramentas disponíveis, "lê" todo o paciente, a fim de buscar a enfermidade, ou seja, está disposto a se abrir/ouvir para o outro, portanto, *auscultando*.

#### **4. Relacionando Bakhtin**

Agora chegou enfim o momento de começarmos a relacionar Bakhtin com o Jornalismo Opinativo que, afinal, é a proposta desta tese. Depois de uma etapa em que nos aprofundamos com o afã necessário para entender Mikhail Bakhtin em seu pensamento nada trivial, o objetivo agora é relacionar o que foi dito com o nosso objeto de trabalho. Somente arranhamos no todo os trabalhos do pensador russo, que ainda se dedicou bastante ao estudo do romance, da psicologia, das questões de ética e estética, autoria e também a temas de cultura. Contudo, dentro do âmbito da teoria discursiva, propusemos abordar de uma maneira abrangente suas ideias, e agora buscaremos alinhavá-las à nossa proposta.

Mesmo ainda no campo das teorizações, já é possível delinear traços e desenhar entendimentos do que acontece na vida. Como dissemos, para Bakhtin, teoria e vida são imbricadas. Olhamos essencialmente para as fagulhas quiméricas produzidas nas relações discursivas – também este um lugar da luta não física. Para não haver dúvidas, veremos um rápido exemplar de como os dizeres são ideológicos. Mesmo que o texto não faça parte dos editoriais, serve como exemplo cabal do que estamos pronunciando sobre a teoria da Filosofia da Linguagem. No dia 02 de agosto, quando estava a esquentar a disputa política, a colunista Maria Rita Kehl (2010) escreveu uma coluna denominada *Dois pesos* para o jornal *O Estado de S.Paulo*. De início ela elogiou o jornal por assumir a postura de apoiar José Serra, depois falou sobre classes sociais (diz que não existem mais) e o espetáculo em que a política se transformou, com destaque para a maquiagem que a TV produz (algo que, segundo a autora, não acontece na discussão política via internet).

O texto seguia falando sobre as "correntes" de internet que desqualificam o projeto Bolsa-família, destratando o fato de algumas pessoas considerarem a distribuição direta de renda como uma *esmola* ou *compra* de votos. O ponto principal de Maria Rita era falar que o programa dá tão pouco dinheiro, que é preciso ser muito pobre para aquela renda fazer diferença na vida de alguém, bem como existe um discurso de manutenção do *status quo* – haja vista que ricos precisam ter serventes sempre à disposição. Ela prosseguiu na mesma linha de pensamento até o *gran finale*:

Agora que os mais pobres conseguiram levantar a cabeça acima da linha da mendicância e da dependência das relações de favor que sempre caracterizaram as políticas locais pelo interior do País, dizem que votar em causa própria não vale. Quando, pela primeira vez, os sem-cidadania conquistaram direitos mínimos que desejam preservar pela via democrática, parte dos cidadãos que se consideram classe A vem a público desqualificar a seriedade de seus votos (KEHL, 2010).

Bem escrita pela psicanalista, a coluna criou uma celeuma dentro do *Estadão*. Primeiro porque o texto recebeu diversas críticas dos leitores do jornal (na internet foram 467 comentários e, de acordo com o que a autora disse em entrevista posterior, ela teria cometido um "delito"<sup>39</sup> de opinião). O imbróglio se formou após Kehl ter sido demitida, afirmando ser por causa das reações ao que havia escrito no episódio citado e em anteriores – chegando até a insinuar parcialidade<sup>40</sup>: "É tudo tão absurdo... A imprensa que reclama, que alega ter o governo intenções de censura, de autoritarismo..." (KEHL apud FERNANDES, 2010)<sup>1</sup>. O próprio jornalista Bob Fernandes (2010)<sup>2</sup> se incumbiu de entrevistar o diretor de conteúdo do *Grupo O Estado de S.Paulo*, Ricardo Gandour, que se defendeu dizendo haver praticado um revezamento de colunistas (o que seria comum na imprensa) e que já havia tido conversas da troca antes mesmo do episódio, só que sem a presença de Kehl.

Até mesmo a questão de censura foi muito tocada, só que de maneira errônea, já que o ato, a priori, constitui na não publicação – o que não aconteceu no caso específico, posto a coluna ter saído. Sem deixar de admitir que foi uma "coluna forte" em um "momento delicado", o diretor sustentou a tese de que a colunista estaria fugindo daquilo para o que havia sido estipulado, ao contratá-la:

O projeto original no caderno C2 + *Música* é de ter ali, aos sábados, um espaço em torno da psicanálise. Um divã para os leitores. Mas esse não era o enfoque que ela vinha praticando e frequentemente conversávamos sobre isso (GANDOUR apud FERNANDES<sup>41</sup>, 2010).

Se, por um lado, o diretor do jornal não mentiu ao dizer que a troca entre colunistas é constante na imprensa, até para garantir a pluralidade de vozes, por outro ele mostrou, digamos, uma contraposição em termos: a cronista escrevia quinzenalmente para um suplemento extra dentro do *Caderno 2 do Estadão* desde 6 de fevereiro de 2010. Quando da própria apresentação de Kehl aos leitores, o texto mostrava que a autora prometia experimentações, notadamente para o lado das crônicas, e que os leitores não deveriam esperar temas psicanalíticos na coluna (como depressão ou mulher freudiana) (cf. COZER, 2010). Mesmo com Azevedo (2009, p.63) sustentando que a pluralidade externa dos editoriais é reduzida, não sendo permitida a visibilidade plena de atores políticos e sociais relevantes da sociedade civil – as

---

<sup>39</sup> Vide Referências: Fernandes (2010).

<sup>40</sup> A própria Kehl nunca classificou como censura o acontecimento, mas sim como um ato em que o jornal não permite uma visão diferente da do veículo.

<sup>41</sup> Diretor com a editora responsável pelo caderno onde Maria Rita Kehl escrevia.

estratégias utilizadas nos gêneros editoriais, com abordagens diversas de estilos e temas, dão novo significado ao conceito que Melo (1992) classificou como "pequenas rebeliões". Nesse caso exemplar, também podem ocorrer revoltas nos editoriais – quando um tema não agradável transbordou à política editorial da empresa.

Visualizar o lado da psicanalista ou do jornal mais a fundo não é o nosso foco, haja vista, uma vez mais, que a coluna da autora nem está dentro do nosso *corpus* pré-determinado. Mesmo assim, é válido mostrar como um texto gerou uma grande polêmica – chegando ao ponto, até mesmo, do desligamento efetivo de sua autora – passando da materialidade do texto para a simbologia da defesa de um argumento e retornando para o afastamento. Se lermos calmamente podemos até conceber que Maria Rita Kehl não fez nenhuma defesa aberta ao programa de transferência de renda do governo petista, tampouco assumiu uma posição radical de negação. Por meio de uma estruturação elegante, ela simplesmente elencou vários argumentos que já estão dispostos na sociedade – em um trabalho até mais descritivo que analítico (ou seja, não apresentou nenhum argumento novo)<sup>42</sup>.

O burburinho, aliado ao momento em que o país estava vivendo na corrida eleitoral foi estopim que levou a uma consequência drástica (tanto que até jornais concorrentes comentaram o fato, transformando o caso em notícia) e nos auxiliam enormemente a demonstrar como questões discursivas são ideológicas e fazem parte da vida cotidiana. De certa maneira a colunista aglutinou opiniões dispersas da internet, portanto do contexto da ideologia não oficial, e as transpassou para um gênero estabilizado, em um dos mais tradicionais periódicos. O problema foi tais argumentos terem ganhado o espaço público da coluna, chegando até o público leitor, tendo "vez" em um jornal de grande circulação e peso político.

Claro que o conflito ficou aparente, bakhtinianamente falando, quando o discurso de outrem (dos defensores dos programas de transferência de renda) tomou um espaço onde ele não era "bem-vindo". No entanto, o próprio rechaço por parte dos leitores – e a aceitação das reclamações por parte do jornal, culminando na demissão, dá margem para várias interpretações, como a do interesse do jornal em não apoiar tal discurso, ou o atendimento do jornal às expectativas de seus leitores mais radicais, ou até mesmo o estabelecimento de uma estratégia para não ser acusado de censura prévia: publica-se o texto e depois se consolida a impossibilidade de a psicanalista prosseguir

---

<sup>42</sup> Também não somos ingênuos ao ponto de não crer que a autora é filiada à tese de que a Bolsa Família é um bom programa de governo. Se não fosse, não teria perdido tempo de comentá-lo na coluna.

titular da coluna (configurando a velha disputa patrão-empregado), ou até mesmo nenhuma das versões anteriores. O que se destaca é que a Filosofia da Linguagem ultrapassa as fronteiras da questão de língua e assume posto no dia a dia – aberta a interpretações, porém nunca distante de ser uma disputa ideológica relacionada ao contexto sócio-histórico. De todo modo, um texto/discurso nunca é uma mera tábula rasa sem emanar significados – seja no caso que utilizamos ou em qualquer outro exemplo de gênero discursivo.

Assim, podemos pensar na questão da Filosofia da Linguagem a partir de uma metáfora apresentada pelo teórico da comunicação, professor Jesus Martín-Barbero, em uma palestra proferida na Faculdade de Comunicação, no Máster de Comunicación y Cultura da Universidade de Sevilha, Espanha. O docente apontou como foi a formação do seu conceito de mapa noturno<sup>43</sup>, elaborado nos anos 1980 e revisto no início de 2000. A *ideia centelha* de Martín-Barbero, explicada na palestra, mostra-nos que o escritor Antoine de Saint-Exupéry foi pioneiro na aviação noturna sobrevoando a Espanha até a África. Muitas vezes, pela noite, antes de todo maquinário de precisão de hoje, os guias eram mapas nada precisos: no auxílio da leitura da bússola estavam estrelas e luzes em terra. Assim, para o professor, era uma caça incessante do aviador, sentado sobre toneladas e prosseguindo sobre um “vazio”. O mapa noturno, dentro de um voo igualmente noturno, assinala um *quê* de não se saber precisamente para onde estará indo, mas sempre tomando em conta sinais *outros*.

Porém, como um fumo escuro, a noite ia crescendo e já enchia os vales, confundindo-os com os campos. E também já se alumiam as aldeias, e as constelações que elas formavam respondiam umas às outras. E ele, por sua vez, acendendo e apagando as luzes de posição respondia às aldeias. A terra enchia-se de apelos luminosos, cada lar ateando a sua estrela perante a noite imensa, tal como a luz dum farol voltado para o mar. Tudo o que abrigava uma vida humana cintilava já (EXUPÉRY, 2009)<sup>44</sup>.

Martín-Barbero disse que desenhar um mapa noturno é dizer aquilo que não pode ser mostrado em um mapa feito para a luz diurna: é ver de longe sinais diferentes do que se está acostumado a ver. Ainda segundo o professor, vivemos um mundo sem saber claramente como será o futuro: tudo se turva. Nas palavras dele: a esfera

---

<sup>43</sup> Não é nossa preocupação adentrar neste conceito teórico, mas sim fazer uma relação possível com a nossa teoria. O conceito de Jesus Martín-Barbero de mapa noturno refere-se: “con el que buscaba reubicar el estudio de los medios desde la investigación de las *matrices culturales, los espacios sociales* y las *operaciones comunicacionales* de los diferentes actores del proceso” e “un mapa para indagar la dominación, la producción y el trabajo pero desde el otro lado: el de las brechas, el consumo y el placer” (MARTIN-BARBERO, 2002, p.6).

<sup>44</sup> O original foi publicado em 1934 com o nome de *Vol de nuit* pela editora francesa Fole.

econômica passou a ser regida pela velocidade e fluxo de dados e valores; o mundo do consumo é feito para ser fugaz e criar a necessidade do hábito de compra; a juventude prega outros valores e escandaliza os mais velhos; as migrações se fazem constantes, mas, agora, em um fluxo global; o trabalho formal cai enormemente e nasce a informalidade laboral – destituindo do seu trono a figura de classe (coletivo sob o jugo de um patrão).

Nesse cenário é que chegamos: primeiro mostrando que a relação espaço-tempo se alterou junto com os processos mediativos e comunicacionais. Fluxos, espaços, migração, mediação, e, claro, condições de produção já não são os mesmos. Os processos deixaram de ser entendidos em um sentido único, tornando-se mais uma forma de rede, uma interligação, interconexão entre situações e cenários variados de um mundo amplo e cada vez menor nas relações sociais e comunicativas. A supraestrutura se mesclou com a infraestrutura no todo da vida cotidiana. Então, no âmbito da comunicação, temos não somente que inverter o olhar que antes visava apenas entender as mediações sociais e culturais dos meios de comunicação. O momento é ver a cultura e as mediações a partir da comunicação, da discursividade. Nossa maneira de entender mudou e, com nosso olhar, o mundo mudou junto, nos mostra Martín-Barbero:

Y es desde esa multiplicidad de cuestiones y experiencias, de datos duros y de *metáforas*, que se van construyendo articulaciones más y menos fuertes de lo económico, lo laboral y lo político, avizorando encrucijadas estratégicas de la economía con la cultura, puntos focales en la reorganización de las instituciones y las socialidades (MARTÍN-BARBERO, 2002, p.5).



## **CAPÍTULO III – A campanha eleitoral de 2010**

### **1. Dinâmica da campanha**

Se formos olhar do fim para o início, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, um eleitorado de 106.606.214 (78,50% de um total de 135.804.433 milhões de pessoas em condição de votar) elegeu, no 2º turno, para o cargo de Presidente da República candidata Dilma Rousseff, da coligação PT / PRB / PDT / PMDB / PTN / PSC / PR / PTC / PSB / PC do B, com 55.752.529 milhões de votos (56,05%). Ela venceu José Serra, da coligação PSDB / PTB / PPS / DEM / PMN / PT do B – o qual obteve 43.711.388 milhões de votos (43,95%). A petista venceu a disputa em 18 Estados, enquanto o tucano sobressaiu em oito.

Ao todo, nove candidatos se inscreveram para disputar o maior cargo eleitoral do país, possuindo destaque os já citados José Serra, Dilma Rousseff e também Marina Silva, a qual foi candidata única do Partido Verde (PV). Marina chegou a crescer na reta final do 1º turno, atingindo a expressiva votação de 19.636.359 milhões de votos (19,33%) o que ajudou a levar o litígio para a segunda etapa<sup>45</sup>. Um quarto pleiteante, Plínio de Arruda Sampaio, representante do Partido Socialismo e Liberdade<sup>46</sup> (PSOL), também teve certa relevância na interface midiática e nos debates televisionados. No entanto, sua visibilidade foi menos pela colocação nas pesquisas (sempre na média de 1% das intenções de voto) e mais por sua extensa carreira política como fundador do PT e, deputado constituinte, que lhe conferiu uma aura de respeitabilidade. Despediu-se

---

<sup>45</sup> As votações e os candidatos foram, em números totais: Dilma Rousseff (PT - PRB / PDT / PT / PMDB / PTN / PSC / PR / PTC / PSB / PC do B) com 47.651.434 (46,91%); José Serra (PSDB - PTB / PPS / DEM / PMN / PT do B) com 33.132.283 (32,61%); Marina Silva (PV) com 19.636.359 (19,33%); Plínio de Arruda Sampaio (PSOL) com 886.816 (0,87%); Eymael (PSDC) com 89.350 (0,09%); Zé Maria (PSTU) com 84.609 (0,08%); Levy Fidelix (PRTB) com 57.960 (0,06%); Ivan Pinheiro (PCB) com 39.136 (0,04%) e Rui Costa Pimenta (PCO) com 12.206 (0,01%) em um total de 101.590.153 votos válidos com (91,36%), sendo Brancos: 3.479.340 (3,13%), Nulos: 6.124.254 (5,51%) e Abstenção: 24.610.296 (18,12%). Os dados acima são do TSE. Disponíveis em [http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/estatistica2010/Est\\_resultados/resultado\\_eleicao.html](http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/estatistica2010/Est_resultados/resultado_eleicao.html) e <http://divulgacao.tse.gov.br/> (acesso em 3 nov. 2010). Vide Referências Eleições, 2010.

<sup>46</sup> Doravante PSOL.

com 0,87%, ou seja, 886.816 mil votos. Os demais candidatos, por sua vez, pouco ganharam em votos ou atenção (principalmente da mídia) e foram irrelevantes.

A lógica eleitoral do 2º turno em 2010 seguiu às demais disputas presidenciais pós-redemocratização – tendo a dinâmica dos embates polarizada entre candidatos<sup>47</sup> do Partido dos Trabalhadores<sup>48</sup> (PT) e do Partido da Social Democracia Brasileira<sup>49</sup> (PSDB), conforme apontou Azevedo (2006) como tendência para nossos pleitos no período citado. Segundo Limongi e Cortez (2010, p.36) os dois candidatos acabam transformando a eleição presidencial em bipartidária e dotam o processo eleitoral de grande força inercial. Como entrar na corrida presidencial acarreta altos custos, sustentam os autores, o máximo que os demais partidos conseguem é negociar posições de apoio. Ainda segundo os autores, está ocorrendo um fenômeno de surgimentos de terceiras forças nas eleições, caracterizadas por não apresentarem condições para ficarem próximas ao segundo colocado e terem fôlego curto, ou seja, não conseguirem ser viáveis quatro anos depois. O peso da clivagem PT/PSDB também está sendo repassado às disputas dos governos estaduais: em 2010, quando os partidos não concorreram nos estados, estiveram representados por aliados históricos, como PSB e DEM ou circunstancial, como PMDB.

No entanto, o resultado final não estava nem perto do que a primeira enquete do Instituto Datafolha<sup>50</sup> (2009) mostrava: em março do referido ano José Serra reinava nas intenções de votos, flutuando entre 35% e 47% da preferência do eleitorado. Dilma Rousseff era ainda uma pálida lembrança, ficando atrás de virtuais nomes como Ciro Gomes e Heloísa Helena. Até março de 2010 o cenário permaneceria o mesmo: Dilma ainda estava a 10 pontos de Serra (DATAFOLHA, 2010<sup>3</sup>). Este quadro só mudou na pesquisa feita no dia 24 de maio em que, pela primeira vez, a candidata petista pareceu com o tucano (37% cada), enquanto Marina Silva, considerada “nanica” pelo Instituto, apareceu com 12%.

E os candidatos utilizaram as armas que dispunham. Dilma, no caso, utilizou uma reconstrução de imagem, em que saiu a sisuda ministra e entrou uma palatável candidata e uma superexposição com Lula. Este último quesito originou uma série de

---

<sup>47</sup> A saber: forças de esquerda (1989, 1994 e 1998) ou centro-esquerda (2002) versus centro-direita (de 1989 até 2002) (cf. AZEVEDO, 2006). Podemos adicionar nas contagens também a disputa de 2006 entre Luiz Inácio Lula da Silva (centro-esquerda) e Geraldo Alckmin (centro-direita).

<sup>48</sup> Doravante PT.

<sup>49</sup> Doravante PSDB.

<sup>50</sup> Neste momento apresentaremos algumas pesquisas baseadas no Instituto Datafolha porque foram as mais se aproximaram do que realmente aconteceu nas urnas.

protestos por parte dos opositores, gerando multas à candidata e ao ex-presidente. A relação levou até o deputado opositor Raul Jungmann (PPS-PE) a fazer um levantamento mostrando que entre 1º de setembro de 2009 e 19 de fevereiro de 2010, quase seis meses, Lula teria gasto quase 3 milhões dos cofres públicos para levar junto Dilma em comícios e inaugurações (SOUZA, 2010)<sup>51</sup>. Por fim, no dia 16 de agosto Dilma (41%) ultrapassou Serra (33%) pela primeira vez. Ela não mais sairia da posição. Já José Serra apresentou uma campanha calcada na comparação entre a experiência dele na administração pública, sem enfrentar diretamente o governo lulista ou estabelecer vínculos com Fernando Henrique Cardoso e a gestão tucana de 1994 e 1998. Já Marina Silva ingressou na campanha com uma proposta diferente dos demais, viabilizada pelo desenvolvimento sustentável. Diferente de Serra, ela assumiu o lugar de prestígio que obteve com Lula durante o governo dele, mas também buscou traçar diferenças entre propostas. Como visto, Marina tinha mais a ganhar do que perder.

A campanha presidencial teve início oficial (definido por lei) em 06 de julho e término em 31 de outubro. No entanto, as campanhas, em geral, ganham fôlego e tamanho a partir do início do Horário Eleitoral Gratuito. Em 2010, a propaganda eleitoral começou no dia 17 de agosto e foi até 30 de setembro. A veiculação dos blocos aconteceu nas terças, quintas e sábados (os demais dias eram para os outros cargos eletivos). Na Rádio a apresentação era às sete da manhã e ao meio-dia. Na televisão a exibição foi à uma da tarde e às oito e meia da noite. Por conta dos apoios, Dilma teve cerca de 10 minutos e meio por dia, enquanto José Serra ficou atrás com cerca de 7 minutos de exibição. Marina aparecia em parcos 1 minuto e 23 segundos, enquanto Plínio de Arruda Sampaio tinha direito a 1 minuto. Os demais candidatos, cada um, dispunham de 55 segundos para convencer o eleitor.

Alguns outros elementos externos também foram componentes do cenário das eleições em 2010. Um deles foi o caso da Ficha Limpa, uma tentativa de moralização no campo político que gerou um conturbado movimento até a aprovação da lei. O quarto projeto de mobilização popular desde a escritura da nova Constituição em 1988 foi julgado em diversas instâncias até que o Supremo Tribunal Federal, em março de 2011, apontou que a Ficha Limpa não valeria para 2010. O problema, de nível federal, foi pauta na imprensa e opinião pública, mas não chegou a interferir no desempenho dos candidatos. O que interferiu foi a denúncia de que arapongas teriam produzido

---

<sup>51</sup> Os dados foram publicados no blog do colunista Josias de Souza, na *Folha de S.Paulo*.

documentos contra partidários e familiares de José Serra. Era o início do caso do dossiê relacionado à Receita Federal. Depois disso, como veremos, pequenas polêmicas ganharam o noticiário, como a questão do programa de governo petista, cujo conteúdo podia ser lido sob um *prima estatista* e a dificuldade de José Serra estabelecer um vice – sendo até lançado o nome de um senador erradamente e provocando rugas com aliados tucanos. Por fim, uma nova denúncia da Revista *Veja* sobre a então ministra Erenice Guerra acabou sendo a gota d’água para a indefinição. Na última pesquisa antes do 1º turno, Dilma Rousseff ficava com 50% das intenções, enquanto José Serra estava com 31% e Marina Silva subia para 14% dos votos válidos. Mais para o fim da campanha, os candidatos já sinalizavam que as campanhas assumiriam o tom religioso – além de ressuscitarem a discussão da privatização contra estatização.

Como os petistas não conseguiram se impor, a disputa acabou indo para a segunda etapa. O Horário Eleitoral retornou dia 8 de outubro, com blocos de 20 minutos divididos igualmente entre os candidatos, sendo que a propaganda havia iniciado três dias antes. Segundo o Instituto Datafolha, foram 4 pesquisas em que Dilma e Serra mantiveram-se estáveis nas intenções de votos, ficando em 56% contra 44%. Na véspera da eleição o cenário era este:

Um dia antes da eleição, Dilma Rousseff (PT) tem 55% dos votos válidos contra 45% de José Serra (PT). Com o resultado, a petista deve ser eleita presidente da República no próximo domingo. Pesquisa Datafolha ouviu 6554 eleitores nos dias 29 e 30 de outubro em todas as unidades da Federação (DATAFOLHA<sup>5</sup>, 2010).

De acordo com Kerbauy (2011, p. 487), a eleição 2010 foi marcada por uma votação diferenciada em relação a região, classe de renda e escolaridade. Para a autora, isso é reflexo do mapa brasileiro da desigualdade. No 2º turno, conta a autora, as diferenças puderam ser lidas mais claramente, com Dilma sendo soberana no Norte, Nordeste e Sudeste, enquanto Serra venceu no Sul e Centro-oeste. Mesmo sem Lula, a figura deste foi importante por conta do vínculo dele com programas sociais. Mesmo que programas como o Bolsa Família tenham um peso explicativo na hora do eleitor decidir em quem votar, não é possível colocar a responsabilidade integral deste sobre a opção nas urnas. Para a pesquisadora, há de se levar em conta também: “ganhos de bem estar social e o papel da descentralização das políticas sociais na determinação de novos contornos de diferenciação regional” (KERBAUY, 2011, p. 491).

Por fim, com a vitória da inexperiente Dilma podemos inferir que acabou por prevalecer a tese formulada por Lewis-Beck (1988) e apresentada no clássico

*Economics and Elections*. Para o autor, o momento econômico favorável influencia no voto a favor do candidato da situação – sendo a candidata petista eleita em grande parte pela força da nova classe média brasileira.

## 2. variável midiática

Nos Estados Unidos, por conta das prévias estaduais e da votação indireta, além de não haver propaganda eleitoral de graça, os debates, junto com a imprensa, acabam sendo fontes de onde a população adquire informação, conforme nos mostra o cientista político Thomas Holbrook (1966).

Some events, of course, are much more important than others in this process, and this is largely a function of the amount and timing of the information generated by the events. Nominations conventions in particular are very important in moving public opinion in the early part of the campaign. Nominating produces large, biased amounts of information at a point in the campaign when it is most useful to voters (HOLBROOK, 1966, p.157).

O que é descrito pelo norte-americano é algo que não ocorre no Brasil. De acordo com a característica política brasileira, outros fatores são igualmente importantes, como ex-presidentes e antecedentes políticos e biográficos, sobre os quais dissertamos anteriormente. Baseamo-nos em Afonso de Albuquerque (1999) para incluir que as campanhas políticas brasileiras têm na propaganda política um dos seus fatores centrais. Com a regulamentação dos antigos comícios e "showmícios", as plataformas midiáticas assumiram seu papel de palanque.

Então, não é novidade que pesquisadores tenham passado a dar destaque para os estudos entre mídia e política, discutindo seus efeitos na audiência. Leandro Colling (2007) mapeou<sup>52</sup>, em uma extensa revisão bibliográfica, o estado da arte dos estudos de mídia e política nas eleições para presidente de 1989 até 2002. Nas análises feitas durante os pleitos, Colling encontrou alguns eixos interpretativos que remetem às diversas e distintas leituras que cada pesquisador teve sobre a mídia e política. Ele afirma que existe a linha do "nada mudou" – cujos pesquisadores simplesmente dizem que o fazer política durante as eleições, com ou sem mídia, continua na mesma situação de antes, quando a mídia e política não tinham tanta proximidade. Dialeticamente, existe o grupo do "tudo (ou praticamente tudo) mudou". Dentre estes, há aqueles que

---

<sup>52</sup> A pesquisa relacionou 24 teses, 70 dissertações e 90 artigos, em um total de 293 textos.

defendem o "tudo mudou para pior" e o "tudo mudou para melhor". Na primeira vertente temos os seguintes argumentos, segundo o autor (COLLING, 2007, p.3)<sup>53</sup>:

*A mídia despolitizou as campanhas:* a política antes da mídia seria no corpo-a-corpo, no convencimento baseado nas discussões de ideias. Agora, a mídia valorizaria simplesmente a imagem e não os projetos de governos.

*A mídia transforma os políticos em mercadorias:* como também estamos na era do marketing, então a mídia transformaria a política em algo a ser comprado pelo público. Desenvolve-se aqui, basicamente, o viés frankfurtiano da sociedade de consumo, onde tudo é produto.

*A mídia retira as funções que eram da política:* grupo de autores que classifica que a mídia retirou espaços que antes eram necessariamente da política, como transformar-se em partido, ser o contato com os eleitores e também fazer o papel de selecionador dos candidatos (vinculado à questão da imagem, claro)<sup>54</sup>.

*A mídia é central e dominante:* de acordo com Colling (2007) este é o elemento que perpassa a maioria dos trabalhos analisados. Na defesa desenfreada de que a mídia espetaculariza, toma lugar da política, transforma tudo em objeto, considera-se que esses seriam efeitos de uma força maior (mídia) a dominar as demais esferas da vida. Neste tópico, a mídia é o quarto poder social e utiliza-o negativamente.

Já na vertente do "tudo mudou para melhor", Colling elencou os pontos dos estudos que, mesmo com pitadas críticas, advogam a favor dos meios de comunicação, como os seguintes:

*A mídia politizou as campanhas:* simplesmente, diz o autor, ampliou-se a política para uma população que antes não tinha acesso.

*A mídia oferece aos eleitores mais acesso à informação:* a politização viria do acesso à informação, cujo direito é constitucional. Assim, em um país gigantesco como o Brasil, o corpo-a-corpo seria impossível e a mídia faz o papel de dar o acesso à informação, conscientizando o coletivo.

*A mídia provoca maior participação dos eleitores:* na pesquisa de Colling, a mídia acaba por provocar uma maior participação. Os pesquisadores defendem que os

---

<sup>53</sup> Os pontos destacados são de Colling, mas os comentários são nossos.

<sup>54</sup> Uma anedota sobre o fato de caracterizarmos a imprensa como partido. Em meados de 2007 internautas criaram o PiG – Partido da Imprensa Golpista. O jornalista Paulo Henrique Amorim encampou a história e tornou-se o grande divulgador do PiG (Amorim escreve com i minúsculo por conta da demissão dele do Portal iG). Segundo o que se encontra na blogosfera, basicamente o PiG é formado pela imprensa conservadora, que, sob a máscara de objetividade, mentira, deformaria e fraudaria para atender a interesses próprios.

meios de comunicação produzem nos cidadãos mais vontade de participar e intervir na vida política;

*Existem vieses positivos na espetacularização:* aqui o autor defende que fenômeno não é somente negativo, apenas varia de uma estrutura para outra – ou seja, são os pesquisadores que pontuam análises de caso a caso, sem agregar em um todo.

Claro que também existem os pesquisadores "neutros", ou seja, aqueles que propõem mudanças parciais. Na linha da vertente "mudanças são parciais", Colling (2007, p.7) aponta que alguns pesquisadores não veem que as novas formas de fazer política alteraram antigas práticas (antes existia espetáculo e mitos políticos também). Outra alegação, diz o autor, é que os dois campos são interinfluenciáveis – não havendo uma dominação de um campo sobre o outro. Por fim, Colling aponta que algumas pesquisas indicam a mídia como central na discussão – porém não dominante.

Estes autores concordam que a mídia é central em nossa sociedade, ou seja, ela assumiu e conquistou vários papéis que a colocam em um campo com poderes específicos e importantíssimos, mas isso não nos permitiria concluir que ela domina, ao seu bel prazer, os demais campos (COLLING, 2007, p.7).

Pela visão do autor, não faltam também autores que afirmam que a mídia tem influência decisiva nos eleitores, utilizando-se de subterfúgios como intencionalidade, manipulação, fim da esfera pública, até falseamento e distorção da realidade. Na outra margem, ele indicou que existem trabalhos em que os eleitores sabem negociar o fator mídia, os jornais fazem *uma* construção da realidade (não *a* construção), até a pura reflexão da realidade pelos meios de difusão de massa. Até 1998, diz o autor, os trabalhos concluíam em grande parte que a mídia foi nociva para as eleições presidenciais, principalmente em 1989 – algo que Figueiredo & Aldé (1997) também identificaram por meio do desempenho performático de Fernando Collor de Mello, influência dos programas eleitorais e interposição da mídia no processo eleitoral. Foi a partir da segunda eleição de Fernando Henrique Cardoso que os cientistas passam a entender a relação entre mídia e política como *movimento complexo*, que depende de vários fatores, os quais não são encadeados logicamente.

Um fato relativamente novo foi o fortalecimento, em 2002, de agências de publicidade e propaganda a tutelar a imagem dos candidatos (não só a imagem simbólica como também os aspectos físicos) – consolidando o *marketing* político. Louvável foi mapear os elementos de pesquisa e demonstrar como foram derivando os estudos acadêmicos em comunicação política ao longo do tempo. Fato é que cada

eleição se refere a si mesma e sofre com o contexto tanto da época eleitoral quanto dos fatores normais do cotidiano. Márcia Vidal Nunes (2004) mostra como é a prática na atualidade:

Na contemporaneidade, a prática política, para ter existência social e atender aos trâmites destas novas dimensões de sociabilidade, necessita compreender a publicização como algo não exterior (e sim que soma ou se agrega ao “fato” político dado, mas considerar que ela é parte constitutiva deste “fato”, momento de sua existência efetivamente social e política. Portanto, a luta pela publicização forja os acontecimentos políticos de forma sintonizada com o contemporâneo (NUNES, 2004, p.368).

Aguiar (1993) fez uma extensa análise da eleição de 1989 e concluiu que a eleição não pode ser lida como um dado bruto: é uma conjuntura formada pela situação econômica, emprego, saúde, entre outros elementos – além de ocorrências pontuais, como problemas que acontecem durante a corrida eleitoral e envolvem os candidatos. A mídia, nesse caso mais especificamente a imprensa, é que irá fornecer representações para os demais meios de comunicação e para a sociedade. "Segundo essa hipótese, a imprensa teria o papel de articulação dos significados dos fatos, constituindo o lugar por excelência no qual as sociedades elaboram simbolicamente a realidade, conferindo sentido a ela" (apud SOARES, 2009, p.159).

Maxwell McCombs (2006) elencou elementos externos que são formadores de agenda midiática dentro de um período eleitoral. O autor norte-americano dimensionou o momento da escolha dos representantes dentro da existência societal e individual. "Sin embargo, en el ámbito más amplio de la historia, las elecciones son sólo diminutos puntos de luz que destacan en el continuo auge y caída de la opinión pública sobre los asuntos del día" (MCCOMBS, 2006, p.212). Para ele, nestes assuntos do dia, a agenda midiática é formada pelos seguintes elementos, como *capas de cebolas* (dispostas de fora para dentro): fontes informativas; outros meios informativos; normas informativas e, no centro, a agenda midiática. Pela configuração, na primeira categoria estaria o presidente e a agenda nacional – quando praticamente tudo o que faz o presidente (ou não faz) tem a cobertura da imprensa (2006, p. 191). Outro ponto indicado por McCombs é que a imprensa é replicadora da própria imprensa. A horizontalização do conceito de notícia, a necessidade de publicar as informações sem deixar o concorrente "passar na frente" e a constante alimentação das assessorias de imprensa (guiada em sua maioria pelos mesmos princípios) fazem com que a grande imprensa ministre informações em certa consonância entre os veículos.



E não podemos ignorar, da mesma forma, a questão do horário eleitoral gratuito político, outro elemento que entraria na leitura da conjuntura do cenário eleitoral. Não propomos nesta tese fazer análises detalhadas, basta dizer que, no primeiro turno, Dilma Rousseff teve cerca de 10 minutos na televisão para apresentar seus programas eleitorais, enquanto José Serra ficou com 7 minutos e Marina Silva com 1 minuto (quase o mesmo tempo de Plínio de Arruda Sampaio). Em 2010, a propaganda eleitoral do 1º Turno começou no dia 17 de agosto e foi até 30 de setembro. A veiculação dos blocos aconteceu às terças, quintas e sábados (os demais dias eram para os outros cargos eletivos). Pelo rádio a apresentação era às sete horas da manhã e ao meio-dia. Na televisão, a exibição foi à uma hora da tarde e às oito e meia da noite. No segundo turno o horário eleitoral recomeçou no dia 8 de outubro e foi até 29 do mesmo mês, sendo que cada pleiteante teve exatamente 10 minutos para cada programa, todos os dias da semana.

Tamanha é a influência que a mídia exerce atualmente que chega a impressionar os próprios atores que a compõe. O jornalista Gay Talese (2000, p.2) escreveu: “se não é noticiado, um fato não tem impacto e talvez nem exista”. Um exagero óbvio, mas que nos dá margem para apresentar a leitura feita por Miguel (2002), que faz uma discussão teórica sobre a influência da mídia e sua cobertura. Para o autor, a mídia é um instrumento de contato entre representantes e representados. Como resultado deste processo, temos a perda da importância dos partidos como palco da discussão política. Além disso, tem-se a produção da agenda pública por parte da agenda midiática, onde existe o privilégio de alguns assuntos em detrimento de outros e a noção de que a deliberação pública é condicionada pela visibilidade. Depois, conta Miguel, os candidatos têm que se preocupar com a *gestão de visibilidade* – cuja regra é encarar os critérios de noticiabilidade e presença em programas de televisão como fundamentais para se obter o sucesso eleitoral.

É possível ter uma percepção real da atenção que os candidatos ao Planalto em 2010 deram ao quesito mídia quando olhamos os investimentos que fizeram em suas campanhas para o item. Podemos intuir que o quanto se gasta com mídia em uma campanha revela o nível de esforço dos candidatos não somente em ampliar sua "voz", mas também trabalhar para criar uma imagem que, no fim, deveria se reverter em votos favoráveis. As prestações de contas tanto dos candidatos a presidente quanto dos comitês financeiros mostram, por exemplo, as contas de José Serra somando um total de R\$ 106.489.846,91 milhões de reais arrecadados e o mesmo valor gasto. Já nas contas

do Comitê Financeiro Nacional do PSDB o valor arrecadado foi R\$ 109.813.822,28 e, no fim dos dois turnos, o resultado total foi de R\$ 119.457.727,08 (ou seja, os gastos ficaram negativos). O maior investimento declarado pelos tucanos foi na "produção de programas de rádio, televisão ou vídeo", somando um total de R\$ 34.835.479,86 – o que dá 29,16% do total investido em mídia.

Já Dilma Rousseff não ficou atrás nos valores. Ela declarou na prestação de contas ter arrecadado R\$ 135.524.691,35, com um débito de R\$ 17.412.735,44, pois a despesa final ficou em R\$ 152.937.425,79. O Comitê Financeiro Nacional do PT, na prestação de contas específica, arrecadou R\$ 137.586.737,48 e teve despesas de R\$ 147.745.472,07: prejuízo de R\$ 10.158.734,59. A maior despesa de campanha também foi com a "produção de programas de rádio, televisão ou vídeo": Dilma e o PT gastaram 33.346.085,60 milhões de reais (22,5% somente neste item).<sup>55</sup> Já Marina Silva, bem mais modesta, declarou ter gasto R\$ 5.979.019,90 por meio do Comitê Financeiro Nacional do PV com "Programas de rádio, televisão ou vídeo" para produzir seu 1 minuto e 23 segundos de exibição e *spots* televisivos.

Por isso que, para Luis Felipe Miguel (2002), a mídia é um instrumento de contato entre elite política e sociedade. Isto implica em uma modificação no próprio discurso político, que se adaptou às formas preferidas pelos meios de comunicação de massa. Nos investimentos que os três candidatos fizeram durante a campanha 2010 podemos ver que todos adotaram uma gestão de visibilidade, conforme teoria de Miguel.

Há, em primeiro lugar, a busca do fato político (aquele que é assim reconhecido pela mídia), como forma de orientar o noticiário e, dessa forma, influenciar a agenda pública, o que implica a absorção de critérios de "noticiabilidade" por parte dos atores políticos. Além disso, a visibilidade na mídia é, cada vez mais, componente da produção do capital político. A presença em noticiários e *talk-shows* parece determinante do sucesso ou fracasso de um mandato parlamentar ou do exercício de um cargo executivo. (MIGUEL, 2004, p.4).

O resultado disso tudo seria, de acordo com o autor, uma maior fragmentação das ideias políticas, em detrimento de uma discussão pública tão em voga nos "tempos áureos" da política. Para Miguel (2002), o jogo político tornou-se complexo e, o mais importante, não unilateral. Ao mesmo tempo em que os candidatos buscam influenciar a

---

<sup>55</sup> As prestações de contas aqui relacionadas estão representando os dados divulgados pela Agência de Notícias do TSE. Os valores podem se alterar, pois o TSE aprovou as contas, mas, por exemplo, a de Dilma foi aprovada com ressalva, ou seja, valores terão que ser revistos e/ou justificados e, por isso, pode haver diferenças pequenas. Vide Brasil (2010)<sup>1</sup> e Brasil (2010)<sup>2</sup>.

agenda midiática, adotam uma gestão de visibilidade e a imprensa também se adapta para seguir na cobertura – uma vez que as plataformas midiáticas outras ganham cada dia mais espaço e relevância.

Partimos agora para o fim deste trabalho, quando apresentaremos as análises dos textos a partir dos temas que apareceram nos editoriais quando os candidatos ao cargo presidencial receberam citações. A busca é agora sensível, não basta somente apresentar os temas, mas trabalhar com eles, analisá-los, tentar mostrar a relação que eles tiveram com as pessoas envolvidas no processo da eleição e que influenciaram na decisão da sociedade – lendo o cotidiano da Eleição 2010 por meio da lente da linguagem.

### **3. Situação nacional e ex-presidentes**

Nesta etapa da tese, apresentaremos a dinâmica da campanha de 2010 e algumas conjunturas. Fixar-nos-emos na questão da situação nacional do país no ano eleitoral e nos candidatos e seus perfis biográficos. Assumimos então que os antecedentes dos presidenciáveis, os partidos e os ex-presidentes tiveram papel fundamental nas campanhas, seja como antecedentes e até mesmo na condução do pleito. Não obstante, todos os itens foram citados em algum momento pelos jornais por nós analisados, uma mostra cabal de que fizeram parte das circunstâncias que constituíram a corrida presidencial.

Conforme apontamos, Lula e Fernando Henrique fizeram parte das citações diretas nos editoriais durante nossa análise. Ambos são confrontações de duas formas de governança política. Ambos, como não poderia deixar de ser, estiveram em voga no período eleitoral. Durante nossa coleta, os jornais dedicaram boa parte dos editoriais a eles, com foco, obviamente, para Luiz Inácio Lula da Silva, que na época ainda era chefe do governo federal. Em *O Estado de S.Paulo*, dos 442 textos totais o nome de Lula apareceu 141 vezes (31,9%), enquanto Fernando Henrique Cardoso foi citado 25 vezes somente (5,6%). Na *Folha de S.Paulo*, dos 285 textos totais, Lula foi citado nominalmente 78 vezes (27,3%), enquanto FHC apareceu 20 vezes (7%). Isso mostra que as eleições de 2010 tiveram fortes momentos de comparação histórica entre as perspectivas socioeconômicas de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998) e Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2006) e apresentaram, conseqüentemente, o reflexo contemporâneo disso, quando os candidatos expuseram os ex-presidentes aliados em

seus discursos. Afinal, em ano eleitoral, cada pleiteante tem que mostrar seu apelo sobre os feitos dos antecessores e aproveitá-los, ainda mais se "sopram" bons ventos econômicos e sociais.

Podemos fazer um paralelo com as proposições de Figueiredo (1997; 2000) a partir da leitura racionalista de Downs (1999), cujo trabalho também se pauta pela relação discursiva entre "Mundo atual" x "Mundo Futuro", a saber:

No debate eleitoral, os candidatos usam uma retórica cuja argumentação é de natureza ficcional. Neste caso, para convencerem a maioria dos eleitores, todos constroem um mundo atual possível, igual ou um pouco diferente do mundo atual real, e com base nele projetam um novo e bom mundo futuro possível. A estrutura dessa argumentação tem duas vertentes: "o mundo atual está ruim, mas ficará bom" ou "o mundo atual está bom e ficará ainda melhor". A primeira vertente é típica da argumentação da oposição e a segunda da situação (FIGUEIREDO, 1997, p.186).

De acordo com Figueiredo (1997), no pleito de 2006 o candidato da oposição, Geraldo Alckmin, dedicou-se a um discurso equilibrado entre a crítica e a ativação da satisfação retrospectiva (elogio ao governo FHC). Em 2010, o mesmo processo ocorreu com José Serra e Marina Silva, que se viram na posição dialógica entre avaliar o mundo atual e prometer um cenário futuro ideal, sem, no entanto, negar enfaticamente a estruturação financeira e social do país. Pior para Serra, que não chegou em nenhum momento a assumir o modelo econômico de FHC. Somente os candidatos com pouca expressividade propuseram tais mudanças consideradas radicais. Enquanto isso, Dilma assumiu a perspectiva de um mundo centrado nas políticas de Lula, continuando-as. De toda forma, dos candidatos que temos sob mira, os três, de certa maneira, fizeram parte do contexto partidário de PT e PSDB (em sua maior parte), cujas atuações estabeleceram os rumos econômicos do país desde 1994.

Em geral, na maioria das vezes que os ex-presidentes eram citados nos editoriais, era para ser ou comparado com os candidatos ou terem os programas avaliados. Logo no dia 25 de junho a *Folha* dava o tom que os editoriais seguiriam: o texto "Conjunção negativa" se destinava a analisar o "inferno astral" do candidato José Serra. Primeiro citava um revés na capital paulista, quando o afilhado político, o prefeito Gilberto Kassab, teve o mandato cassado por decisão judicial, por causa de irregularidades em doações relativas à campanha de 2008. Depois vieram as enchentes do início do ano, que retornaram à metrópole. Em seguida, problemas na coligação e

dificuldade em encontrar um vice. Por fim, o pior revés, foi a virada de Dilma Rousseff nas pesquisas eleitorais. O trecho seguinte do jornal é esclarecedor:

Vê-se que não será nada fácil para a oposição conter a maré da candidatura Dilma. Primeiro, pelo fato de o governismo exercer muito peso na disputa; segundo, porque o presidente Lula, ao contrário de seu antecessor Fernando Henrique Cardoso, experimenta, ao final do mandato, índices inéditos de popularidade, em meio a uma conjuntura econômica extremamente favorável ao país (FOLHA DE S.PAULO, 2010, p.A2).

Desenhava-se, então, uma perspectiva de confrontação entre modelos de gestão. Após o primeiro debate televisionado entre os candidatos, uma das citações destacadas pelo editorial da Folha “Debate Frustrante”<sup>56</sup> foi o fato de Serra não defender a gestão de Fernando Henrique – assumindo não fazer política “de olho no retrovisor”. De acordo com o texto, enquanto Dilma fazia uma defesa acanhada do período Lula – utilizando-se de dados estatísticos errados, Serra fazia críticas periféricas ao período lulista.

O *Estadão* foi menos exigente quanto à comparação – pelo menos no início da campanha. Somente em 7 de agosto, também citando o debate na televisão, que o embate FHC versus Lula apareceu. No texto “Um debate amistoso” houve a crítica para o tom ameno do debate, marcado por frases de efeito e previamente pensadas. Mesmo assim, o editorial foi meramente descritivo do que aconteceu no debate, com uma linguagem sóbria. Para o *Estadão*, Serra assumiu uma estratégia de não confronto, apoiando as políticas de FHC como bases para as conquistas atuais e ainda alertando sobre o risco das deficiências de infraestrutura e do sistema de saúde.

A não confrontação entre Lula e FHC só voltaria à tona nos editoriais no fim da eleição, quando as pesquisas já indicavam a vitória de Dilma. A estratégia, no entanto, mostrou que José Serra e Marina Silva não tiveram como utilizar-se da projeção “o mundo atual está ruim, mas ficará bom”. Em 2010, apesar da conjuntura desfavorável de 2009, com variação negativa, o cenário iniciou o ano positivo e já dava mostras de uma lenta recuperação da crise mundial de 2008, desencadeada com a quebra do banco norte-americano *Lehman Brothers* e agravada pelos reveses fiscais europeus.

Outro elemento positivo do cenário econômico foi um estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada<sup>57</sup> demonstrando que 12,8 milhões de pessoas haviam saído da condição de pobreza absoluta entre 1995 e 2008 (IPEA, 2010, p.3) – sendo que

---

<sup>56</sup> Debate Frustrante. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 07/08/2010, “Opinião”, p.A2.

<sup>57</sup> Doravante IPEA.

a maior queda teria acontecido entre os anos de 2003 e 2008 (anos do governo Lula). Nesta circunstância aplicada é previsão do IPEA de que o país deve superar a miséria até 2016. Marcelo NERI corrobora a perspectiva de que o "mundo atual", em 2010 estava bom, mas com uso de dados próprios:

A proporção estimada na Classe D é, hoje<sup>58</sup>, 20,31% (contra 23,62% em 2009). São 38,9 milhões de brasileiros com renda desde 751 reais mensais até R\$ 1200. Em termos de movimento, o que podemos notar é a redução de 5,5 milhões de pessoas em quase dois anos, ou de 8 milhões se considerarmos os últimos 8 anos. Olhando mais para cima e para o alto da distribuição, cerca de 39,6 milhões ingressaram nas fileiras da chamada nova classe média (Classe C) entre 2003 e 2011 (59,8 milhões desde 1993) (NERI, 2011, p.34-35).

Como nos aponta o autor, se a década de 1990 pode ser considerada com a da estabilidade e a década de 1980 com a da redemocratização, os primeiros dez anos do terceiro milênio poderiam ser chamados de "década da redução da desigualdade de renda".

Mesmo que ainda o país possua o nível de desigualdade de renda entre os 10 mais altos do mundo (NERI, 2010, p.11), ao verificarmos os indicadores econômicos e sociais projetados entre 2010 e 2014 foi possível notar uma boa evolução por conta do crescimento inclusivo, fruto da criação nos últimos anos desta que o pesquisador Marcelo Neri chamou de "Nova Classe Média" ou, jocosamente, *The bright size of the poor*.

De um lado, a eleição de 2010 foi a segunda vez em que o partido da situação há oito anos no poder tentou eleger um candidato diverso do que ocupava a cadeira. Entre 1994 e 2002 tivemos Fernando Henrique Cardoso, na primeira vez o PSDB coligado com PFL / PTB e na seguinte com o PPB / PTB / PFL / PSD. No pleito de 2002, o então Ministro da Saúde de FHC, José Serra (PSDB / PMDB) foi escalado para disputar contra Lula (PT / PL / PC do B / PMN / PCB). Serra perdeu a sua primeira eleição em nível federal. Até este momento, José Serra era candidato da situação e Lula seguia para a quarta disputa para presidente, tendo sido derrotado em todas até então – ou seja, a máquina eleitoral estava do lado do tucano. Segundo Carreirão & Barbetta (2004) o preâmbulo da campanha da época demonstrava que José Serra sofreu com legado deixado, herdando o desgaste do segundo mandato.

---

<sup>58</sup> 2011.

Havia, de um lado, uma parcela não desprezível que avaliava o governo positivamente (sobretudo por ele ter eliminado a hiperinflação). Por outro lado, na maioria do eleitorado a avaliação era negativa ou neutra (“regular”) devido, fundamentalmente, às elevadas taxas de desemprego e à manutenção de enormes desigualdades sociais (CARREIRÃO; BARBETTA, 2004, p.75).

Ainda segundo Carreirão (2004<sup>2</sup>, p.180), citando o Instituto Datafolha, a avaliação do governo de Fernando Henrique, às vésperas da eleição de 2002, mostrava que 42% dos entrevistados acreditavam que o político havia feito uma administração regular, 32% ruim ou péssimo e 23% ótimo/bom. Isto, segundo o investigador, tornou-se um cenário terminal para o candidato situacionista, uma vez que lhe conferia combustível para chegar somente ao segundo turno e nada mais.

O cenário de derrota não se repetiria em 2010. Luiz Inácio Lula da Silva entregou para a candidata Dilma Rousseff um panorama oposto ao que José Serra enfrentara em 2002, com Lula atingindo um nível *sui generis* na política brasileira. O Instituto Datafolha (2010<sup>2</sup>)<sup>59</sup>, em pesquisa de outubro, mostrou que 79% dos entrevistados apontavam a administração petista como ótima/boa, enquanto que 15% achavam regular e 4% ruim/péssima. Acrescente-se também a escolha de Lula pela revista inglesa *Time* como o líder mais influente do mundo em 2010, sendo que ele já havia sido escolhido homem do ano em 2009 pelo jornal francês *Le Monde* e pelo espanhol *El País*. Tamanho era o poderio do líder petista que, por um tempo, os institutos de pesquisas chegaram até a utilizar o nome de Lula nas pré-enquetes eleitorais e a ele até chegou a ser apresentado um Projeto de Emenda Constitucional, pelo qual o então deputado Jackson Barreto (PMDB-CE) tentou legalizar o terceiro mandato (que foi negado). Estes foram fatos fundamentais e que deram aval para a participação sem precedentes de Lula na campanha situacionista.

Apesar de neste mesmo ano FHC ter tido seus méritos intelectuais reconhecidos e ter sido eleito pela revista norte-americana *Foreign Policy*<sup>60</sup> como o 11º pensador mais importante do mundo, seu legado político foi pouco usado pelo candidato José Serra. Fernando Henrique não gravou nenhuma vez no Horário Eleitoral ao lado do candidato – aparecendo somente em imagens. O ex-presidente tucano só deu apoio explícito para o senador eleito Aloysio Nunes Ferreira – que acabou se beneficiando de tal associação no estado de São Paulo. Para piorar, o ex-presidente chegou a criticar abertamente para a revista *Isto É* a campanha do correligionário.

---

<sup>59</sup> Quisemos utilizar o mesmo instituto para padronizar e possibilitar a comparação que fizemos.

<sup>60</sup> Vide Referências: *Foreign Policy* (2009).

Lula, tal qual um *astro pop* abusou de sua avaliação positiva. Com Dilma Rousseff surgiu logo no início do primeiro programa eleitoral gratuito na televisão e foi coadjuvante durante toda a campanha. José Serra e Marina Silva também se utilizaram da imagem do então presidente, a fim de tentar usufruir da aura positiva. O tucano chegou até a citar Lula em seu *jingle*. Assim, o ineditismo desse processo eleitoral deveu-se ao fato de o presidente ter participado ativamente da campanha de sua indicada e também dos opositores, graças ao tamanho da satisfação e apoio de parcela da população ao ex-metalúrgico. Não por acaso, Lula foi multado sete vezes até novembro de 2010, pelo TSE, por propaganda eleitoral antecipada, ou seja, promoção a então pré-candidata do PT no período anterior à campanha oficial, totalizando multa de R\$ 52,5 mil<sup>61</sup> – fato também inédito na história republicana. Como podemos deduzir, a participação do ex-presidente Lula nas campanhas extrapolou o que vinha ocorrendo nas demais campanhas para presidente e acabou também por ultrapassar os limites legais em diversos momentos.

Assim, conforme é possível verificar, não podemos deixar de lado o peso do ex-presidente Lula em momentos pré-eleitorais e na campanha eleitoral propriamente dita. Com uma história pessoal que se confunde com a história da República e do Partido dos Trabalhadores, a figura de Lula tinha relação *direta e indireta* com os candidatos à presidência em 2010. Marina Silva foi eleita senadora pelo PT<sup>62</sup> e foi Ministra do Meio Ambiente (2003-2008 – Gov. Lula). Dilma Rousseff havia sido Ministra da Casa Civil do governo de Lula e chefe na pasta do Ministério de Minas e Energia entre 2003-2005. Já José Serra iniciou 2010 como governador do Estado de São Paulo, mas foi como adversário de Lula na Eleição de 2002 que ganhou notoriedade nacional. De certa maneira, todos os candidatos dedicaram tempo na corrida eleitoral buscando amearhar um pouco do carisma do primeiro presidente advindo da esquerda que o Brasil elegeu.

Não diferentemente, a imprensa também não desprezou essa aproximação intencional entre os principais pleiteantes à presidência (e, justiça seja feita, em outras instâncias os candidatos também buscaram se aproveitar da imagem de Lula).

Não demorou para os editoriais comentarem o fato. A *Folha*, em 15 de junho, no texto “Inteligência aloprada” referendou a popularidade de Lula, inclusive utilizou-se de

---

<sup>61</sup> Vide Zampier (2012).

Disponível em: <http://agencia.tse.gov.br/sadAdmAgencia/noticiaSearch.do?acao=get&id=1345471>. Acesso em: 30 nov. 2010.

<sup>62</sup> Marina foi eleita enquanto estava no PT e depois foi para o PV. A eleição para senadores dura oito anos e Marina Silva cumpriu mandato entre 2003-2011.



uma referência intertextual da mesma maneira como o presidente norte-americano Barack Obama adjetivou Lula:

Bem sucedido no plano interno, Lula também fez fama no palco global. Tornou-se uma espécie de "popstar" da política emergente, o "cara" com quem chefes de Estado de variadas procedências querem aparecer na fotografia.

Tudo isso, como se sabe, confere ao presidente um papel relevante na disputa eleitoral - que ele tem exercido, aliás, com mais desenvoltura do que o recomendável. Fala o que deseja, quando deseja, onde deseja, como se pairasse acima do bem e do mal. (FOLHA DE S.PAULO, 2010, p.A2)

Foi a primeira investida contra Lula em um editorial, em um texto que citou a atuação política do ex-presidente, concluindo que ela o teria levado a perder o senso de responsabilidade. Já o *Estadão* não foi tão sutil quanto a *Folha*: no texto de 15 de junho, o próprio título já dá o tom do texto: "Criador e criatura", que tem ecos no livro clássico de Mary Shelley, *Frankenstein* – além de também ter um eco religioso quanto à questão do mito popular que a figura de Lula configura.

Dilma Rousseff, estabeleceu o presidente Lula, será apenas um nome para preencher o que chamou de "vazio" na cédula eletrônica de 3 de outubro. "Eu mudei de nome e vou colocar a Dilma lá", discursou ele na convenção do PT que homologou a candidatura da ex-ministra. Que outro governante, a não ser ele, teria a caradura de reduzir à absoluta insignificância a fiel seguidora a quem escolheu solitariamente para lhe suceder? Só mesmo um político que ama a si mesmo sobre todas as coisas e se tosta ao sol de uma superlativa popularidade poderia dizer com desprevenida franqueza o que desde sempre era óbvio a todos quantos acompanham a operação eleitoral lulista: a sua decisão de disputar, por interposta pessoa, o terceiro mandato que a lei lhe veda (O ESTADO DE S.PAULO, 2010, p.A3).

No discurso da convenção do PT de oficialização da candidatura, conta o editorial, Lula colocou Dilma como se fosse ele mesmo a disputar a eleição. Para Dilma, resta ser a criatura, um ser tanto pode ser ideologicamente tributário de outro quanto, por analogia, um monstro e, de acordo com o texto, incapaz de respirar por si mesmo. Disse também que, até a convenção do PSDB a intenção de Serra era não criticar Lula, afirmando que o então presidente "estava acima do bem e do mal". Como a questão da dupla Lula-Dilma é extensa, voltaremos a ela quando citarmos com mais profundidade a candidata da futura presidente.

Já José Serra, na frente dos correligionários, chegou a comparar Lula a Luís XIV, governante francês famoso por achar que ele era o Estado político, classificando os deslizes morais petistas como sendo uma forma de "neocorrupção", além do aparelhamento do Estado e afinidade com ditadores, no dizer do candidato. Como

vimos, o tom de enfrentamento serrista mostrou-se mais eficaz para aplacar os partidários presentes na convenção do que uma estratégia compacta de campanha eleitoral.

Por fim, o editorial voltou à carga na relação entre Lula e FHC. Utilizando o termo "confronto postiço", o *Estadão* criticou duramente a relação que Lula estava tendo com a candidatura da situação, que o próprio classificou como "nós e eles" e ainda fez uso da expressão popular "pão, pão, queijo, queijo". A ironia adotada pelo editorialista ficou por conta de apontar que Lula achava realmente que era aspirante ao Planalto, contra o antecessor, e não a criatura elaborada por ele contra o José Serra.

Para terminar este tópico, portanto, é possível notar que, enquanto a figura de Lula foi usada de maneira assaz pelos candidatos e isso levou ao julgamento dos editoriais, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso ficou aliado da campanha nacional. Mesmo que este tenha afirmado em entrevistas ter sido decisão pessoal se afastar da política partidária, é fato que o sociólogo não foi peça chave na eleição de 2010 para presidente – deixando evidente que Serra (e também, de certa maneira, Marina) ficou entre a cruz e a espada: para os opositores, não se podia negar enfaticamente Lula e tampouco ficar ao lado deste. A opção de se afastar de FHC não foi mais citada com abrangência pelo *Estadão* ou *Folha* durante a coleta – sendo deixada de lado pelos jornalistas. Somente nos momentos derradeiros da campanha, no texto “Ofertório eleitoral”, o jornal faz um balanço das promessas eleitorais do peessedebista, analisando a viabilidade das principais propostas (como subir o salário mínimo para 600 reais) e outras questões econômicas. No início do trecho, critica fortemente o candidato por, apesar de nunca ter sido um aliado da política econômica de FHC, já ter jurado segui-la em 2002 e, naquele instante da campanha, abjurava a responsabilidade financeira em uma espécie de ofertório eleitoral. O próprio Fernando Henrique comentou o fato:

E o que Serra pode fazer para sintonizar com o País? FHC – A campanha de Serra não está sintonizada com o País, mas ele tem condições de mudar isto. É uma coisa muito pessoal, mas eu acho que o ator conta muito. Passa muito pela pessoa, pelo ator. Esta semana ele apareceu em tevê nacional (no “Jornal da Globo”) e falou com as pessoas. Se eu fosse o Serra só faria aquilo, não ficaria esperando debates. Qualquer campanha tem que ser de conversa com o País. Eu sempre conversei, o Lula também, cada um do seu jeito. Serra é um homem inteligente, preparado. Ele sabe se expressar de maneira direta, mas não está conseguindo fazer isso (BOECHAT, 2010).

Ao dizer que campanha eleitoral “passa muito pela pessoa” enquanto *ator político*, FHC nos apresenta a deixa necessária para explanarmos um pouco mais sobre as figuras que compuseram a corrida presidencial. Passaremos nesse instante para os antecedentes e retrospectivas dos atores políticos da Eleição – uma vez que os editoriais mostraram claramente a oposição entre PSDB e PT, não dando espaço para Marina Silva.

#### **4. Partidos e os presidenciais**

Em 2010 os partidos cardeais que tivemos foram: PT, PMDB, DEM<sup>63</sup>, PSDB e PV, sendo que os quatro primeiros já vinham tendo participações importantes nas eleições federais anteriores. Pelo menos nos últimos 16 anos, a base governista federal foi formada por pelo menos um destes partidos – sendo os maiores carros chefes o PT e PSDB, já que eles apresentaram candidatos próprios em sucessivos pleitos.

Ao todo, foram 17 partidos que compuseram as bases para os três presidenciais. Interessante anotar que somente José Serra foi fundador do PSDB. Inicialmente ele foi do MDB para o PMDB e, como dissidente deste último, fundou o partido tucano em 1988. As candidatas mulheres eram recém-vinculadas aos partidos aos quais concorreram: Dilma havia se filiado ao PT em 2000, após trajetória no PDT de Leonel Brizola. Já Marina Silva iniciou no Partido Revolucionário Comunista<sup>64</sup> com o seringueiro e ativista ambiental Chico Mendes, para depois fundar e militar por décadas nas fileiras do PT. Ficou até agosto de 2009, quando se vinculou ao PV.

Dentro desta perspectiva, é possível observar que José Serra é uma liderança natural dentro da cúpula peessedebista, Marina Silva, por aproximação ideológica e oportunidade, aceitou o convite do Partido Verde; caso diverso é de Dilma Rousseff, que configurou uma trajetória meteórica dentro do PT, por conta da perda de poder das demais lideranças ao longo dos oito anos de governo Lula. Atentemos para esse último fato por meio de uma escalada de cargos públicos, na tabela 10:

---

<sup>63</sup> Democratas, antigo PFL.

<sup>64</sup> Uma organização clandestina que atuou entre 1980 e 1989, ajudando a fundar o PT.

**Quadro 2 – Cargos ocupados pelos presidenciais entre 1994 e 2006<sup>65</sup>**

Nome/ Eleição Pres.	1994	1998	2002	2006
<b>Dilma Rouseff</b>	Sem cargo público	1999 - 2002 Secretaria de Minas, Energia e Comunicação, Governo Olívio Dutra – RS	Ministra Minas e Energia Gov. Lula	2005 – Chefia da Casa Civil Gov. Lula
<b>José Serra</b>	Eleito senador 1995-1996 - Ministro do Planejamento e Orçamento Gov. FHC	1998 - 2002 - Ministro da Saúde Gov. FHC	2005 - 2006 – Prefeito de São Paulo	2007-2009 – Governador de São Paulo
<b>Marina Silva</b>	Eleita senadora mais jovem da República	Permanece no Senado	2002 – Reeleita senadora. 2003 – 2008 Ministra Meio Ambiente Gov. Lula	2009 – Filia-se ao PV

Vemos então Serra e Marina com sólidas carreiras nos primeiros escalões da política enquanto Dilma só foi alçada ao primeiro time em 2002. Mesmo assim, principalmente para esta, estes foram os candidatos que, como popularmente se diz “chegaram lá”, constituíram-se como prováveis pleiteantes ao cargo a despeito de correligionários. Dilma ultrapassou nomes de outros ministros, que foram perdendo cargo, à medida que escândalos foram sendo denunciados durante todos os mandatos de Lula. Vejamos: iniciamos por José Dirceu, que militou contra a ditadura, fundou o PT e foi ministro-chefe da Casa Civil na administração Lula de 2003 até 2005. Ao ser citado

<sup>65</sup> Fonte: elaboração própria.

como mentor do conhecido Mensalão<sup>66</sup>, José Dirceu saiu da Casa Civil e acabou tendo os direitos políticos cassados até 2015 (era deputado). Também citado nas acusações, o então presidente do PT, José Genoíno, renunciou em 2005 da chefia do partido, mas, um ano depois, seria eleito deputado federal (em 2010 buscou a reeleição, mas não foi escolhido pelo voto popular). Já o médico Antônio Palloci saltou da eleição de deputado federal (1998) para a prefeitura da cidade de Ribeirão Preto (2000), quando novamente se licenciou para trabalhar na equipe de transição de Lula. Logo assumiu a coordenação do governo após o assassinato de Celso Daniel, prefeito de Santo André, morto em janeiro de 2002. Assumiu o Ministério da Fazenda em 2003 e deixou o cargo três anos depois por conta do depoimento do caseiro Francenildo Costa à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos. Palloci foi citado nas investigações porque teria frequentado uma mansão em Brasília, usada por lobistas. Durante as acusações, o sigilo bancário do caseiro foi quebrado supostamente por ordem de Palloci, aumentando ainda mais a pressão contra o ex-ministro, que também era deputado. Em 2009 o STF inocentou Antônio Palloci da acusação por falta de provas.

Como podemos observar, houve uma série de sucessões, onde as histórias policiais se confundiram com as de quem frequentou o Planalto na última década pelo lado petista, tornando-se uma trama quase inenarrável. Na rápida explanação, vimos como os "cardeais" do PT foram caindo um a um. Com o vácuo dentro do próprio partido, a base aliada passou a ser cogitada como reserva de possíveis nomes fortes nacionalmente. De todos os ex-ministros e ex-governadores, nenhum foi tão forte quanto Ciro Gomes, do PSB. Como candidato em 1998 e 2002 na corrida presidencial, Ciro obteve ao todo mais de 17,5<sup>67</sup> milhões de votos. Figura tarimbada da política, deu declarações para a imprensa visando inviabilizar o combate polarizado entre PT e PSDB (CASTRO, 2009) e chegou a se lançar como pré-candidato. No início, o PSB acabou até por comprar a briga e cogitou o então deputado federal como possível concorrente ao Palácio do Planalto. A ideia não vingou: em abril de 2010 o partido voltou atrás e retirou a candidatura, fazendo Ciro protestar veementemente – e ainda sim assumindo o posto de coordenador de campanha de Dilma.

---

<sup>66</sup> O Mensalão, como ficou conhecido, foi o pior escândalo do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Ocorrido no primeiro mandato do ex-presidente, consistia em um esquema de pagamento de propina a parlamentares para que votassem a favor de projetos do governo.

<sup>67</sup> Somando os números compilados no TSE são 17.597.069 milhões de votos.

## 4.1.O convite a Marina Silva

Marina Silva é outra personagem nascida da conjuntura petista. Após uma larga trajetória no partido da estrela, ela anunciou em agosto de 2009 a sua saída, pois havia recebido um convite para disputar a presidência pelo PV. Com uma tranquilidade que lhe é característica, a ex-senadora desligou-se do PT após uma série de rugas que culminaram no pedido de demissão do Ministério do Meio Ambiente. Sempre próxima dos temas verdes, a relação da ex-ministra dentro do Governo Lula havia se deteriorado em meados de 2007, por conta de atrasos na concessão de licenças ambientais por parte do Ibama<sup>68</sup>. Foi criticada por atrapalhar as obras de infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento<sup>69</sup>, principalmente na construção das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira (RO) – cuja gestora mor era Dilma Rousseff. Marina, então, escreveu que a decisão de sair do Ministério decorria "das dificuldades que tenho enfrentado há algum tempo para dar prosseguimento à agenda ambiental federal." (CARNEIRO; TOURINHO, 2008). Em 19 agosto de 2009, ela anunciou a desfiliação do PT, acelerada pelo convite para concorrer ao Palácio do Planalto. Oito dias antes da decisão, a bancada do PT no Senado havia divulgado uma carta aberta desejando a permanência dela no partido, com o qual as trajetórias se confundiam<sup>70</sup>. A resposta, também em carta, foi de elogio ao partido e aos companheiros, diminuindo o tom em relação à carta de demissão do Ministério. De acordo com o texto de Marina Silva, ela buscava "continuar as sementeiras em outras searas"<sup>71</sup>.

A ode à então senadora não era sem motivo: com uma história de vida marcada pela superação e carreira sempre próxima do socioambientalismo, Marina Silva é respeitada internacionalmente, tendo recebido diversos prêmios ao longo da trajetória política. Após uma infância e adolescência com muitas dificuldades (por exemplo, perdeu a mãe com 15 anos, aprendeu a ler com 16, contraiu hepatite e malária diversas vezes – chegando a correr risco de morte) aproximou-se das Comunidades Eclesiais de Base e, em 1984, ajudou a fundar a Central Única dos Trabalhadores no Acre, com Chico Mendes como coordenador e ela como vice. Em 86 candidatou-se para deputada,

---

<sup>68</sup> Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, ligado ao Ministério do Meio Ambiente.

<sup>69</sup> Doravante PAC.

<sup>70</sup> A carta pode ser lida no site do jornal *O Estado de S.Paulo*: PT divulga carta pedindo que Marina continue no partido. Política, ago. 2 Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,pt-divulga-carta-pedindo-que-marina-continue-no-partido,417200,0.htm>. Acesso em: 2 dez. 2010.

<sup>71</sup> Vide Referências: O Globo (2009).

teve expressiva votação no Acre, só que não conseguiu a vaga por conta do quociente eleitoral. Em 1990, entrou como deputada estadual petista e em 1994, com 36 anos, foi eleita a mais jovem senadora do país. Foi fartamente recompensada pela atuação ambiental: recebeu das Organizações das Nações Unidas (ONU) o prêmio "2007 *Champions of the Earth*" e foi citada em 2008 pelo jornal inglês *The Guardian* como uma das 50 pessoas que podem salvar o planeta – sendo estes dois os mais importantes dentre os mais de dez prêmios nacionais e internacionais com os quais já foi agraciada<sup>72</sup>. Em 2010, ficou em 32º lugar na lista dos 100 pensadores globais do mundo – dividindo espaço com demais líderes de partidos verdes da França (Cécile Duflot), Bélgica (Monica Frassoni) e Alemanha (Renate Künast)<sup>73</sup>, classificadas pela revista como participantes do *Green mainstream*. Sua principal ação enquanto ministra foi a estruturação do Plano de Ação para Prevenção e o Controle do Desmatamento da Amazônia Legal – a fim de combater o desmatamento desenfreado e reduzir as emissões de dióxido de carbono, plano este que deu certo e apresentou expressivos números desde a implantação.

De certa maneira, a aproximação entre o partido e a personalidade faz parte de um reflexo que Castells (2000, p.153) identifica ao analisar os movimentos sociais relacionados ao meio ambiente. Segundo o autor, esse quadro nasce com o partido verde na Alemanha, na década de 80. A política verde seria formada somente por pessoas que estivessem dispostas a acompanhar a *realpolitik*, tanto em prol do meio ambiente quanto de outras bandeiras da esquerda sócio-democrata europeia – afastando-se do que são tipos comuns de manifestação verde (protestos como o do Greenpeace são os mais visíveis e conhecidos, mas também existem os segmentos, como ecofeminismo e defesa do próprio espaço, que Castells chamou de "não no meu quintal"). Isso foi apontado no editorial da *Folha de S.Paulo* em 19 de outubro, no texto "Neutra". Elogioso, o editorial apresentou uma candidata que, naquele momento, estava derrotada, mas era vencedora. Havia entrado neste paradoxo por conta das convicções tanto no discurso verde quanto no contexto religioso, o que lhe valeu a simpatia de grande parte do eleitorado. Manuel Castells afirmou que ainda está para despontar a relação entre movimentos locais de base popular e mobilizações em torno de uma justiça ambiental como forma embrionária de um projeto alternativo para as sociedades (CASTELLS, 2000, p.167). É o que aponta o editorial: só o tempo dirá como Marina pode reformular o conceito de

---

<sup>72</sup> Vide Referências: Biografia (2010).

<sup>73</sup> Vide Referências: Foreign Policy (2010).

desenvolvimento para, futuramente, demonstrar que é capaz de transcender as barreiras que a campanha de 2010 lhe havia imposto e se transformar em uma candidata de fato. Já o *Estadão*, no editorial “A implosão do Plebiscito”, em um elogio incontido, proclamou: “Mas, qualquer que tenha sido a importância do voto religioso para dar a Marina perde de 20 milhões de sufrágios (e outro tanto em porcentagem), ela foi a vencedora política do pleito” (O ESTADO DE S.PAULO, 2010, p.A3).

Diferente do que aconteceu com o primeiro movimento de aproximação entre ambientalistas e política quando, logo no início, foram obtidos diversos cargos, no Brasil, o PV nunca havia conquistado um peso significativo com cargos efetivos nas Eleições. O partido se define como um instrumento de ecologia política e segue os movimentos do fim da década de 1970. Apesar disso, chega a fazer concorrência somente trinta anos depois do início do movimento, quando se aproxima de uma política de carreira.

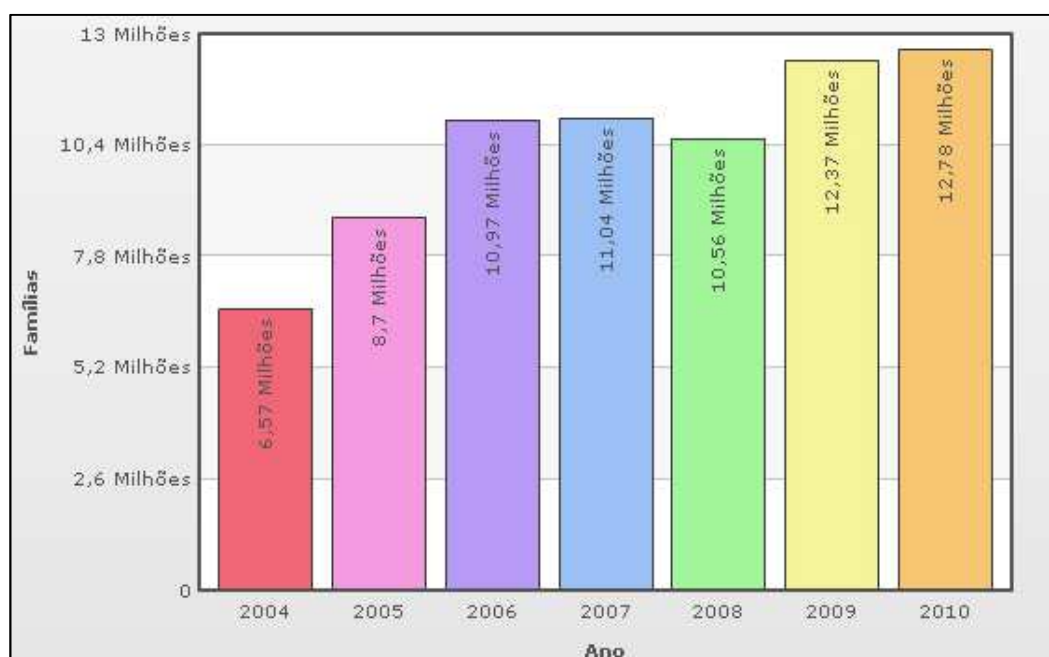
Como já apontamos, a tendência das eleições à presidência, de acordo com Azevedo (2006), é a polarização entre PSDB e PT. Isto também se refletiu no número de citações à Marina Silva. De acordo com nossos dados, das 65 citações diretas aos candidatos na *Folha de S.Paulo* doze se referiram a ela (ou 18,4%), enquanto no *O Estado de S.Paulo* Marina foi citada somente 9 vezes (de 62 citações aos candidatos, ou 14,51%). Para se ter um exemplo, a *Folha* não se deu ao trabalho de comentar a convenção partidária do PV – o que fez com relação a Dilma e Serra. A candidatura dela somente apareceu pela primeira vez, *en passant*, em 19 de junho – quando o jornal dedicou um editorial para analisar as candidaturas “nânicas” e citou os candidatos bem colocados nas pesquisas. Após isto, só voltaria à tona em 7 de julho em uma análise dos programas dos candidatos. Na *Folha* dois textos apresentaram melhor a candidata para os leitores. O primeiro, de 6 de setembro (editorial: “10% verde”) comentou a aposta dela em conquistar jovens com um discurso verde, mas que não estava dando certo, fazendo-a parar na casa dos 10% de intenções de voto. O editorial criticou o “partido débil” de Marina e a confusão que a noção de desenvolvimento sustentável tem em si, quando é tomada como um freio ao crescimento do país. Por fim, condescendente, o editorialista apostou que o discurso de Marina ainda não estava pronto para ser ouvido. Contudo, isso não seria “nada demais” para ela, citando os 16 anos em que ela havia ficado no Senado e governo sem ser ouvida.

Em 10 de julho o nome de Marina foi publicado novamente, no editorial “Leilão Distributivo”. No entanto, o tema era diverso: foi o primeiro e único editorial da *Folha*



que ligou diretamente os três candidatos à questão do Bolsa Família, programa de transferência de renda criado em 2002 por Lula, numa versão relida e ampliada de diversos programas implementados por FHC, incorporando o Bolsa Escola, o Cartão Alimentação, o Auxílio Gás e o Bolsa Alimentação. Segundo está disponível no site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, eram em 2010 12.632.150 milhões de famílias que recebiam um repasse mensal de cerca de R\$ 1.244.780.937,00<sup>74</sup>. O valor do benefício recebido pelas famílias variava entre R\$ 22 a R\$ 200, dependendo da renda familiar por pessoa (cujo limite é R\$ 140), do número e da idade dos filhos. A figura ajuda a entender a evolução do programa em seis anos.

**Figura 2 – Evolução de famílias atendidas pelo programa Bolsa Família - Brasil<sup>75</sup>**



(SECRETARIA NACIONAL DE RENDA E CIDADANIA, 2012).

É imperativo ressaltar que o Bolsa Família não é um programa garantido constitucionalmente. Como o próprio nome diz, é meramente uma política de governo cuja essência é repassar dinheiro a pessoas cujas garantias constitucionais são ausentes ou falhas. Com passos ensaiados pelo governo de Fernando Henrique e ampliados por Lula, o Estado assumiu a responsabilidade de suprir as lacunas dele mesmo e conceder

<sup>74</sup> Dados de Dezembro de 2010 disponíveis no site <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>.

os valores para as famílias mais pobres. Trata-se, evidentemente, de uma escolha política, notadamente voltada para a social democracia que abre mão de investir o mesmo valor, por exemplo, em infraestrutura.

No editorial da *Folha*, “Leilão Distributivo”, citado previamente, o tema Bolsa Família foi descrito como parte de tabu ou preconceito: do ponto de vista conservador tem-se a ideia de um prêmio de consolação. Do da esquerda, é visto como uma medida paliativa e não uma grande reforma. Porém, durante as manifestações dos candidatos sobre o assunto, as restrições desapareceram – informou o jornal. José Serra prometia duplicar o programa. Dilma Rousseff afirmou que o faria chegar para quem necessitava. Assim, os candidatos apelavam para um discurso de promessas impossíveis, dada a fina correlação que o Bolsa Família tem com o orçamento da União. De certeza, afirmou o texto, era o discurso de que:

Os dois pontos de vista serviram para que o termo "bolsa-esmola" viesse a ser utilizado para desqualificar a iniciativa, conforme fosse petista ou peessedebista a administração que a implementasse. O fato é que, na campanha, desaparecem as ressalvas de praxe (FOLHA DE S.PAULO, 2010, p.3).

Sobre o Bolsa Família os candidatos tinham poucas propostas claras, sem exceções. No entanto, a *Folha* preferiu desqualificar a de Marina Silva e não a dos outros candidatos. Na campanha, propôs tirar a qualidade de transferência de renda do Bolsa Família e transformá-lo em um programa de promoção econômica e social. O jornal classificou a ideia como "proposta duvidosa, pelos gastos envolvidos na criação de uma vasta camada funcional, facilmente instrumentalizável, de resto, para fins políticos". Além disso, o editorialista criticou como um "momento darwinista" infeliz ela haver dito que tinha o social no DNA.

Até o fim do primeiro turno, Marina Silva foi pouco citada por *Estadão* e *Folha*, quando questões religiosas assaltaram o pleito. Desse modo, podemos dizer que, até cruzar com Marina Silva, o PV era mais um na tertúlia partidária brasileira. A política em si tinha um nome maior que o do partido – porém, mesmo assim, foi mera espectadora para os editorialistas dos jornais paulistanos durante a primeira etapa da eleição 2010. Tanto que assuntos ambientais, notadamente ligados à candidata, eram tratados com quase nenhuma referência à acreana. Durante o tempo de nosso estudo, um novo Código Florestal foi aprovado e foram liberados números positivos indicando a queda do desmatamento. Marina foi só se tornar vedete após sair derrotada no primeiro

turno com expressivos números, levando a disputa presidencial ao segundo turno, o que lhe garantiu destaque breve. No entanto, a biografia política da candidata e seu partido pouco contaram para o jornalismo opinativo de *Folha e Estadão*.

#### **4.2.O embate de José Serra**

Como dissemos, os jornais tendem a polarizar a disputa entre PT e PSDB e caracterizam a cobertura informativa a partir de um *horse race*, como apontou Azevedo (2000)<sup>76</sup>. O mesmo acontece com a cobertura opinativa. José Serra foi citado em 36 editoriais em *O Estado de São Paulo*, ou seja, de 62 textos, 58% indicavam nominalmente o tucano. Já com relação à *Folha de S.Paulo* o nosso estudo sobre os editoriais revelou que, por 39 vezes, ou 60% das vezes (total de 65 textos) Serra foi citado. Ao lançamento das campanhas dele e da adversária petista, a *Folha* destinou o editorial “Nova Fase”, em 14 de junho. O texto, impregnado de metáforas futebolísticas por ter sido elaborado na época da Copa do Mundo de Futebol, é elogioso para o político. Um tempo antes da convenção, o candidato chegou a fazer um esforço para ser conciliatório com os candidatos internos. Com ironia, o jornal retrabalhou a imagem criada por Lula em 2002 e chamou-o de “Serrinha paz a amor”. Pelo tom, era chegada a hora do eleitor conseguir enxergar mais claramente quem era situação e quem era oposição. A nova fase, do título, também se destinava então a mostrar para o leitor que a campanha entrava em um momento distinto, bem como o candidato. Também pudera: nos meses anteriores, Serra havia participado de uma disputa interna ferrenha para conseguir se destacar como o presidenciável pelos tucanos. Para tanto, teve que entrar em choque quase direto com Aécio Neves. Por ter um nome forte e com história no partido, o mineiro chegou a anunciar seu nome como pré-candidato para a presidência, mas recuou – abandonando também a hipótese de concorrer como vice-presidente.

Desde o início das especulações eleitorais, havia sido aventada a possibilidade de uma chapa tucana “puro sangue”, sendo que, de acordo com analistas políticos, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso teria selado um acordo entre as duas figuras mores do PSDB: Serra sairia para presidente e Aécio para vice. O enredo não poderia ser melhor: o neto de Tancredo Neves traria consigo toda a aura democrática advinda do avô, além de uma alta aprovação na administração de Minas Gerais, o segundo maior

---

<sup>76</sup> Lembrando que o conceito de *horse race* se aplica quando a cobertura se limita à chamada “corrida presidencial”.

colégio eleitoral do país (atrás de São Paulo). Inclua na mistura os fatos de ser carismático, ter boa aparência, pouca idade (em 2010 completou 50 anos) e vasto currículo parlamentar: quatro mandatos de deputado, além do governo de Minas.

Entretanto, como acontece muitas vezes com equipes esportivas, o que era bom no papel não acabou acontecendo na realidade. Alguns motivos foram especulados na imprensa e iremos dispô-los aqui a título de compreensão. Primeiro, porque José Serra teria boicotado a ideia das reuniões prévias no país (defendidas por Aécio), onde seriam escolhidos os candidatos e se daria vazão para que o eleitorado mineiro entendesse a escolha de Aécio como vice. Depois, porque até o início de 2010 as pesquisas pré-eleitorais apontavam o paulista como líder na corrida com folga, além da resistência óbvia dos aliados em não ter um nome comendo a chapa (ALENCAR, 2010). Especulou-se também que, uma vez no poder, Serra deveria buscar mudar a Constituição para acabar com a reeleição e assim passar a vez para Aécio<sup>77</sup> – o que tiraria a possibilidade do paulista de ser reeleito. No campo das declarações oficiais, Aécio Neves desistiu da pré-candidatura para trabalhar na própria campanha para o Senado e em prol de Antônio Anastasia<sup>78</sup> pela reeleição no governo de Minas (ALENCAR, 2010). O problema foi desenrolado em 17 de dezembro de 2009, quando Aécio Neves retirou o nome da lista de presidenciáveis, anunciando a disputa ao parlamento<sup>79</sup>. No discurso, citou:

Defendi as prévias como importante processo de revitalização da nossa prática política. Não as realizamos, como propus, seja por dificuldades operacionais de um partido de dimensão nacional, seja pela legítima opção da direção partidária pela busca de outras formas de decisão (NEVES, 2009)<sup>80</sup>.

Polido na leitura e bem escrito, o discurso do Aécio foi de encontro com o horizonte que o próprio PSDB ajudou a desenhar no pleito: a divisão entre "nós e eles", como o próprio chegou a citar na carta lida para os jornalistas<sup>81</sup>. Colocando-se como um personagem que poderia fazer uma convergência para uma nova política, ele não omitiu o principal fato da desistência: a falta de prévias partidárias e a defesa da definição dos nomes da oposição ainda em 2009.

---

<sup>77</sup> Nem José Serra nem Aécio Neves chegaram a confirmar tais fatos – sendo, portanto, especulação da imprensa o que aqui reproduzimos.

<sup>78</sup> Antônio Anastasia foi reeleito para o governo de Minas porque era vice de Aécio Neves e este teve que renunciar ao cargo de governador para poder se candidatar ao Senado Federal.

<sup>79</sup> Segundo o TSE, Aécio foi eleito com 7.565.377 votos.

<sup>80</sup> Carta de Aécio Neves reproduzida no Estadão.com.br, em 2009.

<sup>81</sup> O que, como vimos, Lula também adotou e os jornais criticaram.

Diferente dos Estados Unidos - onde as prévias partidárias geram grande movimentação, incitando debates entre correntes internas e, de certa maneira, iniciando a corrida presidencial, no Brasil levar em conta as opiniões dos filiados não é uma prática usual e tampouco definida legalmente. Isso fez com que José Serra demorasse até março para admitir a candidatura (PATURY & PORTELA, 2010), esperando e evitando o confronto com a estampa positiva do governo Lula. De todo modo, justiça seja feita, durante a campanha Aécio deu depoimentos para Serra no Horário Eleitoral, não se eximiu e discursou em prol do paulista – inclusive com um forte apoio no lançamento da candidatura de Serra.

Mesmo depois que o problema da formação da chapa parecia ter se assentado, após a desistência de Aécio, um segundo desgaste ocorreu, ainda envolvendo a figura do vice. O imbróglio começou quando o presidente do PTB, Roberto Jefferson (o mesmo que havia denunciado o caso do Mensalão) anunciou no microblog Twitter que o vice de Serra seria o senador Álvaro Dias (PSDB-PR). Com isso, a imprensa iniciou uma corrida para a confirmação do nome, o que fez com o próprio senador aceitasse a convocação. Com o rápido pulular da notícia e prevendo o descontentamento de aliados dos tucanos, o presidente do PSDB, Sérgio Guerra, foi de pronto desmentir o mandatário do PTB dizendo, também via Twitter, que o nome do citado senador estava sendo apreciado pela coligação. Aconteceu o previsto: o anúncio precipitado provocou protestos entre o partido Democratas, que se viram retirados da escolha do vice. Como o apoio do DEM era importante para a coligação, a reclamação surtiu efeito: o senador paranaense foi "desconvidado". A *Folha* citou o caso (retomando o texto “Conjunção Negativa”) como:

A própria escolha do vice de Serra permanece embaraçada, depois de o senador Sérgio Guerra, possível nome para a formação de uma chapa "puro-sangue", ter sido alvo de reportagens acerca de contratações duvidosas de funcionários de seu gabinete.

Numa campanha com as características da atual, o candidato da oposição precisa, para triunfar, cercar-se de fatores os mais positivos possíveis - ou esperar por algum grande deslize do concorrente. Não foi, até aqui, o que os astros reservaram para Serra (FOLHA DE S.PAULO, 2010, p.A2).

O vice acabou ficando com o democrata Índio da Costa, jovem deputado do Rio de Janeiro (em 2010 tinha 39 anos), que havia ganhado notoriedade ao ser sub-relator da CPI mista dos Cartões Corporativos e relator da Ficha Limpa. O *Estadão*, no texto de 2 de julho, no editorial “Missão quase impossível”, também citou a solução do caso na “undécima hora”, apaziguando o ânimo dos tucanos. A linguagem do texto é puramente

avaliativa dos atos de Serra até então: a escolha do vice e do tom do discurso da campanha, até aquele momento, agradava o editorialista, que via somente um único e principal problema: a eleição era contra Lula, que interpunha o terceiro mandato por Dilma. Analisando a situação do peessedebista e das possíveis estratégias, como comparar experiência administrativa, o jornal já decretava no início da campanha a tentativa de vitória ser praticamente nula. "Por isso, a missão quase impossível do candidato Serra é provar que não é verdade que a oposição não ganha eleição; governo é que perde" (O ESTADO DE S.PAULO, 2010, p.A3)

Serra, portanto, teve um caminho tumultuado para chegar a ser candidato. A própria imprensa notificava as dificuldades que teria. O único alento, à época, eram pesquisas eleitorais prévias – que ainda indicavam ascensão dele sobre uma ainda desconhecida Dilma. O foco da opinião pública também não ajudava: o Brasil estava jogando uma copa do mundo e grande parte da atenção era voltada para este fato, e não para a discussão eleitoral. Neste cenário de desafios é que Serra aceitou o convite para concorrer, pela segunda vez, para a cadeira presidencial. Pelo menos, não foi a primeira vez que enfrentava dificuldades grandes: nascido em uma família de classe média baixa e também conhecido por ter combatido politicamente os militares no Golpe de 64, Serra iniciou a vida pública como presidente da União Estadual dos Estudantes (UNE) em 1962, além de ter sido um dos fundadores da Ação Popular (AP), organização de esquerda ligada à Igreja Católica.

Três meses após o golpe militar que derrubou João Goulart, Serra partiu para o exílio a fim evitar perseguição. Passou por Bolívia e França para retornar clandestinamente em 1965 ao país. Novamente perseguido, exilou-se no Chile, onde viveria um segundo golpe militar. Por um tempo, trabalhou como professor no país e se casou com Monica Allende.

Quando Augusto Pinochet depôs o então presidente Salvador Allende, em 73, Serra foi obrigado a se mudar para os Estados Unidos. Chegou até a ser preso e levado para o Estádio Nacional de Santiago, onde presos políticos eram executados – escapou após ser liberado por um major (que seria fuzilado dias depois) (COSTA, 2004). Serra só retornou ao Brasil em 1977 – dois anos antes da promulgação da Lei da Anistia<sup>82</sup> – e prontamente iniciou uma longa trajetória política. Antes até de ser anistiado, ele tentou

---

82 Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.

concorrer a deputado federal pelo então Movimento Democrático Brasileiro (MDB), mas foi impugnado pelos militares.

Na década de 1980, assumiu a Secretaria Estadual de Planejamento de Franco Montoro (PMDB). Elegeu-se deputado federal em 1986 e reelegeu-se em 1990 – participando nesse entremeio da fundação do PSDB. Ainda tentou, em 88, ser prefeito da capital paulista, mas não conseguiu. Em 1994, disputou e conquistou vaga para o Senado e um ano depois assumiu o Ministério do Planejamento de FHC. Saiu em 96 para perder a prefeitura de São Paulo. Em 1998 foi indicado para o Ministério da Saúde, onde ganhou destaque internacional por viabilizar a produção dos remédios genéricos e criar um programa de combate a AIDS. Os feitos à frente da pasta alçaram Serra como possível sucessor de FHC em 2002. Concorreu pelo PSDB e PMDB contra Lula, mas foi derrotado por 52.793.364 milhões de votos (61,27%) a 33.370.739 (38,72%). No ano seguinte, assumiu a presidência do partido tucano e só deixou o cargo em 2005 após vencer Marta Suplicy (PT) no embate para a prefeitura da capital paulista. Em um ato polêmico, assinou um documento registrado em cartório, dizendo que não renunciaria à prefeitura para concorrer ao governo do estado – haja vista que já havia sobre ele uma nuvem de desconfiança por parte do eleitorado, por causa de não terminar os mandatos. No entanto, Serra quebrou a promessa para concorrer e vencer no primeiro turno como novo governador, em 2008. Na troca de farpas eleitorais, a quebra do juramento foi utilizada pelo PT na propaganda eleitoral para desbancar o candidato<sup>83</sup> ao insinuar que, de oito cargos (5 eleitos e 3 indicados) o paulista teria deixado todos incompletos<sup>84</sup>. Por 5 votos a 2, os ministros do TSE não acataram o direito de resposta.

Em nosso estudo, como dissemos, os textos que tinham citado o nome do candidato Serra compõem 58% no *Estadão* e 60% na *Folha*. Caso olhemos para o universo total dos editoriais dos meses de coleta, teremos que o tucano teve o nome publicado em 13,6% dos editoriais da *Folha*, enquanto o *Estadão* reservou 8,1% do seu espaço para ele.

Como dissemos, a divisão de dados que fizemos para esta tese nos dá margem para uma série de leituras. Por exemplo, separamos os candidatos por citações nos editoriais, sendo que a maioria deles continha – mesmo que de passagem – o nome dos adversários, polarizados entre Serra e Dilma. Algumas vezes, o destaque foi total para um candidato somente: no *Estadão*, por cinco vezes os editoriais tiveram foco

---

<sup>83</sup> Vide Referências: UOL – Eleições (2010).

<sup>84</sup> Processos n° 352972 e 353312.

unicamente no candidato. Destas citações, por quatro vezes foram editoriais positivos. Começamos pelo único contrário: basicamente um editorial caseiro “O centro esquecido”, de 13 de setembro mostrava o desleixo da prefeitura de São Paulo com o centro antigo da capital, como falta de recuperação das praças e da reforma da região conhecida como Cracolândia. Dos 100 milhões de dólares concedidos por um banco internacional para os projetos de melhoria, cita o jornal, somente 4 haviam sido gastos pelas dupla Kassab/Serra. Expositivo e com dados econômicos, o editorial não destaca a atuação do ex-governador, mas sim a falta de atuação da prefeitura. Por fim, ainda atribui o desleixo como centro da politicagem:

A justificativa que vem se repetindo se baseia no fato de que era necessário mudar os enfoques dos projetos desenvolvidos no governo Marta Suplicy. Na verdade, era preciso tirar desse governo os possíveis louros que pudessem ser atribuídos aos seus integrantes, caso os projetos fossem realizados. (O ESTADO DE S.PAULO, 2010, p. A3).

Tirante este editorial específico com foco negativo, os demais apresentavam José Serra de acordo com as teses que os editoriais defendiam, ou seja, quando se falou da nova Política Nacional de Resíduos Sólidos, em 9 de julho, o texto comentou que o estado de São Paulo foi pioneiro, por meio de uma lei sancionada por Serra obrigando a logística reversa do lixo. Em um segundo momento, em 3 de agosto, o editorial “A nova ofensiva do PCC” tocou em um ponto mais crítico: uma facção criminosa havia voltado a atacar policiais em São Paulo, reeditando uma ofensiva de 2006. O editorial citou que, como naquele ano, os ataques aconteceram e o governador de São Paulo renunciou para concorrer à presidência – o que deu margem para ataques políticos em blogs e sites para críticas à política de segurança pública do PSDB. Como é sabido, um dos trunfos dos tucanos foi o combate à criminalidade. No final da década passada, os homicídios no Estado atingiam 35,7 por 100 mil habitantes. Em 2010 as taxas estavam em torno de 11 por 100 mil. Interessante que o editorialista poderia ficar nesta argumentação, mas foi além, jogando o problema no governo federal:

É um comportamento irresponsável, seja por explorarem demagogicamente um problema que o presidente Lula não conseguiu equacionar em seus dois mandatos, seja por brincarem com fogo, uma vez que os ataques do PCC não são contra uma agremiação partidária, mas contra o poder estabelecido. Além disso, os autores dessas críticas cometem um equívoco, uma vez que as primeiras investigações já revelaram que, ao lado das motivações políticas, a facção criminosa também estaria tentando se vingar de uma das mais bem-sucedidas operações realizadas pela Rota (O ESTADO DE S.PAULO, 2010, p.A3).



A terceira citação no *Estadão* aconteceu quando o editorial abordou as dificuldades do Trem de Alta Velocidade, projeto proposto pelo governo federal e que Serra criticava abertamente. O jornal perguntava o que aconteceria, em relação ao trem, caso o tucano vencesse as eleições.<sup>85</sup> Assim, foi possível notar certa predisposição a defender as postulações do candidato peessedebista contra o ex-presidente Lula e as atuações do governo federal. Veremos mais adiante, com maior atenção, a quarta citação positiva a Serra feita pelo *Estadão*, que é o editorial de apoio ao candidato.

No caso da *Folha*, Serra foi ator específico em somente três editoriais, sendo todos negativos. Os textos abordam praticamente a mesma questão: a obra do Rodoanel e o metrô. Como são relacionadas diretamente à cidade de São Paulo, as falhas ocorridas no metrô em 21 de setembro e as dificuldades em terminar totalmente a obra de desvio do trânsito da capital paulista foram preocupações dos editoriais. No caso do metrô, uma falha causou a paralisação de duas horas em uma importante linha. Como cita o texto “Pânico no metrô”, de 24 de setembro, interessante foi que a coordenadora de internet da campanha do tucano, Soninha Francine, tenha acionado a teoria conspiratória de sabotagem por conta da proximidade das votações. O jornal não comprou a tese, uma vez que as interrupções são frequentes nas linhas metroviárias, classificando Soninha de leviana.

O caso do anel viário é, por sua vez, mais emblemático, já que a obra foi um dos destaques da campanha do PSDB. Basicamente, à época, como relatou o editorial “Trânsito melhor”, de 31 de julho, os motoristas reclamavam de “insegurança e falhas de infraestrutura. Falta cobertura de telefonia celular em alguns trechos, o policiamento é precário e a pista não tem postos de combustível, oficinas e borracharias” (FOLHA DE S.PAULO, 2010, p.A2). A obra, inaugurada em março de 2010, era citada na propaganda eleitoral do candidato, que foi estruturada nos primeiros programas eleitorais na televisão em apresentar a trajetória política do candidato e seus investimentos em saúde, ensino técnico, educação, construção de moradias, metrô e no Rodoanel (apresentado como a maior obra viária do país). Os jornais, de certa maneira, pouco ou nada refletiram o que estava sendo apresentado na televisão – atendo-se a uma pauta própria de divulgação dos eventos que aconteceram na campanha ou comentando as próprias reportagens. Mesmo entendendo a força do ex-presidente Lula, não se abstiveram de criticar Serra pela falta de um programa mais consistente, que replicaria

---

<sup>85</sup> Editorial: *A inviabilidade do trem bala*, de 11/10.

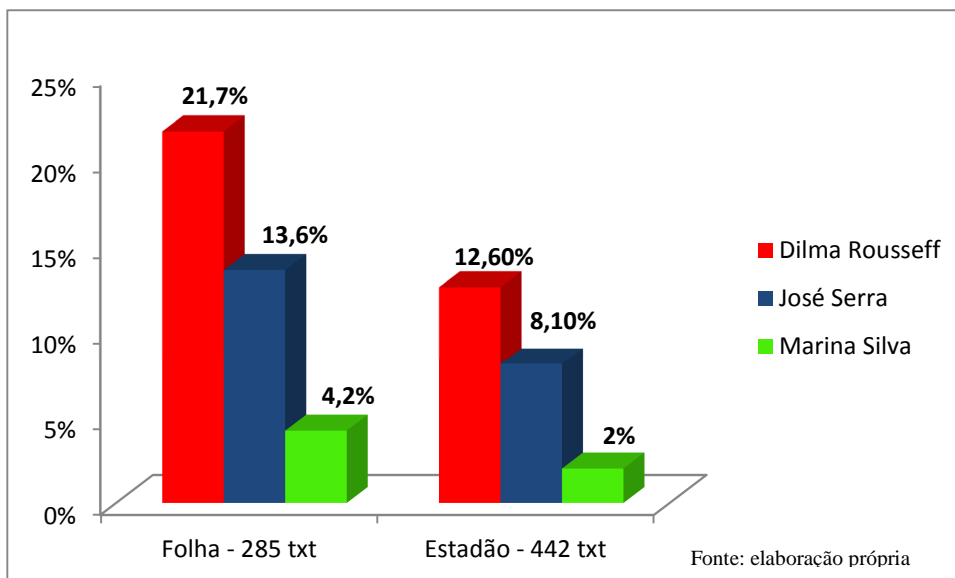
na falta de apoio popular e consequente insucesso eleitoral. O editorial publicado no dia do primeiro turno, “Hegemonia Tucana”, em 3 de outubro, explica que Serra faz parte da dominação tucana no cenário paulistano, completado por Geraldo Alckmin e que teve início com Mário Covas. É uma avaliação dos pontos positivos dos governos peessedebistas (o único fator desfavorável citado foi a educação, que é abaixo da média nacional) que seleciona a imagem dos administradores responsáveis. Mesmo sendo um editorial com tons mais elogiosos para Serra, a visão da *Folha de S.Paulo*, não deixou de anotar que faltou força para o candidato nas eleições:

Em balanço sucinto, pode-se dizer que a continuidade tucana manteve um bom padrão administrativo. Mas se houve coerência de objetivos estratégicos, não se conseguiu imprimir à sua consecução a necessária pressa nem tampouco se criou um exemplo de impacto nacional (FOLHA DE S.PAULO, 2010, p.A2).

### **4.3.A escalada de Dilma Rousseff**

Enquanto Marina não teve nenhum editorial específico e José Serra contou com oito editoriais exclusivos (somando os dois jornais) – podemos perceber uma maior abordagem a Dilma Rousseff. Na *Folha*, de 285 editoriais, nada menos que 62 citaram a candidata, o que dá 21,7% de presença nos textos opinativos totais durante o período entre as convenções partidárias e a votação final. Como foram 65 textos da *Folha de S.Paulo* que continham citações nominais aos candidatos, as aparições da petista representam 95,3% nestes textos específicos. Já no *O Estado de S.Paulo*, dos 442 editoriais totais, Dilma foi citada 56 vezes, ou 12,6%. Das citações nominais somadas foram 62, ou 90,3%. A comparação pode ser feita na figura seguinte:

**Figura 3 – Porcentagem de citações nominais versus total de editoriais**



O número é alto para uma personagem que até antes das eleições tinha pouca visibilidade política se comparada a dos concorrentes famosos. O ex-presidente Lula, conhecido por sua habilidade política, escolheu-a como candidata a presidente. Em nossos dados, temos que Dilma recebeu farta substantivação de *O Estado de S.Paulo*. Como aponta Charaudeau (2006) o espaço social é uma realidade compósita, não homogênea, que depende de olhares de diferentes atores sociais para ser montado, caracterizando tudo em discursos, que o tornam inteligível. A questão da nomeação faz parte deste "discurso da inteligibilidade do mundo", afirma o autor. "Ou seja, para que o acontecimento exista é necessário nomeá-lo. O acontecimento não significa em si. O acontecimento só significa enquanto acontecimento em um discurso" (CHARAUDEAU, 2006, p.131-132).

A *Folha*, a contento de suas regras editoriais em busca da clareza e objetividade textuais, foi mais contida quando nomeou Dilma. Já o *Estadão*, numericamente, foi mais criativo. Enquanto José Serra e Marina Silva receberam quase a totalidade de referências objetivas, Dilma foi contemplada com uma série de ironias, tais como herdeira, poste, afilhada e criatura.

**Tabela 3 – Tabela de referenciação nominal dos candidatos<sup>86</sup>**

<i>Folha de S.Paulo</i>
-------------------------

<sup>86</sup> Fonte: elaboração própria.

<b>José Serra</b>	<b>Dilma Rousseff</b>	<b>Marina Silva</b>
<p>Candidato do PSDB à sucessão presidencial Principal nome da oposição Candidato Tucano Ex-governador paulista candidato presidencial tucano ex-governador candidato tucano à Presidência da República postulante do PSDB candidato do PSDB à Presidência da República</p>	<p>Postulante governista Candidata governista Candidata Petista Ex-ministra Herdeira Companheira Postulante petista Candidata oficial Mãe Mãe do país Candidata petista Candidata presidencial Então ministra da Casa Civil Candidata do PT à presidência</p>	<p>Candidata Senadora Ex-ministra do Meio Ambiente</p>
<i>O Estado de S.Paulo</i>		
<b>José Serra</b>	<b>Dilma Rousseff</b>	<b>Marina Silva</b>
<p>Ex-governador Tucano Então governador Candidato Opositor tucano Candidato tucano ao Planalto Candidato presidencial do PSDB Candidato tucano Opositor Ex-governador paulista Candidato da oposição</p>	<p>Criatura Fiel seguidora Ex-ministra Candidata do PT à presidência Candidata Escolhida de resto Ministra Poste Protegida Candidata petista Companheira Apadrinhada Agnóstica Candidata situacionista à Presidência Candidata petista à Presidência da República Afilhada "A mulher do Lula" "Filha" criatura política Candidata do presidente Lula Escolhida do presidente Lula Candidata governista Escolhida Candidata governista à presidência Candidata à sucessão Noviça desprovida de carisma Candidata do governo Dilminha-paz-e-amor Ministra de Minas e Energia do Brasil Madrinha política</p>	<p>Verde Candidata Presidenciável Evangélica</p>

Até maio de 2010 as pesquisas pré-eleitorais de intenção de votos indicavam que Serra, por ser conhecido nacionalmente, venceria a Eleição 2010. Contudo, era muito cedo para qualquer previsão e, como dissemos, a questão eleitoral ainda não estava na agenda de discussão pública e midiática. No dia 21 de maio, em pesquisa do Datafolha, foi a primeira vez que ela alcançou o tucano. Com a visibilidade e conhecimento ganho durante no início da campanha, junto com um forte apoio do ex-presidente Lula, Dilma Rousseff tomou fôlego e, desde então, as pesquisas se tornaram ascendentes para a petista e descendentes para Serra.

Até então, Dilma era uma ministra cuja história se interligava com um histórico de resistência à Ditadura. Havia entrado na política formal como militante do Partido Democrático Trabalhista (PDT) no Rio Grande do Sul por duas décadas e se tornou petista em 2000. Nascida na classe média em Belo Horizonte, Dilma conviveu com a efervescência cultural e política antes do Golpe de 64. Após o golpe, entrou para a organização Política Operária (Polop) junto com seu primeiro marido, Cláudio Linhares. Depois, Dilma seguiu para o também clandestino Comando de Libertação Nacional (Colina) e, posteriormente, para Vanguarda Popular Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares), quando foi expulsa da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) por subversão. Durante a clandestinidade, usou codinomes como Estela, Luiza, Patrícia e Wanda e viveu em fuga constante.

Em 1970, já casada com o também militante gaúcho Carlos Araújo, Dilma foi condenada a dois anos e um mês de prisão. Ficou três anos atrás das grades e foi torturada pela polícia política dos militares (e só foi indenizada pelos abusos sofridos, já como ministra, em 2007). Depois de solta mudou-se para Porto Alegre e estudou economia. Na campanha da anistia, ajudou a fundar o PDT e, entre 80 e 85, trabalhou como assessora da bancada estadual do partido. Em 1986, já no período da abertura política, foi escolhida pelo prefeito da capital gaúcha para encabeçar a Secretaria da Fazenda, além de trabalhar também como diretora-geral da Câmara de Vereadores da cidade. Nos anos 90, foi presidente da Fundação de Economia e Estatística (FEE), onde havia sido estagiária na metade da década de 70. Com a eleição do pedetista Alceu Collares para o governo do Rio Grande do Sul, Dilma assumiu a Secretaria Estadual de Minas, Energia e Comunicação – prosseguindo no cargo após a vitória do petista Olívio Dutra (1999/2002)<sup>87</sup>.

---

<sup>87</sup> Vide Referências: Biografia (2010).

Filiou-se ao PT pouco antes da primeira eleição de Lula e foi indicada para a pasta nacional de Minas e Energia. Ganhou destaque no segundo governo, ao gerir o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (apresentado no discurso de posse do segundo mandato de Lula) e depois o programa "Minha Casa Minha Vida". Em 2009, já como virtual candidata, enfrentou um câncer no sistema linfático, passando por quimio e radioterapia para a retirada do tumor.

Por haver ganhado notoriedade nacional somente após a vitória de Lula, bem depois dos concorrentes e também por ter vivido anos na ilegalidade durante o regime militar, Dilma foi a que mais sofreu insinuações durante a campanha, principalmente via internet. As falsas informações apontavam que ela teria sido "terrorista" e cúmplice de "assaltos a bancos e assassinatos" – nada nunca provado contra a presidente eleita em 2010. Aliás, foi por causa deste rótulo que Dilma ganhou os primeiros focos da mídia nacional, em 2008, quando foi convocada para depor na Comissão de Infraestrutura do Senado, que investigava a montagem de dossiês com gastos sigilosos do governo FHC. A sessão foi atribulada: primeiro um senador aliado tentou dar um presente para Dilma por conta da proximidade do Dias das Mães, posto ela ser a "mãe do PAC" – citado por um editorial de *O Estado de S.Paulo*. A oferta foi prontamente rechaçada por senadores rivais, haja vista que ministro não pode ganhar presentes de congressistas. No entanto, foi a oposição que deu outro presente para ela: após explanação sobre o poder do Estado em acuar cidadãos e ler um depoimento de Dilma sobre mentir nos tempos da Ditadura, o senador Agripino Maia (DEM - RN) insinuou que a Dilma poderia mentir também no depoimento aos senadores. A resposta provocou forte reação de Dilma. Em quase 5 minutos, às vezes com voz forte, às vezes com voz embargada, rebateu a acusação e ganhou o noticiário nacional e se tornou *hit* na Internet.

Isso integra a minha biografia da qual eu tenho orgulho. Me orgulho de ter mentido, mentir na tortura não é fácil. Diante da tortura, quem tem dignidade fala mentira. Aguentar tortura é difícilíssimo. Todos nós somos muito frágeis, somos humanos, temos dor, a sedução, a tentação de falar o que ocorreu. A dor é insuportável, o senhor não imagina o quanto. Me orgulho de ter mentido porque salvei companheiros da mesma tortura e da morte (CORREIO DO BRASIL, 2008).<sup>88</sup>

Durante os meses de campanha para o Palácio do Planalto, Marina Silva chegou a declarar repúdio ao rótulo de terrorista contra a concorrente. Já José Serra não citou o caso publicamente, mas insinuou-o em seu programa eleitoral, quando comparava a luta

---

<sup>88</sup> Trecho de citação de Dilma Rousseff publicado no Correio Do Brasil (2008).

do tucano durante os chamados Anos de Chumbo e na redemocratização com a de Dilma. Logo após falar dos feitos de Serra, um locutor acrescia: "E a Dilma? Ninguém sabe, ninguém viu". A candidata chegou a pedir direito de resposta, por induzir o eleitor para uma não verdade, mas este foi negado pelo TSE.<sup>89</sup> A *Folha de S.Paulo* até tentou buscar a ficha militar de Dilma Rousseff, porém teve a divulgação negada pelo Supremo Tribunal Militar a fim de evitar "uso político". O editorial "Mistérios de Dilma", de 27 de agosto, é um texto basicamente para reclamar do veto aos arquivos de Dilma. Conforme argumentação do autor, é clara a distância temporal e ideológica da personagem e que, ao iniciar por uma campanha ao Planalto, o limite do que é público e privado se torna tênue. Para o jornal, mesmo assumindo que no Brasil não seja tão acintosa a busca de informações da vida dos candidatos como é nos Estados Unidos, seria "(...) dever da imprensa escrutiná-la quando há motivos razoáveis para supor sua possível influência na condução dos negócios de Estado" (FOLHA DE S.PAULO, 2010. p.A2). Quais influências são essas o texto não chega a citar. O texto questiona o desconhecimento por parte do público sobre Dilma, jogando a culpa no marketing e no peso da máquina oficial, classificando este como "parquidérmico". O título faz uso da ironia com o intuito de mostrar que Dilma era ex-guerrilheira, afilhada, fruto do marketing – e que, obviamente, ela teria algo a esconder.

Além da trajetória pessoal, a capacidade gerencial dos candidatos não foi esquecida pelos editorialistas – uma vez que, em grande parte, a eleição foi a contraposição de duas figuras de ostentam o papel de "gerentões". Enquanto Serra foi tratado como administrador seguro e político experiente, e Marina como uma espécie de visionária sem base partidária, Dilma foi a que mais recebeu avaliação crítica dos editorialistas. Os profissionais da *Folha* não assumiram, logo após as convenções, editoriais críticos à presidenciável. Já o *Estadão* não poupou esforços em mostrar alguns problemas na capacidade gerencial da "criatura", como eles a denominaram, no editorial "Promessas da Criatura", de 30 de julho, sobre a promessa de fazer uma reforma para reduzir a zero a tributação dos investimentos e de insumos essenciais à produção e ao desenvolvimento. O texto argumenta sobre a não efetivação da reforma durante o governo Lula, para logo depois dizer que as realizações da candidata enquanto estava na Casa Civil eram igualmente difíceis de serem encontradas. Por exemplo, o programa

---

<sup>89</sup> Decisão liminar de 23 out. 2010 do Ministro Henrique Neves. Processo nº 367516 no TSE. O ministro alegou que a candidata poderia se defender no seu tempo no Horário Eleitoral, uma vez que eram versões sobre fatos e que reconhecer um fato inverídico não significa reconhecê-lo como verdadeiro.

chefe da candidata, o Programa de Aceleração do Crescimento, foi classificado pelo jornal como um dos "grandes fiascos de sua carreira gerencial". Com argumentação lógica, apresentando dados, mostrou que o PAC avançou mais sem Dilma do que com ela no governo. A conclusão: "Como administradora, a candidata petista é uma representante fiel desse padrão gerencial. Em relação a reformas importantes e complexas, seu currículo de realizações é tão bom quanto o do presidente Lula, isto é, praticamente nulo" (O ESTADO DE S.PAULO, 2010, p.A3).

A *Folha*, em "Pai e Mãe" (19 de agosto), não abordou a questão gerencial: preferiu o caminho do alerta da imprensa para a inexperiência dela, assumindo uma voz de autoridade no assunto. Tanto que chegou a outros ex-presidentes tão meteóricos quanto Dilma, com a ironia de ambos terem tido finais desastrosos de mandato.

Mesmo Jânio Quadros e Fernando Collor, que chegaram ao poder máximo de forma fulminante, haviam sido antes prefeitos, governadores e parlamentares. A ex-ministra da Casa Civil jamais disputou eleição, não exerceu nenhum mandato, nunca foi submetida ao escrutínio público. Até Lula admite tê-la conhecido há apenas oito anos. Em caso de vitória, excetuados os presidentes da ditadura militar, ninguém como ela terá chegado ao ápice sendo tão pouco conhecido e testado (FOLHA DE S.PAULO, 2010. p.A2).

O "peso" do então presidente Lula na campanha foi tanto que os jornais não cansaram de alcunhar Dilma como herdeira, afilhada, filha, protegida e apadrinhada. Manipulável, os jornais se questionavam (e repassavam ao leitor a dúvida) se a candidata seria capaz de dar conta de uma gestão própria, sendo somente uma marionete no jogo político. Tanto que a questão da indicação de Lula gerou um termo incomum para Dilma: "poste". Mesmo de se lançar candidata, Dilma teve que se defender na revista *Época*, uma vez que havia surgido rumores de que ela seria um objeto para Lula se reeleger.

A oposição tem comparado sua candidatura à de um poste. O que a senhora acha dessa comparação?

Dilma – Você acha que, como ministra-chefe da Casa Civil, eu sou um poste?

Provavelmente quem diz isso acha que sim.

Dilma – Duvido. Duvido que os grandes experientes em gestão tenham o nível de experiência que eu tenho. Duvido (SILVA; EVELIN & GUROVITZ, 2010).

O substantivo foi citado somente uma vez pelo *O Estado de S.Paulo* em uma série de questionamentos que o jornal fez. Inclusive apontou que Dilma foi escolhida como candidata de resto, ou seja, a que sobrou para a corrida presidencial. Tal fato



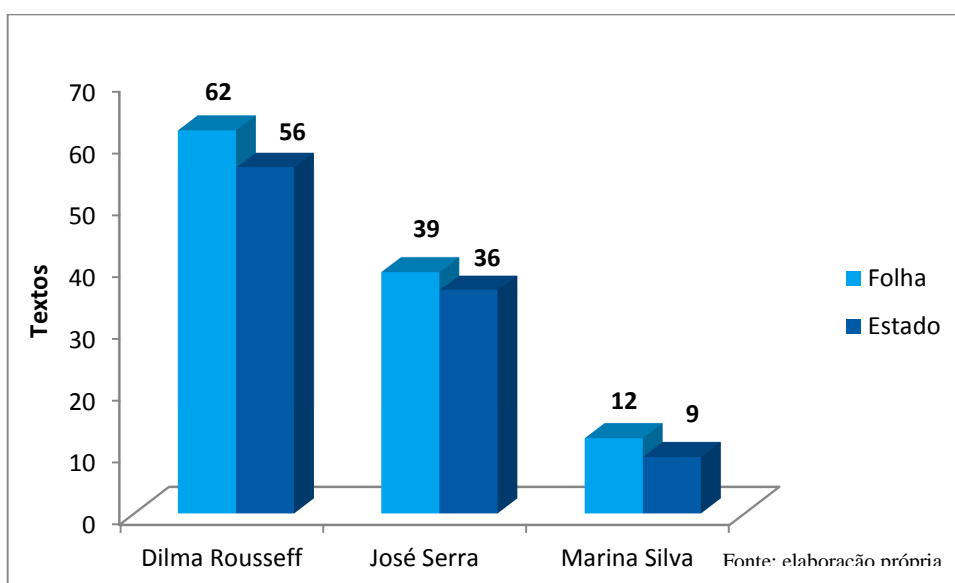
demonstra como um termo nascido em outra instância, a política, ultrapassou as fronteiras e ganhou ressonância na imprensa, em uma clara relação de intertextualidade.

Seria o mais popular dos presidentes brasileiros capaz de eleger a candidata tida como um poste? Seria o seu formidável carisma suficiente para impedir que ela naufragasse por seus próprios méritos, por assim dizer? Perguntas pertinentes — e enganadoras. (O ESTADO DE S.PAULO, 2010, p.A3).

Obviamente que o furor crítico do *Estadão*, neste caso, tinha menos a ver com o perfil de Dilma e seu passado e mais com o padrinho político dela, o que discutiremos em um tópico à parte na história da Eleição 2010.

Se voltarmos o olhar para a atenção dispensada para todos os candidatos, veremos no gráfico seguinte que, mesmo que *O Estado de S.Paulo* publique diariamente um editorial a mais do que a *Folha de S.Paulo* (três ao todo), a atenção dispensada aos candidatos foi quase a mesma, com uma pequena vantagem para a Folha.

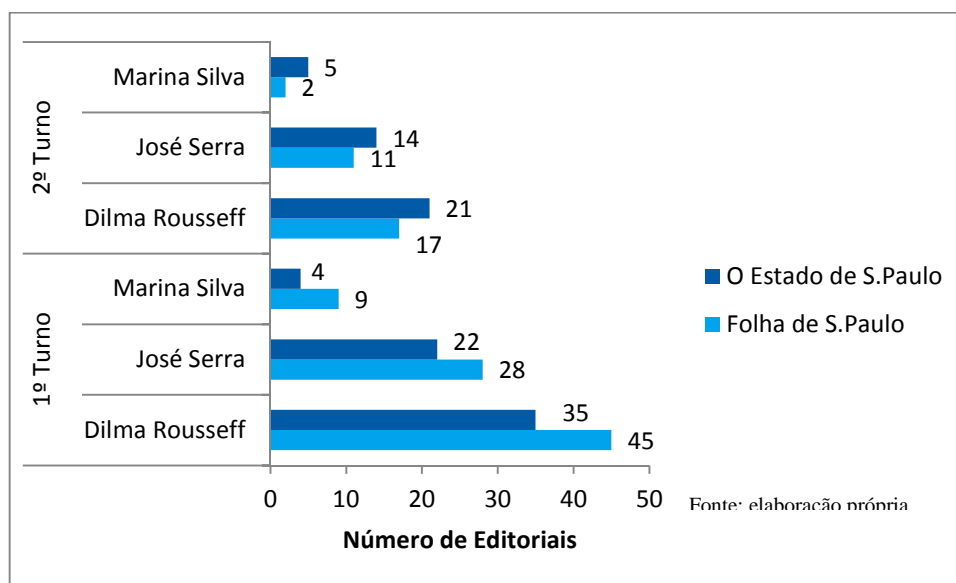
**Figura 4 – Total de citações nominais dos candidatos na *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo***



Na ordem de cobertura, Dilma Rousseff ganhou mais visibilidade (59 citações na média), enquanto José Serra teve 37,5 citações de média e Marina Silva somente 10,5. Fica claro, a partir destes dados que Dilma, na frente durante toda a corrida

eleitoral, ganhou mais visibilidade nos editoriais. Poderíamos apresentar uma análise enviesada no tocante a Marina Silva, haja vista que ela saiu da disputa no primeiro turno. Pela lógica mais simples, Dilma e Serra têm maior número porque ficaram mais tempo concorrendo. Contudo, o gráfico seguinte serve para desfazer tal impressão.

**Figura 5 – Total citações nominais dos candidatos por candidato por turno**



O resultado expressivo de Marina Silva deu a ela mais destaque quando não estava na corrida do que quanto estava. Por uns dias, até o anúncio de neutralidade do Partido Verde e da candidata, Marina foi a vedete da política – o que pode ser visto como causa do maior destaque no *Estadão*. A *Folha*, ao inverso, prosseguiu quase que deixando de lado a candidatura da ex-senadora. Por outro lado, o *Estadão* aumentou o número de citações para José Serra, mesmo com um período de tempo menor. É notável que, no 2º Turno, o *Estadão* tenha conseguido ultrapassar a *Folha* no número de editoriais que destinou aos candidatos – o que aconteceu junto com a revelação de apoio a José Serra. Isso inverteu o quadro de mais citações da *Folha* ocorrido no 1º Turno, representando um menor interesse em abordar a questão dos candidatos à presidência na segunda rodada.

*Antigamente, em maio, eu virava anjo.  
A mãe me punha o vestido, as asas,  
me encajava a coroa na cabeça e encomendava:  
'Canta alto, espevita as palavras bem'.  
Eu levantava vôo rua acima.  
Verossímil – Adélia Prado*

## **CAPÍTULO IV – Os editoriais e a Campanha Eleitoral**

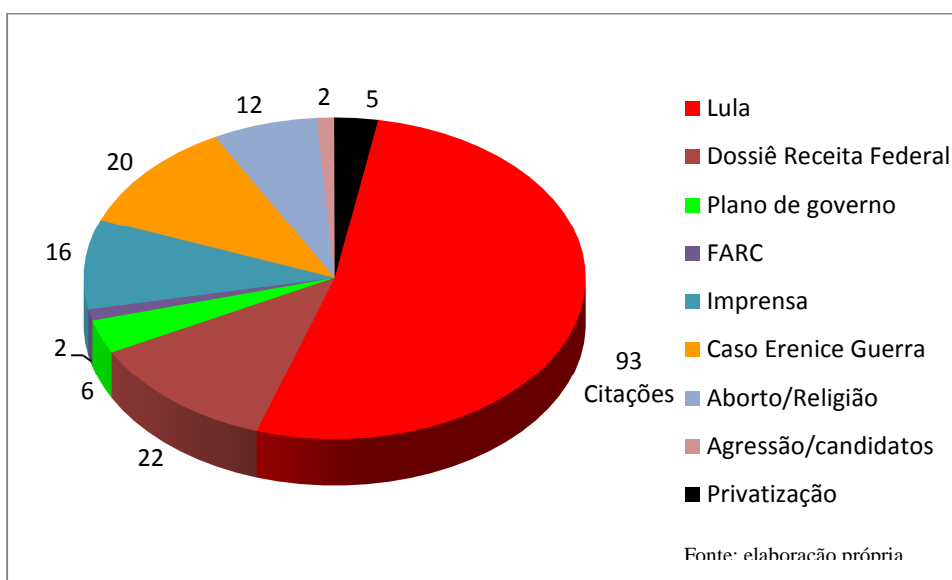
Em nossa pesquisa, buscamos, inicialmente, abordar a importância do Jornalismo opinativo, bem como apresentar a metodologia de análise, e, posteriormente, discutir a questão teórica, a qual é base para a realização deste trabalho. Por fim, adentramos na seara da situação nacional: os candidatos, os antecedentes dos candidatos, o ex-presidente e as ponderações sobre a questão midiática.

Conforme já mostrado, coletamos 727 editoriais, sendo 285 da *Folha de S.Paulo* e 442 do *O Estado de S.Paulo*. Destes, 65 e 64, respectivamente, citaram os candidatos nominalmente. Durante a análise textual, uma série de acontecimentos ganhou destaque nas páginas, assim, separamos esses ocorridos por cronologia de aparição nos editoriais, mesmo os que tenham adquirido destaque rápido, em relação a outros assuntos, os quais foram retomados por longos períodos.

Vimos que, conforme apontou Ulla Connor (1996): "Good editorials are considered some of the best examples of persuasive writing in all countries; they set standards for written persuasion" (1996, p.144), obviamente, são textos que refletem, de certa forma, a maneira de se fazer e analisar jornalismo. A estrutura em si é parecida com a definição triádica de Bolívar (1994): *lead*, *follow* e *evaluated*, sendo a composição mais básica, segundo a autora, encontrada nos estudos de editoriais pelo mundo para o gênero *editorial*. No entanto, como vimos na revisão bibliográfica, os estudos avançam somente nos meandros de análises estruturais e gramaticais, identificando formato e estruturas em diferentes países. Assim, podemos intuir que o gênero discursivo editorial tem uma estrutura de formatação tradicional – sendo que a grande questão é como os temas foram abordados e, principalmente, a maneira (estilo) com que foram elaborados, destacando alguns fatos e relegando outros à obscuridade.

A categorização que fizemos representa uma ordem cronológica dos acontecimentos e reflete os temas abordados pelos editoriais da *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo*. No entanto, assumimos que se trata de um esquema ideológico dos temas que ganharam destaque na discussão pública e de como os candidatos foram representados. Assim, os editoriais trabalharam diversos temas relativos aos candidatos – temas candentes durante a Eleição de 2010, nos dois turnos, que foram uma narração dos fatos que constituíram o pleito. O gráfico a seguir mostra a soma dos temas nos editoriais tanto no *Estadão* quanto na *Folha*.

**Figura 6 – Total somado de editoriais por temas**



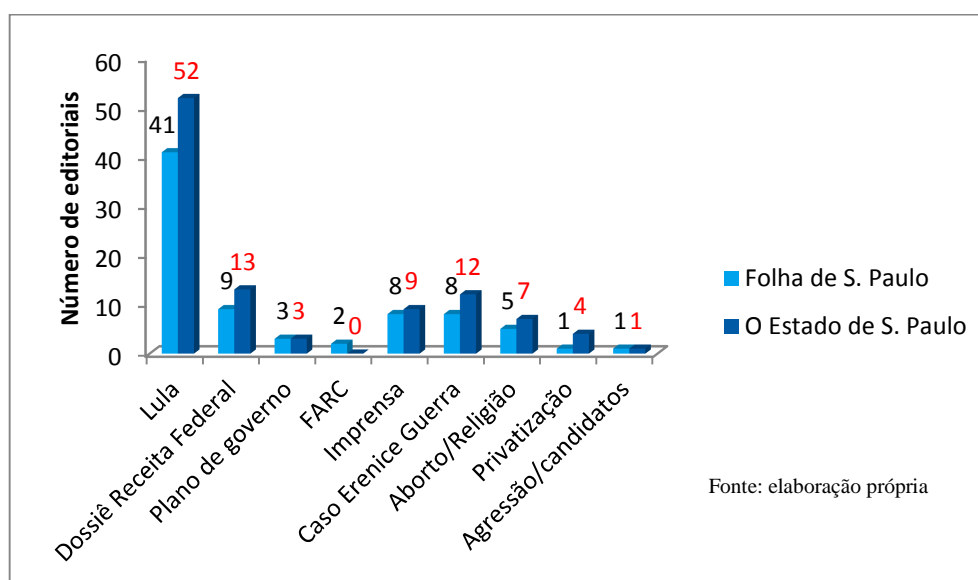
O leitor, ao observar tal imagem, pode não ver a Eleição 2010 como um todo, mas passa a ter um cenário dos temas que a compuseram – bem como a intensidade com que eles apareceram nos jornais analisados. Se formos olhar desagregadamente, o ex-presidente Lula dominou as citações nos editoriais. No entanto, a análise de forma separada seria incorreta, uma vez que a figura de Luiz Inácio em si esteve entrelaçada a outros temas, como o caso do dossiê da Receita Federal, da imprensa e de Erenice Guerra.

Mesmo assim, contabilizamos Lula como um tema à parte, por conta de sua onipresença na corrida eleitoral, tanto como então presidente, quanto como cabo eleitoral – o que gerou protestos por parte da imprensa e da oposição. Pela atuação *sui generis*, alto índice de popularidade e total de citações, ignorá-lo como um tema seria

dizer que a Eleição 2010 teve pouca ou nenhuma influência da variável, o que é incorrer em erro crasso. Essa irrelevância pode ser atribuída ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que não recebeu tantas citações, conforme vimos – mantendo-se à margem do processo. Mais do que a confrontação de estilos de governar e políticas social e econômica, Lula atingiu um patamar "como nunca antes na história" desse país outro presidente alcançou. Por mais que ele seja uma variável independente, ou seja, perpassasse outros temas que poderiam ser lidos como variáveis dependentes, a nossa leitura é diversa e divergente das que preferem tal tipo de abordagem. Grande parte das temáticas que envolviam o ator político aconteceu a partir de Lula, e não apesar dele, o que comprova a importância do ator político no jogo eleitoral. Para este trabalho, tanto Lula quanto os demais temas pungentes ajudam a contar – por meio da narrativa dos editoriais – como foi a Eleição 2010.

No gráfico seguinte, verificamos o quanto *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo* publicaram sobre os temas. Apesar de o primeiro jornal publicar dois editoriais em tamanho menor (em centímetros por coluna) por dia, enquanto o Estadão tem três, ambos acabaram equilibrando-se no total de editoriais coletados, 65 e 62 respectivamente.

**Figura 7 – Temas dos editoriais por jornal**



Assim, é a partir destes temas que iremos analisar como se deu a cobertura dos jornais analisados, um a um – utilizando elementos da Filosofia da Linguagem como suporte para o trabalho.

## 1. Luiz Inácio Lula da Silva

Como dissemos, Lula atingiu um nível tão alto de visibilidade que os jornais que o citaram chegaram a compará-lo a um mito, a *pop star*, chamando-o também de "criador", segundo alcunha do *Estadão*. Com uma avaliação nas alturas, antes da oficialização de Dilma Rousseff, Lula já estava em campanha e foi multado cinco vezes por propaganda eleitoral antecipada. Chegou a declarar que eleger Dilma era "a coisa mais importante" do seu governo e a "coisa prioritária", como apontou o editorial do *Estadão* "A extravagância acolhida", de 17 de junho.

Os jornais passaram toda a campanha comparando a capacidade de Lula de transferir votos para Dilma, bem como de fazer em campanha a favor da candidata. Tanto que chegou a envolvê-la em ações que faziam parte do governo federal. Três casos foram emblemáticos: logo no início da nossa coleta de dados, o ex-presidente recebeu avaliação negativa dos dois jornais por não ter vetado o aumento na aposentadoria. Sem debater, os jornais o acusaram de ter mais vistas ao pleito do que na responsabilidade fiscal, tanto que o *Estadão* chegou a conjurar com seus leitores: era pouco provável que aposentados simpatizantes da candidatura de Serra ou Marina migrassem para Dilma, "Mas o ponto é outro. O veto, este sim, tenderia a transferir certo número de votos dela para os adversários" (O ESTADO DE S.PAULO, 2010, p.A3).

O segundo texto apareceu na *Folha de S.Paulo*, no editorial "Fora dos Trilhos", de 15 de julho. No edital de lançamento do trem-bala, Lula acabou não se segurando e fazendo odes a Dilma, o que configurou desrespeito à lei eleitoral. O texto denunciou a encenação de Lula, afirmando que ele já não aguentava armar farsescas inaugurações do PAC a fim de forjar situações eleitoreiras. Um detalhe textual é que o editorial, em tempos de copa do mundo de futebol, abusou de um linguajar mais descolado do que o utilizado normalmente – usando de metáforas futebolísticas (tão ao gosto do ex-presidente):

Conhece-se bem o caso daqueles zagueiros especializados na canelada e no carrinho que, depois de derrubar o adversário sem a menor cerimônia,

inclinam-se docemente sobre a vítima, pedindo desculpas e oferecendo-se para levantá-la do chão.

O hábito da gentileza cínica, que confere algum colorido de comédia aos mais tediosos jogos de futebol, vem há um bom tempo sendo transplantado para o campo da política pelo presidente Lula. Poucas vezes de forma tão deslavada, todavia, quanto nestes últimos dias (FOLHA DE S.PAULO, 2010, p.A3).

Por fim, uma terceira correlação entre a esfera pública presidencial e a eleitoral aconteceu no caso do asilo cedido por Lula para a iraniana Sakineh Mohammadi Ashtiani, condenada à morte por apedrejamento. Ambos os jornais, ao citarem o caso, criticaram Lula pela falta de interesse pelo caso – que só ganharia destaque dele em lugares onde a candidata Dilma estava presente. O Brasil só ofereceu asilo à viúva após um movimento nas redes sociais que pediam tal fato. Assim, para o editorialista, Lula teria um apego a ditadores de países do Oriente Médio e da América do Sul.

*O Estado de S.Paulo*, sempre que possível, citou as relações do governo petista com o presidente venezuelano Hugo Chávez e os irmãos Castro, criticando a política externa brasileira. Um claro exemplo de intertextualidade aconteceu dia 18 de agosto, no texto “Um plano em execução”, do Estadão. Aparentemente, o editorial criticava o governo por problemas ocorridos por conta de uma empresa área, a qual causou caos nos principais aeroportos do país. O editorialista denunciou a falta de controle da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), mas terminou de uma maneira conclusiva:

Há ainda a interferência direta do governo nas agências, por meio da nomeação de diretores de acordo com critérios político-partidários, como acaba de ocorrer com a Agência Nacional de Transportes Terrestres, para a qual foi nomeado um ex-dirigente de basquete cuja experiência mais importante no setor público foi a de assessorar um ex-senador do PMDB. Na verdade, só uma derrota da candidata do PT em outubro salvaria as agências. Se Dilma Rousseff for eleita, a sentença de morte será executada. Provavelmente não por asfixia, mas por apedrejamento... (O ESTADO DE S.PAULO, 2010, p.A3).

Segundo a lógica do jornalista, a vitória de Dilma levaria ao fim das agências controladoras governamentais, utilizando o forte termo "sentença de morte" – afirmando que esta se daria por apedrejamento, relacionando esse caso com o da mulher iraniana. O caso é emblemático porque o texto persegue uma ordem lógica argumentativa dos fatos para, no fim, alterar todo seu encadeamento e trazer para o texto algo novo, abusando da intertextualidade e relacionando contextos diversos. Isto incidiu também em uma ameaça futura ao leitor: se Dilma fosse eleita, as agências faleceriam e seriam apedrejadas pelos usuários tão cheios de ódio quanto os acusadores de Sakineh.

Por fim, e mais importante de todos, os jornais insistiram que Lula estava buscando um terceiro mandato fictício. Aliás, a base da maioria das citações ao ex-presidente e a Dilma Rousseff estava relacionada à montagem de sua candidatura realizada a fórceps, por isso a qualificação dele como criador – em uma correlação religiosa e literária – e dela como um objeto manipulável. Charaudeau (2006, p.41) explica que, dependendo de como você nomeia os fatos e as pessoas, acaba qualificando-os, de acordo com as estratégias discursivas previamente pensadas. Ao tratar Dilma como herdeira, escolhida, filha, entre outros, os jornais instauraram um parâmetro de significação: "atiravam" em Dilma Rousseff, mas buscavam atingir o então presidente. Obviamente que o papel da própria imprensa também era ideológico e duplo dentro deste cenário: ao mesmo tempo em que ajudou a criar uma imagem para a candidata, estabelecendo uma lógica de causa-consequência dos erros e abusos de Lula diretamente repassados a Dilma, também cumpriu seu papel de "cão de guarda", ou seja, mostrou para a sociedade os momentos (não raros) em que Lula ultrapassou seu papel de dirigente, tratando o Estado brasileiro como um espaço partidarizado, ou familiar, como os jornais apontaram. Podemos encontrar algumas denúncias que comprovam isso, com os jornais se baseando em fatos concretos e, logo, defendendo o bem público.

Pudemos verificar que *A Folha de S.Paulo* foi mais efetiva nesse tipo de abordagem, ou seja, atinha-se para informações objetivas – bem dentro do seu estilo editorial retratado no *Manual Geral da Redação*. Assim, podemos dizer que os jornais mostravam Lula montando um “aparelhamento” do Estado, conforme se encontra nos editoriais: “A franqueza durou um dia”, *O Estado de S.Paulo*, 20 de junho; “Um 'momento bíblico””, *O Estado de S.Paulo*, 5 de agosto; “Um debate amistoso”, *O Estado de S.Paulo*, 7 de agosto; “Duelo à sombra de Lula”, *O Estado de S.Paulo*, 17 de agosto; “Inteligência aloprada”, *Folha de S.Paulo*, 15 de junho; “Fora dos Trilhos”, *Folha de S.Paulo*, 15 de julho; “Linha Ocupada”, *Folha de S.Paulo*, 31 de julho, “Lavagem estatística”, *Folha de S.Paulo*, 13 de agosto; “Delinquência estatal”, *Folha de S.Paulo*, 26 de agosto; “Acupuntura”, *Folha de S.Paulo*, 15 de outubro; “Duelo à sombra de Lula”, *Folha de S.Paulo*, 15 de junho.

O melhor exemplo é o da *Folha de S.Paulo*, no editorial de 19 de agosto, “Pai e Mãe”, que demonstra como o próprio Lula ajudava na estratégia de montar uma identidade para Dilma colada à dele: o editorial aponta Marina Silva, como uma citação de outrem, para apoiar a argumentação do escritor. A crítica da candidata é de que o Brasil tinha amadurecido, não necessitando mais tratar a sociedade de maneira



infantilizada – apontando que Lula preferia alguém que cuidasse do Brasil, em vez de governá-lo.

Em ato falho, a frase condensa o presidente e a candidatura por ele inventada. Dilma Rousseff "c'est moi", admite afinal o petista. "Mãe" e "pai" dos brasileiros se fundem na mesma figura mistificadora. A declaração revela mais do que o entendimento de Lula sobre o processo sucessório. A apresentação da política em termos característicos das relações privadas e familiares termina por desvirtuá-la, ao negar o caráter igualitário da esfera pública (FOLHA DE S.PAULO, 2010, p.A3).

Lula foi o "muro de arrimo" de Dilma. Sobre a questão o *Estadão* resumiu: "Compreende-se: para o bem ou para o mal, Lula é tudo que Dilma tem. Pior sem ele, pois"<sup>90</sup>. Interessante notar, concluindo o tópico, que os jornais – durante nossa leitura do gênero editorial – não se colocaram contra as políticas sociais do governo federal e tampouco deixaram de reconhecer os ganhos econômicos (sem deixar de notar que grande parte deles havia nascido na era FHC). Mesmo assim, na maioria das vezes os editoriais permaneceram críticos ao líder petista: em geral, os textos anotavam os avanços da Era Lula para depois – fazendo uso da conjunção coordenativa adversativa – dar início às críticas. Com quase 80% de aprovação entre bom e ótimo e experiência em falar com as massas populacionais, colar-se à figura de Luiz Inácio Lula da Silva foi estratégia adotada não somente por Dilma, mas também pelo adversário José Serra. O próprio Lula não se resignava ao papel de presidente republicano, assumindo comparações e tons religiosos em discursos e citando Deus como "justiceiro" à causa dele:

Também em fase de citar o nome de Deus a três por quatro, afirmou que Ele "fez a vingança que eu queria" contra os senadores piauienses Heráclito Fortes, do DEM, e Mão Santa, do PSC, que votaram contra a prorrogação da CPMF e não se reelegeram. De volta ao passado, atribuiu as suas três derrotas em eleições presidenciais às "mentiras" dos que o temiam. "Diziam que era comunista, porque tinha a barba comprida. Mas Jesus também tinha. Tiradentes também tinha", declarou, como quem se alça a uma esfera superior (O ESTADO DE S.PAULO, 2010, p. A3)<sup>91</sup>.

No início da campanha, Serra apostou na biografia e evitou críticas ao então presidente mitológico. Ao contrário: o *jingle* "Sai o Silva e entra o Zé" foi uma tentativa de pegar carona no sucesso lulista, divulgado no programa do horário eleitoral que iniciava com: "Quando Lula da Silva sair. É o Zé que eu quero lá. Com Zé Serra eu sei que anda. É o Zé que eu quero lá". A *Folha de S.Paulo*, no editorial "Averso do

---

<sup>90</sup> A compulsão fala mais alto. *O Estado de S.Paulo*, 15 out. 2010, "Opinião", p.A2.

<sup>91</sup> A compulsão fala mais alto. *O Estado de S.Paulo*, 15 out. 2010, "Opinião", p.A2.

avesso”, de 21 de agosto, chamou a estratégia de "parasitismo político" e criticou o tucano:

Não é do feitio deste jornal tripudiar sobre quem vê, agora, o peso dos próprios erros, e colhe o que merece. Intolerável, entretanto, é o significado mais profundo desse desesperado espasmo da campanha serrista.

Numa rudimentar tentativa de passa-moleque político, Serra desrespeitou não apenas o papel, exitoso ou não, que teria a representar na disputa presidencial. Desrespeitou os eleitores, tanto lulistas quanto serristas (FOLHA DE S.PAULO, 2010, p.A2).

Uma vez mais, uma polifonia ressoa no título do artigo: tal qual Caetano Veloso esteve um dia perdido com a estruturação da cidade de São Paulo e cantou que a cidade era o "avesso do avesso do avesso do avesso" na música *Sampa*. A polifonia tropicalista mostra o espanto do jornal com o candidato José Serra ao tentar se aliar a Lula – não o Presidente da República, mas o líder de um partido envolto em escândalos como mostra o trecho: "A infeliz jogada se volta, não contra o PT, Lula, Dilma ou quaisquer dos 40 nomes envolvidos no Mensalão, mas contra o próprio PSDB, e toda a trajetória que José Serra procurou construir como liderança oposicionista" (FOLHA DE S.PAULO, 2010, p.A2). Novamente o eco literário se faz presente: Lula é o líder dos quarenta indiciados no escândalo do Mensalão – em uma referência cruzada com "Ali-babá e os quarenta ladrões", história que faz parte do *Livro das Mil e Uma Noites*, originada na Arábia antiga. Por isso, a acusação do jornal: na iminente derrota, José Serra aparece mais como um candidato desesperado em inverter o processo, o que não condiz com a história pública dele. De outro lado, tanto *Estadão* quanto *Folha* não se abstiveram de criticar a estratégia serrista de se destacar de Fernando Henrique Cardoso, não assumindo a continuidade do governo deixado em 1998.

Por esses motivos, Lula recebeu uma saraivada de críticas por conta de sua atuação que, não raramente, ultrapassou os limites da legalidade e do cargo em que ele estava empossado. Aliás, os tópicos citados foram exatamente os que José Serra atacou em seu primeiro programa eleitoral no segundo turno. Como aconteceu em 2006, com uma campanha que Azevedo (2011) classificou como "cruenta", 2010 não deixou por menos. Duas figuras citadas nos editoriais resumem bem uma análise total dos mesmos em relação ao ex-presidente. Pelo laço com a candidata petista e a defesa irretocável à campanha dela, Lula foi comparado a Ivan Pavlov, fisiologista russo que ganhou fama por seus trabalhos com condicionamento do comportamento. A metáfora não poderia cair melhor aos editorialistas: para eles, Lula – além de mentor de Dilma Rousseff, foi o manipulador por trás das cortinas (e, algumas vezes, à frente delas), controlando não

somente a candidata, mas também o Partido dos Trabalhadores, o cargo presidencial e a máquina pública para prosseguir com o projeto de poder obtido em 2002 (em pelo menos dois editoriais os jornais chegaram a denunciar que membros do governo desmentiam informações e números dados erradamente por José Serra durante a campanha e não faziam o mesmo para Dilma). Quando era confrontado, reagia firmemente. Isto leva à segunda imagem que nos jornais transpareceram: Lula também foi comparado ao ditador italiano Benito Mussolini por seus achaques contra a imprensa e, principalmente, pelo desempenho nos escândalos políticos, em que - por conta das acusações serem próximas ao PT e do entrelaçamento com a campanha dilmista - Lula assumiu mais papel de partidarista do que de presidente. Isto fez com que, dentro da análise que fizemos dos editoriais, *O Estado de S.Paulo*, por exemplo, assumisse apoio à candidatura de José Serra: foi mais pela ojeriza às atitudes de Lula do que pela falta de experiência/competência política de Dilma Rousseff ou simpatia pelo ideário de José Serra.

## **2. Dossiê Receita Federal**

O primeiro escândalo da eleição de 2010 esteve relacionado à Receita Federal, a José Serra e ao comitê de campanha petista. Não incomum em campanhas eleitorais, os dossiês são dados obscuros da vida dos candidatos que atrapalham a campanha, além de ganharem destaque negativo na imprensa. A denúncia surgiu em diversas reportagens publicadas pela revista *Veja* em maio. A partir daí o tema ganhou o noticiário nacional. Em uma reportagem do dia 19 de julho, a *Folha de S.Paulo* informou que haveria uma "central de inteligência" funcionando no comitê da candidata do PT. Um time de arapongas teria produzido documentos contra pessoas ligadas a José Serra. A vítima inicial era o vice-presidente do PSDB, Eduardo Jorge. Ele teve o sigilo fiscal quebrado de dentro de uma agência em Mauá, na Grande São Paulo. Após uma série de desmentidos, em que a própria Receita Federal informou que não teria tido nenhuma ilegalidade, o fato foi confirmado, com indícios de um sistema de compra e venda de informações sobre declaração de Imposto de Renda. Nomes de mais de cem pessoas foram consultados, entre eles o do ex-ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros, o do ex-diretor da Previ, Ricardo Sérgio, e o do primo de Serra, Gregorio Marin Preciato. A filha de José Serra, Verônica Serra, também teve os dados consultados. A consulta teria

sido solicitada por um contador, que fez uso de uma declaração supostamente assinada por Verônica.

Como na Eleição de 2006 um caso parecido havia acontecido, quando um grupo petista já havia tentado comprar um falso documento contra peessedebistas por R\$ 1,7 milhão – apelidado pelo presidente Lula como "o escândalo dos aloprados" – o nome voltou à tona no editorial da *Folha de S.Paulo*, no texto “Inteligência aloprada”, de 15 de junho. Durante a campanha, o jornal fez a citação do dossiê por 9 vezes, enquanto o *Estadão* o fez por 13 (mesmo tendo sido a *Folha* que deu a notícia em primeira mão). No caso em questão, algumas imagens podem ser apreendidas nos editoriais da *Folha*: a relação com o caso dos "aloprados", por envolver também quebra de sigilo e o caso do caseiro Francenildo Santos Costa,<sup>92</sup> que voltou a ser citado pelos jornais e pela atuação de um "grupo de inteligência petista". No caso em questão, a *Folha* não foi tão contida: o jornal cobrou uma punição rápida dos responsáveis e, no texto “Delinquência Estatal”, de 26 de agosto, denunciou o uso da sanha governista para se prorrogar no poder, com a conclusão de que o país seguiria para um regime de exceção:

A aclamação de Lula e da candidata que inventou para lhe suceder não pode tornar cidadãos (ontem o caseiro, hoje os adversários, amanhã quem?) reféns da sanha de um Estado desvirtuado por interesses particulares. Se dependesse de alguns setores que compõem o atual grupo dominante, não há dúvida de que o país caminharia na direção de um regime de vigilância policial (FOLHA DE S.PAULO, 2010, p.A2).

Os petistas sempre negaram a montagem do dossiê, mas isso pouco foi citado pelos editoriais. Não era necessário, já que, segundo a *Folha de S.Paulo*, no texto “Descalabro”, de 2 de setembro, havia "evidências", leia-se: a ausência de petistas nos nomes que tiveram sigilos quebrados:

Não bastassem as evidências (há petistas entre as vítimas?), é preciso registrar que o atual governo tem caudaloso histórico de aparelhamento do Estado - do Mensalão à quebra de sigilo do caseiro, dos aloprados de 2006 aos delinquentes de agora. Instalou-se no país um ambiente intolerável de impunidade e desfaçatez. Espera-se que a Polícia Federal e o Ministério Público ainda reúnam condições de desmascarar a farsa de uma investigação propensa a apontar a responsabilidade de barnabés e ocultar as motivações políticas que, conforme todos os indícios, estão por trás do caso (FOLHA DE S.PAULO, 2010, p. A2).

---

92 O caseiro foi personagem central da trama que resultou na demissão do ex-ministro Antônio Palocci do governo Lula. Em 2006, ele acusou Palocci, então ministro da Fazenda, de frequentar uma mansão em Brasília na companhia de lobistas. Por conta disso, teve o sigilo bancário quebrado, o que levou à queda de Palocci e do então presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso.

Já o jornal da família Mesquita, no caso em questão, além de também citar o caso dos alopados e de Francenildo, apresentou mais a imagem de aparelhamento de uma instituição pública, da ineficiência da Receita Federal e a formação de um "exército secreto" dilmista para "fabricar dossiês". Mesmo fazendo acusações próximas às da *Folha*, *O Estado de S.Paulo* não fez editoriais atacando diretamente os envolvidos na quebra de sigilo ou acusando os petistas. Quando o fez, foi por meio de citações indiretas, como comentar a entrevista do ex-diretor do Banco do Brasil, Geraldo Xavier Santiago, que acusou a Previ (fundo de pensão dos funcionários do banco) de ser "uma fábrica de dossiês", funcionando como "bunker" e "braço partidário". Obviamente que trazer para o editorial um termo ligado à Segunda Guerra Mundial, quando as casamatas passaram a ser chamadas de bunker e utilizadas pelos combatentes alemães, tinha uma conotação negativa.

No fim, uma vez mais, deu-se a entender que a briga era mais com Lula e sua "maria mole moral" em relação aos escândalos do que com o caso propriamente dito. A citação seguinte mostra bem como o jornal levou aos leitores o escândalo do dossiê, em um jogo de morde-assopra.

Não há evidências, ao menos por ora, de que a Receita foi posta a trabalhar para Dilma.

Mas outro não é o sentido do aparelhamento do setor público federal na era Lula: fazer da administração um prolongamento do sistema formado pelo PT e os seus aliados no aparato sindical e nos chamados movimentos sociais, que se condensa no termo lulismo. Nada mais natural que os seus agentes sejam ativados para formar o exército secreto (ou nem tanto) da campanha de Dilma. Analogamente ao papel das forças especiais em conflitos armados, a eles incumbe o trabalho sujo contra o inimigo (O ESTADO DE S.PAULO, 2010, p.A3)<sup>93</sup>.

Como é "dever" dos editoriais guiar seus leitores para que estes se informem, mas que também formem opinião sobre os assuntos, no caso do dossiê da Receita Federal houve uma série de acusações que davam a entender que se tratava realmente de uma montagem de documentos por parte do PT contra José Serra, sendo que a tríade Lula, PT e Dilma era sempre apontada como culpada e o tucano, inocente. No fim, após uma série de denúncias e revelações, a Polícia Federal apurou que o jornalista Amaury Ribeiro Jr. encomendou a um despachante a compra de dados sigilosos de parentes de Serra e membros do PSDB. Ele teria feito isso porque, em 2009, teria descoberto que um deputado do Rio de Janeiro reuniu um grupo (que estaria a serviço de José Serra)

---

<sup>93</sup> *O exército secreto de Dilma*. O Estado de S.Paulo, São Paulo, 16 jul. 2010, "Notas e Informações", p. A3.

para devassar a vida do ex-governador de Minas, Aécio Neves. Assim, ele foi contratado para reunir documentos com o propósito de proteger o político mineiro. Como o caso foi abafado, o jornalista teria oferecido a documentação a Luiz Lanzetta, responsável, até então, pela coordenação de comunicação da campanha de Dilma Rousseff. E como foi o PT que custeou a hospedagem do jornalista para o encontro, o único editorial durante toda a investigação do dossiê que citou essa parte específica do caso, “As marcas da máfia”, no *O Estado de S.Paulo*, em 21 de outubro, classificou tudo como “fábula”, citando uma reportagem da concorrente:

Segundo a Folha de S.Paulo, a Polícia Federal apurou que um jornalista ligado à pré-campanha de Dilma Rousseff, Amaury Ribeiro Júnior, encomendou a um despachante, por R\$ 12 mil, a compra de dados sigilosos de parentes de Serra e membros do PSDB. O PT custeava a hospedagem do jornalista em Brasília. Fim da fábula de que ele servia a rivais tucanos de Serra (O ESTADO DE S.PAULO, 2010, p.A3).

Por ter sido o primeiro escândalo durante a campanha, o caso do dossiê recebeu bastantes citações – que aos poucos foram sendo deixadas de lado por conta do imbróglio que foi a história em si e demais alvoroços, como veremos.

### 3. Plano de governo

Com menos envolvimento da polícia, porém mais aviltante ideologicamente foi a questão dos planos de governo dos candidatos. Durante a coleta do nosso *corpus*, por três vezes o tema apareceu tanto na *Folha* quanto no *Estadão*. Em geral, no momento em que os partidos inscrevem os candidatos que concorrerão ao Palácio do Planalto, também depositam no TSE os programas de governo. Dos três candidatos que analisamos, somente Marina Silva apresentou uma plataforma de campanha com 25 páginas, apontando as diretrizes de um possível governo verde. Nenhum dos jornais chegou a citar nos editoriais o texto do PV. Para os outros candidatos, a *Folha de S.Paulo* definiu bem, chamando o tema de papelão e papelada. Isso aponta para a direção indicada por Murilo César Soares (1995), para quem os programas e partidos se reduzem e abrem espaço para o candidato fazer voo solo<sup>94</sup>:

Na política contemporânea, como em Hollywood, instalou-se o starsystem, que tornou a vedete do filme mais importante que a obra cinematográfica. A

---

<sup>94</sup> Citação inspirada em: SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. O Estado espetáculo. São Paulo-Rio de Janeiro. Difel, 1978.

estrela do partido obscurece o programa, reduzido a uma plataforma para sua promoção pessoal. A política se faz no singular: é a egopolítica (1995, p.52).

José Serra apresentou um texto com discursos dele feitos no "Encontro Nacional dos Partidos PSDB, DEM e PPS", em março de 2010 e na "Convenção Nacional do PSDB", em Salvador, quando foi indicado ao cargo presidencial. O jornal *O Estado de S.Paulo* não disse nada sobre o assunto, enquanto a *Folha de S.Paulo* foi sarcástica:

O TSE recebeu dois discursos de José Serra - no qual cabiam referências a Luís 14 e à necessidade de governar com "prioridades claras". Mesmo que não se saiba quais sejam. Ou melhor, sabe-se perfeitamente. Serão as mesmas dos demais: saúde, educação, segurança, o que mais disserem os marqueteiros, as pesquisas de opinião e o senso comum (FOLHA DE S.PAULO, 2010, p. A2)<sup>95</sup>.

Já Dilma Rousseff apresentou um programa que gerou críticas dos editorialistas. Este programa continha tópicos considerados radicais, entre as quais: o controle social dos meios de comunicação e o imposto sobre grandes fortunas (leitura da *Folha*) e controle da mídia; a facilitação da invasão de propriedades pelos sem-terra e a descriminalização do aborto (leitura do *Estadão*). Segundo os jornais, estas seriam teses aprovadas pelo Partido dos Trabalhadores, em fevereiro, no pré-lançamento da campanha dilmista. No dia 5 de março, faltando quinze minutos para o fim do prazo, advogados do PT substituíram o texto primeiro (com 17 páginas) por outro maior (24 páginas), porém com conteúdo moderado. A justificativa foi de que haviam sido trocados por engano.

Para a *Folha*, tanto Serra quanto Dilma se prestaram a um "papelão" diante do eleitor, uma vez que eles se diziam preparados, experientes e estavam em campanha não oficial há tempos, sendo que isso era um ultraje com o eleitor e, conseqüentemente, com a imprensa. Para o *Estadão*, mais crítico, os petistas usaram do subterfúgio do "se pegar-pegou" – apresentando um texto que agradasse aos filiados partidários mais radicais e depois o retirando para reduzir o prejuízo entre eleitores moderados.

O tema perdeu força durante o pleito e só voltou a ganhar as páginas dos jornais em meados de outubro, quando indicou as principais diretrizes de governo por meio de uma carta, batizada de "Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate com a sociedade brasileira". O lançamento oficial aconteceu dia 25 de outubro. Para a *Folha*, nesse segundo (ou terceiro) programa de Dilma foram incluídas propostas

---

<sup>95</sup> "Papelão e papelada". *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 07 jul. 2010, "Opinião", p.A2.

tardias, tão inócuas quanto às anteriores ou as de José Serra. Novamente, o *Estadão* recriminou com mais afinco, apontando as contradições do texto:

Ali se fala em "expandir e fortalecer a democracia política, econômica e social" e garantir "irrestrita" liberdade de imprensa e de expressão. É o contrário do que está na plataforma eleitoral do PT e no texto do decreto que instituiu o 3.º Programa Nacional de Direitos Humanos (O ESTADO DE S.PAULO, 2010, p.A3).

Já o lançamento dos 13 compromissos, para o jornal, faz parte de um jogo de cena. O próprio conteúdo, afirma o jornal, nada mais é do que belas frases às quais ninguém em sã consciência se oporia, como "crescer mais, com expansão do emprego e da renda", "erradicar a pobreza absoluta". A carta de Dilma encontra ecos na "Carta ao povo brasileiro", lançada em junho de 2002, em que Lula garantia a estabilidade econômica e o rigor fiscal ao mercado financeiro e à sociedade. No entanto, a intertextualidade acaba aqui: aquela carta era para se fazer ouvida, enquanto esta nada mais é que um "amontoado de obviedades", sendo que o documento acabaria por só confirmar "a competência da companheirada de Lula na arte da engabelação que aprenderam com o chefe", como citou o editorial próximo do fim das Eleições, em 28 de outubro, denominado "À moda do PT" (O ESTADO DE S.PAULO, 2010, p.A3).

No fim, foi um personagem à parte que mostrou como os partidos encararam a questão do programa de governo na Eleição. O próprio assessor especial de política externa da Presidência da República – de acordo com editorial do *Estadão* – desdenhou o documento:

Mas a nota mais pitoresca do evento foi a participação de Marco Aurélio Garcia - cuja admiração incontida por Hugo Chávez, Evo Morales, Mahmoud Ahmadinejad e companhia diz o suficiente - ao desafiar os repórteres: "Fizemos uma opção muito clara por um documento sintético. Se você faz um documento muito longo os únicos que vão ler são vocês (sic), jornalistas, para tentar descobrir um probleminha aqui, outro ali. Se vocês quiserem outra coisa, criem um partido e façam diferente." Gente fina. (O ESTADO DE S.PAULO, 2010, p.A3).

#### **4. FARC**

O tema das Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) apareceu somente em dois editoriais, ambos da *Folha de S.Paulo*. O tema em si é menos relevante pelo que foi dito do que pelo que enleva: em 20 de julho o editorial "Índio no



ataque”, da *Folha de S.Paulo* comentou a declaração do vice de José Serra sobre o PT ter ligação com o grupo colombiano, que é reconhecido pelo país como um grupo terrorista. Segundo o editorialista, o neófito Índio da Costa, ao rebater uma provocação de Dilma dizendo que o vice dela não havia "caído do céu”, enquanto o político democrata chamou a candidata de "ateia", "esfinge do pau oco", que "chutaria" Lula após eleita. Por fim, terminou ligando os petistas às Farc e ao narcotráfico. A *Folha de S.Paulo* classificou o episódio como inoportuno, cujas declarações só fariam cair o nível da campanha. José Serra não chegou a desdizer o vice, gerando uma série de desmentidos por parte da cúpula petista.

Vale dizer que Índio da Costa trouxe ao seu discurso uma memória de oito anos antes, quando a questão do PT versus Farc foi suscitada pela primeira vez. Em 2002, no segundo turno da disputa pelo Palácio do Planalto, Serra tentou vincular o PT às Farc durante uma propaganda eleitoral. No fim, o tucano acabou multado pelo TSE, que concedeu direito de resposta ao PT. Em 2005, uma reportagem da revista *Veja* apontou que o PT teria recebido US\$ 5 milhões para o financiamento de campanhas eleitorais – mesmo com a revista se baseando em indícios insuficientes. Em 2008, o tema voltou à pauta com a publicação de uma reportagem da revista *Câmbio*, da Colômbia, informando que as Farc tinham influência sobre integrantes do alto escalão do governo Lula. A informação da revista teria sido baseada em informações supostamente retiradas do computador de Raúl Reyes, ex-porta-voz internacional da guerrilha. No editorial supracitado a *Folha* critica o tom do ataque de Índio, mas não deixa de comentar a ligação entre PT e Farc como um "fato":

É fato que militantes petistas mantiveram relações com as Farc, assim como é razoável acreditar que, eleita presidente da República, Dilma se distancie de seu mais famoso cabo eleitoral e constitua seu próprio grupo no governo. Tais considerações não bastam para ocultar a evidência de que as palavras do vice pretendem apenas fomentar temores e animosidades ideológicas em tom tosco e ultrapassado, que contribui para rebaixar o nível da campanha. Após uma coreografia de tucanos e democratas para conter os ânimos, Serra preferiu ontem apoiar a declaração do pupilo em vez de tentar recolocar a disputa nos trilhos da civilidade (FOLHA DE S.PAULO, 2010, p.A2).

Com o apoio norte-americano à Colômbia e o recrudescimento do governo colombiano contra as forças terroristas, as Farc têm perdido terreno nos últimos anos. Mesmo assim, o governo Lula sempre se manteve em uma posição neutra em relação aos guerrilheiros. Com isso, podemos concluir que a incitação de Índio em ligar o Partido dos Trabalhadores ao movimento tem mais que um sentido: o de mostrar o

envolvimento com terrorismo, tráfico internacional de drogas e trazer à baila a questão do envolvimento de petistas com a guerrilha armada.

Também é possível intuir que foi ataque eleitoral direto, pois pouco teria a se perder em um momento em que Dilma e Serra ainda estavam próximos nas pesquisas eleitorais. Não adiantou, como escreveu a *Folha* no texto “À espera da TV”, de 25 de julho:

Questões que ocuparam espaço na imprensa, como as insinuações do deputado Indio da Costa, vice da chapa de José Serra, sobre as relações do PT com as Farc e o narcotráfico estão longe de entusiasmar o eleitor (FOLHA DE S.PAULO, 2010, p.A2).

Após as acusações, o PT ganhou direito de resposta na propaganda Tucana – além de anunciar que processaria civil e criminalmente Indio da Costa.

## 5. Imprensa

Após os cenários como Farc e plano de governo, a própria imprensa, se analisando ou se defendendo, ganhou espaço nos editoriais de *Estadão* e *Folha*. É comum a imprensa e sua cobertura estarem à frente das discussões em momentos cruciais da democracia, como uma eleição. Afinal, escolher o que será publicado, a ênfase no estilo de discurso é parte fundamental do jornalismo e, principalmente, suscita debates na esfera pública. Como vimos com Maxwell McCombs (2006), os meios não somente nos dizem *o que* e *em que* (COHEN, 1963) temos que pensar, mas também *como* pensar (MCCOMBS, p. 140-141). A imprensa e o jornalismo estabelecem a discussão, com temática escolhida pela cúpula dos veículos e estratégias discursivas diversas, atendendo a um plano discursivo mais amplo, ideológico por excelência. Com isso, a imprensa assume papel de guarda vigilante da democracia, soando seu alarme cada vez que governantes ultrapassam a linha da legalidade ou moralidade. Quando é necessário, os editorialistas atacam; quando são atacados, defendem rigidamente tanto a liberdade de expressão como a atuação livre. O tema mostrou 17 editoriais ao todo, sendo que a *Folha* teve sete e *Estadão* nove.

Nos editoriais, o tema imprensa ganhou destaque em tom de denúncia, quando o texto “Pai e Mãe”, de 19 de agosto, na *Folha de S.Paulo*, analisou o perfil de Dilma Rousseff, debutante em eleição. No entanto, a ira era mais contra a atuação marqueteira da candidata do que sua capacidade gerencial propriamente dita. Caberia, portanto, à

imprensa denunciar a "fragilidade alarmante" dessa questão, frisou o editorialista: "Cumpra à imprensa independente, às associações da sociedade civil que procuram influenciar o processo eleitoral e a cada cidadão levantar o véu da fantasia"<sup>96</sup>.

No total dos editoriais, o jornal da avenida Barão de Limeira teve uma apresentação equilibrada do tema: quando citou a imprensa ou era para apresentar a própria imprensa e sua atuação na eleição, no caso específico da Internet, ou para reclamar de alguma censura e problema da lei eleitoral. Em relação a esta segunda hipótese, o jornal mostrou o caso de censura no Tocantins, quando o Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Tocantins proibiu oito jornais, 13 emissoras de TV, cinco sites, 39 rádios comunitárias e 24 rádios comerciais de relacionarem o governador Carlos Gaguim (PMDB), candidato à reeleição, a um suposto esquema de corrupção. Também criticou a lei eleitoral, que proibiu a distribuição de panfletos contrários ao PT e a circulação de uma revista com conteúdo favorável à candidata e elogiou a Associação Nacional dos Jornais por criar um mecanismo de autorregulamentação.

Tão equilibrado foi o jornal que até mesmo se defendeu mais rigidamente de um ataque de José Serra, que teve o que classificaram de "momento Dilma". De acordo com o jornal, o candidato do PSDB não teria gostado de responder a perguntas sobre a quebra de sigilo de sua filha. Para tanto o editorialista escreveu em "A mesma síndrome", de 19 de setembro:

Vai-se consolidando a mentalidade de que postulantes a um cargo eletivo prestam um favor aos jornalistas quando, na verdade, estão a cumprir a exigência básica de responder a perguntas de interesse dos cidadãos. O jogo de intimidação é dos mais toscos: qualquer questão um pouco mais incômoda é desqualificada, afirmando-se que equivale a tomar partido em favor do candidato adversário (FOLHA DE S.PAULO, 2010, p.A2)

Somente em um editorial o jornal perdeu o usual equilíbrio e imparcialidade sobre o assunto para defender a imprensa de uma atuação independente. A Folha chegou a dizer que se fosse pela vontade do PT, os meios de comunicação de massa estariam à mercê dos setores autoritários governamentais, que flertam em demasia com o "controle social sobre a mídia". Quando o presidente Lula reclamou incisivamente da imprensa (após ter estourado o escândalo envolvendo parentes da então ministra-chefe da Casa Civil, Erenice Guerra), o editorial "Todo poder tem limite", com a corrida eleitoral rumando para o fim (26 de setembro) o jornal apresentou-se como um mecanismo de

---

<sup>96</sup> "Pai e mãe". *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 19 out. 2010, "Notas e Informações", p. A3.

defesa público. Ponderou que, se não há riscos econômicos nem para a sucessão, os problemas estavam nos ataques que a liberdade de expressão vinha sofrendo da dupla petista e se mostrando imparcial em casos semelhantes:

Se existe risco à vista, é de enfraquecimento do sistema de freios e contrapesos que protege as liberdades públicas e o direito ao dissenso quando se formam ondas eleitorais avassaladoras, ainda que passageiras. Nesses períodos, é a imprensa independente quem emite o primeiro alarme, não sendo outro o motivo do nervosismo presidencial em relação a jornais e revistas nesta altura da campanha eleitoral.

(...) Quem acompanha a trajetória do jornal sabe o quanto essa mesma orientação foi incômoda ao governo tucano. Basta lembrar que Fernando Henrique Cardoso, na entrevista em que se despediu da Presidência, acusou a Folha de haver tentado insuflar seu impeachment.

Lula e a candidata oficial têm-se limitado até aqui a vituperar a imprensa, exercendo seu próprio direito à livre expressão, embora em termos incompatíveis com a serenidade requerida no exercício do cargo que pretendem intercambiar (FOLHA DE S.PAULO, 2010, p.A2).

Tirante essa postura mais firme, a *Folha* não chegou nem perto de *O Estado de S.Paulo*, cujos resguardos foram mais vigorosos e profundos. Algumas causas foram apresentadas: primeiro porque os acometimentos de Lula tinham raiz na cobertura da imprensa do Mensalão, onde se iniciaram as réplicas presidenciais. Depois, intensificaram-se quando houve repúdio à tentativa do então ministro da Comunicação Social, Franklin Martins, em propor um conselho de jornalismo, em 2004 inicialmente e novamente em 2009. Por fim, na ultrapassagem dos limites do poder presidencial, que o jornal considerou que foram "escandalosamente" transgredidos.

Três editoriais demonstram a queda de braço, cujos títulos são autoexplicativos: "A imprensa no pós Lula" (25 de setembro), "Texto, contexto e subtexto" (9 de outubro) e "Uma questão de caráter" (22 de outubro). O primeiro fez uma análise profética de como pode ser a imprensa pós Lula, explicando didaticamente para o leitor o que significa a autonomia no jornalismo. Consagra Dilma Rousseff por apoiar o "controle remoto" como único controle social da mídia possível. Mesmo assim, o jornal avisa aos (e)leitores:

Imaginem-se, portanto, os riscos de que um Congresso dominado pela coalizão lulista - e sob pressão dos "movimentos populares" atrelados ao PT - venha a impor uma legislação semelhante à do país vizinho, com o mesmo fim. Não se trata de fantasia. O ambiente para tal vem sendo laboriosamente construído pelos garroteadores em potencial da mídia. Entre um golpe de borduna e outro do presidente, por exemplo, o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, cujas ambições partidárias no pós-Lula são amplamente conhecidas, aparece falando em "abuso do poder de informar" - uma óbvia senha para a companheirada. Seria o cúmulo da ingenuidade não ligar os pontos dessa urdidura (O ESTADO DE S.PAULO, 2010, p.A3).

No segundo, o controle da imprensa é tido como fundamental para Lula se perpetuar no poder – mesmo que este tenha sofrido com o abalo da perda do 1º turno. Para tanto, explica o editorial, novamente Franklin Martins perseguiria a elaboração do projeto de "controle social" da mídia, que seria arquitetado no Seminário Internacional Marco Regulatório da Radiodifusão, Comunicação Social e Telecomunicação, agendado para novembro do mesmo ano (e com a sucessão decidida).

Por fim, o terceiro texto é o mais raivoso. Podemos inferir que mostra claramente, uma vez mais, que a posição peculiar de Lula no pleito e nas ações governamentais incomoda mais do que as ideias de Dilma. Para o jornal, por uma questão de caráter (ou falta dele), o ex-presidente deveria assumir a dignidade imparcial que o cargo prescinde, nos moldes republicanos. O editorialista analisa Lula e a relação deste com a imprensa dizendo que os elogios e exaltações a Dilma eram bem vindos ao presidente, enquanto capas críticas como a da revista *Veja* haviam apresentado o contrário.

A indignação do presidente parece resultar de que boa parte dos jornais, revistas, rádios e televisões se nega a atender ao pouco que ele pede: "A única coisa que quero que digam é a verdade. Sejam contra ou a favor, mas digam a verdade." Mas, quando cada um tem a sua própria verdade, Lula quer que fiquemos sempre com a dele (O ESTADO DE S.PAULO, 2010, p.A3).

Para o jornal, imaturidade política e fragilidade dos valores democráticos da sociedade brasileira são elementos que emperram o exercício da livre expressão<sup>97</sup>. Assim, podemos entender que a ofensiva lulista contra a imprensa – somado ao caso dos escândalos – são elementos fundamentais para que o *Estadão* assumisse uma posição pró Serra. Tanto que no texto em que se posicionou abertamente, “O mal a evitar” (26 de setembro), O Estado de S.Paulo afirma existir uma diferença entre se comportar como um partido e tomar partido na disputa eleitoral. Para o jornal, o resultado da eleição de 2010 influencia os valores essenciais ao aprimoramento da democracia, quiçá a própria sobrevivência desta e, por isso, era necessário proclamar o apoio:

Com todo o peso da responsabilidade à qual nunca se subtraiu em 135 anos de lutas, o **Estado** apoia a candidatura de José Serra à Presidência da República, e não apenas pelos méritos do candidato, por seu currículo exemplar de homem público e pelo que ele pode representar para a recondução do País ao desenvolvimento econômico e social pautado por valores éticos. O apoio deve-se também à convicção de que o candidato Serra

---

<sup>97</sup> A imaturidade citada também está relacionada ao caso de agressão aos candidatos, como veremos adiante.

é o que tem melhor possibilidade de evitar um grande mal para o País (O ESTADO DE S.PAULO, 2010, p.A3)<sup>98</sup>.

Em suma, o jornal enumera os vícios de Lula e seus partidários para justificar a partidarização: embuste do "nunca antes"; aparelhamento do Estado em prol de interesses partidários; desprezo pela liturgia do cargo; alianças espúrias, corrupção dos agentes políticos; tráfico de influência e mistificação. E, novamente, colocou Lula como um ditador, cuja mentalidade hipnotiza os brasileiros. Por tudo isso, o jornal inquiriu o leitor com uma incômoda questão: "Se ele pode ignorar as instituições e atropelar as leis, por que não eu?" Este é o mal a evitar".

Como explicou Azevedo (2009), as análises das Eleições de 1989, 1994 e 1998 mostraram que o comportamento da mídia privilegiou partidos concorrentes do PT. Em 2002 e 2006, principalmente no primeiro, houve uma ruptura com o discurso petista pregado, quando o candidato Luiz Inácio Lula da Silva adotou uma posição moderada (principalmente econômica) e teve a campanha estruturada por profissionais de marketing. Ao adotar uma postura integrada ao sistema político e transformar sua imagem, Lula e o PT ganharam legitimidade junto à grande imprensa, obtendo uma trégua da cobertura negativa que perdurava por três eleições (apud AZEVEDO, 2009, p.56). Em 2005, com o escândalo do Mensalão, a imagem voltou a se desgastar, sendo que a imprensa passou a atacar o PT por questões éticas e morais. Em 2006 e 2010, aponta o pesquisador, houve uma dissociação entre os votos nas urnas e a orientação dos jornais e revistas (AZEVEDO, 2011).

Como vimos, os jornalistas e articulistas têm "[...] valores políticos de centro-direita e/ou a agenda temática do que Fraser (1992) define como 'público forte', ou seja, dos vários grupos que formam as elites do país" (AZEVEDO, 2009, p.50). Os tópicos de ojeriza do *Estadão* e *Folha*, que levaram ambos – cada qual a seu modo – a um processo defensivo da liberdade de expressão, convergem com a nova fase de cobertura da imprensa dos candidatos petistas inaugurada na eleição de 2006 e apontada por Azevedo (2009, p.63): os argumentos conservadores (econômicos) deram lugar aos éticos e morais. A diferença de 2010 foram os ecos de uma estampa caudilha, construída pela imprensa na primeira fase do PT (entre 1980-1994), que foi retomada no discurso dos editoriais de cobertura das eleições – com vistas mais para um ator presente no cenário político desde a década de 1980 do que para os que efetivamente estiveram concorrendo ao Palácio do Planalto.

---

<sup>98</sup> Grifo original do texto.

## 6. Caso Erenice Guerra

O segundo escândalo que solapou as bases governistas durante a eleição e teve interferência no desempenho dos candidatos foi o relacionado à sucessora de Dilma Rousseff na Casa Civil, Erenice Guerra. Doze foram os editoriais no *O Estado de S.Paulo* que citaram o caso e oito na *Folha*. Por ter ocorrido na mesma Casa Civil por onde havia passado José Dirceu, um dos mentores do Mensalão, e ex-local de trabalho de uma candidata à corrida presidencial, o caso teve elementos que, misturados, foram o estopim de uma crise que transferiu votos de Dilma para Serra e Marina.

E a denúncia apareceu por meio da imprensa: no dia 11 de setembro a revista *Veja* publicou reportagem denunciando que o filho de Erenice Guerra, Israel, estaria transformando o gabinete governamental em balcão lobista. Ele teria intermediado contratos entre empresários e órgãos públicos, cobrando uma "taxa de sucesso" de 6% do valor do negócio. Em um primeiro momento, a então ministra Erenice negou que soubesse do tráfico de influência promovido pelo filho, mas depois fatos apareceram demonstrando que ela sabia das negociatas. Em depoimento à Polícia Federal, Erenice admitiu que até já havia se encontrado com representantes de uma empresa interessada em um empréstimo do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Em nossa análise, podemos dizer que nem *Folha* nem *Estadão* se eximiram de investigar o caso e cobrar rigor na punição dos envolvidos. E também é possível informar que os editoriais ligaram o escândalo, para facilitar a descrição, em três tópicos: 1- incrustação petista na máquina pública e falta de ética de Lula, 2 - comparação com o Mensalão e 3 - vinculação com Dilma Rousseff.

A *Folha de S.Paulo* deu mais visibilidade para os tópicos 1, 2 e 3, enquanto seu concorrente acionou discursivamente os tópicos 1 e 2 e, *en passant*, o 3. Além dos desdobramentos do caso, da divulgação primeira até a queda da ex-ministra, a onda de denúncias foi focada em como comandados de Lula transformaram o governo em um balcão de interesses particulares. Para o *Estadão*, ao passo que o escândalo do dossiê da Receita Federal não foi atinado pelo público, o tráfico de influência era entendível, o que atingiria a campanha de Dilma. Para tanto, a *Folha* intitulou o editorial "A grande família", de 17 de setembro, para mostrar que agiram sem escrúpulos os participantes do escândalo. O título pode ser lido por três referências cruzadas: a de uma família petista, grande o suficiente para estar enalacrada em várias instâncias do governo

federal, a de famílias italianas – conhecidas historicamente como ligações mafiosas e a de membros se protegem mutuamente, em um corporativismo desmedido.

O pequeno clã dos Guerra talvez possa ser visto como uma espécie de ilustração em miniatura de um conglomerado maior, a grande família dos sócios do lulismo, formada por uma legião de militantes, aproveitadores e bajuladores que parece ver no exercício das funções públicas uma chance imperdível para enriquecer e perpetuar privilégios.

[...] O Brasil não pode ser confundido com uma espécie de "hacienda" da grande família petista (FOLHA DE S.PAULO, 2010, p.A2).

Para o *Estadão*, a condução da crise mostrou o lapso ético e moral de Lula: ele não afastou nem demitiu a funcionária, em um primeiro momento, pois estava mais fazendo contas eleitorais do que preocupado com a probidade de Erenice. Em 11 de setembro ela lançou um comunicado à imprensa reclamando da atuação de *Veja* e dizendo-se atacada “em minha honra pessoal e ultrajada pelas mentiras publicadas sem a menor base em provas ou em sustentação na verdade dos fatos, cabendo-me tomar medidas judiciais para a reparação necessária”, escreveu Erenice (FOLHA DE S.PAULO, 2010). Três dias depois, sai outra nota oficial, agora alegando inocência e pedindo apuração rápida do caso, além de criticar a imprensa por "distorcer ou inventar fatos". Esta segunda nota oficial foi retirada do site oficial da Casa Civil. No item 5 da nota, há um ataque direto destinado a José Serra – o que gerou uma representação da coligação do PSDB no TSE contra Erenice e Dilma:

5.Chamo a atenção do Brasil para a impressionante e indisfarçável campanha de difamação que se inicia contra minha pessoa, minha vida e minha família, sem nada poupar, apenas em favor de um candidato aético e já derrotado, em tentativa desesperada da criação de um “fato novo” que anime aqueles a quem o povo brasileiro tem rejeitado.

De acordo com o editorial “Os arreganhos do lulismo”, de 16 de setembro, Lula teria estimulado ou “dado carta branca” para Erenice atacar o candidato peessedebista, a pouco mais de duas semanas antes do 1º turno. Para o jornal diário, foi o enésimo passo do presidente na trajetória de abusos eleitorais, já que ele contribuía para transformar a política nacional em um "terreno baldio", em uma "cultura de acobertamento e impunidade". Quando a situação piorou e estilhaços atingiram a candidata situacionista, com Dilma cedendo pontos na corrida eleitoral, Erenice pediu demissão do cargo para se defender das acusações.

Quanto à questão do Mensalão os jornais apresentaram uma ameaça relacional direta: um escândalo novamente nascido na Casa Civil, localizado há poucos metros do gabinete presidencial e a escolha de todos pelo "Primeiro Companheiro", como definiu



o *Estadão*. Como na ocasião anterior, Lula alegou não ter conhecimento dos fatos. O fato novo é que agora Erenice era substituta de Dilma no cargo, a qual também alegou desconhecimento do tráfico de influência no ministério. De um lado, a imprensa retornou com a crítica pela ignorância dos líderes do governo federal – comparando ao Mensalão. Por outro, também criticou a tentativa de Dilma e Lula de transformarem o caso em um "factoide" eleitoral. O próprio termo factoide foi citado pela candidata em uma entrevista na qual reclamou do uso do episódio na corrida eleitoral. Marina Silva deu entrevistas dizendo que o caso deveria ser investigado, mas que não fosse ligado à pleiteante petista – enquanto José Serra mostrou no horário eleitoral Erenice Guerra como braço direito de Dilma.

Isto nos leva ao terceiro tópico, que foi a vinculação que os editoriais estabeleceram não somente de Erenice com Lula – mas especificamente de Erenice com Dilma. O editorial “A arrogância de sempre”, de 14 de setembro, criticou a petista por ter um comportamento arrogante com a imprensa quando perguntada sobre o tráfico de influência em um debate televisionado: "Dirigindo-se diretamente à jornalista, prosseguiu. 'Você acha correto responsabilizar o diretor-presidente da tua empresa pelo que foi feito pelo filho de um funcionário dele?'" (FOLHA DE S.PAULO, 2010, p.A2). Mesmo que o PT tenha adotado uma estratégia de descolamento das imagens, os jornais fizeram a conexão direta e ainda criticaram o abandono de Erenice, o que revelaria, segundo a *Folha*, um traço de personalidade de Dilma "nada recomendável a quem pleiteia a Presidência" (editorial “Males a extirpar”, *Folha de S.Paulo*, 15 de setembro).

A seguir as referências dos diários à dupla Dilma-Erenice:

- ex-assessora – *Folha* – “A arrogância de sempre”, 14 de setembro.
- mais diretos assessores – *Folha* – “A arrogância de sempre”, 14 de setembro.
- colaboradora íntima – *Folha* – “Males a extirpar”, 15 de setembro.
- braço direito da postulante petista – *Folha* – “Males a extirpar”, 15 de setembro.
- substituta da petista – *Folha* – “A Grande Família”, 17 de setembro.
- ex-chefe – *Folha* – *Versões de Erenice*, 27 de outubro.
- fiel assessora – *Estado* – *Os arreganhos do lulismo*, 16 de setembro.
- íntima colaboradora – *Estado* – *Apenas cálculo eleitoral*, 18 de setembro.
- principal auxiliar de Dilma - *Folha* – *A Grande Família*, 6 de outubro.
- mais próxima colaboradora – *Estado* – *A compulsão fala mais alto*, 16 de outubro.

- patronesse de Erenice – *Estado – Apenas cálculo eleitoral*, 27 de outubro.

O caso Erenice foi uma das causas para que Lula aumentasse o vigor das críticas contra a imprensa, como vimos. Tanto que, após a primeira rodada de votos, partidários eleitos foram à Brasília pedir que o presidente voltasse a ser o "Lula paz e amor". Como escreveu a *Folha de S.Paulo*, no texto "A fé nos boatos", de 12 de outubro, as irregularidades relacionadas com a Casa Civil e a Receita Federal pesaram quase três vezes mais na decisão do eleitor, com efeitos colaterais atingindo o próprio candidato do PSDB, que também perdeu pontos.

Segundo o levantamento, 75% das perdas de Dilma foram provocadas pelos escândalos, o mesmo motivo apontado pela parcela que desistiu de votar no postulante do PSDB - talvez apreensiva quanto à correção fiscal dos citados e ao papel da militância tucana nos bastidores desses episódios (FOLHA DE S.PAULO, 2010, p.A2).

Para o jornal da família Frias, baseado em uma pesquisa do Datafolha, a presença da corrupção nos noticiários alimentou uma mudança nas intenções de voto – fazendo Marina Silva ascender nas intenções de voto, originando a "onda verde". No entanto, como vimos, contraditoriamente, o Ibope mostrou que foi o voto religioso que teve papel decisivo para evitar a vitória de Dilma logo na primeira rodada<sup>99</sup>, como mostrou Toledo (2010).

Segundo o Ibope, Dilma teve o voto de metade dos católicos, mas de pouco mais de um terço dos evangélicos. Nesse segmento, ela empatou com José Serra (PSDB). Entre eles, Marina Silva (PV) foi melhor, chegou a um quarto dos votos.

A queda de Dilma na véspera do primeiro turno começou entre os evangélicos e depois se estendeu aos católicos (TOLEDO, 2010).

Assim, não é possível, seja pelos editoriais ou pelos números dos institutos de pesquisa, saber se foi o tema *corrupção* ou *religião* que determinou a segunda rodada do pleito. O que é plausível é dizer que a imprensa focou mais o que era fato, ou seja, as acusações contra Erenice Guerra do que os boatos religiosos.

## 7. Aborto/Religião

---

<sup>99</sup> No dia 16 de outubro, em nova pesquisa, o Datafolha conseguiu medir o fator religioso – alinhando-se à pesquisa do concorrente.

No interregno entre o 1º e o 2º turno, após a segunda onda de denúncias contra o governo federal, a campanha ganhou um novo foco, agora com tons religiosos: o tema aborto assaltou as páginas dos editoriais, após a candidata Dilma Rousseff rebater uma série de boatos anônimos espalhados pela Internet. Tudo começou com uma corrente de e-mails e mensagens em blogs afirmando que Dilma era a favor da legalização do aborto. Além disso, a candidata petista também teria dito: "nem Jesus Cristo me tira essa eleição" – o que foi rapidamente desmentido por ela. Dada a largada, outras acusações apareceram, como, por exemplo, a imagem de um panfleto em que Lula e Dilma fariam leis pela legalização do aborto, maconha, casamento homossexual, censura, invasão de propriedades, entre outros. Também apareceu na blogosfera a declaração de que Dilma seria atea, o que gerou grande repercussão online. Alia-se a isso o fato de que, em julho, o bispo de Guarulhos, na região metropolitana de São Paulo, havia pregado aos padres de sua diocese que fizessem campanha contra a candidatura de Dilma Rousseff à Presidência da República por considerar o PT favorável à descriminalização do aborto.

Como a Internet é um terreno livre para opiniões, a questão ganhou força e obrigou os candidatos a se defenderem, além de adequarem o discurso político ao tom religioso. Primeiro com uma troca de farpas sobre a autoria das mensagens difamatórias a Dilma. José Serra, por ter sempre se mostrado contra o aborto, utilizou a mensagem no horário eleitoral, para se dizer a favor da vida. Do seu lado, Dilma classificou como uma "corrente do mal" e deu garantia de um segundo turno sem ataques – além de ter utilizado Lula no programa eleitoral para comparar as calúnias quando diziam que ele iria "fechar as igrejas e mudar a cor da bandeira".

O *Estadão*, no texto "A implosão do plebiscito", de 5 de outubro, comentou que declarações ambíguas de Dilma sobre o aborto (em entrevistas antigas ela era a favor, depois durante a eleição tornou-se contrária) foram mais fortes do que "as cenas de religiosidade explícita protagonizadas pela candidata na reta final da campanha". Por fim, o jornal condenou mais amplamente o não controle dos militantes, que fariam qualquer coisa para emplacar o candidato preferido. Foi o máximo da cobrança que o *Estadão* fez.

Pela falta de opinião fixa de Dilma Rousseff, a *Folha* foi menos moderada e elevou o tom contra a petista: seu discurso editorial sustentou que, como não era possível reescrever a história do escândalo da família Guerra, reescrever-se-ia a opinião da pleiteante governista sobre o aborto, abusando da ironia de que o que o PT buscava

era sobreviver no poder e ressignificando a expressão "direito à vida". O texto *Opinião flexível*, de 6 de outubro, tratou do tema:

Na corrida por uma pequena porcentagem de votos, entretanto, o PT e sua candidata preferem apostar na desconversa e na mistificação. Condenam a descriminalização do aborto do mesmo modo que poderiam apoiá-la, fosse outra a ponderação dos marqueteiros.

Defenderão os sem-terra e o agronegócio, a Polícia Federal e o ficha-suja, a sexóloga feminista e o pagodeiro acusado de espancar a mulher, pouco importa - desde que esteja garantida a sobrevivência do seu esquema de poder.

É o único "direito à vida", aliás, que os mobiliza neste instante (FOLHA DE S.PAULO, 2010, p.A2).

Tirante esta apreciação mais ácida sobre a tergiversar sobre o aborto contra Dilma, no tema Aborto/Religião a *Folha* se imbuíu uma vez mais do papel de cão de guarda. Para o editorialista, o tucano e a petista trataram-no mais a fim de aumentar a animosidade da disputa e, conseqüentemente, se afastarem do debate de assuntos nacionais. Para tanto o jornal adjetivou o litígio como: "oportunista", "ardiloso", "oblíquo", "simplificado" e, uma vez mais, "oportunista". Como a lei brasileira sobre o aborto permite a interrupção da gravidez nos casos de estupro e de risco para a gestante e que nem Serra nem Dilma propuseram a revogá-la, o jornal argumentou aos leitores que todo o entorno da discussão era simplesmente um "girar em falso". Do total de 15 editoriais que citaram o caso, os cinco da *Folha de S.Paulo* foram mais enfáticos do que os sete de *O Estado de S.Paulo*. No texto "Girando em falso" (16 de outubro) o jornal discute a interferência do voto religioso na primeira rodada das eleições. No tira-teima, tanto Serra quanto Dilma se empenharam em mostrar a fé para o grande público com o objetivo de estancar a sangria de votos. Naquele momento, para o editorialista, era um "contraste irônico" o clima de agitação religiosa nas ruas e nas pesquisas e a real extensão deles nas intenções de votos. Termina com pesados julgamentos contra a estruturação marqueteira das campanhas:

Pesquisas de opinião, por certo, são um instrumento importante na avaliação de uma estratégia política. A predominância do marketing na condução da campanha tende a atribuir-lhes, talvez, o caráter terrorífico e religioso de um anátema - quando o mínimo que se poderia esperar de candidatos à Presidência, na verdade, é que exponham o que de fato pensam (O ESTADO DE S.PAULO, 2010, p.A3).

## 8. Privatização

Temos que entender a questão religiosa como um tema externo ao discurso dos candidatos que terminou por direcionar as campanhas. Por outro lado, um discurso nascido dentro do comitê de campanha ganhou relevância nos editoriais: entre caminhadas de uma igreja a outra os candidatos trocaram farpas sobre privatização. O *Estadão* foi o primeiro a citar o tema, logo após o início do Horário Eleitoral no 2º Turno. O tópico já havia aparecido nos últimos debates entre os candidatos na televisão e rádio. O problema é que no 2º Turno as coligações petista – dentro da comparação entre estilos políticos – resolveram imprimir a pecha de privatista a Serra. Segundo o *Estadão*, em “O fim de um tabu”, de 8 de outubro, foi ácido contra o mantra tucano ao dizer que “O Brasil pode mais”. Para o jornal, não funcionou a tática de se apresentar como mais capacitado ao Planalto. Utilizando uma fala de Marina Silva – para quem Serra “perdeu perdendo” – o jornal argumentou que a tarefa era ingrata ao tucano, uma vez que nenhum candidato havia conseguido mudar o rumo das eleições durante o 2º turno. O jornal utilizou duas frases emblemáticas para mostrar qual seria o novo caminho a tomar: o então senador eleito, Itamar Franco, aconselhou-o a ser mais Serra do que marketing e que não era preciso esconder Fernando Henrique Cardoso. O mineiro Aécio Neve também foi convocado pelo editorialista para defender as privatizações da era FHC. Para o jornal, só assim o PSDB poderia corrigir uma trajetória equivocada:

Ao devolver a bola para o campo do adversário, o PSDB finalmente virou a página da equivocada conduta no segundo turno de 2006, quando o então candidato Geraldo Alckmin ficou na defensiva diante da propaganda lulista que o acusava de desejar a privatização da Petrobrás e do Banco do Brasil. Nesse sentido, o segundo turno de agora é, sim, uma nova eleição (O ESTADO DE S.PAULO, 2010, p.A3).

No total, foram cinco referências diretas ao tema privatização nos jornais. A *Folha* não se deu ao trabalho de muito esforço analítico: somente mencionou o tema em “Iguais e diferentes”, de 31 de outubro, afirmando que privatização e aborto haviam dominado o 2º turno, mas sem a apreciação correta das matérias. Foi o jornal da Família Mesquita que reservou mais espaço editorial para discutir a privatização, com 4 editoriais. Como vimos, a postura do *Estadão* foi de mostrar que não seria correto ao tucanato assumir a mesma postura derrotada em 2006. De qualquer maneira, o discurso da privatização apareceu imbuído de questões de memórias discursivas, não só do confronto entre Geraldo Alckmin e Lula, mas também a volta de um “velho ardil” – quando o mundo era dividido em dois blocos:

A dicotomia estatização/desestatização frequentou a agenda política quando a polarização comunismo/capitalismo dominava o mundo, durante a maior parte do século 20. Com a falência do modelo comunista e a consequente desmoralização do mito da infalibilidade do Estado, a questão, do ponto de vista do interesse público, passou a ser, objetivamente, quais empresas devem permanecer sob o controle, direto ou indireto, do poder público e quais ficam melhor sob a administração privada. Assim, é óbvio que em muitos casos a desestatização ou privatização de empresas e serviços pode perfeitamente atender ao interesse público (O ESTADO DE S.PAULO, 2010, p.A3).

Para *O Estado de S.Paulo* a estratégia dilmista era partir para o ataque "a qualquer custo", mesmo que para isso fosse necessário reduzir a questão da "estatização/privatização à dicotomia maniqueísta do bem contra o mal". Em outro editorial, onde o jornal perguntava ao leitor "É isso que o PT quer?" (20 de outubro), a comparação era com um exemplo negativo: a Venezuela chavista, estatizantes por princípios bolivarianos, era a mais perfeita tradução de como as empresas podem perder eficiência na mão pública, levando consigo a "atividade econômica do país no atoleiro". A descrição do jornal é, no mínimo, uma visão tétrica da Venezuela. O editorialista dá cenários detalhados de como o nosso país vizinho entrou em colapso após a tomada das empresas privadas.

Essa política estatizante, além de reduzir investimentos públicos em áreas como saúde, educação e segurança pública - pois, quando paga, o governo desvia recursos para áreas em que o setor privado é mais eficiente -, gera insegurança jurídica. Temerosa, também a iniciativa privada deixa de investir, o que retarda a recuperação da economia. É sobre isso que conviria aos eleitores brasileiros refletir (O ESTADO DE S.PAULO, 2010, p.A3).

Como o jornal já havia citado em outros momentos a afinidade de Lula com ditadores e, enquanto isso, os presidenciáveis estavam se atracando em um jogo de acusações, o editorial apontou claramente para o leitor (e, doravante, para os brasileiros) que era necessário pensar no que eles queriam. Um dia depois, o editorial "Lula quer mandar na Vale", de 21 de outubro, trouxe uma acusação do então presidente da empresa Vale do Rio Doce, Roger Agnelli, atribuindo os rumores de sua substituição, caso Dilma vencesse. Salientando ser a maior empresa privada do país, o editorialista remontou a 2008 quando, no auge da crise, Lula tentou interferir nas atitudes da Vale e Embraer. Apenas na Petrobrás, explicou o jornal, o ex-presidente conseguiu fazer valer sua voz e determinou investimentos no Nordeste – planos que não seriam cogitados caso os critérios fossem puramente empresariais, ressalva o jornal. Por fim, a conclusão: a prioridade do PT, se continuar instalado no Palácio do Planalto, é encontrar executivos de companhias privatizadas disponíveis a ouvir os "conselhos" do executivo.

## 9. Agressão aos candidatos

Privatização e aborto foram os tópicos que predominaram no 2º Turno das Eleições 2010 e, como vimos na questão do voto religioso, uma agitação nas ruas promoveu um burburinho e alterou os rumos das campanhas do PSDB e PT. Dessa maneira, é possível dizer que a campanha 2010 foi tão (ou até mais) cruenta quanto a de 2006, no pós Mensalão. Mesmo com a vantagem de Dilma nas pesquisas, desde o início da campanha, as agressões verbais (dos dois lados) que aconteciam no mundo virtual acabaram por acirrar a disputa nas ruas. A máquina de rumores ultrapassou os limites simbólicos e chegou ao ponto de tentativas de agressão tanto a Dilma quanto a Serra por parte de militantes exacerbados. Uma vez mais, os acometimentos tiveram larga cobertura da mídia – principalmente dos jornais televisivos. No entanto, todo o espetáculo criado ao redor das tentativas de agressão não mudou o cenário eleitoral.

Em outubro os dois presidentiáveis fizeram campanha nas ruas. Como sempre ocorre, eles são seguidos por uma legião de correligionários. No dia 20, José Serra caminhou nas ruas do Rio de Janeiro. De acordo com o editorial “Descontrole”, de 22 de outubro, durante a caminhada houve um tumulto entre militantes do PSDB e PT:

Um candidato derrotado a deputado estadual pelo PT, ao lado de um sindicalista da área de saúde, chamava Serra de "assassino", supostamente por discordar de sua política de combate a endemias; cabos eleitorais tucanos rasgaram cartazes; petistas avançaram; o tumulto terminou envolvendo cerca de cem pessoas (FOLHA DE S.PAULO, 2010, p.A2).

Com os ânimos populares acirrados, o candidato tucano acabou sendo acertado na cabeça por um objeto. Nunca se chegou a um veredito final do que tenha atingido o candidato. Os jornais falaram em bobina de fita crepe e bolinha de papel. Emissoras como a Rede Record somente citou uma agressão, enquanto o jornalista político Ricardo Noblat informou que Serra foi atingido duas vezes durante a caminhada. Primeiro pela bolinha de papel e, após sair da van onde estava refugiado, foi atingido novamente por um objeto. A segunda imagem é a que foi gravada pela emissora SBT e exibida nos principais noticiários.

Após o incidente, Serra cancelou a campanha que realizava na cidade e foi fazer exames médicos em uma clínica. O peessedebista acusou que a briga generalizada havia sido tramada – enquanto o PT do Rio de Janeiro defendeu-se afirmando que seguranças

do político haviam iniciado a confusão. O editorial da FSP questionou a exacerbação dos militantes – uma vez que os perfis das candidaturas não carregavam razões para tamanha insuflação das paixões políticas, tendo mais áreas de concordância do que conflitos programáticos.

Como Dilma condenou a agressão a Serra, o jornal voltou-se para as declarações de Lula. Na inauguração de um pólo naval no Rio Grande do Sul, Lula acusou o tucano de ser mentiroso. Segundo o ex-presidente, a mentira de Serra teria sido mais grave do que a do goleiro Rojas, do Chile (episódio ocorrido no Maracanã, quando o goleiro fingiu que um foguete tinha o machucado. Descoberta a farsa, foi banido do esporte). Lula acusou que uma bola de papel teria atingido Serra e, vinte minutos depois, após um telefonema, o candidato iniciou a farsa. Para a *Folha*, o comportamento lulista não era novidade:

Enquanto a candidata Dilma Rousseff repudiou formalmente a agressão cometida contra José Serra, o presidente da República saiu-se, bem a seu estilo, com acusações e tiradas de humor primitivo, que mais caberiam a um arruaceiro presente no episódio do que a alguém imbuído das responsabilidades de seu cargo (FOLHA DE S.PAULO, 2010, p.A2).

Um dia depois da caminhada de Serra, Dilma Rousseff desfilou em carro aberto em Curitiba e também sofreu uma tentativa de agressão: um balão de água foi jogado sobre o capô do automóvel que transportava a ela e a dois senadores eleitos. O *Estadão*, no texto “Uma questão de caráter” (também em 22 de outubro) condena diretamente Lula pelo comportamento alheio, uma vez que o petista não mediria palavras para agredir os opositoristas. Os boatos na Internet, a condução das campanhas, o comportamento do “comandante em chefe”, os ataques à imprensa, o "exemplo de agressividade" teriam sido somatizados pelos militantes e demonstrado, apontou o *Estadão*, que Lula não era probo o suficiente para acusar ninguém. Como vimos, o caso envolvendo a agressão aos candidatos causou mais burburinho em outras mídias do que nos jornais coletados, sendo que somente um único editorial foi publicado em cada um. Mesmo assim, ambos não se isentaram de demonstrar elevadas notas de indignação face ao ocorrido. Nos editoriais subsequentes, os jornais prosseguiram cobrando maior debate entre os candidatos, com suas ideologias e programas de governo, deixando as agressões fora da pauta.



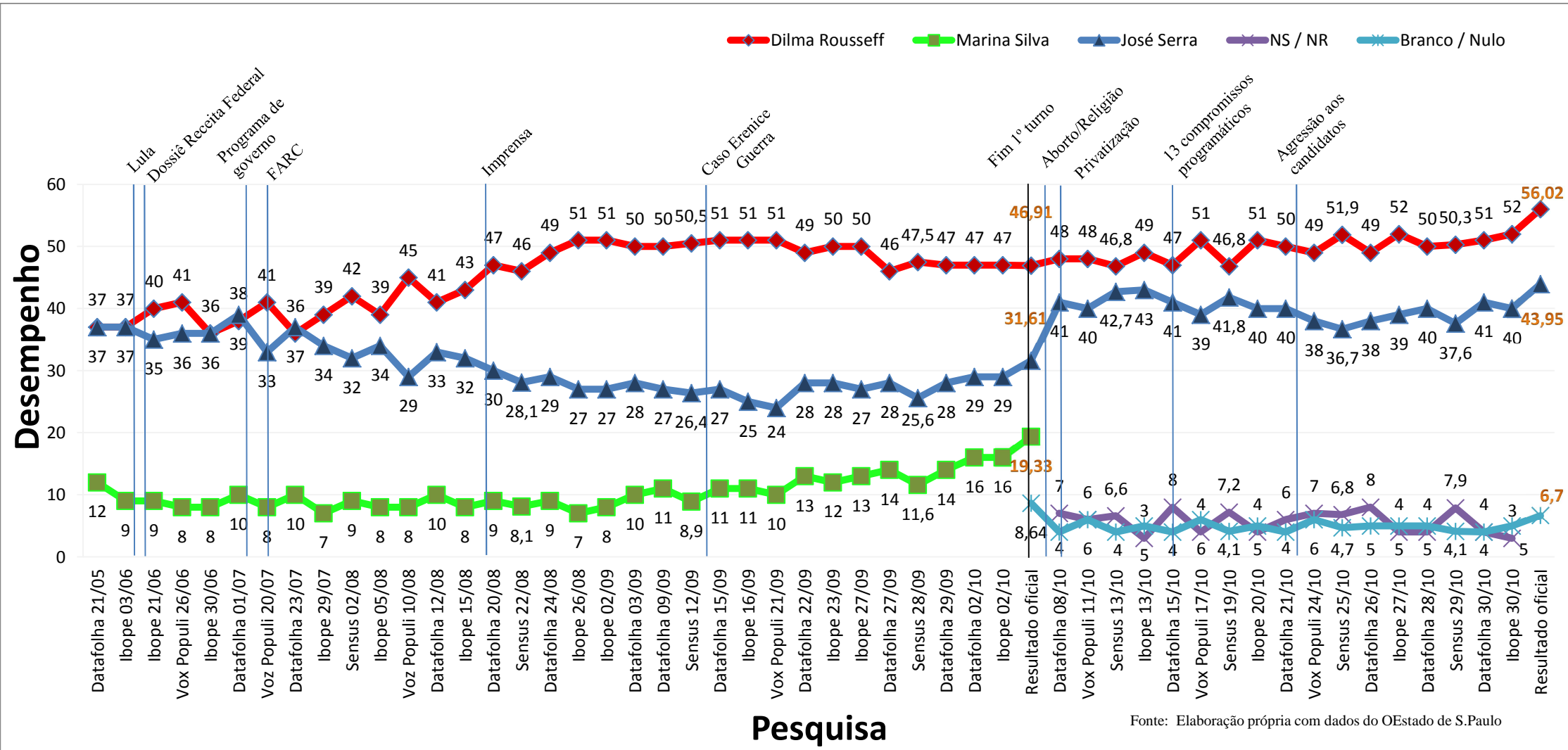
## 10. Os temas e o contexto

Ao apresentar os temas candentes sobre os candidatos à presidência da República publicados nos dois grandes jornais diários do Brasil conseguimos alinhar um cenário da disputa e estabelecer um quadro geral dos fatos que ocorreram no pleito de 2010. No gráfico seguinte, temos uma visão diferente dos cenários de acontecimentos, cruzando datas e pontuações diversas em instituto de pesquisa. A intenção foi examinar como cada tema, ao surgir, permanecer ou desaparecer, influenciou ou não a disputa<sup>100</sup>. É possível ver a evolução das pesquisas eleitorais e comparar a disposição dos temas filtrados nesta tese, conforme foram se apresentando durante a disputa presidencial. A disposição cronológica é baseada na primeira vez em que os editoriais dos jornais coletados citaram cada um dos candidatos, apresentados por meio de linhas verticais. Já os dados são de todas as pesquisas eleitorais realizadas, colocados de acordo com a sua publicação. Sabemos que eles não possuem a mesma metodologia, mas a intenção de tal agrupamento foi demonstrar visualmente se um tema citado pelos jornais interferiu ou não no desempenho dos candidatos – com a pretensão de ser uma imagem elucidativa e didática.

---

<sup>100</sup> Sabemos que diferentes institutos de pesquisas utilizam diferentes metodologias de análise. No entanto, a figura tem o intuito de ser elucidativa e didática para que o leitor possa confrontar os temas que apareceram nos jornais, quando foram publicados e qual o peso que teve na disputa por pontos – que é, mesmo com todas as críticas que recebe dos estudiosos, uma forma de apresentação da realidade.

**Figura 8 – Evolução das pesquisas eleitorais versus temas**



Como podemos ver, os temas apresentados em nosso estudo representaram um cenário complexo e nos mostraram, pela ótica dos editoriais, como foi a Eleição 2010 e o que foi dito dos e pelos candidatos ao cargo máximo da nação brasileira. A começar pela onipresença de Lula. Figura inevitável em 2010, o ex-presidente foi a vedete do pleito e isso foi refletido pelos jornais – tanto que Lula se confundiu com vários outros temas que foram aparecendo ao longo da campanha, conforme fomos pontuando. Uma vez mais, não foi apesar de Lula que se deu a eleição, mas sim a partir dele e, agora utilizando certo tom afirmativo, podemos dizer que o pleito, em poucos momentos, distanciou-se da sombra do ex-presidente, uma vez que a figura – tanto pela atuação do passado quanto pelo tempo em que permaneceu como chefe de governo – não se furtou a comentar/discutir/participar dos mais variados assuntos políticos e econômicos que fazem parte da história política recente do país.

Também pudemos notar que os jornais investiram em denúncias e investigações sobre os candidatos e partidários. Assim, os escândalos da Receita Federal e da família de Erenice Guerra foram geridos por denúncias em veículos impressos, e acabaram por alterar o rumo das votações, conforme vimos. Esta característica, em buscar mais o detalhismo e a apuração, é ao mesmo tempo a maldição e o dom do jornalismo impresso: por ser um meio *démodé* frente a plataformas instantâneas e por ser o único que ainda procura algum tipo de aprofundamento em meio à superficialidade na cobertura jornalística. E não podemos deixar de lado a interpretação dos fatos, feitos por columnistas, articulistas e editorialistas, que formam um público forte (FRASER, 1992) apontando o que deve ser relevante ou não.

O caso do dossiê da Receita Federal foi nebuloso, pois envolveu os dois principais candidatos na disputa presidencial, parentes destes e políticos de peso. A *Folha de S.Paulo* atacou mais diretamente toda a questão, trazendo como memória o caso dos “aloprados” e da quebra do sigilo do caseiro Francenildo. Cobrou enérgicas investigações da Polícia Federal e Ministério Público e citou o aparelhamento do Estado e o risco de um regime de vigilância policial por parte da situação. Já o *Estadão*, apesar de citar mais o problema do dossiê em suas páginas, foi mais ou tão incisivo quanto o concorrente, chegando até a citar uma reportagem da *Folha* em um editorial. No entanto, não atacou diretamente os envolvidos na quebra de sigilo e tampouco acusou petistas – uma espécie de “ataque branco”. O jornal fez uso de subterfúgios linguísticos que deixavam claro haver algo errado com o que estava ocorrendo nos corredores

públicos, como utilizar citações indiretas (isentando-se da responsabilidade) e de termos ideologicamente marcados, como “fábrica de dossiês” e “bunker”.

Já as acusações contra Erenice Guerra seguiram um percurso menos turvo: uma série de acusações pipocou na imprensa, a chefe da Casa Civil se defendeu, novas acusações surgiram até o ponto de se tornar insustentável a permanência de Erenice na Casa Civil. Como dissemos, os editoriais apontaram principalmente para três elementos no caso do escândalo envolvendo Erenice Guerra: a falta de ética de Lula no caso e, dentro disso, o aparelhamento do Estado pelo PT; a comparação com o Mensalão, maior escândalo político nos oito anos de Lula à frente do Planalto e, a mais óbvia, a vinculação entre Dilma e Erenice, uma vez que ambas ocuparam o mesmo posto e haviam trabalhado juntas. A campanha petista tratou de criar um descolamento da imagem de Erenice da de Dilma (principalmente nas respostas dos debates televisionados) e até mesmo Lula cedeu e condenou a atitude de Erenice, dizendo que ela havia perdido a oportunidade de ser uma “grande funcionária pública”, enquanto os concorrentes de Dilma Rousseff viram o escândalo como uma oportunidade de roubar pontos da petista nas intenções de votos. Um detalhe que não foi possível mapear em nosso *corpus* de análise foi o momento preciso em que os problemas da Casa Civil acabaram dando vez para as acusações sobre religião e aborto que assolaram a campanha presidencial. De qualquer maneira, foi a mistura de escândalo político, religião e aceitação de Marina Silva nos segmentos menos elitizados do eleitorado que acabou por levar a disputa presidencial ao segundo turno.

Colados a Lula e aos dossiês tivemos a questão da imprensa, quando os jornais fizeram dos editoriais seu uso mais clássico e comentaram/ reclamaram da postura dos candidatos. Como vimos, os argumentos dos editoriais focalizam os aspectos éticos e morais do PT e dos seus dirigentes, uma vez que os problemas econômicos já não são tão centrais quanto eram antigamente. Por outro lado, recaiu bastante sobre a cultura do brasileiro (sempre tão malfadada) a falta de uma característica de defesa intransigível da liberdade de imprensa. Nesse caso, o *Estado* “esperneou” mais do que a *Folha*, o que levou o jornal a declarar seu apoio a José Serra, sendo que o apoio deveu-se mais à postura anti-Lula (e, conseqüentemente, anti-Dilma) que o jornal vinha adotando nos seus editoriais do que realmente pela convicção nas ideias e planos do tucano.

Os temas acima foram os que mais despertaram a atenção dos editorialistas de *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo* e por isso são os que tiveram maior número de citações nos editoriais. Os demais temas foram, por assim dizer, não receberam tanto

destaque – mas nem por isso deixaram de ser importantes para o cenário eleitoral. A começar pelos planos eleitorais: por dois momentos a organização dos partidos para se pensar o país foi posta em prova nas eleições. O primeiro ocorreu quando os candidatos se inscreveram para concorrer ao cargo. Dos três postulantes, somente Marina Silva conseguiu fazer um documento robusto e consistente com o que podemos classificar como um programa de governo. Mesmo assim, não foi suficiente para ganhar destaque nos editoriais. Ganhou vez a questão do programa do PT, ao submeter um texto controverso, que incluía, na leitura do Estadão, controle da mídia, invasão de propriedades pelos sem-terra e descriminalização do aborto. Com a mudança do texto para algo mais moderado, restou a crítica de que os candidatos se prestaram a um “papelão”. O segundo momento foi quando Dilma lançou o documento “Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate com a sociedade brasileira”, uma espécie de “Carta ao povo brasileiro” atualizada. Os jornais não se mostraram descrentes com o novo texto apresentado. Como ato final de uma ópera mal escrita, o assessor especial de política externa da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia, mandou os jornalistas criarem um partido e escreverem seu próprio documento.

Outro tema (de menor destaque, é verdade) foi quando o vice de José Serra, Indio da Costa, ligou diretamente o Partido dos Trabalhadores com as Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia). A jogada, basicamente, provocou uma movimentação nos bastidores da política, principalmente no quesito declarações. Após o ataque, a cúpula petista reagiu pedindo retratação e desqualificou a declaração. A guerrilha política surgiu em 1964, com viés marxista-leninista. Nos anos 80 acabaram seguindo para ações criminosas. Atualmente é uma organização ligada ao narcotráfico colombiano. Na década de 1990, o PT criou o Foro de São Paulo e convidou as Farc para integrar as discussões. Lula foi o primeiro presidente, sendo Fidel Castro o presidente de honra. Foi somente em 2002, após o sequestro de Ingrid Bettencourt, senadora e candidata à presidência da Colômbia, que as Farc deixaram de comparecer ao Foro. Obviamente que a declaração de Indio da Costa fomentou pautas e entrevistas na imprensa política, porém, nos editoriais analisados, o assunto foi condenado por não empolgar o eleitor e, pior, diminuir o nível da campanha.

Como mostramos anteriormente, um tema que tomou de assalto a campanha foi a questão da religião e do aborto. Nos jornais, algo só foi publicado no segundo turno, mesmo que saibamos que a temática teve influência na decisão do primeiro. Tanto

*Folha* quanto *Estadão* não se furtaram a criticar o baixo nível com que as campanhas utilizaram o tom religioso. O tempero, neste caso, é forte: mesmo sendo um Estado laico, o Brasil agrega a maior população que se denomina católica no mundo. A discussão do tema na campanha, no geral, foi tida pelos periódicos como oportunista, simplificada, oblíqua – mostrando mais a maneira maniqueísta e maquiavélica que os candidatos trataram religião e aborto.

Após tal polêmica, um tema tradicional apareceu em nossa análise: a questão da privatização. Iniciou-se com a campanha dilmista em chancelar José Serra como privatista e uma série de troca de acusações entre os candidatos em encontros públicos. Os jornais anotaram também a dificuldade de Serra em colocar-se como candidato aliado do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o que, para os periódicos, pareceu ser um erro de estratégia (principalmente o *Estadão* atacou tal posição). O jornal dos Mesquita também condenou as atitudes que o Palácio do Planalto assumiu e não seguiu a cartilha neoliberalizante, ora citando Lula ora citando a máquina petista. O que seguiu de fato a regra foi o retorno do “velho ardil” estatização contra privatização, um tema que volta e meia aparece nas campanhas eleitorais, principalmente se pensarmos nas que Lula concorreu – mesmo que, dessa vez, tenha dividido holofotes.

Nos seus derradeiros momentos, a disputa presidencial ultrapassou o simbolismo e atingiu a barreira física. Tanto José Serra quando Dilma Rousseff sofreram tentativas de agressões por parte de militantes. Conforme ressaltamos, os jornais analisados quase nenhum destaque deram para os assuntos em seus editoriais – deixando o foco para o jornalismo informativo. Dos veículos de comunicação, a televisão foi a que mais se ateu à da questão das agressões aos presidencialistas – chegando ao ponto de mandar a análise das imagens para um perito analisar sobre o que realmente havia atingido o tucano José Serra. Do pouco que os editoriais disseram sobre o assunto dois entendimentos foram possíveis: os textos detiveram-se minimamente na descrição pura e simples da agressão e briga generalizada e centraram-se mais na postura de Lula sobre o caso, que ironizou em vez de condenar a agressão a fim de manter a querela no nível figurado.

Dessa maneira, fizemos um pequeno apanhado do que os jornais apresentaram em seus editoriais, a forma com que o fizeram e o contexto em que cada um dos temas candentes da eleição 2010 estava envolvido. Fizemos isso de maneira a buscar as regularidades discursivas, fazendo uso da Filosofia da Linguagem e da metodologia que

essa implica, relacionando fatos, textos, dizeres, significantes e significados com o contexto sócio-histórico em que tudo está inserido.

Por fim, é preciso entender que nenhum tipo de linguagem é imparcial. Ao mesmo tempo, não podemos ser ingênuos em achar que o papel de vigilante da democracia é descolado dos interesses que fazem mover a indústria do jornalismo: as condições de produção das notícias, passando pelos processos de edição e escolha do que será publicado, bem como o foco a ser dado e o estilo pessoal de cada jornalista até a influência da linha editorial dos veículos são elementos ideológicos que decorrem de escolhas e posições, ou seja, tem entonações que significam algo. Tudo isso nos leva a afirmar que não existe, seja no mundo da linguagem ou no mundo da Ciência Política, algo que seja puramente límpido. Mesmo a mais bem elaborada argumentação lógica não escapa de uma avaliação entonativa, uma vez que a própria escolha dos temas e dos signos faz parte de uma estratégia discursiva.

Em nosso estudo, pudemos notar que a *Folha de S.Paulo* faz uso da pretensa linguagem imparcial, enquanto *O Estado de S.Paulo* tem editoriais densos e apaixonados (chegando até a assumir posição favorável a José Serra). Mesmo com estilos diversos, sempre há algum tipo de escolha e, conseqüentemente, algum tipo de apagamento: em todos os editoriais, por nós analisados, em nenhuma das vezes os diários citaram o ex-assessor tucano Paulo Vieira de Souza, conhecido como "Paulo Preto". Dilma Rousseff trouxe o nome dele em um debate na televisão Bandeirantes, em que o candidato tucano disse não conhecer a pessoa. Com a atenção chamada, imprensa e Ministério Público passaram a investigar este ex-diretor do Desenvolvimento Rodoviário S.A. (Dersa), que foi acusado de ter arrecadado pelo menos R\$ 4 milhões para as campanhas eleitorais de 2010, mas os recursos não chegaram ao caixa do comitê. Logo ele foi tratado como "homem bomba" pelo noticiário e, mesmo assim, não houve nenhum tipo de referência nos editoriais. Por outro lado, todo jornalismo investigativo atuou contra Dilma Rousseff e refletiu em ferozes editoriais contra ela e o padrinho político. Novamente, não podemos entender as questões de linguagem como totalmente límpidas: é possível afirmar que o candidato que está à frente das corridas tem mais atenção da mídia e isso atrairia mais a chance de problemas; é possível afirmar que a própria questão de ser candidata situacionista colocou Dilma em uma posição *sui generis* na corrida ao Planalto, atraindo os holofotes da imprensa; é possível afirmar que Dilma foi tratada como uma iniciante com pouca capacidade de gerenciamento e até mesmo de autonomia própria; é possível afirmar que houve críticas também a José Serra

e à Marina Silva, mesmo que em menor número e com tons mais amenos. Como vimos, trata-se de um jogo ideológico em que situações puras não existem.



*Só se pensava. Não, de nosso pai não se podia ter esquecimento; e, se, por um pouco, a gente fazia que esquecia, era só para se despertar de novo, de repente, com a memória, no passo de outros sobressaltos*

Terceira margem do rio – Guimarães Rosa

## V – CONCLUSÕES

Esta tese abordou a aproximação de dois temas: eleição e jornalismo. A primeira é o local das paixões abertas – onde a luta é por prevalecer projetos de governo, ideias de desenvolvimento e crescimento, de acordo com a posição ideológica dos atores. O segundo é o lugar das ideologias veladas – fruto de um modelo comercial e familiar de imprensa cimentado sobre as égides da objetividade e imparcialidade. Especificamente, o trabalho buscou revelar como o jornalismo opinativo, por meio dos editoriais, fez a cobertura dos três principais candidatos à presidência da República: Dilma Rousseff, José Serra e Marina Silva. Para tanto, utilizamos dois jornais tradicionais e de circulação nacional, *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo*. Dessa maneira, quando estes foram citados pelos jornais, pudemos encontrar os temas mais abordados e estabelecer uma cronologia de fatos eleitorais nas páginas dos impressos.

O liame do trabalho foi a Filosofia da Linguagem, formadora ideológica do discurso do gênero editorial, buscando colocar em relação o contexto do cotidiano da corrida ao Palácio do Planalto com os temas que foram suscitados pelos editorialistas. Vimos com Bolívar (1994) que o gênero editorial, em geral, tem a seguinte estrutura: *Lead, Follow e Evaluate* – originando textos que podem ser conclusivos, proféticos ou diretivos. Não foi nossa intenção avaliar só a estrutura ou os temas: o estudo dos gêneros discursivos implica na busca de um todo ideológico, que pode dar ênfase à estrutura, ou ao tema ou ao estilo – mas nunca de maneira separada, apartada: é sempre parte de um movimento complexo, ideológico por excelência, integrante da vida não somente dos candidatos, por nós pesquisados, mas a vida de cada pessoa que compõe o país. Por isso, insistimos longamente em um aprofundamento nos conceitos do teórico russo Mikhail Bakhtin, autor para quem o dialogismo é mais que uma teoria distante, é parte constituinte da vida.

Durante a análise pudemos chegar a algumas conclusões, as quais partilhamos com o leitor ponto a ponto na conclusão do capítulo anterior e salientamos o que foi mais importante agora. Partimos de duas hipóteses, que buscaremos detidamente:

*Hipótese 1 – Os jornais, principalmente os editoriais, representaram os conceitos e ideias do perfil do público.* Através de uma análise detalhada da constituição familiar dos jornais e suas cúpulas é possível estabelecer que eles, cada vez mais, buscam representar conceitos e ideias do perfil de público. Isto se dá por uma série de implicações: primeiro porque o público dos jornais é formado por formadores de opinião, que "espalham" as suas posições avaliativas para os demais. A Folha tem 70% de público nas classes AB, enquanto o Estadão tem 77%<sup>101</sup>, ou seja, ambos têm a maioria de assinantes formada por pessoas de alta renda. Os jornais impressos tradicionais, via de regra, vêm apresentando quedas de circulação, ao passo que novos veículos nascem e outras mídias aparecem (por exemplo, vivemos atualmente um *boom* da oferta de televisão via cabo, pela qual o usuário já pode receber informações). É um panorama comunicacional diferenciado, que Marina NERY (2010, p. 183) afirma estar interligado às sociedade/economias dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China). Para a autora, nestes países, os hábitos são diversos dos países desenvolvidos, sendo que a telefonia móvel é a vedete do processo (vencendo até mesmo os computadores). Assim, não é difícil afirmar que os jornais acabem por se especializar em agradar ao seu leitor – auxiliando-o com informações e formação intelectual. A escolha dos conteúdos e temas, bem como a profundidade de apuração, o estilo de escrita e a apresentação das reportagens, além da escolha de articulistas e colunistas ajudam a mostrar que cada impresso busca ter uma interface e diálogo atraente para seu leitor.

Vimos que a imprensa ainda não perdeu seu papel de "detalhamento" se comparada a outras mídias. Na Eleição 2010 ela trabalhou em um viés investigativo e, por duas vezes, pautou a discussão pública com os casos de escândalos denunciados. Os outros temas por nós mapeados (Lula, programas de governo, Farc, aborto, privatização e agressão aos candidatos) foram elementos que nasceram externamente, tanto nas ruas quanto na blogosfera, e os jornais acabaram por adentrar à discussão. Alguns, principalmente os escândalos, ultrapassaram a linha do Horário Eleitoral e foram utilizados como armas de campanha. De todo modo, se olharmos friamente, o máximo

---

<sup>101</sup> Somamos as classes A e B para fins comparativos com a *Folha*.

que as denúncias e todos os editoriais conseguiram foi serem mais um elemento que auxiliou o povo a levar a eleição para um confronto final.

E chegamos até a segunda hipótese por nós proposta neste trabalho:

*Hipótese 2 – Na sequência, investigamos buscando dar procedência à suposição de que: a imprensa, ao apoiar um candidato específico, ajudaria ou não a elegê-lo? Ainda é possível um espectro da imprensa como "quarto poder", manipuladora a ponto interferir incisivamente no processo eleitoral?* Este segundo ponto é complementado pelo primeiro. O jornalismo brasileiro espelha-se no modelo norte-americano de imparcialidade e objetividade, os locais classificados como jornalismo opinativo são válvulas de escape, lugares onde os influentes donos dos meios de comunicação podem ter voz (ora ativa, ora escamoteada). Assim, a Eleição 2010 foi passível de ser lida por meio da linguagem editorial: ambos os jornais tiveram influência positiva para a campanha de José Serra, pelo fato de não criticarem tanto o candidato e focarem criticamente na campanha petista. A *Folha* utilizou um estilo direto, lógico e argumentativo. Por trás de um discurso que buscou ser límpido e claro para o leitor, foi possível identificar um jornal mordaz quanto às escolhas do comitê tucano primeiro em demorar a seguir um caminho crítico ao ex-presidente Lula e depois por apagar as odes ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Lamentou também a falta de uma discussão substantiva por parte dos candidatos e conclui que, pelas propostas, tanto Serra quanto Dilma seriam iguais em pontos socioeconômicos fundamentais, com divergências de grau de atuação, ou seja, seriam moderados. Já o *Estadão* foi mais enfático, atacou menos a postura de José Serra e mais a candidatura petista – e chegou ao ponto de se posicionar pela campanha de Serra. Das imagens que sobram, há a de um José Serra aparecendo como um bom administrador público, com o erro de negar FHC; de Marina Silva como uma candidata neutra, quiçá utópica (que ambos os impressos referenciaram como uma candidata do futuro), a candidata que "perdeu ganhando" a corrida à presidência – mesmo com um partido fraco e baixo caixa de campanha, ela incomodou os adversários, sendo responsável pelo movimento denominado "onda verde". Os editoriais (e faça-se justiça, as pesquisas eleitorais) praticamente ignoraram a candidata até o pós 1º Turno, quando o TSE anunciou o resultado parcial e pode-se ver a votação expressiva de Marina. Ao final, foi uma ausência sentida nos editoriais. Por fim Dilma Rousseff, neófito no cargo, com a sorte (pela transferência de popularidade) de ser a pupila de Lula e o azar do ex-presidente não ficar dentro dos parâmetros que o cargo republicano exige, atraiu a fúria dos editorialistas.

O outro destaque foi a onipresença de Luiz Inácio Lula da Silva nos editoriais. Como vimos, ele obteve grande parte das atenções dos editoriais – tendo uma participação especial no pleito. Com o bordão "nunca antes na história", Lula foi o alvo de muitas eleitorais e escândalos. Em alguns momentos, os editorialistas eram mais críticos ao ex-presidente do que aos candidatos efetivos. Como sabemos, o inédito cenário de um político com grande avaliação positiva e afeito a gestos e frases popularescas fizeram os editorialistas assumirem uma posição de defesa da liberdade de expressão e de respeito à democracia. Como o *Estadão* foi o mais enfático contra o encalacramento petista no poder, que faria parte de um projeto de poder elaborado em 2002, é passível de entendimento – a partir da leitura dos editoriais – que o jornal tornou-se mais pró-Serra por ser contra Lula do que efetivamente a favor do tucano ou contr Dilma. Dessa maneira, a discussão ética tomou de assalto a campanha presidencial da eleição de 2010 do início ao fim, prosseguindo com uma memória discursiva de ligar o PT a ações aéticas. Nos editoriais acompanhados nesta tese, Lula teve momentos de protagonista solo – e não foi tirado de cena mesmo quando os holofotes estavam destinados a outros. Tal qual o personagem do pai no conto *A terceira margem do rio*, de Guimarães Rosa, ele foi um personagem ambíguo – deveria ser ausente mas estava insistentemente na cabeça de todos.

Por fim, como mostrou Azevedo (2011), em 2010 pesou mais o voto econômico, com a clivagem de classe alterando mais a intenção de voto do que a grande mídia. Isto confirma a tese do cientista político Lewis-Beck de que uma boa economia ajuda a manter os partidos no governo. Dentro desta premissa, Holbrook (1966) aponta que outras discussões ajudam a complementar uma eleição, mas ao se aproximar das eleições a situação nacional ganha peso para o eleitorado, influenciando a decisão. É de se duvidar, portanto, que a imprensa seja o famigerado "quarto poder", fazedora de presidente. Compartilhamos a opinião de Azevedo (2011) quando ele aponta que a fragmentação midiática e segmentação da audiência acabaram por dissociar a agenda da "nova classe média" das classes AB, o que fez restringir a influência da imprensa no público leitor a apenas o segmento AB

Assim, o jornal já não tem a influência de antigamente, mas ainda tem autoridade e alcance dentro de um público específico. Não tem o mesmo público leitor, mas ainda investe em sua característica mais peculiar: opinião e jornalismo investigativo. Especificamente em nosso estudo, pudemos verificar que a linguagem pendeu para a argumentação lógica e asséptica, mas vez ou outra transpareceram tons de

indignação, raiva, ameaças, profecias de um mundo futuro corrupto. Desta vez, estas conjurações não tiveram muito "peso" no jogo eleitoral.

Assim, não estamos aqui negando a famosa frase sobre os meios de comunicação nos dizer em *o que e em que e como* temos que pensar (COHEN, 1963); (MCCOMBS, p. 140-141). Os meios de comunicação possuem sim a capacidade para fazer isso. Só que de nada adianta se um grande número de pessoas não ler os textos. Finalmente, é preciso dizer que a investigação nesta tese é um trabalho orgânico, cuja Filosofia da Linguagem é elemento mor. Não esgotamos as possibilidades de leituras e nem foi nossa pretensão fazê-lo. Este é um trabalho que auxilia a compreensão dos temas candentes da eleição 2010, ao mostrar os principais candidatos e temas de então segundo os textos editoriais de dois importantes jornais. É cumulativo e qualitativo para os estudos tanto em Comunicação Política e Comunicação Social quanto em Estudos da Linguagem. No fim, a busca maior foi mostrar que palavras não são somente meras palavras e que discursos acabam influenciando a vida das pessoas: seja em uma conversa cotidiana ou na escolha do presidente da nação.

## Referências Bibliográficas

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DAS ELEIÇÕES 2010 - TSE. Disponível em: <<http://agencia.tse.gov.br/sadAdmAgencia/noticiaSearch.do?acao=get&id=1345471>>. Acesso em: 30 nov. 2010.

AGUIAR, Carly Batista de. **Imprensa e eleições 1989**: razão e sedução na opinião das elites. São Paulo, 1993, 340f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

ALBURQUERQUE, Afonso de. **Aqui você vê a verdade na tevê**: a propaganda política na Televisão. Niterói: UFF, 1999.

\_\_\_\_\_. **A batalha presidencial**: o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral na campanha de 1989. 1996, Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

ALDÉ, Alessandra. **A construção da política**. Cidadão comum, mídia e atitude política. 2001. 232f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

\_\_\_\_\_; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. O MST na TV: Sublimação do político, moralismo e crônica cotidiana do nosso estado de natureza. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (COMPÓS), IX, 30 mai. - 2 de jun. 2000, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre. Disponível em: <[http://www.compos.org.br/data/biblioteca\\_1415.pdf](http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1415.pdf)>. Acesso em: 19 jun. 2012.

ALENCAR, Kennedy. Colheram o que plantaram. **Folha.com**. São Paulo, 31 out. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/kennedyalencar/823560-colheram-o-que-plantaram.shtml>>. Acesso em: 3 dez. 2010.

AMARAL, Luis. **Técnica de Jornal e Periódico**. 3 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

ANSARY, Hasan; BABAI, Esmat. The Generic Integrity of Newspaper Editorials: A Systemic Functional Perspective. In: **Asian EFL Journal**, n. 6(3), 2004. Disponível em: <[http://www.asian-efl-journal.com/Sept\\_04\\_ha&.pdf](http://www.asian-efl-journal.com/Sept_04_ha&.pdf)>. Acesso em: 24 jan. 2012.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS (ANJ) – **Circulação Diária**. Disponível em: <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/circulacao-diaria>. Acesso em: 22 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. **Maiores jornais do Brasil**. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

AZADI, Foad. SAGHAYE-BIRIA, Hakimeh. A Discourse Analysis of Elite American Newspaper Editorials: The Case of Iran's Nuclear. In: **Program Journal of Communication Inquiry**, April, 31, p. 140-165, 2007.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Democracia e mídia no Brasil. In: INTERNATIONAL CONFERENCE OF THE BRAZILIAN STUDIES ASSOCIATION (BRASA), VIII, USA, 2006. **Proceedings**. Nashville, USA, 2006.

\_\_\_\_\_. A agenda da mídia na campanha presidencial de 1998. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (COMPÓS), IX, 2000, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre, 2000. Disponível em: <[www.unb.br/fac/comunicacaoepolitica](http://www.unb.br/fac/comunicacaoepolitica)>. Acesso em: 19 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. Agendamento da Política. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas (Org.). **Comunicação Política: Abordagens e modelos**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2004.

\_\_\_\_\_; RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Mídia e Política no Brasil**: estudos e perspectivas. Lisboa, Portugal: Akademia, 2000.

\_\_\_\_\_. **Mídia e democracia no Brasil**: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. Campinas: Ed. Opinião Pública, 2006, v.12, n. 1, p. 88-113, abr./mai. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v12n1/29399.pdf>>. Acesso em: 09 out. de 2007.

\_\_\_\_\_. Eleições Presidenciais, clivagem de classe e declínio da grande imprensa. In: **Revista USP**, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011. v. 90, p. 84-101, 2011.

\_\_\_\_\_. **Agenda-Setting**. Paper, 2002.

\_\_\_\_\_. A imprensa brasileira e o PT: um balanço das coberturas das eleições presidenciais (1989-2006). In: **ECO-Pós**, Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2009. v.12, n.3, set./dez. 2009, p. 48-65. Disponível em: <<http://www.pos.eco.ufrj.br/ojs-2.2.2/index.php?journal=revista&page=article&op=viewFile&path%5B%5D=302&path%5B%5D=335>>. Acesso em: 19 jul. 2012.

\_\_\_\_\_; CHAIA, Vera Lucia Michalany. O Senado nos editoriais dos jornais paulistas (2003 - 2004). **Opinião Pública**. Campinas, v. 14, n. 1, jun. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762008000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762008000100007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 22 nov. 2010. Dados do doi: 10.1590/S0104-62762008000100007.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. São Paulo: Ática, 1990.

BAKHTIN, Mikhail [1929]. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1979.

\_\_\_\_\_. [1979]. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

\_\_\_\_\_. [1979]. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. **Problemas da poética de Dostoievski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

\_\_\_\_\_. O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas: uma experiência de análise filosófica. In: **Estética da criação verbal**. 4 ed. São Paulo, Martins Fontes, 2003b.

\_\_\_\_\_; DUVAKIN, Viktor. **Mikhail Bakhtin em diálogo**: conversas em 1973 com Viktor Duvakin. São Carlos: Pedro & João Editores, 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Indicadores econômicos consolidados**. 2011. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?INDECO>>. Acesso em: 26 jul. 2011.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BENJAMIN, Walter [1935/6]. **Magia e técnica, arte e política**. Brasília: Ed. Brasiliense, 1995.

\_\_\_\_\_. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: \_\_\_\_\_ **Magia e técnica, arte e política**. Brasília: Ed. Brasiliense, 1995.

BIOGRAFIA. In: **Minhamarina.org.br**. Disponível em: <<http://www.minhamarina.org.br/blog/biografia/>>. 28 jan. 2010. Acesso em: 2 dez. 2010

\_\_\_\_\_. In: **Dilma.com.br**. Disponível em: <<http://www.dilma.com.br/biografia/>>. Acesso em: 2 dez. 2010.

BOECHAT, Yan. Eleições 2010. FHC: um pote até aqui de mágoas. **Revista Isto É**. São Paulo, n. 213, 03 set. 2010. Disponível em: [http://www.istoe.com.br/reportagens/99591\\_FHC+UM+POTE+ATE+AQUI+DE+MAGOAS](http://www.istoe.com.br/reportagens/99591_FHC+UM+POTE+ATE+AQUI+DE+MAGOAS). Acesso em: 30 nov. 2010.

BOLAÑO, César. Economía política y conocimiento en la actual reestructuración productiva. In: BOLAÑO, César; MATRINI, Guillermo; SIERRA, Francisco (Org.). **Economía política, comunicación y conocimiento**. Buenos Aires, Argentina: La Crujla, 2005.

BOLÍVAR, Adriana. The Structure of Newspaper Editorials. In: COULTHARD, Malcolm **Advances in Written Text Analysis**. London: Routledge, p. 276–94, 1994.

BORGES, Bruno de Moura. Uma Teoria de Instituições em Declínio: Reavaliando Saída, Voz e Lealdade de Hirschman para as Instituições Internacionais. In: **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 2004. V. 26, n. 2, jul./dez., p. 249 -286.



BRAIT, Beth. MELO, Rosineide de. Enunciado/enunciado concreto/enunciação. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Bakhtin, conceitos-chaves**. São Paulo: Ed. Contexto, 2005, p. 61-78.

\_\_\_\_\_ (Org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_ (Org.). **Bakhtin, conceitos-chaves**. São Paulo: Ed. Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_. Estilo. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Bakhtin, conceitos-chaves**. São Paulo: Ed. Contexto, 2005, p.79-102.

\_\_\_\_\_. **Ironia em perspectiva polifônica**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.

BRANDIST, Craig. Gramsci, Bakhtin e a semiótica da hegemonia. In: RIBEIRO, Ana Paulo Goulart; SACRAMENTO, Igor. **Mikhail Bakhtin – Linguagem, Cultura e Mídia**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010, p. 185-210.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). **Informações e dados estatísticos sobre as eleições 2010**. Núcleo de Estatística da Assessoria de Gestão Estratégica. Brasília: Secretaria de Gestão da Informação, 2010. Disponível em: <[http://www.tse.jus.br/hotSites/CatalogoPublicacoes/pop\\_up/informacoes\\_dados\\_estatistico.htm](http://www.tse.jus.br/hotSites/CatalogoPublicacoes/pop_up/informacoes_dados_estatistico.htm)>. Acesso em: 19 jul. 2012.

\_\_\_\_\_.<sup>1</sup> José Serra e comitê financeiro do PSDB entregam prestação de contas final das Eleições 2010. **Agência de Notícias da Justiça Eleitoral**. 30 nov. 2010. Disponível em: <<http://agencia.tse.jus.br/sadAdmAgencia/noticiaSearch.do?acao=get&id=1348450>>. Acesso em: 15 abr. 2011.

\_\_\_\_\_.<sup>2</sup> Presidente eleita presta contas que revelam déficit entre receitas e despesas. **Agência de Notícias da Justiça Eleitoral**. 30 nov. 2010. Disponível em: <<http://agencia.tse.jus.br/sadAdmAgencia/noticiaSearch.do?acao=get&id=1348451>> Acesso em: 15 abril 2011.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **O processo de agenda-setting na reforma da administração pública**. 2004. 236f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

CARNEIRO, Fausto; TOURINHO, Gustavo. Em carta a Lula, Marina reclama de 'resistências' no governo. **Portal G1**. Brasília, mar. 2008. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL468442-5601,00->

EM+CARTA+A+LULA+MARINA+RECLAMA+DE+RESISTENCIAS+NO+GOVERNO.html>. Acesso em: 2 dez. 2010.

CARREIRO<sup>1</sup>, Yan de Souza; BARBETTA, Pedro Alberto. A eleição presidencial de 2002: a decisão do voto na região da grande São Paulo. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. [online]. 2004, v.19, n. 56, p. 75-93.

\_\_\_\_\_.<sup>2</sup> A eleição presidencial de 2002: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n. 22, jun., Curitiba, UFPR, p. 179-194, 2004. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/238/23802213.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2010.

CARVALHO, Gisele. Estudos em Retórica Contrastiva e sua Interface com Leitura em Inglês para Fins Acadêmicos. **Matraga** [online]. Rio de Janeiro: UERJ, 1999. Disponível em: <<http://www.pgletras.uerj.br/matraga/matraga12/matraga12gisele.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2012.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (coleção A era da informação: economia, sociedade e cultura).

\_\_\_\_\_. O verdejar do ser: o movimento ambientalista. In: **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 141-168.

CASTRO, Júlio. Empatado com Dilma, Ciro defende dois candidatos do governo. **Estadão.com**. 24 set. 2009. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,empatado-com-dilma-ciro-defende-dois-candidatos-do-governo,440432,0.htm>. Acesso em: 1 dez. 2010.

CAVALCANTI, Jauranice Rodrigues. As narrativas nas páginas de jornais. **Revista Comunicarte**. Campinas, v. 23, n. 29, p. 77-95, 2004.

\_\_\_\_\_. **No “mundo dos jornalistas”**: interdiscursividade, identidade, ethos e gêneros. 2006. 200p. (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. **Discurso das mídias**. São Paulo: Ed. Contexto, 2006.

CHEIDA, Marcel. **Jornalismo**: revista de estudos do curso de jornalismo. Campinas, v. 2, n. 2, p. 82-99, jul./dez. 1999.

\_\_\_\_\_. As origens da imprensa e do jornal. **Jornalismo**: revista de estudos do curso de jornalismo. Campinas, v.3/4, n. 2, p. 57-81, jul./dez. 2000, jan./jul. 2001.

COETZEE, J. M. **As maravilhas de Walter Benjamin**. Nova Iorque, USA, v. 48, n. 1, jan. 2001. Disponível em: <[http://www.cebrap.org.br/imagens/Arquivos/as\\_maravilhas\\_de\\_walter\\_benjamin.pdf](http://www.cebrap.org.br/imagens/Arquivos/as_maravilhas_de_walter_benjamin.pdf)>. Acesso em: 12 de fev. 2010.

COHEN, Bernard C. **The Press and Foreign Policy**. New York: Princeton University Press, 1963.

COLLING, Leandro. O “estado da arte” dos estudos sobre mídia e eleições presidenciais de 1989 a 2002. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (COMPÓS), XVI, jun. 2007, Curitiba. **Anais**. [online]. Curitiba, 2007. Disponível em: <[http://www.compos.org.br/data/biblioteca\\_42.pdf](http://www.compos.org.br/data/biblioteca_42.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2012.

CONNOR, Ulla. **Contrastive Rhetoric**: cross-cultural aspects of second-language writing. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

CORREIO DO BRASIL. Dilma: ‘Mentir na tortura não é fácil’. 7 mai. 2008. Ano XI, n. 3988. Disponível em:< <http://correiodobrasil.com.br/dilma-mentir-na-tortura-nao-e-facil/136085/>>. Acesso em: 2 dez. 2010.

COSTA, Florêncio. José Serra. **Revista Isto É**. Política, Ed. 1836, 15 dez. 2004. Disponível em: <[http://www.istoe.com.br/reportagens/8453\\_JOSE+SERRA](http://www.istoe.com.br/reportagens/8453_JOSE+SERRA)>. Acesso em: 3 dez. 2010.

COSTA, Caio Túlio. O Papel da Internet na Conquista dos Votos de Marina Silva. **Interesse Nacional**. Ano 4, n. 13, abr./jun., p. 59 a 75, 2011. Disponível em: <[http://interessenacional.uol.com.br/artigos-integra.asp?cd\\_artigo=107](http://interessenacional.uol.com.br/artigos-integra.asp?cd_artigo=107)>. Acesso em: 15 abr. 2011.

COUTINHO, Luciano. **Oportunidade de financiamento de infraestrutura no Brasil - BNDES**. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/empresa/download/apresentacoes/Coutinho\\_InfraestruturaBrasil\\_mai10.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/download/apresentacoes/Coutinho_InfraestruturaBrasil_mai10.pdf)>. Acesso em: 26 nov. 2010.

COZER, Raquel. Maria Rita Kehl estreia no Caderno 2. **O Estado de S.Paulo**. São Paulo, 5 de fev. de 2010. Disponível em: [http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100205/not\\_imp506617,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100205/not_imp506617,0.php). Acesso em: 7 de jun. 2011.

DA SILVA, Deonísio. A voz do povo e o voto. **Observatório da imprensa**. Set. 2002. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/mid240720021.htm>>. Acesso em: 9 fev. de 2010.

DA SILVA, Carla Luciana Souza. **VEJA**: o indispensável partido neoliberal (1989-2002). 2005. Tese (Doutorado – Área de Concentração em História Moderna e Contemporânea) – Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Niterói, Niterói. 2005.

DAHL, R. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: Edusp, 1997.

DANTAS-WHITNEY, Maria. GRABE, William. A Comparison of Portuguese and English Newspaper Editorials. In: ANNUAL TESOL CONVENTION, XXIII, San Antonio, USA, 1989. Proceedings. San Antonio, 1989.

DATAFOLHA. **José Serra mantém favoritismo para 2010**. 20 mar. 2009. Disponível em: <[http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver\\_po.php?session=858](http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=858)>. Acesso em: 24 mai. 2012.

\_\_\_\_\_.<sup>1</sup> **Principal meio de comunicação para se informar sobre os candidatos para as eleições de 2010**. Disponível em: <[http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver\\_po.php?session=1007](http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=1007)>. Acesso em: 22 nov. 2010.

\_\_\_\_\_.<sup>2</sup> **Avaliação do presidente Lula 14 e 15/10/2010**. Disponível em: <[http://www.datafolha.com.br/folha/datafolha/tabs/aval\\_pres\\_18102010.pdf](http://www.datafolha.com.br/folha/datafolha/tabs/aval_pres_18102010.pdf)>. Acesso em: 22 nov. 2010.

\_\_\_\_\_.<sup>3</sup> **Dilma cresce, e empata com Serra**. 24 mai. 2010. Disponível em: <[http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver\\_po.php?session=971](http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=971)>. Acesso em: 24 mai. 2012.

\_\_\_\_\_.<sup>4</sup> **Dilma cresce cinco pontos e lidera, pela primeira vez, a disputa para presidente da República**. 16 ago. 2010. Disponível em: <[http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver\\_po.php?session=1011](http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=1011)>. Acesso em: 25 mai. 2012.

\_\_\_\_\_.<sup>5</sup> **Na véspera da eleição, Dilma tem 55% dos votos válidos**. 30 out. 2010. Disponível em: <[http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver\\_po.php?session=1118](http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=1118)>. Acesso em: 25 mai. 2012.

DEARING, James; ROGERS, Everett. **Agenda Setting**. Londres, Inglaterra: Sage, 1996.

DITTRICH, I. J.; LAGE, Nilson. Ideologia e marketing: o espaço da opinião nas editoriais econômicas dos magazines semanais de informação geral. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. XXV, n. 2, jul./dez. 2002. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/ojs-2.3.1-2/index.php/revistaintercom/article/viewFile/421/390>>. Acesso em 30 jun. 2011.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Ed. USP, 1999.

DRUCKER, Peter. **Post-capitalist Society**. Nova Iorque, USA: Butterworth-Heinemann, 1993.

ELEIÇÕES 2010 - versão 1.0.2. Disponível em: <http://divulgacao.tse.gov.br>>. Acesso em: 3 nov. de 2010.

ELEICOES.UOL.COM.BR. **Eleições 2010**: raio-x das eleições. Composição da Câmara. Disponível em: <http://eleicoes.uol.com.br/2010/raio-x/deputados-federais-eleitos/composicao-congresso/>>. Acesso em: 6 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. **Eleições 2010**: raio-x das eleições. Composição do Senado. Disponível em: <http://eleicoes.uol.com.br/2010/raio-x/senadores-eleitos/composicao-senado/>>. Acesso em: 6 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. **Eleições 2010**: raio-x das eleições. Governador. Disponível em: <http://eleicoes.uol.com.br/2010/raio-x/2/governador/votacao-por-estado/>>. Acesso em: 7 dez. 2010.

ELEICOES.TERRA.COM.BR. **Eleições 2010**. Disponível em: <http://eleicoes.terra.com.br/mapa-politico/2010/senado/>>. Acesso em: 7 dez. 2010.

ELICHIRIGOITY, Maria Teresinha Py. A formação do sentido e da identidade na visão bakhtiniana. **Cadernos de Letras da UFF**: dossiê: literatura, língua e identidade, Niterói, n. 34, p. 181-206, 2008.

EIRE, Antonio López; GUERVÓS, Javier de Santiago. **Retórica y comunicación política**. Madrid: Ediciones Cátedra, 2000.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de Codificação em Jornalismo**: redação, captação e edição no jornal diário. São Paulo: Ática, 1991

ESTADAO.COM.BR<sup>1</sup>. **Infográficos especiais**: as medidas do emprego. 9 fev. 2009. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/as-medidas-do-emprego,47132.htm#>>. Acesso em: 26 nov. 2010.

\_\_\_\_\_.<sup>2</sup>. PT divulga carta pedindo que Marina continue no partido. **Política**, 11 ago. 2009. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,pt-divulga-carta-pedindo-que-marina-continue-no-partido,417200,0.htm>>. Acesso em: 2 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. Geografia do voto. **Política**, 3 out. 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/geografia-do-voto,120705.htm>>. Acesso em: 6 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. Geografia do voto. **Política**, 3 out. 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/geografia-do-voto,120705.htm>>. Acesso em: 7 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. Geografia do voto. **Política**, 31 out. 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/mapa-da-votacao-para-presidente-nos-municipios,123626.htm>>. Acesso em: 6 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. Geografia do voto. **Política**, 31 out. 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/mapa-da-votacao-para-presidente-nos-municipios,123626.htm>>. Acesso em: 6 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. Geografia do voto. **Política**, 31 out. 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/mapa-da-votacao-para-presidente-nos-municipios,123626.htm>>. Acesso em: 9 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. **O radar do emprego**: emprego formal. 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/radar-do-emprego,94009.htm>>. Acesso em: 26 jul. 2011.

EXUPÉRY, Antoine de Saint. [1934]. **Vôo noturno**. Disponível em: <<http://virgiliofreire.blogspot.com/2009/04/voo-noturno-antoine-de-saint-exupery.html>>. Acesso em: 18 ago. 2011.

FABRÍCIO, Gustavo Beraldo. **O Jornal Nacional da Rede Globo e a Construção do Cenário de Representação da Política - CRP**. 1997. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 1997.

\_\_\_\_\_. **Redação e Expressão Oral em Jornalismo II**: apostila. Campinas: Faculdade de Jornalismo, PUC Campinas, 1992.

FERNANDES, Bob<sup>1</sup>. Maria Rita Kehl: "Fui demitida por um 'delito' de opinião". **Terra Magazine**. 7 de out. de 2010. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI4722228-EI6578,00-Maria+Rita+Kehl+Fui+demitida+por+um+delito+de+opinioao.html>>. Acesso em: 7 jun. 2011.

\_\_\_\_\_.<sup>2</sup> Diretor do Estadão: "Não houve censura a Maria Rita Kehl". **Terra Magazine**. 7 out. de 2010. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI4722596-EI6578,00-Diretor+do+Estadao+Nao+houve+censura+a+Maria+Rita+Kehl.html>>. Acesso em: 7 de jun. 2011.

FIGUEIREDO, M. A. **Decisão do Voto**. São Paulo: Ed. Sumaré /ANPOCS, 1991.

FIGUEIREDO, Marcus. et al. **Estratégias de Persuasão em Eleições Majoritárias**. Uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1998.

FIGUEIREDO, Marcus; ALDÉ, Alessandra; DIAS, Heloísa; JORGE, Vladimyr. Estratégias de persuasão eleitoral: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral. **Opinião Pública**, Campinas, v. 4, n. 3, p. 109-120, 1997.

\_\_\_\_\_. Intenção de voto e propaganda política: Efeitos da propaganda eleitoral. **LOGOS 27: mídia e democracia**. [online]. Ano 14, n. 27, p. 9-20, jul./dez. 2007. Disponível em: <[http://www.logos.uerj.br/PDFS/27/01\\_LOGOSN27.pdf](http://www.logos.uerj.br/PDFS/27/01_LOGOSN27.pdf)>. Acesso em: 19 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. A Lei de Ferro da Competição Eleitoral: a aritmética eleitoral ou eleições casadas, resultados solteiros e o dilema dos partidos. **Cadernos de Conjuntura**, Rio de Janeiro, n. 50, jul. 1994.

\_\_\_\_\_. Mídia, Mercado de Informação e Opinião Pública. In: GUIMARÃES, C; JUNIOR, C. (Orgs.). **Informação e Democracia**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2000.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Marketing Político e Persuasão Eleitoral**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

\_\_\_\_\_. et al. Estratégias de Persuasão em Eleições Majoritárias. In: FIGUEIREDO, R. (Org.). **Marketing Político e Persuasão Eleitoral**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

\_\_\_\_\_; ALDÉ, Alessandra; DIAS, Heloísa; JORGE, Vladimyr. **Estratégias de persuasão eleitoral**: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral. *Opinião Pública*, Campinas, v. IV, n. 3, p.182-203, nov. 1997.

FOLHA DE S.PAULO. **Manual de Redação**. 3 ed. São Paulo: Publifolha, 2001.

\_\_\_\_\_. Erenice Guerra rebate acusações e coloca sigilos à disposição. **Poder**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/797330-erenice-guerra-rebate-acusacoes-e-coloca-sigilos-a-disposicao.shtml>>. Acesso em: 23 jul. 2012.

FLORES, Vitor. Dialogismo e enunciação: Elementos para uma epistemologia da linguística. **Linguagem & Ensino**, v. 1, n. 1, p. 3-32, 1998.

FOWLER, R. **Language in the News**. Londres, Inglaterra: Routledge, 1991.

FOREIGN POLICY. **Foreign Policy's**: first annual list of the 100 top global thinkers. Dez. 2009. Disponível em: <[http://www.foreignpolicy.com/articles/2009/11/30/the\\_fp\\_top\\_100\\_global\\_thinkers?page=0,10](http://www.foreignpolicy.com/articles/2009/11/30/the_fp_top_100_global_thinkers?page=0,10)>. Acesso em: 2 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. **Foreign Policy's**: Second Annual Top 100 Global Thinkers. Dez. 2010. Disponível em: <[http://www.foreignpolicy.com/articles/2010/11/29/the\\_fp\\_top\\_100\\_global\\_thinkers?page=0,30](http://www.foreignpolicy.com/articles/2010/11/29/the_fp_top_100_global_thinkers?page=0,30)>. Acesso em: 2 dez. 2010.

FOUCAULT, Michael [1979]. **Microfísica do Poder**. 5 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

G1. Brasil ocupa 73ª posição entre 169 países no IDH 2010. **Notícias em Brasil**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/11/brasil-ocupa-73-posicao-entre-169-paises-no-idh-2010.html>>. Acesso em: 18 nov. de 2010.

GABEIRA, Fernando. Esperança em movimento. **O Estado de S.Paulo**. 7 jan. 2011. Disponível em: <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20110107/not\\_imp663106,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20110107/not_imp663106,0.php)>. Acesso em: 22 mar. 2011.

GEGE – Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso. **Palavras e contrapalavras**: glossariando conceitos, categorias e noções de Bakhtin. São Carlos: Pedro & João Editores, 2009.



GERALDI<sup>1</sup>, João Wanderley. Alteridades: espaços e tempos de instabilidade. In: GERALDI, João Wanderley. **Ancoragens: estudos bakhtinianos**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

\_\_\_\_\_.<sup>2</sup>. Depois do 'show': como encontrar encantamento. **Ancoragens: Estudos Bakhtinianos**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

\_\_\_\_\_. A diferença identifiica. A desigualdade deforma. Percursos bakhtinianos de construção ética e estética. In: FREITAS, Maria Teresa; SOUZA, Solange; KRAMER, Sônia (Orgs.). **Ciências humanas e pesquisa: leitura de Mikhail Bakhtin**. São Paulo: Cortez, 2003. p.39-56.

GITLIN, Todd. **The Whole World is Watching**. Berkeley, USA: University of California Press, 1980.

GOMES, Wilson. Esfera pública política em Mudança Estrutural da Esfera Pública. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rosiley. **Comunicação e democracia: problemas e perspectiva**. São Paulo: Paulus, 2008. p.31-162.

\_\_\_\_\_. Estratégia retórica e ética da argumentação na política. In: FAUSTO NETO, Antonio. BRAGA, José Luiz; PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **Comunicação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. p.117-133.

GONÇALVES, Maxlander Dias. **VEJA: uma história do PT e do primeiro governo Lula sob a ótica das notícias**. 2009. 233f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

GONÇALVES FILHO, Antônio. EDGAR MORIN: "Nosso pensamento está muito preso ao passado". **O ESTADO DE S.PAULO**. Caderno 2, São Paulo, 02 ago. 2009. Diário.

GOUVEIA, Aparecida J. Notas a respeito das diferentes propostas metodológicas apresentadas. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 49, p. 67-70, mai. 1984.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural na esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

\_\_\_\_\_. **Mudança estrutural na esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1961.

HACKETT, Robert. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Veja, 1993. p.101-130.

HERÉDIA, Leila. A retórica dos jornais. In: **ANPOCS - 32º Encontro Anual**, Caxambu, 2008.

HIRSCHMAN, Albert O. Exit, Voice, and Loyalty. **Responses to Decline in Firms, Organizations, and States**. Cambridge, Inglaterra: Harvard University Press, 1970.

\_\_\_\_\_. **Saída, voz e lealdade**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973.

HOLBROOK, T. M. **Do Campaigns Matter?** Londres, Inglaterra: Sage Publications, 1966.

INÁCIO, Elissandro Martins. **O controle espetacular nas capas da revista Veja: uma análise discursiva**. 2008, 117f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2008.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Comunicado do IPEA**. Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil. Brasil, n. 58, 13 jun. 2010. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100713\\_comunicado58.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100713_comunicado58.pdf)>. Acesso em: 26 nov. 2010.

JAWORSKI, Adam. GALASINSKI, Dariusz. The Verbal Construction of Non-Verbal Behaviour: British Press Reports of President Clinton's Grand Jury Testimony Video. **Discourse & Society**. Londres, Inglaterra, n. 13(5), p. 629–49, 2002. Disponível em: < <http://das.sagepub.com/content/13/5/629.full.pdf+html> >. Acesso em: 19 jul. 2012.

JORGE, Vladimyr. **Meios de comunicação de massa e Poder Legislativo**. Uma análise da cobertura do Congresso Nacional pelos jornais brasileiros (1985 a 1990). 2003. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

KEHL, Maria Rita. Dois pesos. **O Estado de S.Paulo**. 2 out. 2010. Caderno Cultura. Disponível em: <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20101002/not\\_imp618576,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20101002/not_imp618576,0.php)>. Acesso em: 7 jun. 2011.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Os programas de transferência de renda e o voto regional nas eleições presidenciais de 2010. **OPINIÃO PÚBLICA**. Campinas, v. 17, n. 2, p. 477-492, nov. 2011.

KOCH, Ingedore. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2000.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda**: jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988. São Paulo: Ed. Boitempo, 2004.

LEWIS-BECK, Michael. **Economics and Elections**. Ann Arbor, USA: University of Michigan Press, 1988

LIMA, Venício de. Televisão e política: hipótese sobre a eleição presidencial de 1989. **Comunicação e política**, São Paulo, n. 11, p. 29-54, abr./jun. 1990.

\_\_\_\_\_. **Mídia**: teoria e política. São Paulo: Ed. da Fundação Perseu Abramo, 2001.

LIHUA, LIU. Discourse construction of social power: interpersonal rhetoric in editorials of the China Daily. **Discourse Studies**, n. 11, p. 59-78, fev. 2009.

LOYOLA BRANDÃO, Ignácio de. **Não verás país nenhum**. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

LUHMANN, Niklas. **Complexitat social i opinió pública**. Barcelona, Espanha: Periodística, 1989.

MACHADO, Mônica. A retórica da reeleição: mapeando os discursos dos Programas Eleitorais (HGPE) em 1998 e 2006. **Opinião Pública** [online]. v.15, n. 1, p. 159-189, 2009. Disponível: em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v15n1/a08v15n1.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2012. Dados do doi: 10.1590/S0104-62762009000100007.

MANCINI, Paolo; SWANSON, David. Politics, media and modern democracy: introduction. In: SWANSON, David (Org.) **Politics, media and modern democracy**: an international study of innovations in electoral campaigning and their consequences. Wesport/Londres, Inglaterra: Praeger, p.1-26, 1996.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 29, ano 10, out. 1995.

\_\_\_\_\_; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C. Eleições e representação. **Lua Nova**. São Paulo, n. 67, p. 105-138, 2006.

MARIANI, B. Discurso e instituição: a imprensa. **Rua**, Campinas, n. 5, p.47-61, 1999.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Ofício de cartógrafo**. Santiago del Chile, Chile: FCE, 2002.

MARTÍNEZ ALBERTO, José Luis. **El ocaso del Periodismo**. Barcelona, Espanha: CIMS, 1997.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República**, São Paulo (1890-1922). São Paulo: EdUSP, 2001.

MARTIN, Luiz Fernando. **Informações – Carta Capital** (mensagem pessoal). Mensagem recebida por <romulo\_jornalismo@hotmail.com> em 10 dez. 2010.

MATOS, Heloiza H. G. **Modos de olhar o discurso autoritário no Brasil (1964-1974): o noticiário de primeira página na imprensa e a propaganda política na televisão**. 1989. Tese. (Doutorado em Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

\_\_\_\_\_. Heloíza (Org.) **Mídia, eleições e democracia**. São Paulo: Scritta, 1994.

MCCOMBS, Maxwell. **Estableciendo la agenda: el impacto de los medios en la opinión público y en el conocimiento**. Barcelona, Espanha: Paidós, 2006.

\_\_\_\_\_: SHAW, D. The agenda-setting function of mass media. **Public Opinion Quarterly**, n. 36(2), p. 176-185, 1972. Dados do doi: 10.1086/267990

MELO, José Marques de. Impasses do jornalismo na virada do milênio. In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). **Produção e circulação do conhecimento: política, ciência, divulgação**. v. 2, Campinas: Ed. Pontes, 2003.

\_\_\_\_\_. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3 ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2001.

\_\_\_\_\_. **Gêneros Jornalísticos na Folha de S.Paulo**. São Paulo: FTD/USP, 1992.

MELO, Sandra Helena Dias de. **Identidade, ética e linguagem: uma análise pragmática das práticas discursivas na imprensa (ou como fazer um “bom” jornalismo com palavras)**. 2005. 210 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas.

MENEGUELLO, R. ; AZEVEDO, F. A. ; SCHMITT, R. ; CHAIA, V. M. . São Paulo: embate partidário, mídia e comportamento eleitoral. In: SILVEIRA, Flávio Eduardo (Org.). **Estratégia, Mídia e Voto**. 1 ed. Porto Alegre: EDUPUCRS, 2002.

MENEZES, Daiane Boelhouwer. A retórica da intransigência brasileira: uma análise do discurso da oposição durante o primeiro governo Lula. In: **32º Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, 2008.

MELTZER, Kimberly. Newspaper editorial boards and the practice of endorsing candidates for political office in the United States. In: **Journalism**, n. 8, p. 83-103, fev. 2007.

MIGUEL, Luis Felipe. Mídia e eleições: a campanha de 1998 na Rede Globo. **Dados**, v. 42, n. 2, p.245-276, 1999.

\_\_\_\_\_. Um ponto cego nas teorias da democracia: os meios de comunicação. **Revista BIB**, Rio de Janeiro, n. 49, 2000-2001.

\_\_\_\_\_. Dossiê Mídia e Política. **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, n. 22, p. 7-12, jun. 2004.

\_\_\_\_\_. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova**. São Paulo, n. 55-56, p. 155-184, 2002.

MIOTELLO, Valdemir. Ideologia. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin, conceitos-chaves**. São Paulo: Ed. Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_. A memória do passado em jogo com a memória do futuro constitui sentidos agora. Daí que os projetos de dizer dos sujeitos têm importância. In: MANFRIN, Aline Maria Pacífico. et al. (Org.). **Veredas Bakhtinianas: de objetos a sujeitos**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2006, v. 1, p. 277-287.

\_\_\_\_\_. Compreendendo alguns conceitos bakhtinianos. **Versão Beta**, São Carlos, n. 10, p. 2-10, 2002.

\_\_\_\_\_. Apontamentos para uma conversa a partir de uma filosofia moral. **CÍRCULO – Rodas de Conversa Bakhtiniana: caderno de textos e anotações**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010, p.326-330.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. **The spiral of silence: our social skin**. 2 ed. Chicago, USA: University of Chicago Press, 1993.

NERI, Marcelo Cortes (coord.). **A nova classe média**: o lado brilhante dos pobres. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas. v. 1, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cps/ncm/>>. Acesso em: 26 nov. 2010.

NERI, Marcelo Cortes (coord.). **A geografia das fontes de renda**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cps/docs/geofonte.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2010.

NERI, Marcelo Cortes (coord.). **A nova Classe Média**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2008. Disponível em: <[http://www.fgv.br/cps/classe\\_media/](http://www.fgv.br/cps/classe_media/)>. Acesso em: 9 dez. 2010.

NERI, Marcelo Cortes (coord.). **Os emergentes dos emergentes**: reflexões globais e ações locais para a nova classe média brasileira. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2011. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cps/brics/>>. Acesso em: 25 jul. 2011.

NERY, Marina. Números impressionantes e diversidade marcam a mídia dos Brics. In: CASTRO, Daniel; MELO, José Marques de; CASTRO, Cosette. **Panorama da comunicação e telecomunicações no Brasil**. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2010. p. 183-188.

NEVES, Aécio. Leia a íntegra da carta em que Aécio anuncia desistência. **Estadão.com.br**. 17 dez. 2009, Política. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,leia-a-integra-da-carta-em-que-aecio-anuncia-desistencia,483770,0.htm>. Acesso em: 3 dez. 2010.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. O potencial efeito de Marina. **O Estado de S.Paulo**. São Paulo, 22 mai. 2010, p.A2.

NUNES, Márcia Vidal. Mídia e Eleição. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas (Org.). **Comunicação e Política**: conceitos e abordagens. São Paulo: Ed. da UNESP, 2004, p. 347-378.

OLIVEIRA, Luiz Ademir de. A importância da mídia nas disputas eleitorais: as estratégias para 2010. **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 2, n. 8, p. 18-23, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.opiniaopublica.ufmg.br/emdebate/07-Oliveira12.pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2010.

ORLANDINI, Romulo Augusto. **Jornalismo criativo e os gêneros do discurso jornalístico**. 2008, 227f. Dissertação (Mestrado em Linguística), Centro de Educação e Ciência Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

O GLOBO. **A íntegra da carta da senadora Marina Silva comunicando a saída do PT.** 19 out. 2009. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/mat/2009/08/19/a-integra-da-carta-da-senadora-marina-silva-comunicando-saida-do-pt-757478774.asp>>. Acesso em: 2 dez. 2010.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa:** abordagem teórico-prática. 2 ed. Campinas: Papirus Ed., 1997.

PARO, Denise. **A decodificação da notícia a partir do lead.** 143f. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Unesp, Bauru, 2005.

PATURY, Felipe. PORTELA, Fábio. Candidato confesso. **Revista Veja.** São Paulo. Ed. 2157, 24 mar. 2010. Disponível em:< <http://veja.abril.com.br/240310/candidato-confesso-p-086.shtml>>. Acesso em: 3 dez. 2010.

PÊCHEUX, M. [1983] **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Campinas: Ed. Pontes, 1997.

PELLEGRINI, Aline; OLIVEIRA, Elida; MOTTA, Filipe; FERREIRA, Flávio. Eleitores reprovam 75% dos candidatos "fichas-sujas". **Folha de S.Paulo.** São Paulo. Caderno Poder. 8 de out. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0810201024.htm>>. Acesso em: 1 dez. 2010.

PORTO, Mauro. Muito além da informação: mídia, cidadania e o dilema democrático. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 12, n. 4, p.17-25, 1998.

\_\_\_\_\_. Enquadramentos da Mídia e Política. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas (Org.). **Comunicação e Política:** conceitos e abordagens. São Paulo: Ed. da UNESP, 2004. P. 73-104

\_\_\_\_\_. Enquadramentos da mídia e política. In: ENCONTRO ANUAL ANPOCS. XXVI. Caxambú, 22 a 26 set. 2002. **Anais.** Caxambú, 2002.

\_\_\_\_\_. Mass media and politics in democratic Brazil. In: CONFERENCE FIFTEEN YEARS OF DEMOCRACY IN BRAZIL. Londres, 2001. **Proceedings.** Londres, Inglaterra: Institute of Latin American Studies, 2001.

\_\_\_\_\_. **Media Framing and Citizen Competence:** Televisions and Audiences – Interpretations of Politics in Brazil. 2001. Tese (Doutorado), University of California, San Diego, Estados Unidos. 2001.

\_\_\_\_\_. A mídia brasileira e a eleição presidencial de 2000 nos EUA: a cobertura do Jornal Folha de S.Paulo. **Cadernos do CEAM**, ano II, n. 6, p.11-32, 2001.

PONZIO, Augusto. **A revolução bakhtiniana**. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

PUDDEPHATT, Andrew. A importância da autorregulação da mídia para a defesa da liberdade de expressão. **Unesco: Comunicação e informação**, n. 9, fev. 2011. (Série Debates CI).

RIBEIRO, Pedro José Floriano. Campanhas eleitorais em sociedades midiáticas: articulando e revisando conceitos. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 22, jun. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782004000100004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782004000100004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 18 nov. 2010.

RIBEIRO, Francielle Camila Santos; TELEGINSKI, Jaqueline; SOUZA, Jodson Henrique de; GUGELMIN, Renata Maciel. A evolução do produto interno bruto brasileiro entre 1993 e 2009. **Vitrine da Conjuntura**, Curitiba, v. 3, n. 5, jul. 2010. Disponível em: <<http://www2.fae.edu/galeria/getImage/1/1395677446523294.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2010.

RIBEIRO, Jorge Cláudio. **Sempre alerta: condições e contradições do trabalho jornalístico**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

RUBIM, Antonio Albino Canela; AZEVEDO, Fernando Antonio. Mídia e Política no Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, v. 1, n. 43, 1998. p. 189-216.

RUBIM, Antonio Albino Canela. Definindo a Idade Mídia na Contemporaneidade. In: **Idade Mídia**. São Paulo, n. 3, p. 07-21, 2003.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Idade Mídia**. Salvador: EDUFBA, 1995.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Mídia e Eleições de 1998**. Salvador: UFBA/Ed. Universitária, 2000.

RICHARDSON, John; LANCENDORFER, Karen. Framing Affirmative Action: The Influence of Race on Newspaper Editorial Responses to the University of Michigan Cases. **The Harvard International Journal of Press/Politics**, n. 9, p. 74-94, 2004.

SALGADO, Susana. **Os candidatos presidenciais**. Construção de imagens e discurso nos media (2006). Coimbra, Portugal: MinervaCoimbra, 2010.



SAMPEDRO, Victor Blanco. **Opini3n p3blica y democracia deliberativa**. Madrid, Espanha: Ediciones Istmo, 2000.

\_\_\_\_\_; CARRIÇO REIS, Bruno y REIS, Andrea. Las otras campanhas. Ciudadan3a y acci3n colectiva en periodo electoral. In: SAMPEDRO, V3ctor (Ed.) Medios y elecciones 2004. **La campanha electoral y "las otras campanhas"**. Madrid, Espanha: URJC-UGR, 2004.

SAUSSURE, Ferdinand de [1916]. **Curso de Lingu3stica Geral**. S3o Paulo: Ed. Cultrix, 2000.

SCALZO, Marilza. *Jornalismo de revista*. 3ª ed. S3o Paulo, Ed. Contexto, 2003.

SECRETARIA NACIONAL DE RENDA E CIDADANIA. **Informa33es do Cadastro 3nico e do Programa Bolsa Fam3lia. N3mero de fam3lias benefici3rias do Programa Bolsa Fam3lia**. Dispon3vel em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RI\\_senarc/grafico\\_BF\\_fam2.php?ibge=0](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RI_senarc/grafico_BF_fam2.php?ibge=0)>. Acesso em: 25 mai. 2012.

SELIGMAN, Felipe. STF decide que Lei da Ficha Limpa vale para elei33es deste ano; Jader 3 barrado. **Folha de S.Paulo**. S3o Paulo. 28 de out. 2010. Caderno Poder. Dispon3vel em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2810201011.htm>>. Acesso em: 1 dez. 2010.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Mil dias**. Os bastidores da revolu33o em um grande jornal. S3o Paulo: Trajet3ria Cultural, 1988.

\_\_\_\_\_. **O adiantado da hora**: a influ3ncia americana sobre o jornalismo brasileiro. S3o Paulo: Ed. Summus, 1991.

SILVA, Eumano; EVELIN, Guilherme; GUROVITZ, H3lio. Dilma: "você acha que sou um poste?". **Revista 3poca**. S3o Paulo, 20 fev. 2010. Dispon3vel em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI122895-15223,00-DILMA+VOCE+ACHA+QUE+SOU+UM+POSTE.html>>. Acesso em: 24 jan. 2012.

SINGER, Andr3 Vitor. *Esquerda e Direita no eleitorado brasileiro*: a identifica33o ideol3gica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994. S3o Paulo, Ed. da Universidade de S3o Paulo, 2002.

SOARES, Murilo C3sar. **Construindo o significado do voto**: ret3rica da propaganda pol3tica pela televis3o. 1995, 371 f. Tese (Doutorado em Ci3ncias da Comunica33o), Faculdade de Comunica33o e Artes, Universidade de S3o Paulo, S3o Paulo, 1995.

\_\_\_\_\_. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SOUZA, Janara Kalline Leal Lopes de; VARÃO, Rafiza. Harold Lasswell: as contribuições do “paladino” do saber comunicacional. ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA DA INTERCOM. VI, São Paulo, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2006. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1393-1.pdf>>. Acesso em: 25 de fev. de 2010.

SOUZA, Josias. Planalto gastou R\$ 3 mi para exibir Dilma em viagens. 30 mai. 2010. **Folha.com.** Disponível em: <[http://josiasdesouza.folha.blog.uol.com.br/reportagens/arch2010-05-01\\_2010-05-31.html](http://josiasdesouza.folha.blog.uol.com.br/reportagens/arch2010-05-01_2010-05-31.html)>. Acesso em: 25 mai. 2012.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1946).** São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

STANKIEWICZ, Adriana; CLETO, Carlos Ilton; LOURENÇO, Gilmar Mendes; GONÇALVES, Jaqueline da Glória Farias; DEZORDI, Lucas Lautert; OLIVEIRA, Semi Cavalcante de Oliveira. Indicadores Econômicos. **Vitrine da Cultura,** Curitiba, v. 3, n. 9, nov. 2010. Disponível em: <<http://www2.fae.edu/galeria/getImage/1/270994579973556.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2010.

TALESE, Gay. **O reino e o poder:** uma história do New York Times. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TOLEDO, José Roberto. Ibope: influência religiosa sobre voto está perto do esgotamento. **O Estado de S.Paulo,** São Paulo, 2010, Política. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/vox-publica/2010/10/14/influencia-religiosa-sobre-eleicao-chega-perto-do-esgotamento/>>. Acesso em: 2 fev. 2010.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX.** São Leopoldo: Unisinos, 2001.

THE ECONOMIST. **Democracy Index 2008:** the economist intelligence unit's index of democracy 2008. Disponível em: <<http://graphics.eiu.com/PDF/Democracy%20Index%202008.pdf>>. Acesso em: 16 de fev. 2010.

\_\_\_\_\_. A slow maturing of democracy. **The Economist Online.** Dez. 2009. Disponível em:

<[http://www.economist.com/world/americas/displaystory.cfm?story\\_id=15080535](http://www.economist.com/world/americas/displaystory.cfm?story_id=15080535)>  
. Acesso em: 25 de fev. de 2010.

TOLEDO, José Roberto de. Intensidade da vitória de Dilma no Nordeste faz diferença. **Estadao.com**. São Paulo, 01 nov. 2010, Vox Publica. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/vox-publica/page/3/>>. Acesso em: 6 dez. 2010.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Ed. Vozes, 1995.

UOL – ELEIÇÕES. **Conheça a trajetória de José Serra, candidato à Presidência pelo PSDB**. Candidatos. 26 de mai. 2010. Disponível em: <<http://eleicoes.uol.com.br/2010/pre-candidatos/conheca-a-trajetoria-de-jose-serra-pre-candidato-a-presidencia-pelo-psdb.jhtm>>. Acesso em: 3 dez. 2010.

VAN DIJK, T. The interdisciplinary study of news as discourse. In: K. Bruhn-Jensen & N. Jankowski, (Orgs.) **Handbook of qualitative methods in mass communication research**. London, Routledge, 1991. p. 108-120.

\_\_\_\_\_. Racism and argumentation: “Race riot” rhetoric in tabloid editorials. In: EEMEREN, F. H. Van (Ed.), **Argumentation illuminated**, Dordrecht, Foris, 1992. p. 242-259.

VEIGA, Luciana Fernandes. **Em busca de razões para o voto**: o uso que o homem comum faz do horário eleitoral. 2001. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2001.

VEJA.COM. Copa do Mundo de 2014. Perguntas e Respostas. **VEJA.com**. Disponível em: <[http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/perguntas\\_respostas/copa\\_do\\_mundo/index.shtml](http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/perguntas_respostas/copa_do_mundo/index.shtml)>. Acesso em: 26 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. O voto nas cidades. **Veja.com**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/eleicoes/eleicoes-2010-municipios.shtml>>. Acesso em: 9 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. **Veja Mídia Kit**. Circulação/Cobertura. Disponível em: <[http://veja.abril.com.br/idade/publiabril/midiakit/veja\\_circulacao\\_cobertura.shtml](http://veja.abril.com.br/idade/publiabril/midiakit/veja_circulacao_cobertura.shtml)>. Acesso em: 10 dez. 2010.

VENTURI, G. Pesquisas Pré-Eleitorais: legitimidade, influência e contribuições à cidadania. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 3, n. 2, ago. 1995.

VITÓRIA POPULAR. Ficha Limpa é aprovada no Senado Federal. **Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral**. Disponível em: <<http://www.mcce.org.br/node/274>>. Acesso em: 1 dez. 2010.

ZAMPIER, Débora. Justiça Eleitoral multa Lula, Dilma e PT por propaganda antecipada em 2010. 1 mar. 2012. **Agência Brasil**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-03-01/justica-eleitoral-multa-lula-dilma-e-pt-por-propaganda-antecipada-em-2010>>. Acesso em: 25 mai. 2012.

ZANOTTI, Carlos Alberto. Sobre conceitos e práticas jornalísticas. **Jornalismo – Revista de estudos**. Campinas, PUC-Campinas, v. 6, n. 1, p.87-100, jan. 2003.

\_\_\_\_\_. O paradoxo do lide: sedução e afastamento. In: **Jornalismo – Revista de estudos do curso de jornalismo**. Campinas: PUC-Campinas, ano 1, n. 1, out. 1998.

\_\_\_\_\_. Entre o jornalismo e a literatura. In: **Conectiva: Revista de Estudos Midiáticos**. Pouso Alegre: PUC-Campinas, v.1, p.19-40, 2003.

\_\_\_\_\_. Gutemberg cai na rede. **Jornalismo**. In: **Revista de estudos do curso de jornalismo**. Campinas: PUC-Campinas, v.5, n. 2, p.5-24, jul./dez. 2002.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa, Portugal: Presença, 1992.

WOLFE, Tom [1963]. **Radical Chique e o Novo Jornalismo**. São Paulo: Companhia da Letras, 2005.

## VII. ANEXOS

### **Anexo I: Lista de editoriais da Folha de S.Paulo**

Inteligência aloprada. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 15 jun. 2010, “Opinião”, p.A2.

Conjunção negativa. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 25 jun. 2010, “Opinião”, p.A2.

Leilão distributivo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 10 jul. 2010, “Opinião”, p.A2.

Papelão e papelada. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 07 jul. 2010, “Opinião”, p.A2.

Folha dos trilhos. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 15 jul. 2010, “Opinião”, p.A2.

À espera da TV. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 25 jul. 2010, “Opinião”, p.A2.

Debate Frustrante. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 07 ago. 2010, “Opinião”, p.A2.

Nova fase. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 14 ago. 2010, “Opinião”, p.A2.

Avesso do avesso. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 21 ago. 2010, “Opinião”, p.A2.

Mistérios de Dilma. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 27/08/2010, “Opinião”, p.A2.

10% verde. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 10 set. 2010, “Opinião”, p.A2.

Males a extirpar. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 15 set. 2010, “Opinião”, p.A2.

A grande família. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 17 set. 2010, “Opinião”, p.A2.

A mesma síndrome. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 19 set. 2010, “Opinião”, p.A2.

Todo poder tem limite. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 19 set. 2010, “Opinião”, p.A2.

Opinião flexível. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 06 out. 2010, “Opinião”, p.A2.

A fé nos boatos. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 12 out. 2010, “Opinião”, p.A2.

Girando em falso. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 16 out. 2010, “Opinião”, p.A2.

Neutra. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 19 out. 2010, “Opinião”, p.A2.

Ofertório eleitoral. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 21 out. 2010, “Opinião”, p.A2.

Descontrole. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 22 out. 2010, “Opinião”, p.A2.

Versões de Erenice. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 27 out. 2010, “Opinião”, p.A2.

Iguais e diferentes. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 31 out. 2010, “Opinião”, p.A2.

## **Anexo II: Lista de editoriais do O Estado de S.Paulo**

- O criador e a criatura. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 15 jun. 2010, “Notas e Informações”, p. A3.
- A extravagância acolhida. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 17 jun. 2010, “Notas e Informações”, p. A3.
- Missão quase impossível. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 02 jul. 2010, “Notas e Informações”, p. A3.
- Nova política para o lixo. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 09 jul. 2010, “Notas e Informações”, p. A3.
- O exército secreto de Dilma. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 16 jul. 2010, “Notas e Informações”, p. A3.
- Promessas da criatura. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 30 jul. 2010, “Notas e Informações”, p. A3.
- Um debate amistoso. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 07 jul. 2010, “Notas e Informações”, p. A3.
- Pai e mãe. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 19 ago. 2010, “Notas e Informações”, p. A3.
- O centro esquecido. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 13/09/2010, “Notas e Informações”, p. A3.
- Apenas cálculo eleitoral. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 18 set. 2010, “Notas e Informações”, p. A3.
- Pânico no metrô. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 24 set. 2010, “Notas e Informações”, p. A3.
- A imprensa no pós Lula. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 25 set. 2010, “Notas e Informações”, p. A3.
- A nova ofensiva do PCC. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 03 out. 2010, “Notas e Informações”, p. A3.
- A implosão do plebiscito. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 05 out. 2010, “Notas e Informações”, p. A3.
- O fim de um tabu. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 05 out. 2010, “Notas e Informações”, p. A3.
- Texto, contexto e subtexto. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 09 out. 2010, “Notas e Informações”, p. A3.
- A compulsão fala mais alto. *O Estado de S.Paulo*, 15 out. 2010, “Notas e informações”, p.A2.
- A inviabilidade do trem bala. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 11 out. 2010,” Notas e Informações”, p. A3.
- É isso que o PT quer? *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 20 out. 2010, “Notas e Informações”, p. A3.
- Lula quer mandar na Vale. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 21 out. 2010, “Notas e Informações”, p. A3.
- Uma questão de caráter. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 22 out. 2010, “Notas e Informações”, p. A3.
- O caminho das pedras. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 27 out. 2010, “Notas e Informações”, p. A3.
- À moda do PT. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 28 out. 2010, “Notas e Informações”, p. A3.

## Inteligência aloprada

Os índices de popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não refletem apenas sua empatia popular. São também fruto da capacidade que demonstrou, como governante, de preservar as conquistas de seu antecessor e avançar no crescimento econômico e na distribuição de renda, por meio de medidas como a elevação do salário mínimo, o aumento do crédito e a ampliação do programa Bolsa Família.

Bem sucedido no plano interno, Lula também fez fama no palco global. Tornou-se uma espécie de "popstar" da política emergente, o "cara" com quem chefes de Estado de variadas procedências querem aparecer na fotografia.

Tudo isso, como se sabe, confere ao presidente um papel relevante na disputa eleitoral -que ele tem exercido, aliás, com mais desenvoltura do que o recomendável. Fala o que deseja, quando deseja, onde deseja, como se pairasse acima do bem e do mal.

Multado cinco vezes por ferir as regras eleitorais, chegou ao cúmulo de tratar juízes de maneira jocosa, em sintomático menosprezo ao Poder Judiciário.

No domingo passado, durante o lançamento da dupla Dilma Rousseff e Michel Temer, Lula não ofendeu a lei, mas a realidade. Ao afirmar que seus oponentes "inventam" dossiês e fazem "jogo rasteiro", o presidente, sem cerimônia, inverteu os fatos e usou seu peso político para, mais uma vez, acobertar correligionários.

Até aqui, vieram dos bastidores petistas as evidências sobre montagens de dossiês para atingir rivais. Além da investida contra o candidato José Serra e membros de sua família, a "equipe de inteligência" de Dilma levantou dados fiscais e financeiros sigilosos do tucano Eduardo Jorge, conforme a Folha revelou no último sábado.

Repete-se o que ocorreu na campanha de Aloizio Mercadante ao governo paulista -quando petistas tentaram forjar um dossiê contra o rival do PSDB.

Naquela ocasião foi o próprio Lula quem escolheu o termo que acabou por batizar os afoitos companheiros. Ficaram conhecidos como "aloprados" -expressão que, pelo visto, não perdeu a validade quatro anos depois.

## Conjunção negativa

### **Resultado de pesquisa, dificuldades com alianças e problemas para escolha de vice caracterizam fase ruim para o candidato tucano**

Nos meses de fevereiro e março, o governador de São Paulo, José Serra, experimentou alguns dissabores. Seu afilhado político, o prefeito Gilberto Kassab, teve o mandato cassado por decisão de um juiz, que viu irregularidades em doações relativas à campanha de 2008. A decisão caiu, mas o episódio não foi bom para a imagem de Serra, então virtual candidato do PSDB à Presidência da República.

Para aumentar o desconforto, enchentes deixaram a capital às portas do caos e pesquisas de intenção de votos mostraram que a liderança eleitoral do tucano começava a ser corroída pela ascensão da candidata do Planalto.

Alguns comentaristas lembraram que o governador vivia seu "inferno astral" -ou seja, o período de 30 dias que antecede a data de aniversário, quando, segundo a superstição astrológica, pessoas ficam mais vulneráveis a ocorrências negativas. Serra, nascido sob o signo de Peixes, comemorou 68 anos no dia 19 de março.

Mas se aquela foi a fase da má sorte, o que dizer da quadra atual? Pela primeira vez uma pesquisa mostra Dilma Rousseff em nítida vantagem sobre o pretendente do PSDB. Segundo dados apurados pelo Ibope, a petista, que avança no eleitorado do Sudeste, chegaria à frente no primeiro turno e venceria o rival no segundo.

Embora ainda seja um tanto cedo para interpretações definitivas, trata-se de uma péssima notícia para Serra, que pouco antes da realização do levantamento havia sido o protagonista de um programa de TV de sua sigla.

Vê-se que não será nada fácil para a oposição conter a maré da candidatura Dilma. Primeiro, pelo fato de o governismo exercer muito peso na disputa; segundo, porque o presidente Lula, ao contrário de seu antecessor Fernando Henrique Cardoso, experimenta, ao final do mandato, índices inéditos de popularidade, em meio a uma conjuntura econômica extremamente favorável ao país.

Do outro lado, são muitas as dificuldades da campanha tucana. O ex-governador, por exemplo, tem se deparado com obstáculos para fechar alianças regionais, situação que, aliás, poderá se agravar caso outras pesquisas confirmem o movimento



ora registrado.

A própria escolha do vice de Serra permanece embaraçada, depois de o senador Sérgio Guerra, possível nome para a formação de uma chapa "puro-sangue", ter sido alvo de reportagens acerca de contratações duvidosas de funcionários de seu gabinete.

Numa campanha com as características da atual, o candidato da oposição precisa, para triunfar, cercar-se de fatores os mais positivos possíveis -ou esperar por algum grande deslize do concorrente. Não foi, até aqui, o que os astros reservaram para Serra.

## **Leilão distributivo**

### **Na campanha sucessória, o debate em torno do programa Bolsa Família se enreda em contradições e preconceitos ideológicos**

Poucos temas, neste início de campanha eleitoral, cercam-se de tantos preconceitos e tabus quanto o do Bolsa Família.

Petistas e tucanos, não sem motivos, podem reivindicar a paternidade da ideia, cujos primeiros ensaios se deram em Campinas, com o prefeito José Roberto Magalhães Teixeira (PSDB), e no Distrito Federal, no governo do então petista Cristovam Buarque. Lembre-se ainda o papel de um puro petelista - Antônio Carlos Magalhães - na criação, pelo Congresso, do fundo que viria a financiar as medidas redistributivas do governo FHC, ampliadas consideravelmente por seu sucessor.

Ao mesmo tempo em que, na prática, dissolve-se a exclusividade de um partido na implantação do programa, é inegável que setores de direita e de esquerda compartilham de certo desconforto ideológico diante da questão.

Do ponto de vista mais conservador, inspirado nas críticas da direita americana ao "welfare state", manifesta-se a reticência diante do que poderia consistir num prêmio à acomodação. No campo da esquerda ortodoxa, somente o pragmatismo partidário abafa as reações de desdém, antes frequentes, em face do aspecto paliativo de tais programas.

Os dois pontos de vista serviram para que o termo "bolsa-esmola" viesse a ser utilizado para desqualificar a iniciativa, conforme fosse petista ou peessedebista a administração que a implementasse. O fato é que, na campanha, desaparecem as ressalvas de praxe.

Temendo ser identificado com os adversários do programa, o tucano José Serra promete duplicar sua abrangência. Não é errado, pois além das 12,6 milhões de famílias que já se beneficiam do sistema, mais 15 milhões continuam abaixo da linha de pobreza. "Não se trata de duplicar ou triplicar", reage a petista Dilma Rousseff, "mas de chegar a quantas famílias forem necessárias". O que, pensando bem, não é muito diferente do que dissera seu opositor.

Vale lembrar, em todo caso, que um dia depois do arroubo distributivo do tucano, providenciou-se uma ampliação dos programas de transferência de renda no Estado de São Paulo, que haviam encolhido na gestão de Serra.

O atual secretário de Assistência Social refuta acusações de adequação oportunista à agenda do candidato. "Nem sabia disso! Faz dois anos que não falo com ele."

A frase poderia ser utilizada na campanha petista, aliás, como sinal de desinteresse do tucano nessa área. Melhor, em todo caso, do que jactar-se de ter "o social" no DNA, como fez Marina Silva, num infeliz momento darwinista.

A candidata do PV cogita, igualmente, de constituir um corpo de atendentes para que o Bolsa Família passe a ser não apenas um programa de transferência de renda mas também de promoção econômica e social. Proposta duvidosa, pelos gastos envolvidos na criação de uma vasta camada funcional, facilmente instrumentalizável, de resto, para fins políticos.

Nas ambiguidades ideológicas e nos rumores que cercam o tema, há de todo modo um componente de contradição real no Bolsa Família: assim como é importante mantê-lo e ampliá-lo, não há dúvida de que o ideal seria o programa se tornar desnecessário.

Num paradoxo, faz sentido que o Bolsa Família cresça, e que diminua ao longo do tempo. As chamadas "portas de saída" dificilmente se prestam a discussões sérias, todavia, quando está em curso o leilão eleitoral dos seus benefícios.

## Papelada e papelão

---

*Com lances farsescos e programas  
tratados com descaso, começa  
oficialmente a campanha eleitoral  
que na prática já havia começado*

---

Começa agora, legalmente, a campanha presidencial. O que equivale a dizer, como sabe qualquer cidadão brasileiro, que já havia começado há muito tempo.

Não apenas a política mas também a atividade econômica e a vida cotidiana regem-se no Brasil por uma espécie de superstição burocrática -e pela necessidade, a que não falta algum prazer, de fugir a seus quebrantos e tabus.

Tanto José Serra (PSDB) quanto Dilma Rousseff (PT) e Marina Silva (PV) vinham participando de eventos, encontros, entrevistas, paradas, desfiles, convescotes e piqueniques de evidente significado eleitoral.

Puni-los, como se quis fazer, por anteciparem o calendário de campanha só fazia sentido para a burocracia do Tribunal Superior Eleitoral -que, diga-se de passagem, não tinha alternativa que não a de aplicar uma legislação elaborada, afinal, pelos próprios políticos que nunca se empenharam em respeitá-la.

A comédia continua. Obrigados pela legislação a apresentarem seus programas de governo, junto com a papelada que os autoriza finalmente a fazerem o que já faziam, os candidatos do PSDB e do PT saíram-se, cada um a seu modo, com soluções bizarras.

Em vez de um plano de governo, o TSE recebeu dois discursos de José Serra -no qual cabiam referências a Luís 14 e à necessidade de governar com "prioridades claras". Mesmo que não se saiba quais sejam.

Ou melhor, sabe-se perfeitamente. Serão as mesmas dos demais: saúde, educação, segurança, o que mais disserem os marqueteiros, as pesquisas de opinião e o senso comum.

Quanto a **Dilma Rousseff**, sua assessoria entregou de fato um programa. Mas não era o programa da candidata. Era, isto sim, um elenco de propostas elaboradas pelo PT, entre as quais se incluíam temas como o controle social dos meios de comunicação e o imposto sobre as grandes fortunas.

A própria candidata (pelo menos oficialmente) e os partidos com que ela se aliou, em especial o PMDB, estão longe, todavia, de apoiar tais ideias. Haviam sido incluídas, em outro sintoma de formalismo e superstição, num documento destinado apenas a contentar as expectativas de militantes partidários, e feito expressamente para ser atenuado depois.

À última hora, retirou-se de cena a polêmica apostila. E saltou de algum arquivo uma versão corrigida -que, sendo menos controversa, não terá sido mais detalhada do que o documento anterior.

O paradoxo se completa. Candidatos que, extraoficialmente, estavam há meses em campanha se comportam, na hora de apresentar seus programas, como se surpreendidos pelo prazo exíguo.

Um palavório mal-ajambrado aparece, então, como o conjunto de diretrizes a ser adotado pelos candidatos que se proclamam experientes e preparados para assumir o cargo almejado.

Nada, em suma, é para valer. Do mais inflexível ativista do PT ao mais detalhista magistrado do TSE, do mais tecnocrático assessor de **José Serra** ao mais ingênuo dos eleitores, ninguém ignora o essencial: que os programas não existem; e, se existissem, provavelmente não haveria quem notasse a diferença.

## Fora dos trilhos

### **Com pretensa sutileza, o presidente Lula mais uma vez transforma evento oficial em ato de campanha a favor da candidata Dilma Rousseff**

Conhece-se bem o caso daqueles zagueiros especializados na canelada e no carrinho que, depois de derrubar o adversário sem a menor cerimônia, inclinam-se docemente sobre a vítima, pedindo desculpas e oferecendo-se para levantá-la do chão. O hábito da gentileza cínica, que confere algum colorido de comédia aos mais tediosos jogos de futebol, vem há um bom tempo sendo transplantado para o campo da política pelo presidente Lula. Poucas vezes de forma tão deslavada, todavia, quanto nestes últimos dias.

Na terça-feira, durante o lançamento do edital para a construção do trem-bala, novamente aproveitou para fazer campanha em prol da candidata do PT à sua sucessão, Dilma Rousseff.

No dia seguinte, retratou-se pela flagrante violação do código eleitoral: "Eu não tenho por hábito desafiar nem o mais humilde dos brasileiros", disse o presidente, "quanto mais desafiar uma legislação que nós mesmos criamos no Congresso Nacional".

Para quem ainda duvidasse, Lula arrematou o lance com nova manifestação de obediência, um pouco como o jogador fãtoso que ouve, com as mãos atrás das costas, as reprimendas do juiz: "Se eu cometi um erro político, eu peço desculpas".

A farsa da atitude, todavia, revela-se por inteiro. Antes de citar o nome da candidata, Lula deu mostras de saber exatamente o que estava fazendo. "Eu nem poderia falar o nome dela porque tem um processo eleitoral", disse o presidente, "mas a história a gente também não pode esconder por causa da eleição".

Assim, por uma questão de "justiça", concluiu: "A verdade é que a companheira Dilma Rousseff assumiu a responsabilidade de fazer esse TAV [o trem-bala], e foi ela que cuidou... Não podemos negar isso".

Não se trata de negar, a priori, a capacidade técnica da candidata, muito menos de aceitar acriticamente a tese da "propaganda eleitoral antecipada", que motivou várias das multas aplicadas pelo TSE ao presidente.

Era irrealista e burocrático, por certo, estabelecer um prazo oficial para o início da campanha, e esperar que candidatos deste ou daquele partido se abstivessem de movimentações eleitorais antes do tempo. Acostumando-se a infringir essa regra, o presidente Lula foi além, todavia.

Caracteriza-se plenamente o uso da administração pública, com sua máquina de projetos, anúncios, siglas e promessas, para a promoção de um interesse partidário. Lula já não se contenta em armar inaugurações para as célebres "obras do PAC", ainda que incompletas; o mero lançamento de um edital de concorrência, para uma obra como o trem-bala, transforma-se em ocasião eleitoreira.

A esta altura, vai-se tornando constrangedora a dificuldade da candidata Dilma Rousseff em alcançar autonomia eleitoral, dependendo ainda de ter seu nome carregado por Lula em toda cerimônia de governo. Inegavelmente um grande "puxador" de votos, o presidente atropela mais uma vez a lei - com a sutileza de um zagueiro, ou, se quisermos, de uma locomotiva fora dos trilhos.

## À espera da TV

Não surpreende que os dois principais candidatos à Presidência da República mantenham-se empatados na primeira pesquisa de intenção de voto do Datafolha após a oficialização das candidaturas. Nenhum fato significativo aconteceu para que se pudesse alterar o panorama da disputa.

Questões que ocuparam espaço na imprensa, como as insinuações do deputado Indio da Costa, vice da chapa de José Serra, sobre as relações do PT com as Farc e o narcotráfico estão longe de entusiasmar o eleitor.

Da mesma forma, por mais que possam ser graves, as revelações sobre vazamento de dados sigilosos do tucano Eduardo Jorge, com vistas à confecção de um dossiê por "aloprados" petistas, tampouco inscrevem-se no topo da lista de prioridades da população.

Andando para lá e para cá, distribuindo sorrisos e declarações insossas, Serra e Dilma trocaram, é verdade, algumas fârpas, mas nada aconteceu que se assemelhasse a um debate, no qual pudessem expor suas virtudes e deixar transparecer seus defeitos.

Quando se observam os dados em mais detalhes, as vantagens e desvantagens de cada um parecem se anular mutuamente. Assim, Serra perde terreno entre as mulheres, enquanto Dilma Rousseff oscila negativamente no Nordeste; a petista vai bem na Bahia, Pernambuco e Distrito Federal, mas seu adversário mantém vantagem em São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

Salvo algum acontecimento inesperado, tudo indica que os dois entrarão empatados na fase decisiva da campanha, a partir de 17 agosto, quando terá início o horário eleitoral na TV -que, como mostra a pesquisa, é o meio mais utilizado pelos eleitores para buscar informações.



## Debate frustrante

### **Regras e artificialismos em excesso, impostos pelos candidatos, deram o tom do primeiro debate eleitoral da TV, que deixou a desejar**

Dilma Rousseff (PT), José Serra (PSDB), Marina Silva (PV) e Plínio de Arruda Sampaio (PSOL) estiveram frente a frente, pela primeira vez, anteontem à noite. Foi, no entanto, decepcionante o primeiro debate entre os principais candidatos à Presidência da República, realizado pela TV Bandeirantes.

Repetiu-se no estúdio da emissora algo que já se tornou rotineiro nas disputas eleitorais. O desempenho dos presidencialistas acabou sendo pautado por roteiros meticulosamente desenhados por marqueteiros, que se beneficiam de regras (definidas em comum acordo pelas campanhas) destinadas a engessar o debate e reduzir ao máximo os riscos de exposição e tropeço dos concorrentes.

Tudo se torna espetacular e previsível ao mesmo tempo. Em lugar de discussão mais direta e aberta prevalecem as estratégias, as artimanhas, os pequenos truques, as pegadinhas -enfim, a encenação.

Nesse ambiente de excesso de cuidados e artificialismo, os grandes temas foram preteridos ou tratados com frustrante ligeireza.

Não faltaram, é verdade, alguns momentos de polarização entre os dois principais adversários. A iniciativa maior coube a Serra, mais interessado em chamar Dilma para o confronto.

Houve divergência em relação aos mutirões de saúde, cuja interrupção no governo Lula o tucano criticou. A petista divergiu, caracterizando-os como política de "emergência", sem papel "estruturante" para a área.

O tucano insistiu também nos gargalos de infraestrutura -das estradas federais em situação precária aos aeroportos e portos saturados ou obsoletos.

Dilma demonstrou algum nervosismo e hesitou em certos momentos, sobretudo no início do encontro, revelando dificuldades para fazer a defesa de um governo com quase 80% de aprovação popular. Mas, quando Serra se esquivou de defender a gestão de Fernando Henrique Cardoso, alegando não fazer política "de olho no retrovisor", a petista rebateu. Disse que, embora pudesse ser "confortável" para alguns, não era "prudente esquecer o passado".

Entre a celebração acanhada que Dilma fez do período Lula e as críticas muitas vezes periféricas que Serra endereçou ao governo adversário, o debate assumiu contornos tecnocráticos e teve momentos tediosos. Como mostra reportagem de hoje desta Folha, houve, sobretudo por parte de Dilma, uso enganoso de números, que foram maquiados ou apresentados de maneira distorcida.

Prensada pelas duas candidaturas, Marina Silva foi alvo ainda das críticas de Plínio Sampaio, que, sem nada a perder, deu um toque de humor e informalidade ao encontro algo robotizado. Embora pareça improvável, ganharia a democracia se os responsáveis pelas campanhas oferecessem aos eleitores, nos próximos debates, a oportunidade de um confronto mais franco, no qual os candidatos se apresentassem de maneira menos estereotipada, superficial e desinteressante.

## **Dilma avança**

### **Pesquisa Datafolha mostra que estratégia eleitoral de Lula obtém resultado e pode levar a candidata petista a vencer no primeiro turno**

Pesquisa Datafolha publicada hoje mostra que Dilma Rousseff abriu considerável vantagem sobre o tucano José Serra. A petista chega às vésperas do início do horário eleitoral gratuito oito pontos percentuais à frente de seu maior rival. Considerando apenas os votos úteis, Dilma estaria hoje a três pontos de uma conquista no primeiro turno.

Embora o período mais acalorado da campanha esteja por começar, os números traduzem o êxito da estratégia do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cujos índices de popularidade vão se transferindo para sua preferida. A inédita aprovação presidencial ao fim do mandato chega a atrair simpatias -ou pelo menos evitar ataques- de nomes da oposição. Questionado no "Jornal Nacional" sobre o ameno tratamento dispensado a Lula, o ex-governador paulista, em nova tentativa de desvincular criador e criatura, justificou-se dizendo que o presidente da República não é candidato.

É verdade, mas tem sido um incansável cabo eleitoral, a projetar nacionalmente a imagem de Dilma e sua identificação com ela. Repetindo um de seus bordões favoritos, o da metáfora da nação como família, Lula insiste em fazer de Dilma a "mãe" do crescimento econômico e do Brasil -cabendo a ele próprio, num eco populista, o papel de pai.

Não por acaso, a ascensão da petista se associa ao aumento do número de eleitores que tomam conhecimento de sua proximidade com o presidente. Ser a candidata oficial não significa apenas receber o apoio de um governante com boa avaliação e reconhecida capacidade de comunicação popular. Beneficia-se também do peso da máquina governamental e do arco de alianças fisiológicas construído pelo Planalto nos últimos anos.

Por sua vez, a campanha de Serra está longe ser uma obra político-eleitoral admirável. Em meio a ambiguidades e hesitações, tucanos e democratas se desentendem e têm dificuldades em aparecer para o eleitor como desejável alternativa ao lulismo.

Os conflitos internos já se manifestavam anteriormente no próprio âmbito do PSDB, entre Serra e Aécio Neves, que nutria esperanças de ser o candidato à Presidência. A derrota para o paulista não gerou apenas mal-estar em alguns setores da oposição. Também repercutiu de maneira negativa na campanha estadual. Na expectativa de participar da corrida presidencial, o ex-governador mineiro demorou a promover o candidato Antonio Anastasia. Não conseguiu, até aqui, fazer com seu vice o que Lula fez com Dilma.

Se o quadro em Minas não evoluir de modo mais favorável ao PSDB, aumentam as chances de a candidatura petista aproximar-se de uma vitória no primeiro turno. Dilma continua crescendo no Nordeste e no Rio, Estado no qual Serra vai de mal a pior, em que pese o vice carioca de sua chapa -o intrépido deputado Índio da Costa.

Embora seja um candidato mais preparado e experiente, o tucano esbarra em problemas de imagem e em alianças que, além de fracas e desgastadas, não parecem ser as de sua predileção. Num momento em que aumenta a sensação de bem-estar provocada pelos bons ventos econômicos, o poder de inércia do continuísmo parece difícil de ser contido.

## **Pai e mãe**

### **Estratégia governista de tratar política como vida familiar não é republicana e ajuda a encobrir candidata que ninguém conhece**

"O Brasil amadureceu. Não precisa ser uma sociedade infantilizada. Querem infantilizar os brasileiros com essa história de pai e mãe", disse a candidata Marina Silva no debate **Folha/UOL**, que reuniu ontem os três candidatos à Presidência mais bem colocados nas pesquisas eleitorais.

Um discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Pernambuco oferecera, na véspera, mais um exemplo daquilo que a postulante do PV, com acerto, criticava. "A palavra não é governar", anunciou, ao repisar o tema. "A palavra é cuidar. Eu quero ganhar as eleições para cuidar do meu povo como uma mãe cuida do seu filho."

Em ato falho, a frase condensa o presidente e a candidatura por ele inventada. Dilma Rousseff "c'est moi", admite afinal o petista. "Mãe" e "pai" dos brasileiros se fundem na mesma figura mistificadora. A declaração revela mais do que o entendimento de Lula sobre o processo sucessório. A apresentação da política em termos característicos das relações privadas e familiares termina por desvirtuá-la, ao negar o caráter igualitário da esfera pública.

O princípio de igualdade entre os cidadãos deve valer também para seus dirigentes, escolhidos pelo voto. Não pode haver relação hierárquica, do ponto de vista político, entre o mandatário de turno e o conjunto de eleitores. Compete a todos obedecer apenas às leis.

A figura paterna, ao contrário, pressupõe uma relação de superioridade com os filhos. Os laços cordiais, de afeto e de

"cuidado" contidos na imagem proposta por Lula mal disfarçam a herança patrimonial e autoritária da política brasileira. A metáfora ecoa a tutela populista exercida sobre as massas recém chegadas à cidade em meados do século passado. Contradiz os princípios impessoais republicanos. Faz pouco do cidadão -que não precisa de atenções paternas ou maternas, mas de respeito a seus direitos.

O discurso retrógrado e conservador serve muito bem às circunstâncias fabricadas por Lula. Induz a uma avaliação da candidatura de Dilma por critérios outros que não os da vida pública.

Nesse terreno a postulante governista é um enigma. É provável, como querem os petistas, que não lhe falte competência gerencial. Não se sabe, no entanto, como se comportará na eventualidade de ser eleita para ocupar o mais alto posto da República.

Mesmo Jânio Quadros e Fernando Collor, que chegaram ao poder máximo de forma fulminante, haviam sido antes prefeitos, governadores e parlamentares. A ex-ministra da Casa Civil jamais disputou eleição, não exerceu nenhum mandato, nunca foi submetida ao escrutínio público. Até Lula admite tê-la conhecido há apenas oito anos. Em caso de vitória, excetuados os presidentes da ditadura militar, ninguém como ela terá chegado ao ápice sendo tão pouco conhecido e testado.

São fragilidades como essa -alarmante, quando estamos na iminência de uma campanha sumária de estilo consagratório- que a xaropada sentimental dos publicitários procura ocultar. Cumpre à imprensa independente, às associações da sociedade civil que procuram influenciar o processo eleitoral e a cada cidadão levantar o véu da fantasia.

## **Averso do avesso**

### **Tentativa do tucano José Serra de se associar a Lula na propaganda eleitoral é mais um sinal da profunda crise vivida pela oposição**

Pode até ser que a candidatura José Serra à Presidência experimente alguma oscilação estatística até o dia 3 de outubro. E fatores imprevisíveis, como se sabe, são capazes de alterar o rumo de toda eleição. Não há como negar, portanto, chances teóricas de sobrevida à postulação tucana.

Do ponto de vista político, todavia, a campanha de Serra parece ter recebido seu atestado de óbito com a divulgação da pesquisa Datafolha que mostra uma diferença acachapante a favor da petista Dilma Rousseff.

A situação já era desesperadora. Sintoma disso foi o programa do horário eleitoral que foi ao ar na quinta-feira no qual o principal candidato de oposição ao governo Lula tenta aparecer atrelado... ao próprio Lula.

Cenas de arquivo, com o atual presidente ao lado de Serra, visaram a inocular, numa candidatura em declínio nas pesquisas, um pouco da popularidade do mandatário. Como se não bastasse Dilma Rousseff como exemplar enlatado e replicante do "pai dos pobres" petista, eis que o tucano também se lança rumo à órbita de Lula, como um novo satélite artificial; mas o que era de lata se faz, agora, em puro papelão.

Num cúmulo de parasitismo político, o jingle veiculado no horário do PSDB apropria-se da missão, de todas a mais improvável, de "defender" o presidente contra a candidata que este mesmo inventou para a sucessão. "Tira a mão do trabalho do Lula/ tá pegando mal/... Tudo que é coisa do Lula/ a Dilma diz/ é meu, é meu."

Serra, portanto, e não Dilma, é quem seria o verdadeiro lulista. A sem-cerimônia dessa apropriação extravasa os limites, reconhecidamente largos, da mistificação marqueteira.

A infeliz jogada se volta, não contra o PT, Lula, Dilma ou quaisquer dos 40 nomes envolvidos no mensalão, mas contra o próprio PSDB, e toda a trajetória que José Serra procurou construir como liderança oposicionista.

Seria injusto atribuir exclusivamente a um acúmulo de erros estratégicos a derrocada do candidato. Contra altos índices de popularidade do governo, e bons resultados da economia, o discurso oposicionista seria, de todo modo, de difícil sustentação em expressivas parcelas do eleitorado.

Mais difícil ainda, contudo, quando em vez de um político disposto a levar adiante suas próprias convicções, o que se viu foi um personagem errático, não raro evasivo, que submeteu o cronograma da oposição ao cálculo finório das conveniências pessoais, que se acomodou em índices inerciais de popularidade, que preferiu o jogo das pressões de bastidor à disputa aberta, e que agora se apresenta como "Zé", no improvável intento de redefinir sua imagem pública.

Não é do feitio deste jornal tripudiar sobre quem vê, agora, o peso dos próprios erros, e colhe o que merece. Intolerável, entretanto, é o significado mais profundo desse desesperado espasmo da campanha serrista.

Numa rudimentar tentativa de passa-moleque político, Serra desrespeitou não apenas o papel, exitoso ou não, que teria a representar na disputa presidencial. Desrespeitou os eleitores, tanto lulistas quanto serristas.



## **Dilma avança**

### **Pesquisa Datafolha mostra que estratégia eleitoral de Lula obtém resultado e pode levar a candidata petista a vencer no primeiro turno**

Pesquisa Datafolha publicada hoje mostra que Dilma Rousseff abriu considerável vantagem sobre o tucano José Serra. A petista chega às vésperas do início do horário eleitoral gratuito oito pontos percentuais à frente de seu maior rival. Considerando apenas os votos úteis, Dilma estaria hoje a três pontos de uma conquista no primeiro turno.

Embora o período mais acalorado da campanha esteja por começar, os números traduzem o êxito da estratégia do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cujos índices de popularidade vão se transferindo para sua preferida. A inédita aprovação presidencial ao fim do mandato chega a atrair simpatias -ou pelo menos evitar ataques- de nomes da oposição. Questionado no "Jornal Nacional" sobre o ameno tratamento dispensado a Lula, o ex-governador paulista, em nova tentativa de desvincular criador e criatura, justificou-se dizendo que o presidente da República não é candidato.

É verdade, mas tem sido um incansável cabo eleitoral, a projetar nacionalmente a imagem de Dilma e sua identificação com ela. Repetindo um de seus bordões favoritos, o da metáfora da nação como família, Lula insiste em fazer de Dilma a "mãe" do crescimento econômico e do Brasil -cabendo a ele próprio, num eco populista, o papel de pai.

Não por acaso, a ascensão da petista se associa ao aumento do número de eleitores que tomam conhecimento de sua proximidade com o presidente. Ser a candidata oficial não significa apenas receber o apoio de um governante com boa avaliação e reconhecida capacidade de comunicação popular. Beneficia-se também do peso da máquina governamental e do arco de alianças fisiológicas construído pelo Planalto nos últimos anos.

Por sua vez, a campanha de Serra está longe ser uma obra político-eleitoral admirável. Em meio a ambiguidades e hesitações, tucanos e democratas se desentendem e têm dificuldades em aparecer para o eleitor como desejável alternativa ao lulismo.

Os conflitos internos já se manifestavam anteriormente no próprio âmbito do PSDB, entre Serra e Aécio Neves, que nutria esperanças de ser o candidato à Presidência. A derrota para o paulista não gerou apenas mal-estar em alguns setores da oposição. Também repercutiu de maneira negativa na campanha estadual. Na expectativa de participar da corrida presidencial, o ex-governador mineiro demorou a promover o candidato Antonio Anastasia. Não conseguiu, até aqui, fazer com seu vice o que Lula fez com Dilma.

Se o quadro em Minas não evoluir de modo mais favorável ao PSDB, aumentam as chances de a candidatura petista aproximar-se de uma vitória no primeiro turno. Dilma continua crescendo no Nordeste e no Rio, Estado no qual Serra vai de mal a pior, em que pese o vice carioca de sua chapa -o intrépido deputado Índio da Costa.

Embora seja um candidato mais preparado e experiente, o tucano esbarra em problemas de imagem e em alianças que, além de fracas e desgastadas, não parecem ser as de sua predileção. Num momento em que aumenta a sensação de bem-estar provocada pelos bons ventos econômicos, o poder de inércia do continuísmo parece difícil de ser contido.

## **Mistérios de Dilma**

### **Ao tornar inacessíveis os dados referentes à prisão da candidata Dilma Rousseff, o STM sonega informações de evidente interesse público**

Encontram-se guardados a sete chaves, num cofre do Supremo Tribunal Militar, os autos do processo que levou à prisão, em 1970, a atual candidata do PT à Presidência da República. É evidente a distância, temporal e ideológica, entre aquela Dilma Rousseff de 1970, integrante do grupo guerrilheiro Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares, e a candidata de hoje. A superação de extremismos e fantasmas ideológicos foi uma conquista, obtida não sem esforço e resistência, de toda a sociedade brasileira em seu processo de redemocratização. Até mesmo em função dessa circunstância, não faz nenhum sentido manter em sigilo os documentos relativos ao processo movido contra Dilma Rousseff durante o regime autoritário. É da essência republicana que a biografia de um candidato se exponha ao exame até mesmo impiedoso da opinião pública. Trata-se, afinal, de alguém que pretende assumir o comando do país.

Vale lembrar que as simples declarações de bens de cada candidato, exigidas pelos tribunais eleitorais, não eram divulgadas ao público -tendo sido necessário um mandado judicial para que a Folha pudesse publicá-las pela primeira vez, há mais de dez anos.

Sabe-se até que ponto, nos Estados Unidos, é levado à risca o princípio de que nenhum aspecto da vida privada de um

candidato está, em tese, a salvo do interesse público. Do prontuário médico aos hábitos de consumo, do currículo escolar ao cotidiano doméstico, nada é irrelevante.

Ainda que, no Brasil, tenha-se o costume de resguardar um pouco mais a intimidade de governantes e políticos, é dever da imprensa escrutiná-la quando há motivos razoáveis para supor sua possível influência na condução dos negócios de Estado.

No caso do processo de Dilma Rousseff, o segredo se torna ainda mais aberrante quando se tem em conta que são públicos os arquivos aos quais, num ato discricionário, o Supremo Tribunal Militar negou acesso.

O presidente do STM, Carlos Alberto Soares, argumentou em entrevista que os autos foram guardados num cofre, para evitar-se "uso político" do material. Acrescentou que os papéis são de "difícil manuseio", dado seu estado de conservação.

Com os defeitos e virtudes que possa ter, com os erros e acertos que acumulou ao longo de sua biografia, em especial no que diz respeito a suas atitudes políticas, Dilma Rousseff abandona a esfera exclusiva da existência privada a partir do momento em que pretende ocupar o cargo de presidente da República.

Não é exagero dizer que, apesar de seus índices de popularidade, pouco ainda se conhece a seu respeito -exceto aquilo que, graças a uma operação intensiva de marketing, ao peso paquidérmico da máquina oficial e ao desmedido esforço cesarista do presidente Lula, vem sendo imposto artificialmente ao eleitorado.

Nenhum sigilo, ainda mais quando promovido por uma instância oficial, justifica-se nessa circunstância.

## Lenta evolução

Dois aspectos do mundo do trabalho perscrutado pelas estatísticas de 2009 da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) chamam atenção: o aumento no número de desocupados e a progressão pífia da renda. A persistente informalidade dos laços empregatícios recebe menos destaque, mas também preocupa.

O primeiro resultado tem relação com a crise financeira do ano passado. Em que pese o desempenho relativamente bom da economia brasileira ao longo da tempestade, motivo recorrente de jactância do governo Lula, o nível de ocupação fez água. Inverteu-se a trajetória de queda desde 2006 na taxa de desocupados, que foi de 7,1% a 8,3%. O contingente sem trabalho passou de 7,1 milhões de pessoas para 8,4 milhões, um avanço importante de 18,5%, que afetou em especial os mais jovens.

O segundo indicador, rendimento do trabalho, registrou crescimento de 2,2% entre 2008 e 2009, insuficiente para retomar o nível verificado 13 anos antes. Em 1996, no governo Fernando Henrique Cardoso, a média estava em R\$ 1.144,00; em 2009, ainda era de R\$ 1.111,00.

A precariedade que ronda o trabalhador se manifesta, além disso, no vínculo informal que anos atrás recebia a designação mais direta de "subemprego". É certo que vem caindo o contingente de empregados sem registro na carteira de trabalho, mas de forma lenta: 28,2% persistem nessa condição - um exército de 15,3 milhões de pessoas.

Entre os que trabalham por conta própria também grassa a informalidade. Só 14% dos autônomos prestavam serviços em empreendimentos registrados, com o cadastro de pessoa jurídica (CNPJ).

De maneira análoga à de outras áreas, também na esfera do emprego a Pnad confirma a conclusão de que o Brasil melhorou, mas pouco e devagar -bem mais devagar do que quer fazer crer a propaganda oficial, sempre inclinada a apagar as conquistas do passado e a creditar ao período lulista feitos extraordinários.

## **Males a extirpar**

### **Enquanto Dilma Rousseff revela traço de personalidade inadequado à função a que aspira, presidente Lula dá lições antidemocráticas**

Ao dispensar à ministra da Casa Civil, Erenice Guerra, o tratamento de "ex-assessora" e referir-se às revelações sobre tráfico de influência no âmbito da pasta como um episódio longínquo, quase de outro planeta, a candidata Dilma Rousseff expôs um traço de sua personalidade nada recomendável a quem pleiteia a Presidência.

Erenice Guerra, como se sabe, foi colaboradora íntima, o braço direito da postulante petista no período em que ela esteve investida das funções de ministra de Estado. Consultora jurídica do Ministério de Minas e Energia, recebeu de Dilma o convite para a Secretaria Executiva da Casa Civil e obteve seu endosso para substituí-la num dos mais importantes ministérios da República.

As atividades suspeitas de membros da família Guerra e da própria ministra, que escalou um "laranja" para ocultar sua participação numa empresa, antecedem o momento em que Dilma deixou o cargo. É uma estratégia evasiva, para não dizer covarde, a candidata pretender agora eximir-se de responsabilidades.

Se é fato que nada, até aqui, demonstra a participação da criatura de Lula em esquemas para arrancar comissões de empresas interessadas em fazer negócios com o governo, é impossível ignorar seu papel de fiadora da atual titular da pasta. É uma farsa tratar Erenice Guerra como uma funcionária mais ou menos obscura que, longe da vista da chefe, se viu ludibriada por um filho afoito.

A reação de Dilma não é inédita. Ela repete a atitude do presidente à época do escândalo do mensalão, quando recorria ao famigerado bordão "eu não sabia" a cada novidade estampada nas páginas dos jornais. Como se sabe, foi a mesma Casa Civil, nas adjacências da sala presidencial, o gabinete onde se urdiram as tramas que levaram ao afastamento do ministro José Dirceu -o "chefe da quadrilha", no dizer do Procurador Geral da República.

Diante das notícias negativas e dos questionamentos, os donos do poder reagem como de hábito: esquivam-se das perguntas, atacam a imprensa e comportam-se como se tudo não passasse de um complô que os dispensaria de dar explicações aos eleitores.

Essa concepção tosca, senão autoritária, das relações entre Estado e sociedade produziu anteontem uma nova pérola em discurso do chefe do Estado -ou melhor, do cabo eleitoral petista, papel do qual não se afasta em nenhum momento. Lula considerou que é preciso "extirpar" o DEM da política brasileira. Compreende-se que o mandatário guarde ressentimento da declaração do ex-senador Jorge Bornhausen, em 2005, sobre a perspectiva de o Brasil ver-se livre da "raça" petista em decorrência do mensalão.

Se a opinião de Bornhausen foi condenável, a de Lula é inconcebível. É chocante que o presidente, num regime democrático, manifeste o desejo de eliminar um partido político. Por mais que desgoste das teses do antigo PFL, se tivesse atingido um mínimo de compreensão acerca do funcionamento da democracia Lula deveria ser o primeiro a zelar pela pluralidade de opiniões e agremiações partidárias.

Há outras situações que poderiam -e deveriam- ser extirpadas de nossa política, a começar pela corrupção, o patrimonialismo e a partidarização do Estado. Infelizmente continua-se a dar abrigo aos que posam de éticos na oposição mas se entregam aos malfeitos na primeira oportunidade que o poder lhes oferece.

## **A grande família**

### **Demissão de Erenice Guerra alimenta suspeitas sobre a montagem de um balcão de negócios no ex-ministério da candidata Dilma Rousseff**

A ministra Erenice Guerra, braço direito e substituta da petista Dilma Rousseff na Casa Civil, não resistiu a mais uma reportagem com relatos acerca de atividades de tráfico de influência e cobrança de comissões supostamente praticadas por membros de sua família. A **Folha** trouxe, na edição de ontem, a explosiva história de uma empresa que afirmou ter sido orientada a procurar a Capital Consultoria, de um filho da então secretária-executiva do ministério, para liberar um empréstimo bilionário do BNDES.

Segundo os autores da denúncia, em conversas gravadas pela reportagem, houve troca de e-mails com um assessor da Casa Civil e realizou-se uma reunião entre representantes da empresa que pleiteava o empréstimo e Erenice.

A firma do filho da ministra demissionária teria cobrado pelo serviço seis pagamentos mensais de R\$ 40 mil, além de uma "taxa de êxito" -um eufemismo para propina- de 5% sobre o valor do financiamento. Segundo as declarações, o pacote também incluiria uma doação de R\$ 5 milhões, supostamente para a campanha de Dilma Rousseff.

Em síntese, de acordo com os depoimentos colhidos pelo jornal, um balcão de negócios, montado no coração do Poder Executivo, tentou vender facilidades para uma empresa interessada em recursos bilionários do banco de fomento do governo federal -que utiliza dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador na concessão de crédito a juros subsidiados.

Para completar o descalabro, segundo um dos entrevistados, o ministério servia de guichê partidário com a finalidade de arrecadar fundos para a candidatura oficial. Em que pesem as



negativas, o pedido de demissão da ministra reforçou conjecturas acerca de sua participação nas tratativas.

O caso, que se reúne aos malfeitos reportados pela revista "Veja" nesta semana, também lança dúvidas sobre o comportamento de Dilma Rousseff e da própria Presidência da República. Todas as reportagens dão conta de que havia uma quadrilha atuando sob o nariz do chefe do Executivo, em seu mais próximo e estratégico gabinete - a mesma Casa Civil em que se montou, no primeiro mandato, o esquema do mensalão.

O episódio não deixa dúvida quanto à crescente promiscuidade, no atual governo, entre interesses públicos e privados. Oito anos de incrustação petista na máquina pública foram suficientes para promover, além do conhecido loteamento fisiológico, a partidarização sem precedentes do Estado brasileiro.

O pequeno clã dos Guerra talvez possa ser visto como uma espécie de ilustração em miniatura de um conglomerado maior, a grande família dos sócios do lulismo, formada por uma legião de militantes, aproveitadores e bajuladores que parece ver no exercício das funções públicas uma chance imperdível para enriquecer e perpetuar privilégios.

Infelizmente, essa espantosa instrumentalização das estruturas governamentais, em tudo compatível com o perfil estatizante, corporativo e arrivista do PT, tem encontrado na figura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva o seu principal fiador. Inebriado com seus elevados índices de popularidade, o mandatário é o primeiro a estimular a impunidade e a minimizar os "erros" de seus companheiros.

Da compra do apoio de partidos e parlamentares à violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa, passando pela devassa no Imposto de Renda de milhares de cidadãos, entre os quais adversários políticos do PT, tudo é atribuído a conspirações da imprensa ou de "inimigos do povo"; nada é investigado a fundo.

Apurar, ao que tudo indica, não é mesmo um verbo que se conjuga no Palácio do Planalto. Ali, prefere-se iludir, tergiversar, apaniguar. Por isso mesmo é de esperar que ainda existam instituições públicas com suficiente independência e iniciativa para proceder a uma averiguação rigorosa desses episódios.

Nesta hora em que as pesquisas de intenção de voto apontam para uma vitória acachapante da candidata oficial, mais do que nunca é preciso estabelecer limites e encontrar um paradeiro à ação de um grupo político que se mostra disposto a afrontar garantias democráticas e princípios republicanos de forma recorrente.

O Brasil não pode ser confundido com uma espécie de "hacienda" da grande família petista.

Se não há evidências sobre a participação de Dilma Rousseff em desvios como os agora apontados, é inevitável questionar a

escolha de Erenice Guerra para exercer as funções de secretária-executiva e, posteriormente, chefe da Casa Civil da Presidência. Ninguém mais do que Dilma sabia com quem estava tratando. Faltou-lhe argúcia para perceber o que se passava? Desconfiou, mas não tomou providências? Tudo não passa de um grande engano? É preciso que se responda.

Há tempos o país vem assistindo à modelagem da figura pública da postulante petista pelo presidente da República e seus propagandistas. Já é hora de o marketing dar lugar ao debate e ao questionamento. Os brasileiros precisam de informações que permitam aferir com mais acuidade as virtudes e defeitos daquela a quem Lula, em mais uma de suas sintomáticas e infelizes metáforas, empenha-se em entronizar como a "mãe" do país.

## **A mesma síndrome**

### **Num jogo intimidatório e um tanto tosco, opositores e petistas parecem esperar da imprensa uma atitude de subserviência e colaboração**

O excesso de confiança e as perspectivas de sucesso exercem, como se sabe, efeito euforizante até mesmo em pessoas habitualmente sensatas. O noticiário da imprensa dos últimos dias parece acrescentar novas facetas a essa constatação trivial.

De um lado, foi possível perceber de que modo o êxito nas pesquisas é capaz de produzir não apenas euforia, mas enfurecimento e abuso naquelas personagens que, de hábito, já não se pautam pela modéstia de temperamento. De outro lado, nota-se que não só a antecipação da vitória, mas também o seu inverso, ocasionam achaques nos que procuram aparentar civilidade e equilíbrio em suas aparições públicas.

Lula, José Serra e até mesmo uma figura secundária como José Dirceu, em que pesem suas diferenças de ideologia e de destino político, revelaram durante esta semana sinais de uma mesma síndrome, ainda que desencadeada por causas bem diversas.

O candidato do PSDB teve, por assim dizer, seu "momento Dilma", ao reagir com irritação a entrevistadores de um programa de TV. Considerou capciosas as perguntas que lhe fizeram sobre a quebra do sigilo fiscal de sua filha, na medida em que reproduziam argumentos já utilizados pela candidata do PT.

Ameaçou abandonar a entrevista, que esperava voltada apenas para temas de política e economia.

Vai-se consolidando a mentalidade de que postulantes a um cargo eletivo prestam um favor aos jornalistas quando, na

verdade, estão a cumprir a exigência básica de responder a perguntas de interesse dos cidadãos.

O jogo de intimidação é dos mais toscos: qualquer questão um pouco mais incômoda é desqualificada, afirmando-se que equivale a tomar partido em favor do candidato adversário.

Enquanto isso -sob a luz favorável das pesquisas que apontam melhores chances para o PT- revelou-se mais uma vez o tipo de concepção de democracia que orienta o ex-deputado José Dirceu. Há no país um "excesso de liberdade de imprensa", disse o antigo dirigente, num discurso a sindicalistas. Por sua vez, como já se comentou aqui, o presidente Lula preconizou na última semana que um dos principais partidos de oposição seja simplesmente eliminado do cenário político.

A popularidade do governo parece assim servir de salvo-conduto para a prepotência, a impunidade e o impulso liberticida que, em tempos menos sorridentes, muitos petistas tratavam de ocultar.

Estivesse a imprensa submetida aos desejos de líderes petistas e seus companheiros, sem dúvida -para citar apenas o episódio mais recente- autoridades do primeiro escalão continuariam a ter familiares negociando, no balcão mais próximo, contratos privilegiados com o governo.

Outros casos virão à tona, por certo -e sua revelação será tratada como ato persecutório pelos que se fazem de vítima enquanto se aboletam no poder.

Não são vítimas: são aproveitadores, escondendo-se atrás de farrapos de ideologia para promover os negócios de seus apaniguados e tentar desfigurar, na medida de suas próprias dimensões, um sistema democrático a duras penas consolidado no país.

## **Todo poder tem limite**

Os altos índices de aprovação popular do presidente Lula não são fortuitos. Refletem o ambiente internacional favorável aos países em desenvolvimento, apesar da crise que atinge o mundo desenvolvido. Refletem, em especial, os acertos do atual chefe do Estado.

Lula teve o discernimento de manter a política econômica sensata de seu antecessor. Seu governo conduziu à retomada do crescimento e ampliou uma antes incipiente política de transferências de renda aos estratos sociais mais carentes. A desigualdade social, ainda imensa, começa a se reduzir. Ninguém lhe contesta seriamente esses méritos.

Nem por isso seu governo pode julgar-se acima de críticas. O direito de inquirir, duvidar e divergir da autoridade pública é o cerne da democracia, que não se resume apenas à preponderância da vontade da maioria.

Vai longe, aliás, o tempo em que não se respeitavam maiorias no Brasil. As eleições são livres e diretas, as apurações, confiáveis - e ninguém questiona que o vencedor toma posse e governa.

Se existe risco à vista, é de enfraquecimento do sistema de freios e contrapesos que protege as liberdades públicas e o direito ao dissenso quando se formam ondas eleitorais avassaladoras, ainda que passageiras. Nesses períodos, é a imprensa independente quem emite o primeiro alarme, não sendo outro o motivo do nervosismo presidencial em relação a jornais e revistas nesta altura da campanha eleitoral.

Pois foi a imprensa quem revelou ao país que uma agência da Receita Federal plantada no berço político do PT, no ABC paulista, fora convertida em órgão de espionagem clandestina contra adversários.

Foi a imprensa quem mostrou que o principal gabinete do governo, a assessoria imediata de Lula e de sua candidata Dilma

Rousseff, estava minado por espantosa infiltração de interesses particulares. É de calcular o grau de desleixo para com o dinheiro e os direitos do contribuinte ao longo da vasta extensão do Estado federal.

Esta **Folha** procura manter uma orientação de independência, pluralidade e apartidarismo editoriais, o que redundará em questionamentos incisivos durante períodos de polarização eleitoral.

Quem acompanha a trajetória do jornal sabe o quanto essa mesma orientação foi incômoda ao governo tucano. Basta lembrar que Fernando Henrique Cardoso, na entrevista em que se despediu da Presidência, acusou a **Folha** de haver tentado insuflar seu impeachment.

Lula e a candidata oficial têm-se limitado até aqui a vituperar a imprensa, exercendo seu próprio direito à livre expressão, embora em termos incompatíveis com a serenidade requerida no exercício do cargo que pretendem intercambiar.

Fiquem ambos advertidos, porém, de que tais bravatas somente redobram a confiança na utilidade pública do jornalismo livre.

Fiquem advertidos de que tentativas de controle da imprensa serão repudiadas - e qualquer governo terá de violar cláusulas pétreas da Constituição na aventura temerária de implantá-lo.

## **Editoriais**

[editoriais@uol.com.br](mailto:editoriais@uol.com.br)

### **Pânico no metrô**

Provocada, como insinuam personalidades ligadas ao governo do Estado, ou acidental, a paralisação por duas horas da linha 3 do metrô paulistano, na manhã da última terça-feira, expõe uma fragilidade preocupante no sistema de transporte público. A se acreditar na versão oficial, uma blusa impediu o fechamento de uma das portas de um vagão, o que teria paralisado aquela composição. Sem refrigeração e espremidos dentro do trem - cuja lotação em horários de pico excede o aceitável -, os passageiros acionaram o botão de emergência para abrir as portas e poder sair do veículo.

O incidente obrigou os técnicos do Metrô a desligar o sistema que fornece energia para toda a linha, o que levou o desespero dos passageiros a se propagar por outros trens. O efeito cascata resultou na paralisação do serviço por mais de duas horas. Se a reação no primeiro trem era difícil de evitar, sua reprodução nas demais composições poderia ter sido impedida caso houvesse uma comunicação eficiente do que estava ocorrendo. A falta de informação clara preparou o terreno para que circulassem boatos sobre incêndios ou bombas, disseminando pânico.

A hipótese de uma ação intencional para paralisar o metrô não deve ser descartada de antemão. São levianas, contudo, declarações como a da coordenadora de internet da campanha de José Serra (PSDB), Soninha Francine, que escreveu no Twitter que o "metrô tem problemas na proporção direta da proximidade com a eleição" e concluiu falando em "sabotagem", mesmo sem qualquer prova para sustentar suas afirmações. Paralisações no metrô, ainda que com impacto bem inferior, vêm se tornando constantes desde agosto. Panes e interferências atrasaram as viagens ao menos seis vezes nas últimas semanas.

O aumento no número de usuários à medida que se expande o alcance do metrô tende a torná-lo cada vez mais suscetível a problemas como esses.

Longe dos debates e das paixões eleitorais, o papel das autoridades é elucidar o incidente e agir para que algo semelhante não volte a ocorrer.

## Opinião flexível

### **Uma vez que é impossível reescrever história de Erenice na Casa Civil, PT tenta mudar visão sobre aborto em busca de votos para Dilma Rousseff**

Uma pequena porcentagem de votos fez com que escapasse das mãos da petista Dilma Rousseff a chance de vencer a eleição presidencial no primeiro turno.

Ao impacto causado pelo escândalo envolvendo Erenice Guerra, principal auxiliar de Dilma na chefia da Casa Civil, somou-se nos últimos dias da campanha o peso de questões como a do casamento gay e da descriminalização do aborto. Eleitores contrários a essas propostas teriam identificado em Marina Silva uma representante mais confiável do que seria Dilma Rousseff. Uma vez que é impossível, apesar dos esforços em contrário, reescrever a história da passagem de Erenice Guerra pela Casa Civil, lideranças do PT correm atrás do prejuízo eleitoral tratando de reescrever as posições do partido no que diz respeito ao aborto.

"Foi um erro ser pautado internamente por algumas feministas", declarou o secretário de Comunicação do partido, André Vargas, num pânico eleitoral tardio, e em meio ao vale-tudo de sempre.

Entre essas "feministas" minoritárias, seria preciso incluir a própria Dilma Rousseff, que em 2007 se declarava favorável à descriminalização do aborto: "No Brasil, é um absurdo que não haja".

Com a campanha, o discurso de Dilma Rousseff moderou-se, coincidindo com a tese oficial do ministério da Saúde do governo Lula: trata-se de encarar a questão da descriminalização do aborto não propriamente do prisma religioso, mas como um

problema de saúde pública



PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA.

A tese, com a qual esta **Folha** já concordou por diversas vezes em editoriais, evidentemente não satisfaz quem considera, a partir de sua fé religiosa ou de suas convicções íntimas, a interrupção da gravidez como um atentado à vida de um ser humano. O fato de que operações clandestinas, em condições das mais precárias, levem à morte milhares de mulheres todos os anos no país não é argumento, na opinião desses setores, para que o Estado ofereça acesso generalizado ao procedimento.

Trata-se, como aconteceu em inúmeros países, de matéria a ser resolvida em plebiscito; era o que propunha, aliás, a candidata Marina Silva, apesar de sua postura antilegalização. Pesquisa do Datafolha, realizada em 2007, registrava forte maioria de opiniões contrárias à flexibilização nas regras em vigor. Estas, permitindo o aborto em caso de estupro ou risco de morte da mãe, contam com 68% de apoio da população.

Um debate continuado a respeito do tema, antecedendo a uma consulta popular, poderia -ou não- alterar esse quadro. Na corrida por uma pequena porcentagem de votos, entretanto, o PT e sua candidata preferem apostar na desconversa e na mistificação. Condenam a descriminalização do aborto do mesmo modo que poderiam apoiá-la, fosse outra a ponderação dos marqueteiros.

Defenderão os sem-terra e o agronegócio, a Polícia Federal e o ficha-suja, a sexóloga feminista e o pagodeiro acusado de espancar a mulher, pouco importa -desde que esteja garantida a sobrevivência do seu esquema de poder. É o único "direito à vida", aliás, que os mobiliza neste instante.

**A fé nos boatos Mais do que razões religiosas, escândalos fizeram eleitor mudar o voto no final do 1º turno, corrigindo análises precipitadas sobre o pleito**

Embora tenham dominado as especulações acerca das causas da fuga de votos da candidata Dilma Rousseff no primeiro turno eleitoral, questões relacionadas à religião exerceram pouca influência no resultado.

Revelações sobre irregularidades cometidas pela ex-ministra da Casa Civil, Erenice Guerra, e notícias relativas à quebra dos sigilos fiscais de tucanos e parentes do ex-governador José Serra pesaram quase três vezes mais na decisão do eleitor -e seus efeitos colaterais atingiram o próprio candidato do PSDB.

Na reta final, de acordo com pesquisa Datafolha publicada ontem, cerca de 6% do eleitorado decidiu mudar o voto. A candidata do PT perdeu quatro pontos percentuais; Serra, dois. Segundo o levantamento, 75% das perdas de Dilma foram provocadas pelos escândalos, o mesmo motivo apontado pela parcela que desistiu de votar no postulante do PSDB -talvez apreensiva quanto à correção fiscal dos citados e ao papel da militância tucana nos bastidores desses episódios.

Diante dos dados da pesquisa, a estratégia situacionista de apresentar Dilma Rousseff como vítima de calúnias e preconceitos religiosos -como se viu no debate de domingo à noite, na Rede Bandeirantes- pode resultar de uma análise precipitada.

Mesmo assim, a insistência em abordar esses assuntos, por mais espinhosos que de fato sejam para o petismo, não deixou de ter um aspecto de conveniência. Ao imputar aos adversários a divulgação de boatos e a promoção de uma espécie de cruzada ultraconservadora com o intuito de desmoralizá-la, Dilma deixou em segundo plano o que mais importava -as explicações sobre os desvios na Casa Civil e os critérios que nortearam a escolha

OS DEBATES NA CASA CIVIL E OS CRISTOS QUE REFORÇAM A ESCOLA  
de Erenice Guerra para ser sua principal assessora e,  
posteriormente, ministra.

Ao mesmo tempo, é legítimo que praticantes das diversas religiões desejem saber sobre as convicções pessoais dos candidatos e que sacerdotes procurem orientar os fiéis. O Estado é laico e assegura a liberdade de fé. Dentro desses parâmetros, a participação dos religiosos no debate eleitoral é parte da democracia.

Embora seja evidente o crescimento das igrejas evangélicas no país, parte delas demasiado inclinadas ao reino de César, nada sugere que uma agenda religiosa comece a substituir os temas que tradicionalmente disputam a atenção do eleitorado, ligados ao bem-estar econômico e social.

Os resultados apresentados pelo Datafolha reiteram, ainda, a função da imprensa na configuração do espaço público e do debate democrático. A internet constitui inestimável avanço técnico a serviço de todos os campos da atividade humana. Por mais notável, porém, que seja sua contribuição na área das comunicações, é o jornalismo profissional e independente que, seja na forma impressa, seja na eletrônica, vem iluminando a disputa eleitoral.

## **Girando em falso**

**Números da pesquisa eleitoral sugerem, mais uma vez, que o fator religioso é menos decisivo do que se imagina na decisão do eleitor**

Não se registram oscilações na pesquisa do Datafolha sobre a sucessão presidencial. A candidata Dilma Rousseff, do PT, conta com 54% dos votos válidos, contra 46% de José Serra, do PSDB. São os mesmos índices da pesquisa anterior, feita há uma semana.

A estabilidade nas preferências do eleitorado não deixa de trazer um contraste irônico com o clima de agitação que se tem verificado na campanha. O temor de perder popularidade em setores religiosos motivou, como se sabe, bruscas alterações de opinião, por parte de Dilma Rousseff, enquanto José Serra se empenhou em renovadas exibições de fé.

Vistos ao microscópio, e com a ressalva de que a margem de erro estatística se amplifica conforme se dividem os grupos da amostra pesquisada, os números do Datafolha sugerem, mais uma vez, que a questão religiosa não produz efeitos tão imediatos como se imagina. É curioso notar, por exemplo, que Dilma não perdeu votos entre os católicos, mas caiu seis pontos percentuais na pequena parcela de eleitores que se diz sem religião. Nesse grupo, que responde por 6% apenas do total dos eleitores, a candidatura Serra cresceu cinco pontos.

Entre os evangélicos pentecostais, a proporção dos eleitores de Dilma Rousseff não se alterou significativamente, se comparados os números desta pesquisa com os votos da petista no primeiro turno.

A própria questão do aborto, sobre a qual tanto tergiversou a candidata Dilma, é entendida pela maioria da população sob uma ótica relativamente diversa daquela manifestada pelos setores religiosos mais estritos

religiosos mas casais.

Afinal, a lei em vigor admite a interrupção da gravidez nos casos de estupro e de risco para a gestante; a seguir-se a orientação da Igreja Católica e de outras confissões, nem mesmo essa eventualidade deveria ser admitida. Nem Dilma nem Serra, de todo modo, propõem-se a revogar a lei.

Não é só neste aspecto que a campanha, por assim dizer, gira em falso. Discute-se no campo governista, por exemplo, a conveniência de trazer de volta, com mais ênfase, a figura do presidente Lula nesta fase da disputa. Inventou e propeliu a candidata durante meses -até que se considerou necessário que Dilma, ela própria, mostrasse um mínimo de autonomia pessoal. Declina em alguns pontos a candidata; recorra-se, então, a seu demiurgo.

Lula alcança novos recordes de popularidade: 81% dos entrevistados na pesquisa classificam de "ótimo" ou "bom" seu desempenho. Apenas 40% dos eleitores, entretanto, dizem-se influenciáveis pelo engajamento presidencial numa candidatura. Pesquisas de opinião, por certo, são um instrumento importante na avaliação de uma estratégia política. A predominância do marketing na condução da campanha tende a atribuir-lhes, talvez, o caráter terrorífico e religioso de um anátema -quando o mínimo que se poderia esperar de candidatos à Presidência, na verdade, é que exponham o que de fato pensam.

## Neutra

### **Independência ajuda planos de Marina Silva para 2014, mas a senadora terá de se mostrar capaz de transcender os limites do discurso verde**

A neutralidade do Partido Verde -ou independência, como prefere Marina Silva- era previsível. A candidata à Presidência já havia manifestado inclinação nesse sentido. Faltava-lhe apenas conter a vocação aderente de correligionários do PV. No final, por 88 votos a 4, a plenária nacional do partido ficou com ela. Os quase 20 milhões de votos amealhados podem não ter contribuído para ampliar as bancadas da agremiação, mas abrem perspectivas antes inimagináveis para a senadora e ex-ministra do governo Lula.

Enquanto seu eleitorado distribui-se, no segundo turno, entre Serra e Dilma, mais para o primeiro do que para a segunda, está claro que Marina olha para 2014. Desse ângulo, faz sentido fortalecer-se como terceira via, evitando atrelamento a um dos blocos da disputa. Além disso, nem a petista nem o tucano acataram a agenda verde com mais convicção do que se entregaram a posturas exibições de religiosidade.

A momentânea captura da discussão política pelo tema do aborto afetou a própria avaliação do tipo de voto dedicado à candidata. A chamada "onda verde" foi atribuída por não poucos analistas a uma maré conservadora. Segundo a explicação, que não resistiu a dados objetivos, os votos adicionais no PV teriam contemplado a única postulante de fê inquestionável e adversária do aborto.

Marina parece ter sido vítima de uma variante interpretativa do "preconceito de classe" de que se queixava Lula. Mulher de pele escura, ex-empregada doméstica, nascida na Amazônia,

alfabetizada na adolescência e firme na crença evangélica só

ambos os lados. A mensagem ambientalista poderia ter crescido na preferência de eleitores incultos. Nunca, na de jovens e profissionais urbanos, de classe média ou alta, sensíveis a propostas ambientalistas e ao discurso por mais ética na política.

A mensagem da ambientalista está impregnada de abstrações e bom-mocismo, ninguém duvida. "O novo milênio que se inicia exige mais solidariedade, justiça dentro de cada sociedade e entre os países, menos desperdício e menos egoísmo", prega na carta aberta que endereçou a Dilma e Serra. Ressalte-se, também, que a faceta "século 21" da senadora destoa de posições principistas, ou mesmo retrógradas, que assumiu, quando ministra, contra células-tronco embrionárias e alimentos transgênicos.

Seria sinal de miopia, contudo, deixar de ver que na trajetória de Marina suas crenças particulares têm evoluído para se tornar mais congruentes com as políticas que advoga. O fulcro de sua proposta está em reformular o conceito de desenvolvimento, que doravante implicaria novas formas de explorar os recursos naturais. Nessa linha, formou uma equipe competente e apresentou ao menos o que se poderia chamar de um programa de governo.

Se conta com a força das ideias cujo tempo chegou, como assinala em sua carta ao citar Victor Hugo, só o próprio tempo dirá. Marina terá quatro anos pela frente para demonstrar que é capaz de transcender os limites do discurso verde e de seu partido.

## Ofertório eleitoral

O candidato do PSDB à Presidência da República, José Serra, nunca comungou com os tucanos ortodoxos que conduziam a economia no governo FHC. Na campanha de 2002, porém, jurou sobre o cânone de responsabilidade fiscal do cardinalato do Plano Real, em nome da continuidade. Agora, pela mesma razão, mostra-se pronto a abjurar o credo com ímpetos de iconoclasta.

Multiplicam-se as promessas de aspecto populista na campanha tucana. O Bolsa Família se estenderia a mais 15 milhões de famílias (hoje são 13 milhões) e contemplaria idosos e mais vulneráveis com um 13º benefício mensal.

O salário mínimo subirá para R\$ 600 já no ano que vem.

Pensões e aposentadorias do INSS terão aumento de 10%.

A motivação eleitoral parece óbvia. Serra enfrenta o desafio de concorrer com a candidata petista, Dilma Rousseff, ungida pela popularidade inédita de um presidente que, em oito anos, de fato logrou transferir renda para as camadas mais pobres e incluir milhões no mercado. Além disso, a candidata não faz por menos: promete simplesmente erradicar a miséria do país.

O tucano optou por apresentar-se como continuador e amplificador pragmático das políticas sociais do lulismo. Pouco importa de onde sairá o dinheiro. São R\$ 46,2 bilhões adicionais já em 2011, como demonstrou ontem reportagem nesta **Folha**: R\$ 17,1 bilhões para o mínimo, R\$ 15,4 bilhões para aposentadorias e R\$ 13,7 bilhões para Bolsa Família.

Ora, isso representa uma vez e meia tudo o que a União investiu em infraestrutura -estradas, portos, aeroportos e outras obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento)- em 2009. Ou, em outros números, 2,5% do orçamento federal para este ano.

Trata-se de comprometer fatias crescentes da receita com medidas que podem retirar capacidade de investimento do Estado e pressionar as finanças públicas. Não é o que se espera de um político como Serra, que em sua vida pública tem se comprometido com o desenvolvimento e a responsabilidade fiscal.



## Versões de Erenice

Revelaram-se falsas as veementes e repetidas declarações da ex-ministra Erenice Guerra de que jamais se reunira com empresários beneficiados pelos serviços da firma de lobby de seu filho.

Como relatado em setembro nesta **Folha**, a ex-secretária-executiva da Casa Civil encontrou-se, no final de 2009, com representantes de uma empresa de Campinas interessada em liberar um empréstimo bilionário do BNDES. À época, a pasta era chefiada pela hoje candidata do PT à Presidência, Dilma Rousseff.

Erenice vinha negando, desde então, ter participado da reunião. Anteontem, em depoimento à Polícia Federal, voltou atrás e admitiu ter recebido os empresários na sede do governo federal. Os representantes da empresa também afirmaram, em entrevista à **Folha**, terem sido procurados, depois da reunião, pela Capital Consultoria. A firma do filho de Erenice teria cobrado por seus serviços seis pagamentos mensais de R\$ 40 mil, além de uma "taxa de êxito" -um eufemismo para propina- de 5% sobre o valor do financiamento. Segundo as declarações, o pacote incluiria ainda uma doação de R\$ 5 milhões, supostamente para a campanha presidencial petista.

Os representantes da empresa de Campinas não foram os únicos a ter acesso à ex-secretária-executiva da Casa Civil. No mesmo depoimento à PF, Erenice declarou ter se encontrado, em uma padaria de Brasília e em seu próprio apartamento, com representantes da MTA Linhas Aéreas. A empresa, como revelado pela revista "Veja", também contratara os serviços de seu filho.

Parece claro que, com suas negativas, Erenice buscava poupar sua ex-chefe, Dilma Rousseff, e enfraquecer os indícios de que

um balcão de negócios havia sido montado na Casa Civil - onde se orquestrou, no primeiro mandato, o esquema do mensalão.

Em ambos os casos, sob o nariz do presidente Lula e, no mais recente, da candidata petista.

## **Editoriais**

[editoriais@uol.com.br](mailto:editoriais@uol.com.br)

### **Descontrole**

#### **Em episódios lamentáveis, ativistas elevam o grau de exacerbação da campanha, enquanto Lula faz ironias e acusações impróprias**

Os incidentes ocorridos nesta quarta-feira, durante caminhada do candidato José Serra (PSDB) no Rio de Janeiro, e com a candidata Dilma Rousseff, do PT, ao desfilar ontem em carro aberto em Curitiba, constituem sinais de que a campanha eleitoral ameaça atingir um novo grau de exacerbação.

Não houve maiores consequências, felizmente, nos dois episódios. Serra foi atingido, sem ferir-se, por um objeto na cabeça, ao passo que um balão de água foi jogado sobre o capô do automóvel que transportava Dilma. É todavia preocupante uma situação na qual candidatos se vejam ameaçados em sua integridade física ao circularem pelas ruas e buscarem contato com o eleitor.

Antes mesmo que um arremesso alcançasse o candidato do PSDB, militantes de seu partido e ativistas do PT entraram em conflito. Um candidato derrotado a deputado estadual pelo PT, ao lado de um sindicalista da área de saúde, chamava Serra de "assassino", supostamente por discordar de sua política de combate a endemias; cabos eleitorais tucanos rasgaram cartazes; petistas avançaram; o tumulto terminou envolvendo cerca de cem pessoas.

Ganha configuração real, assim, um processo que, no mundo virtual e midiático, já ocorria de forma desenfreada. A violência simbólica -organizada em máquinas de rumores, insultos, panfletos e imagens a serviço dos dois candidatos- atingiu na atual campanha presidencial um nível de exaltação poucas vezes registrado no país.

O mais curioso, nesse fenômeno, é que as paixões políticas não parecem encontrar, no perfil das duas candidaturas à Presidência

parecem encontrar, no perigo das duas candidaturas a Presidência da República, razões suficientes para se desencadearem com tal vigor. Entre Dilma e Serra, há provavelmente mais áreas de concordância do que pontos de genuíno conflito programático. Adeptos de uma e outra candidatura projetam, sobre ambas, um conteúdo ideológico que, no plano das alianças e compromissos reais, nenhuma delas se dispõe a explicitar, nem dá mostras de possuir. Descolados da realidade, ou movidos pela conveniência pessoal mais mesquinha, militantes e cabos eleitorais se entregam a uma cruzada de intimidação e truculência.

A esse tipo de comportamento, o presidente Lula deu um indireto estímulo. Enquanto a candidata Dilma Rousseff repudiou formalmente a agressão cometida contra José Serra, o presidente da República saiu-se, bem a seu estilo, com acusações e tiradas de humor primitivo, que mais caberiam a um arruaceiro presente no episódio do que a alguém imbuído das responsabilidades de seu cargo.

Não é novidade esse tipo de comportamento; a novidade é que, com esse gênero de exemplo, seus correligionários dão mostras de se sentirem autorizados para superar, em grosseria e descontrole, as lições do mestre.

## Iguais e diferentes

### **Apesar da retórica agressiva, Dilma Rousseff e José Serra guardam mais semelhanças do que divergências em seus diagnósticos e propostas**

Não faltaram trocas de acusações, ânimos exaltados e lances de fantasia mercadológica à campanha presidencial. Tanto ruído terminou por substituir, de modo não de todo inconveniente aos candidatos, a discussão de propostas concretas para o país. Afinal, quais são as diferenças, no que tange às diretrizes políticas, entre Dilma Rousseff e José Serra? A pet não se deram ao trabalho de apresentar com antecedência documentos que merecessem o nome de programas de governo. Se a candidata da situação divulgou tardiamente uma vaga carta de intenções, com 13 "compromissos programáticos", seu opositor coligiu entrevistas e declarações em sua página na internet.

Os debates e a propaganda eleitoral, equivalentes em pasteurização e diversionismo, apenas contribuíram para aumentar a agressividade superficial da disputa.

Privatização e aborto foram os temas que predominaram no segundo turno -mas, tratadas de maneira oblíqua, tais questões foram simplificadas e manipuladas com intuito antes de assustar do que de esclarecer o eleitor.

A tentativa de mapear o que houve de discussão substantiva na campanha encontrará, na verdade, mais semelhanças do que diferenças nos diagnósticos e propostas dos dois candidatos.

Não surpreende que seja assim. Ao longo dos últimos 16 anos, sob os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva, as principais correntes políticas alcançaram aos poucos consensos mínimos, que se mostraram benéficos

nara o conjunto da população. O próximo presidente herdará um

para o conjunto da população. O próximo presidente herdará um país em que a manutenção da estabilidade da moeda e dos mecanismos de seguridade e inclusão social são objetivos inquestionáveis.

Isso se traduziu, na campanha, na adesão de Dilma e Serra aos pilares da política econômica adotados no segundo mandato de FHC: metas de inflação perseguidas com independência pelo Banco Central, realização de superavit fiscais para abater a dívida pública e câmbio flutuante.

A convergência também aparece no apoio ao Bolsa Família. Dilma tem no programa de distribuição de renda um valioso instrumento para cumprir a difícil promessa de "erradicar a miséria" no Brasil. Serra promete duplicar a abrangência do benefício-tarefa tampouco de fácil execução.

São coincidentes, ainda, as avaliações sobre as carências na infraestrutura, no saneamento básico, na saúde e na educação.

Tucano e petista prometem priorizar o ensino médio, com a criação de escolas técnicas. Um milhão de novas vagas para esse tipo de formação é o compromisso do tucano -enquanto a petista afirma que irá construir centros de educação profissionalizante em quase 600 municípios do país.

Na saúde, pretendem aumentar o número de unidades descentralizadas de atendimento, como forma de diminuir a espera e melhorar a qualidade do serviço médico. Para ampliar a cobertura de saneamento básico, ambos acenam com a desoneração tributária de investimentos.

Mas há diferenças. Em contraste com a política externa do governo, que enfatiza as relações "Sul-Sul", o tucano defende a realização de acordos bilaterais de comércio com países ricos e em desenvolvimento. Em sua visão, o Mercosul não deve limitar o comércio do Brasil com outras nações. Na campanha, criticou a diplomacia brasileira por ser condescendente com governantes de países produtores de droga ou que violam direitos humanos - como é o caso do Irã.

Quanto ao modelo de Estado, a oposição sempre atacou o enfraquecimento, sob Lula, das agências reguladoras e o que vê como excesso e ineficiência de gastos do governo federal. Serra defende mecanismos de gestão que considera menos propícios à incrustação de grupos na máquina estatal, como as Organizações Sociais, espécie de parceria público-privada, implantadas pelas administrações do PSDB em São Paulo.

Embora os dois candidatos tenham acenado com reduções de impostos, as espinhosas questões das reformas tributária e da Previdência foram deixadas de lado.

Os brasileiros vão hoje às urnas escolher entre dois candidatos moderados, com divergências de grau, que não devem promover solavancos ou mudanças radicais. Não deixa de ser um sinal de amadurecimento político do país.

## **Anexo II: Lista de editoriais do O Estado de S.Paulo**

O criador e a criatura. O Estado de S.Paulo, São Paulo, 15 jun. 2010, "Notas e Informações", p. A3

Dilma Rousseff, estabeleceu o presidente Lula, será apenas um nome para preencher o que chamou de "vazio" na cédula eletrônica de 3 de outubro. "Eu mudei de nome e vou colocar a Dilma lá", discursou ele na convenção do PT que homologou a candidatura da ex-ministra. Que outro governante, a não ser ele, teria a caradura de reduzir à absoluta insignificância a fiel seguidora a quem escolheu solitariamente para lhe suceder? Só mesmo um político que ama a si mesmo sobre todas as coisas e se tosta ao sol de uma superlativa popularidade poderia dizer com desprevenida franqueza o que desde sempre era óbvio a todos quantos acompanham a operação eleitoral lulista: a sua decisão de disputar, por interposta pessoa, o terceiro mandato que a lei lhe veda.

Lula não se pejou de humilhar a sua criatura, cuja incapacidade de respirar politicamente por si rivaliza com uma falta de apelo e carisma que resiste aos esforços dos melhores marqueteiros. Nem os 1.800 convencionais petistas reunidos domingo em Brasília tiveram algum momento de genuína empolgação ao longo do seu discurso de 50 minutos - salvo quando ela se desmanchava em louvações ao patrono, o que fazia com patética insistência. Mas, para ele, a dignidade da candidata, para não falar em autonomia, é o que menos importa. Já se sabe que, tão logo termine a Copa do Mundo, Lula mergulhará ainda mais fundo do que até aqui na operação de sair pedindo votos para si sob outro nome.

O teatro começou na própria convenção, concebida para exaltar a condição feminina de Dilma. Nas pesquisas, como se sabe, a maioria das mulheres prefere o adversário José Serra. O artificialismo da montagem ao menos foi coerente com o confronto postigo armado por Lula entre "nós e eles, pão, pão, queijo, queijo", como se os aspirantes ao Planalto fossem de fato ele e o antecessor Fernando Henrique. À candidata em carne e osso resta falar em "seguir mudando", mas "com alma e coração de mulher". Pode-se contar, durante a campanha, com uma proliferação de platitudes do gênero, testando a paciência daquela parcela do eleitorado que ainda acredita que os candidatos devem lhe oferecer "pão, pão, queijo, queijo", como sinônimo de propostas e prioridades.

Para Serra, trata-se de um desafio. Não, evidentemente, porque lhe faltem uma coisa ou outra. Mas porque, nesta campanha que o lulismo fará tudo para manter engessada no molde plebiscitário, será pouco para o ex-governador contrapor o noviciado de sua oponente com a sua indesmentível experiência, como tornou a assinalar no sábado, em Salvador, na convenção do PSDB que ratificou a sua indicação. "Não comecei ontem e não caí de paraquedas", disse então. Ele terá de se haver com o presidente que não se cansará de dizer que estará na cédula com outro nome. Até a convenção, Serra parecia pensar duas vezes antes de não criticá-lo. Chegou a afirmar, numa espécie de fuga para a frente, que Lula "está acima do bem e do mal".

Bem diverso foi o seu tom na festa tucana. Dessa vez, atacou a presidência imperial de Lula, a sua convivência com a corrupção, o aparelhamento do Estado, as afinidades do presidente com ditadores. Duas passagens de sua fala foram especialmente pontudas. Na primeira, lembrou que "o tempo dos chefes de governo que acreditavam personificar o

Para quem disse que eleger a ex-ministra Dilma Rousseff é "a coisa mais importante" do seu governo e a "coisa prioritária" da vida do presidente da República este ano, a decisão de Lula de não vetar o reajuste, aprovado pelo Congresso, de 7,72% aos aposentados que recebem mais de 1 salário mínimo foi um ato de irrepreensível coerência.

Foi também uma lição para todos quantos acreditaram na sua promessa de que não se deixaria seduzir "por qualquer extravagância que alguém queira fazer por conta do processo eleitoral", como disse na segunda-feira, um dia antes do fim do prazo para a sanção ou veto do aumento, reiterando garantias anteriores na mesma linha.

O presidente fala pelos cotovelos. Por isso, ou as suas palavras mais recentes fazem esquecer as mais antigas, com as quais não raro se chocam, ou fazem perder de vista quais delas foram proferidas para valer, impedindo que sejam levadas às últimas consequências lógicas e práticas.

Lula decerto ficou agastado com a demagógica operação, efetuada a quatro mãos pelo grosso da base parlamentar do governo e as bancadas oposicionistas, que acrescentou 1,5 ponto porcentual à proposta do Executivo de elevar em 6,14% os benefícios de 8,4 milhões de aposentados e pensionistas do INSS. E não há por que supor que fosse jogo de cena a sua iniciativa de buscar um meio-termo: nem o valor original nem o dos políticos, porém 7%.

A oposição, que se imagina esperta, ajudou o Legislativo a dar as costas a um acordo que, já de si, oneraria os cofres públicos em mais R\$ 1,1 bilhão. (Agora será R\$ 1,6 bi.) A bisonha jogada consistia em fazer bonito perante os jubilados e coagir o presidente a vetar a lambança, assumindo o papel de algoz dos velinhos. Dos oposicionistas pode-se dizer que, quando eles estão indo, Lula já está voltando. Embora deixasse correr solta a divergência entre, de um lado, os ministros da Fazenda e do Planejamento, e os do Trabalho e Previdência, de outro os primeiros defendendo insistentemente o veto, Lula nunca há de ter excluído de seus cálculos a alternativa de aceitar os 7,72%.

Segundo uma versão, ele teria contemplado a hipótese do veto, mas desistiu para não dar à oposição uma segunda chance eleitoreira. De fato, para não deixar os aposentados sem nenhum aumento acima da inflação, o presidente teria de editar uma nova medida provisória com qualquer índice diferente do inicial. Como 2 mais 2 são 4, a festiva coalizão da extravagância tornaria a impor o reajuste ampliado? Isso, se a oposição não emplacasse um valor ainda mais irresponsável. De novo, Lula viria a ser empurrado às cordas, com a diferença de que, a essa altura, a campanha sucessória já estaria a pleno vapor e o custo político de um segundo veto seria simplesmente proibitivo.

Agora, concordando com os 7,72%, Lula dá a volta por cima. Ele poderá posar de benfeitor

? a maioria do eleitorado lhe creditará a bondade, e não ao Congresso ?, diga o que disser a oposição. É pouco provável que, em geral, os aposentados simpatizantes da candidatura do tucano José Serra ou da verde Marina Silva migrem por causa disso para Dilma. Mas o ponto é outro. O veto, este sim, tenderia a transferir um certo número de votos dela para os adversários. E, embora seus condutores evitem o assunto em público, a campanha dilmista acha que pode liquidar a fatura no primeiro turno. Daí Lula não se arriscar a perder os votos dos aposentados.

O melhor de tudo, para o governo, é que a oposição não pode acusar o presidente de esbanjador por ter apostado o seu nome a uma leviandade da qual ela participou com equivocado entusiasmo. O problema do gasto extra de R\$ 1,6 bilhão, com os seus abatimentos para os próximos exercícios, é que incide diretamente sobre o déficit da Previdência que não cessa de se expandir. Ainda não se chegou ao fim do primeiro semestre e já se estima que o buraco do INSS ultrapassará a marca de R\$ 50 bilhões este ano. Em 2008 foi de R\$ 38,7 bilhões. Em 2009, alcançou R\$ 43,6 bilhões. Pelo menos Lula vetou o fim do fator previdenciário, adotado nos anos Fernando Henrique para reduzir o crescimento explosivo do rombo no sistema.



Com a escolha do deputado federal Antonio Pedro Índio da Costa (DEM-RJ) para compor, como candidato a vice-presidente da República, a chapa oposicionista encabeçada pelo ex-governador José Serra, completa-se, finalmente, o quadro sucessório e a campanha eleitoral entra em sua fase crucial, que culminará com a escolha, pelo eleitorado, dos que governarão o País nos próximos quatro anos. É de se registrar que a chapa do PSDB se constituiu, na undécima hora, como solução de uma crise que quase levou à ruptura da aliança com o Democratas, que se sentira excluído e humilhado com o anúncio da formação de uma chapa "puro-sangue" tucana, tendo como vice o senador paranaense Álvaro Dias.

O recuo dos tucanos apaziguou seus aliados e acrescentou à chapa oposicionista um político jovem, ligado ao mais recente e prestigiado movimento da sociedade civil ? aquele que resultou no Projeto Ficha Limpa.

Permanece, no entanto, a grande dificuldade que enfrenta a candidatura José Serra, para tentar superar a candidatura Dilma Rousseff, em razão do que é sabido: não é com ela que Serra disputa, mas sim com Lula, que concorre por interposta pessoa ao terceiro mandato.

Tanto assim que o presidente deixou de usar suas habituais metáforas e alegorias para dizer, sem subterfúgios e pudor, que o nome "Lula" deverá ser lido pelos eleitores, na urna eletrônica, no lugar em que estiver escrito o nome "Dilma". Não poderia deixar mais clara a sua intenção. E aí está, justamente, o aspecto inusitado da atual campanha sucessória presidencial: a oposição enfrenta um candidato fortíssimo que não é candidato.

Nunca, na história deste país, houve eleições com estas características, por mais que na política contemporânea tenham surgido criaturas "inventadas" por líderes populares para sua sucessão. Tampouco abundam exemplos de transferência de votos, como as pesquisas indicam que acontecerá no pleito de outubro.

Quando o ex-governador José Serra se tornou candidato à sucessão presidencial, uma questão fundamental se colocou: qual seria o discurso da oposição? Que mensagem o candidato deveria transmitir ao eleitorado? Ninguém discutiu ? como foi o caso de Dilma ? o seu preparo para o cargo, reconhecido pelos próprios adversários, nem a sua experiência na gestão da coisa pública. Mas faltava a definição de um discurso que caracterizasse as alternativas da oposição a um governo chefiado por um presidente de popularidade imbatível.

A ideia contida no bordão "o Brasil pode mais" até que, num primeiro momento, pareceu um caminho interessante para o discurso oposicionista, já que não confrontava o presidente. Mas isso e o reconhecimento das qualidades da gestão lulista, que completava o quadro, não eram suficientes para conquistar a massa eleitoral que apoia o carismático presidente.

Como não poderia deixar de ser, todo o esforço da candidatura oposicionista consiste em fazer a confrontação entre pessoas reais ? Dilma Rousseff e José Serra ? comparando biografias e experiências na vida pública, na tentativa de mostrar que Lula, o mito, não está à disposição do eleitorado para ser eleito pela terceira vez. As pesquisas eleitorais indicam que esse esforço da candidatura oposicionista ainda não tem sido bem-sucedido e a campanha sucessória presidencial segue, exatamente, o rumo plebiscitário traçado pelo presidente Lula.

Em sua recente viagem aos Estados atingidos pela tragédia das enchentes, no Nordeste, uma população castigada e que não foi contemplada pelo governo federal com investimentos e obras contra calamidades aclamou Lula com devoção assemelhada à dedicada a figuras como Padre Cícero ou Antonio Conselheiro. Na verdade, a popularidade de Lula não se deve só ao seu carisma e à sua habilidade para se comunicar com o povo. Deve-se, basicamente, ao fato de que ? não principalmente por mérito do seu governo ?, nestes últimos oito anos, todos os setores da sociedade brasileira foram beneficiados por um desenvolvimento econômico global, só interrompido no fim de 2008 por essa crise que pouco afetou os países em desenvolvimento.

Por isso a missão quase impossível do candidato Serra é provar que não é verdade que oposição não ganha eleição; governo é que perde eleição.

A aprovação pelo Senado do projeto de lei que cria a Política Nacional de Resíduos Sólidos ? que já passou pela Câmara ?, depois de quase 20 anos de debates, é um enorme avanço na solução de um dos maiores problemas ambientais do País, como observou com razão a ministra do Meio Ambiente, Isabella Teixeira. É de lamentar apenas que a nova lei tenha demorado tanto.

Passa a ser uma obrigação para União, Estados e municípios elaborar e executar planos para tratar os resíduos sólidos, com novas regras para o manejo desse tipo de lixo e a fixação de metas. Um dos pontos que merecem destaque é a proibição dos lixões ? nos quais são lançados resíduos e rejeitos a céu aberto ?, focos de riscos para a saúde que há muito deveriam ter sido banidos. Alguns poucos Estados, como São Paulo, progrediram muito na eliminação dos lixões, mas conseguir o mesmo em todo o País não será fácil.

O que diz o senador César Borges (PR-BA), relator do projeto, a respeito dos seus ambiciosos objetivos é particularmente verdadeiro no que se refere aos lixões: "Vai mudar da noite para o dia? Não, porque é um trabalho de conscientização, em que todos vão estar comprometidos em obedecer a lei." Seria necessário acrescentar apenas que esse ponto exigirá dos governantes uma boa dose de coragem para investir em obra que não proporciona retorno eleitoral imediato.

Outros pontos importantes são a reciclagem e a implantação da chamada "logística reversa", que é um dos principais avanços do projeto. As embalagens deverão ser fabricadas com materiais que possibilitem sua reutilização ou reciclagem. As cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis serão beneficiadas com linhas de financiamento público. Essa é uma medida de alcance tanto econômico, pelo tipo e importância do trabalho por eles feito, como social, tendo em vista que são pessoas de baixa renda. A União, os Estados e os municípios deverão também dar incentivos fiscais a indústrias e entidades que tratam e reciclam resíduos.

Pela "logística reversa", que segue a mesma orientação da União Europeia para o lixo eletrônico, produtos como pilhas e baterias, pneus e produtos eletrônicos e seus componentes deverão, ao fim de sua vida útil, retornar às fábricas, que terão de lhes dar destinação ambiental adequada. Assinale-se que São Paulo foi pioneiro na aplicação dessa medida. Em meados do ano passado, o então governador José Serra sancionou lei obrigando fabricantes, importadores e comerciantes de produtos eletrônicos, com atuação no Estado, a reciclar ou reutilizar, total ou parcialmente, o material descartado.

Para se ter uma ideia do impacto considerável que a "logística reversa" terá na proteção do meio ambiente, recorde-se que são comercializados por ano mais de 12 milhões de computadores no País, dos quais mais de 1 milhão é descartado também anualmente. São vendidos por ano cerca de 12 milhões de televisores e 82 de cada 100 brasileiros possuem

telefones celulares. A média de vida desses produtos, nos quais são empregados metais tóxicos, é de três a cinco anos. Tudo isso mostra a necessidade de dar destinação adequada, como faz o projeto, a esse tipo de lixo. Na mesma ordem de preocupação se enquadra a proibição de importação de resíduos sólidos perigosos e de rejeitos.

Segundo Carlos Roberto Vieira Filho, diretor da Abrelpe, entidade que reúne as empresas que tratam resíduos, "43% dos resíduos coletados hoje no País têm destino inadequado". Há, portanto, muito a ser feito, dentro das novas regras, para a proteção do meio ambiente.

No mesmo dia em que o Senado aprovou a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Câmara Municipal de São Paulo aprovou projeto de lei que trata de outro aspecto da coleta e tratamento de lixo, de grande importância para a capital, que merece ser destacado. Ele prevê multa de até R\$ 12 mil ? hoje ela só chega a R\$ 500 ? para quem despejar entulho em via pública ou nela jogar sacos de lixo. Essa multa deve doer no bolso do infrator e por isso tem tudo para alcançar seu objetivo. Hoje existem na capital 1.500 locais mapeados onde é despejado entulho irregularmente e a Prefeitura gasta R\$ 2 milhões por mês para retirá-lo.

Estranhamente, a Receita Federal levou quase um mês para reconhecer, na semana passada, que servidores do órgão abriram declarações de renda do vice-presidente do PSDB, Eduardo Jorge Caldas Pereira, arquivadas nos computadores do Fisco. Cópias desses documentos, trechos dos quais foram publicados pela Folha de S.Paulo, fariam parte, segundo o jornal, de um dossiê antitucano em preparo por pessoas ligadas à campanha da candidata petista Dilma Rousseff. A Receita se gaba de ter sistemas dos mais avançados para saber praticamente de imediato quem, quando e onde acessou quais informações de quais contribuintes.

Agora, mais estranhamente ainda, o titular da Receita, Otacílio Cartaxo, convidado a depor no Senado, disse que os resultados da sindicância interna sobre o caso só serão divulgados no limite do período legal de até 120 dias - ou seja, depois do primeiro turno das eleições - para que o trabalho não corra o risco de ser impugnado. Não se sabe de onde ele tirou a ideia de que uma correição não possa terminar antes do prazo máximo. O que o bom senso permite presumir é que a Receita, com os meios de que dispõe, poderia, se quisesse, esclarecer numa fração do tempo autorizado o primeiro grande escândalo da temporada.

A investigação, com efeito, já apurou que as declarações de Eduardo Jorge referentes a 2008 e 2009 foram examinadas 5 ou 6 vezes por funcionários do Fisco lotados fora de Brasília, conforme Cartaxo. Mas ele se recusou a dar os nomes desses funcionários, invocando o imperativo do sigilo. Sob a proteção do sigilo estavam, isso sim, as declarações acessadas para fins escusos, a julgar pelo destino dado às suas cópias. O Estado noticiou ontem que a Receita desconfia que pelo menos um de seus auditores, devidamente identificado, bisbilhotou os dados fiscais do dirigente do PSDB "com motivação duvidosa".

O que o órgão conhece do episódio decerto supera o que afirma conhecer. E, quanto mais tempo levar para acabar com essa dualidade, mais fundadas serão as suspeitas de que a demora em pôr a questão em pratos limpos esconde a intenção de poupar a candidata do presidente Lula das consequências da verdade que emergir. Não há evidências, ao menos por ora, de que a Receita foi posta a trabalhar para Dilma.

Mas a instituição não está acima do bem e do mal - longe disso, considerando o retrospecto. Recentemente, para citar outro caso ainda por deslindar, vazaram informações sobre possíveis problemas fiscais da empresa Natura, de Guilherme Leal, companheiro de chapa da candidata Marina Silva, do PV.

O tucano Eduardo Jorge considerou "uma enrolação" o depoimento do secretário da Receita. Para ele, ao não dar os nomes dos envolvidos na operação, Cartaxo se comportou como um agente do governo e não como um servidor do Estado. Mas outro não é o sentido do aparelhamento do setor público federal na era Lula: fazer da administração um prolongamento do sistema formado pelo PT e os seus aliados no aparato sindical e nos chamados movimentos sociais, que se condensa no termo lulismo. Nada mais natural que

os seus agentes sejam ativados para formar o exército secreto (ou nem tanto) da campanha de Dilma. Analogamente ao papel das forças especiais em conflitos armados, a eles incumbe o trabalho sujo contra o inimigo.

O essencial é que há uma linha de continuidade entre a conduta vexaminosa do presidente da República no processo eleitoral e, como diria ele, a do "mais humilde" daqueles trazidos para dentro da máquina estatal com a tarefa de perpetuar o lulismo no poder. Em última análise, o funcionário que espia as declarações de renda de um opositor, na expectativa de achar algo capaz de atingir o candidato a quem ele está ligado, e o chefe de governo que se vale despudoradamente do cargo para eleger a sua sucessora são coautores de um mesmo ilícito.

A diferença é que Lula delinque - e reincide - às claras, abandonando-se ao deboche. Tanto que, a pretexto de pedir desculpas pelo "erro político" (sic) de enaltecer a ex-ministra num evento oficial, reconhecendo que não deveria fazê-lo, já no dia seguinte ele tornou a louvar a "companheira Dilma". É uma lambança.

A criatura pode fazer mais que o criador, mas sem dispensar sua ajuda, segundo a candidata do PT à Presidência da República, Dilma Rousseff. Ela prometeu, se eleita, realizar uma reforma para reduzir a zero a tributação dos investimentos e de insumos essenciais à produção e ao desenvolvimento, como a eletricidade. O presidente Lula em breve completará oito anos de governo sem ter reformado o sistema tributário. De fato, ele não produziu nenhuma grande transformação institucional, porque nunca se dispôs a negociar um projeto politicamente complicado. Logo, a candidata oficial deve julgar-se mais preparada para a tarefa que o inventor de sua candidatura. Segundo a ex-ministra, Lula poderá ajudá-la a obter a aprovação de reformas, participando da vida política na condição de ex-presidente. Como poderá ajudar, ela não explicou. O que não fez em oito anos no poder, ajudará interposta pessoa a fazer em quatro?

As mudanças tributárias prometidas pela candidata petista foram discutidas e propostas por especialistas há muitos anos e têm sido reivindicadas há longo tempo pelo setor privado. Não há em seu discurso nenhuma ideia nova. Também não há nenhuma grande inovação positiva em seu currículo. Numa entrevista gravada para a TV Cultura, ela disse haver coordenado todos os programas do governo Lula e apontou esse trabalho como prova de sua experiência administrativa. O balanço desse trabalho, no entanto, é devastador para a reputação de qualquer gerente. Projetos de grande importância para o País ? como o da reforma tributária ? acabaram desfigurados e empacados no Congresso. Alguns, como o das agências de regulação, foram combatidos nos seus pontos mais positivos, porque vários ministros do governo petista, incluída a candidata à Presidência, nunca aceitaram a ideia de autonomia operacional. A experiência nos países desenvolvidos mostra a importância dessa autonomia para o bom funcionamento das agências. Mas o governo Lula preferiu incluir as agências no loteamento político do setor público.

Pode-se também avaliar a experiência administrativa da ex-ministra pelos números do Programa de Aceleração do Crescimento, um dos grandes fiascos de sua carreira gerencial. Desde o lançamento do programa, em 2008, até o mês passado, o Tesouro só investiu no programa R\$ 43,8 bilhões, 47% do previsto para o período. A candidata Dilma Rousseff chefiou a Casa Civil até 31 de março e deixou o governo em seguida para cuidar só da campanha eleitoral, mas o padrão administrativo do Planalto não mudou.

Neste ano, de janeiro a maio, a execução foi bem melhor que nos anos anteriores, mas, apesar disso, o total desembolsado pelo Tesouro, R\$ 7,1 bilhões, correspondeu a modestíssimos 25% do total previsto para o programa no Orçamento.

Como de costume, o total investido pelas estatais ? e não incluído nessa conta ? dependeu quase exclusivamente de uma empresa, a Petrobrás. Mas os projetos dessa empresa nunca dependeram de fato da coordenação do PAC. Se dependessem, teriam emperrado. Quando se considera o total de investimentos sob responsabilidade do Tesouro ? R\$ 62,3 bilhões em 2010 ?, o resultado é igualmente desabonador: só R\$ 15,3 bilhões, 25% do

valor autorizado para o ano, foram liquidados até maio, e isso inclui restos a pagar.

Como administradora, a candidata petista é uma representante fiel desse padrão gerencial. Em relação a reformas importantes e complexas, seu currículo de realizações é tão bom quanto o do presidente Lula, isto é, praticamente nulo.

Mas o governo federal foi não só incapaz de modernizar o sistema tributário durante os quase oito anos do presidente Lula. Além de não fazer a reforma, aumentou de forma contínua a carga tributária sobre indivíduos e sobre empresas. Esse aumento foi usado para financiar gastos crescentes de um governo empreguista e empenhado em distribuir bondades com base em critérios obscuros. Sem abandonar esses costumes, nenhum governo fará mudanças importantes na tributação. Mas a mudança de costumes não consta da pauta da candidata oficial.



O primeiro debate entre os candidatos a presidente da República, transmitido pela TV Bandeirantes, surpreendeu pelo tom amistoso com que se trataram os participantes - mas isso não bastou para vencer a monotonia do encontro e muito menos para atrair a atenção do grande público. Os quatro candidatos que participaram do debate trataram de problemas que são praticamente consensuais na agenda política atual - saúde, segurança pública, educação e infraestrutura. Foi uma discussão sem ataques pessoais, jogadas ensaiadas de marketing e frases feitas destinadas a causar impacto na audiência eleitoral.

É certo que foram evitadas as questões polêmicas - aquelas que poderiam ter levado a críticas mais contundentes entre os competidores. Talvez por isso o debate tenha permanecido no nível da argumentação racional, e não do apelo emocional. Há que se reconhecer que houve um certo amadurecimento da disputa eleitoral, preocupando-se os candidatos mais em discutir a realidade vivida pela população do que em produzir efeitos pirotécnicos, à moda dos marqueteiros.

Como não poderia deixar de ser, Dilma Rousseff e José Serra polarizaram o debate. Mas Marina Silva e Plínio de Arruda Sampaio não ficaram à margem do encontro. Os dois candidatos com baixa colocação nas pesquisas de intenção de voto tiveram espaço e oportunidade de defender suas ideias. É claro que traquejo, desenvoltura e naturalidade no diálogo foram percebidos mais naqueles com grande experiência em disputas eleitorais - caso do candidato José Serra. Não houve, porém, momento algum em que qualquer dos debatedores tivesse sido nocauteado.

Ao contrário de muitas expectativas, a figura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve quase inteiramente fora do debate. Durante os cinco blocos do debate, o nome Lula foi mencionado apenas duas vezes - pela candidata Dilma Rousseff, é claro. Deve-se isso, de um lado, à estratégia do candidato tucano de não confrontar - mesmo quando aponta gargalos críticos e deficiências de sua administração - um governante recordista em popularidade, e, de outro lado, à estratégia da candidata situacionista de afirmar-se com personalidade política própria, e não como simples projeção de seu líder.

A candidata Dilma Rousseff enfatizou as conquistas socioeconômicas do governo, a criação de 14 milhões de empregos, o enfrentamento dos efeitos da crise econômico-financeira internacional e a recuperação da atividade produtiva - dando como exemplos o ressurgimento da indústria naval e a expansão da construção civil. Já o candidato José Serra procurou mostrar que as atuais conquistas socioeconômicas só foram possíveis graças a bases institucionais implantadas antes de 2002, como o Plano Real e outros avanços obtidos no governo Fernando Henrique. Suas críticas mais fortes ao governo atual recaíram sobre as deficiências da infraestrutura e do sistema de saúde - em especial a extinção dos mutirões de cirurgias, instituídos quando foi ministro da Saúde. Conseguiu provocar um certo desconforto na candidata governista, quando se referiu à falta de apoio do atual governo às Apaes e outras instituições da sociedade civil de proteção às pessoas

portadoras de deficiências - que hoje representam, no Brasil, um contingente populacional de 30 milhões.

Mas o tom amistoso do debate se manteve até nos raros disparos de farpas. Foi quando, por exemplo, Plínio de Arruda Sampaio disse que agora se sabia por que José Serra tem a fama de hipocondríaco: "É que ele só fala em saúde."

No mesmo horário do debate da TV Bandeirantes houve a transmissão, pela TV Globo, da semifinal do Campeonato Libertadores da América, entre Internacional e São Paulo. Como era de esperar, o futebol ganhou da política por 28 pontos de audiência a 5,5, em média. De qualquer forma, espera-se que nos próximos debates entre os presidenciáveis se repita a fórmula: bom nível de discussão, temas importantes e uma atuação dos candidatos que não faça os telespectadores dormirem.

A Prefeitura de São Paulo tem disponíveis mais de R\$ 121 milhões para usar nas obras de recuperação do centro da cidade, principalmente nos programas habitacionais e de assistência aos moradores de rua. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) concedeu, em 2003, linha de crédito de US\$ 100 milhões para financiar os projetos elaborados durante o governo Marta Suplicy. Seriam 137 ações, abrangendo desde a recuperação de praças até a construção de moradias populares e a reforma da Cracolândia. Cinco anos depois, foi a vez de o governo federal destinar outros R\$ 6,2 milhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para a instalação de dez galpões de triagem de material reciclável para cooperativas de catadores que circulam pelo centro.

Sobra dinheiro, mas o planejamento falho e as picuinhas políticas mantêm intacto o processo de decadência da região com melhor infraestrutura da cidade. Vários projetos - uns grandiosos - e ideias mirabolantes se sucederam nos últimos anos, mas, na prática, só reformas que poderiam ser usadas como bandeiras políticas foram feitas. As Praças da República, da Sé e da Liberdade passaram por transformações, mas continuam refúgio de sem-teto, o que compromete a segurança e o interesse dos empreendedores na região.

Em vez de utilizar os recursos disponíveis para proporcionar moradia e trabalho à população de rua, a Prefeitura tem preferido garantir cenário e circo. Pelas regras do BID, para cada US\$ 3 emprestados, a Prefeitura investiria US\$ 1 em contrapartida. No entanto, a verba reservada para esse fim em Orçamento - R\$ 199 milhões - tem custeado ações que vão da Virada Cultural (R\$ 2 milhões neste ano) ao recapeamento das ruas (R\$ 12 milhões só em agosto), iniciativas que, embora de importância indiscutível, deveriam ser pagas com recursos orçamentários próprios das Secretarias da Cultura e de Subprefeituras. Autoridades municipais afirmam que a transferência de verbas não afetará a execução das ações programadas para o centro.

Nos quatro anos do governo Serra/Kassab, a Prefeitura usou apenas US\$ 4 milhões do total colocado à disposição pelo BID. O empréstimo tem prazo de pagamento de 25 anos, que só começaria a ser contado seis meses após o último desembolso. Conforme o contrato, incide sobre a verba não utilizada uma taxa de permanência de 0,25%. Por ter deixado o dinheiro ocioso, a Prefeitura já teve uma despesa de aproximadamente R\$ 500 mil, pois, dos US\$ 100 milhões, restam ainda US\$ 65 milhões que não foram contratados, conforme dados publicados no portal da Prefeitura. Questionadas, as autoridades contestam o próprio site, e afirmam que só estão disponíveis US\$ 33,9 milhões.

Não bastasse, os R\$ 6,2 milhões provenientes do PAC devem ser usados até 31 de dezembro ou o Município perderá o direito à verba. Os recursos estão previstos no Plano Plurianual do Ministério das Cidades e só serão liberados quando a Prefeitura apresentar projeto para a construção dos galpões. Isso parece longe de acontecer porque a administração municipal alega ter dificuldades para encontrar terrenos disponíveis neste município onde os vazios urbanos são imensos e já foram alvos, inclusive, de leis

específicas, como a do IPTU progressivo, para permitir o combate ao estoque especulativo e proporcionar ao governo instrumentos para utilizá-los.

Não se justifica um atraso de sete anos na execução de projetos que deveriam ser prioritários para a região central de uma cidade como São Paulo. A cidade sofre com o adensamento de áreas de risco e de proteção ambiental, enquanto a região central se degrada e a população de rua subiu de 8 mil para 13 mil pessoas em nove anos. A justificativa que vem se repetindo se baseia no fato de que era necessário mudar os enfoques dos projetos desenvolvidos no governo Marta Suplicy. Na verdade, era preciso tirar desse governo os possíveis louros que pudessem ser atribuídos aos seus integrantes, caso os projetos fossem realizados.

Os paulistanos arcam com o prejuízo do atraso.

No encontro que tiveram domingo à noite para tratar da revelação de uma pesada operação de traficância na Casa Civil do Planalto, o presidente Lula poderia ter determinado à ainda ministra Erenice Guerra que se licenciasse até o esclarecimento cabal da denúncia que a envolvia por tabela e, diretamente, um de seus filhos, Israel. Por muito menos, afinal, o presidente Itamar Franco afastou o ocupante do mesmo cargo no seu governo, Henrique Hargreaves - para readmiti-lo quando as acusações contra ele não foram comprovadas.

Mas Lula não parece aprender com o exemplo alheio nem com a própria experiência. Com o exemplo, no caso, porque a sua visão da ética pública não é a de princípios, mas a de resultados. E com a experiência porque, ao fim e ao cabo, não precisou pagar o preço devido, fossem outras as circunstâncias e, quem sabe, outro fosse o país, pela relutância em se privar do ministro José Dirceu, também da Casa Civil e pivô do mensalão, e do seu colega da Fazenda, Antonio Palocci, no escândalo da violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo.

Erenice Guerra saiu daquela reunião com a cabeça no pescoço não porque o chefe, como diria, se acha "obrigado a acreditar" no que as pessoas lhe falam, e Erenice jurou-lhe por tudo o que é sagrado que era inocente. Mas porque ele avaliou que a reportagem incriminadora da revista Veja não teria o potencial de respingar na candidata Dilma Rousseff - que está para Erenice como Lula está para ela, criadores e criaturas - da mesma forma que não respingaram, a julgar pelas pesquisas, as violações em série do sigilo fiscal de parentes e aliados do opositor José Serra.

Por isso, o que o lulismo se ocupou em fazer nos dias seguintes foi desqualificar o noticiário sobre as movimentações da espaçosa família Guerra pelas pradarias do poder. Nesse exercício de mistificação e cumplicidade, Dilma levou a palma, ao afirmar que tudo se resumia a um "factoide". Sintomaticamente, a soberba de Lula, a certeza de que o seu prestígio garantiria a incolumidade da candidata, desarmou a sua apuradíssima intuição. Ele decidiu manter Erenice no lugar enquanto não surgisse um fato novo que agravasse a crise, mesmo depois de a ministra ter ido além das tamancas ao culpar um "candidato aético e já derrotado" por suas atribulações.

O fato novo não tardou a surgir. Na quinta-feira, a Folha de S.Paulo publicou declarações de um agenciador de negócios, segundo as quais Israel e a sua patota, em troca da obtenção de recursos do BNDES para um bilionário projeto de energia solar, queriam receber R\$ 240 mil para acelerar a tramitação do pedido, 5% sobre o valor do financiamento, quando saísse - e, de quebra, um auxílio de R\$ 5 milhões para a campanha de Dilma. Decerto achando a conta salgada demais, a firma interessada se recusou a pagar. Por sua vez, o seu agente disparou e-mails para a Casa Civil reclamando das cobranças e fazendo ameaças. Passados mais de 7 meses, falou.

Com incomum rapidez, Lula mandou Erenice se demitir. A segunda denúncia, semelhante à anterior, teria enfim convencido o presidente da responsabilidade da ministra. "Quando a gente está na máquina pública, não tem o direito de errar", proclamou. "E se errar, a gente tem de pagar." Conversa. O que o fez defenestrar Erenice - a quem havia nomeado por insistência de Dilma, quando ela se desincompatibilizou - foi o temor manifestado pela campanha petista, com base em pesquisas, de que desta vez a candidata corria o risco de ser atingida pelos estilhaços das malfeitorias do círculo da amiga em quem apregoava confiar.

A demissão de Erenice não elimina a hipótese. Os episódios expostos aconteceram quando Dilma era ministra e Erenice a sua mais íntima colaboradora. É implausível que ela não lhe tivesse contado nem uma versão sanitizada dessas histórias. Plausível, isso sim, é que Dilma não quisesse saber mais. Como Lula não quis saber detalhes do mensalão para o qual foi alertado duas vezes. A ignorância assumida é um ato de vontade política. Eles olham para o outro lado para não fitar o ambiente propício à corrupção que semearam no Planalto como parte de um projeto de poder.

O presidente Lula interrompeu a sucessão de pesados ataques aos meios de comunicação. Não que tenha mudado a sua peculiar visão do que seja a liberdade de imprensa - para ele, sinônimo de "informar corretamente", deixando implícito que se considera juiz, como governante, não como leitor, do que possa ser informação correta e o seu oposto. Mas mudou de tom. Numa longa entrevista ao portal Terra, divulgada na quinta-feira, Lula trocou a agressão pela crítica civilizada. Refutou as acusações de autoritarismo que se seguiram aos seus canhoneamentos e disse duvidar que exista um país com mais liberdade de comunicação do que o Brasil, "da parte do governo".

Esquece-se convenientemente de que o Planalto patrocinou em 2004 o projeto do Conselho Federal de Jornalismo que pretendia "orientar, fiscalizar e disciplinar" a atividade de informar. Diante da vigorosa reação da sociedade, o governo deixou a proposta morrer. De todo modo, a imprensa brasileira é hoje tão livre como era no primeiro dia de Lula presidente. Quando não é, como no caso da censura prévia imposta a este jornal, o problema se origina no Judiciário. A questão suscitada por algumas das afirmações de Lula na mencionada entrevista diz respeito ao futuro, dependendo de quem der as cartas nesse jogo, na hipótese de eleição da candidata Dilma Rousseff.

Disse o presidente que "duas ou três famílias são donas dos canais de televisão, e as mesmas são donas das rádios e donas dos jornais". (Nem por isso ele exprime desconforto com o fato de que o patriarca de uma dessas famílias é o seu dileto aliado José Sarney.) Disse também, embora não tivesse empregado o termo, que a propriedade cruzada dos meios de comunicação terá de ser revista no próximo governo, ou nos próximos governos, quando o Congresso deverá inexoravelmente estabelecer um novo marco regulatório do setor de telecomunicações. "Discutir isso", ressaltou, "é uma necessidade da nação brasileira." De pleno acordo. Não é de hoje que o Estado critica a concentração da propriedade na mídia e as facilidades para que um punhado de grupos econômicos controle, numa mesma praça, emissoras e publicações.

Ocorre que a exortação de Lula não pode ser dissociada das investidas petistas contra a autonomia da produção jornalística. Em circunstâncias normais, a preocupação manifestada pelo presidente seria salutar e merecedora de apoio. Mas ela pode ser tudo menos isso. É como na Argentina. Há pouco tempo, o governo da presidente Cristina Kirchner fez o Congresso aprovar uma Lei de Meios, a qual, tomada pelo valor de face, se destinaria a coibir a formação de conglomerados de comunicação, abrangendo, além das modalidades tradicionais, serviços de internet, TV a cabo e telefonia. Mas, ao dotar o governo de amplos poderes para intervir no setor, esse marco regulatório tem o claro propósito de dar à Casa Rosada poder para premiar a imprensa complacente e asfixiar aquela que ainda não desertou de suas funções de fiscalização e crítica.

Imaginem-se, portanto, os riscos de que um Congresso dominado pela coalizão lulista - e sob pressão dos "movimentos populares" atrelados ao PT - venha a impor uma legislação

semelhante à do país vizinho, com o mesmo fim. Não se trata de fantasia. O ambiente para tal vem sendo laboriosamente construído pelos garroteadores em potencial da mídia. Entre um golpe de borduna e outro do presidente, por exemplo, o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, cujas ambições partidárias no pós-Lula são amplamente conhecidas, aparece falando em "abuso do poder de informar" - uma óbvia senha para a companheirada. Seria o cúmulo da ingenuidade não ligar os pontos dessa urdidura.

O único dado alentador, no momento, foram as declarações de Dilma em defesa da liberdade de imprensa. A candidata não só tornou a repetir a boutade de que o único controle social da mídia que aprova é o controle remoto do televisor, como prometeu que, se eleita, não tentará impedir que a imprensa fale dela o que bem entender. "No máximo", antecipou, "vou dizer: está errado, por isso, por isso e por isso." É esperar que a sua posição prevaleça, se ela for a próxima presidente - que esperamos que não aconteça.



Quatro anos depois de ter promovido em São Paulo 180 ataques a delegacias, fóruns, bancos, viaturas e postos policiais, lançado uma bomba que destruiu o andar térreo da sede do Ministério Público (MP) Estadual, provocado 80 rebeliões simultâneas no sistema prisional paulista e assassinado 40 agentes carcerários e policiais militares, o Primeiro Comando da Capital (PCC) voltou a lançar uma ofensiva contra a ordem pública. Desta vez, por enquanto, a facção criminosa incendiou 13 automóveis na zona leste, alvejou o quartel da Rota, na Avenida Tiradentes, e ainda tentou assassinar seu comandante, coronel Paulo Telhada, que saiu ileso. Em seus 40 anos de existência, foi a primeira vez que a principal unidade de elite da Polícia Militar (PM) e seu chefe são alvos de um ataque.

Até agora, as ações mais audaciosas da facção criminosa haviam sido o atentado ao MP, em 2006, e o assassinato do juiz Antonio José Machado Dias, corregedor da região de Presidente Prudente, onde fica o presídio de segurança máxima de Presidente Bernardes. Na ocasião, a unidade abrigava os principais líderes do PCC e o traficante carioca Fernandinho Beira-Mar, um dos líderes do Comando Vermelho (CV). O assassinato de Dias, que tinha a responsabilidade de deferir ou indeferir os pedidos de liberação e transferência de presos do crime organizado, foi um ato de vingança por ter negado várias solicitações. Em 2006, os motins em penitenciárias e detenções e os ataques contra viaturas e postos policiais, edifícios públicos e privados e a sede do MP foram desencadeados na ocasião em que o então governador Geraldo Alckmin renunciara ao cargo para se candidatar à Presidência da República, porque o PCC viu nisso uma oportunidade de aproveitar a campanha eleitoral para criar constrangimentos políticos contra seu sucessor. Os líderes da facção pretendiam negociar seus interesses diretamente com os diretores de unidades prisionais, sem interferência da cúpula da PM e das autoridades de segurança pública.

A história parece estar se repetindo. Como há quatro anos, o governador de São Paulo renunciou para se candidatar à Presidência. E José Serra já disse que, se for eleito, criará o Ministério da Segurança. A campanha eleitoral no rádio e na televisão está prestes a começar. E, como também aconteceu com Alckmin em 2006, os blogs e sites dos principais adversários de Serra já começaram a aproveitar a nova ofensiva do PCC para criticar a "política de segurança pública do PSDB".

É um comportamento irresponsável, seja por explorarem demagogicamente um problema que o presidente Lula não conseguiu equacionar em seus dois mandatos, seja por brincarem com fogo, uma vez que os ataques do PCC não são contra uma agremiação partidária, mas contra o poder estabelecido. Além disso, os autores dessas críticas cometem um equívoco, uma vez que as primeiras investigações já revelaram que, ao lado das motivações políticas, a facção criminosa também estaria tentando se vingar de uma das mais bem-sucedidas operações realizadas pela Rota.

Recentemente, ela apreendeu quase R\$ 2 milhões em dinheiro, dezenas de fuzis, metralhadoras e carabinas, além de uma tonelada de drogas em poder dos líderes do PCC.

Esses são dividendos da mudança de política de segurança pública que o governo estadual promoveu no ano passado. No novo esquema de segurança, a investigação começa pela busca, processamento e análise de informações das ruas e do sistema prisional realizados pela área de inteligência da PM e, quando tudo está apurado, a Rota é acionada para efetuar as prisões. Portanto, assassinar o comandante dessa unidade, uma figura carismática na corporação, permitiria ao PCC reafirmar sua força e criar um fato desabonador para o governo paulista no processo eleitoral.

Como as autoridades foram apanhadas de surpresa pela nova investida do PCC, as Polícias Civil e Militar precisam demonstrar eficiência no esclarecimento dos crimes. O que está em jogo é a capacidade das instituições brasileiras de se sobreporem ao crime organizado.

"Não é fácil obter 50% de votos do povo brasileiro no primeiro turno." Foi como se defendeu o presidente Luís Inácio Lula da Silva, percebendo para que lado sopravam os ventos, já na manhã da jornada eleitoral de domingo. E defender-se ele precisava porque não só nos palanques a céu aberto, mas nas inumeráveis reuniões a portas fechadas com o comando da candidatura Dilma Rousseff, fartou-se de vangloriar-se da vitória no primeiro turno.

Ofuscado por essa certeza, produzida pela euforia que o inebriou desde que a sua escolhida desbancou o tucano José Serra da liderança nas pesquisas, Lula subestimou o grau de autonomia de uma fatia expressiva do eleitorado que se guia pelo senso crítico. Foi quando passou a ocupar o centro das atenções, em detrimento da própria candidata, exibindo a incontinência verbal que lhe é peculiar quando lhe pisam os calos. Na sua fúria contra a imprensa, por ter ela revelado os escândalos das violações de sigilos fiscais na Receita e a esbórnica na Casa Civil de Erenice Guerra, ele se esqueceu de que o "Lulinha, paz e amor" foi o que o conduziu ao Palácio do Planalto.

Ao expor ao eleitorado o lado feral de sua personalidade política, ele evocou antagonismos que viriam a ser um dos fatores cruciais para remeter a disputa a 31 de outubro. O papel de Lula, portanto, foi decisivo, até aqui, de duas maneiras contraditórias. De um lado, mostrou-se capaz de carrear 47 milhões de votos para uma noviça desprovida de carisma, de quem a esmagadora maioria da população nunca tinha ouvido falar até pouco tempo atrás. Mas, de outro, por se achar invulnerável, acabou contribuindo para privá-la de um consagrador triunfo imediato.

De novo por se achar acima do bem e do mal, tardou a lançar ao mar o fardo Erenice. Quando o fez, a imagem de Dilma já tinha sido atingida pelos estilhaços da festança familiar da sua sucessora na Casa Civil, dando início a um movimento de migração de votos - principalmente para a verde Marina Silva. Serra, que terminou com cerca de 33% dos votos válidos - mais perto que os adversários daquilo que previam as sondagens -, se beneficiou por tabela, recuperando a vantagem que perdera no Estado de São Paulo.

Foi a presença do tema corrupção no noticiário que alimentou a onda verde. A começar dos jovens, crescentes setores do eleitorado passaram a se interessar por Marina como portadora da utopia do século 21: a defesa de uma causa nobre - a luta contra o aquecimento global e pelo progresso social - encarnada numa figura de excepcional integridade, com uma história de superação pessoal ainda mais comovedora que a de Lula. Ironicamente, na candidata identificada com o futuro que as novas gerações desistiram de esperar da política dos negócios, como sempre desaguaram também os votos do eleitorado conservador.

Nesse contingente de não pouca monta, sobretudo entre as mulheres e na chamada nova

classe C - que melhorou de vida e se modernizou no plano material, mas continuou fiel a valores religiosos na esfera dos costumes -, a evangélica Marina ficou com os votos que seriam de Dilma antes que se propagasse na internet a acusação de que, além de ateia, ela era favorável ao aborto. Um retrospecto de declarações ambíguas, devidamente explorado por seus detratores, se mostrou mais forte que as cenas de religiosidade explícita protagonizadas pela candidata na reta final da campanha.

Mas, qualquer que tenha sido a importância do voto religioso para dar a Marina perto de 20 milhões de sufrágios (e outro tanto em porcentagem), ela foi a vencedora política do pleito. Não apenas por ter levado a sucessão a um novo teste, mas também pela proeza que está por trás disso: a implosão do projeto plebiscitário de Lula, que trabalhou noite e dia por uma disputa entre "nós e eles, pão, pão, queijo, queijo". "Nós", o lulismo, "eles", a oposição. Ao decidir participar, "com uma dorzinha no coração", do que o ex-companheiro desejava restringir a uma revanche com Fernando Henrique, Marina fez história.

"Não vamos aceitar o veredicto do plebiscito", prometeu em junho, na convenção do PV. E previu: "Ele vai ser revogado pelo povo."

A partir de hoje, quando recomeça a propaganda eleitoral na televisão e no rádio, se saberá de que forma e com que intensidade a campanha do tucano José Serra assumirá o legado do governo Fernando Henrique, aceitando enfim, à sua maneira, o desafio da candidata Dilma Rousseff e do seu mentor, o presidente Lula, de confrontar o atual período com o que o antecedeu.

Foi o que os seus principais aliados - a começar do ex-governador mineiro e senador eleito Aécio Neves - defenderam enfaticamente no encontro que marcou a largada para o segundo turno, anteontem em Brasília, com a presença dos governadores e parlamentares eleitos pela coligação oposicionista. Na primeira fase da disputa, pôde-se contar nos dedos de uma mão quantas vezes Serra mencionou o ex-presidente. O seu nome e o termo privatizações eram considerados venenosos. O candidato acusava a rival de ter "duas caras". Ele próprio, porém, tinha uma cara ao sol e outra à sombra.

O mantra de Serra era discutir quem tinha de fato visão, experiência e capacidade para "fazer mais" no pós-Lula. Não funcionou. Se dependesse exclusivamente disso, Dilma seria a esta altura a presidente eleita do Brasil, graças ao seu patrono. Os resultados do 3 de outubro representaram para o tucano, mais do que uma derrota eleitoral, uma derrota política. Ou seja, como diria Marina Silva, "perdeu perdendo". É verdade que também Dilma saiu derrotada politicamente, por ter embarcado na canoa da invencibilidade que o seu chefe conduzia.

Salvo na 25.<sup>a</sup> hora por mudanças para as quais não contribuiu - a migração de votos dilmistas para Marina Silva e a preferência pela candidata verde de muitos dos até então indecisos -, Serra acabou premiado com a chance de, na pior das hipóteses, perder ganhando no tira-teima do dia 31. Até hoje, nenhum candidato a presidente e raros candidatos a governador conseguiram virar o jogo no segundo turno. Ainda que o retrospecto se confirme, a oposição pelo menos sairá da peleja com a coluna vertebral no lugar se fizer com que a coerência prevaleça sobre a conveniência.

Se não exatamente com essas palavras, foi seguramente com esse espírito de catar o touro à unha que os serristas partiram para a nova empreitada. "Seja mais Serra do que marketing", exortou, sob intensos aplausos, o ex-presidente e senador eleito, Itamar Franco. Trata-se de adaptar a estratégia de comunicação ao foco político da campanha - e não o contrário. E esse foco só se firmará se o candidato se dispuser a ir além da rememoração das realizações de sua trajetória para encaixá-las na moldura da ideologia que as inspirou - e que chegou ao poder com Fernando Henrique. "Não precisa esconder ninguém", aconselhou Itamar.

"Devemos defender isso com altivez e iniciar o segundo turno falando dele", apontou por sua vez Aécio Neves, credenciado por seu sucesso nas eleições mineiras a ocupar um lugar

central na campanha pelo Planalto. O ex-governador mostrou, ele próprio, o que isso significa - e o que Serra não disse no horário eleitoral. "Não teria havido o governo Lula se não tivesse havido o governo Itamar, com a coragem política de lançar o real, e se não tivesse havido o governo FHC, que consolidou e abriu a economia", começou, antes de encarar a questão até aqui tabu.

"Se querem condenar as privatizações, estão dizendo a cada cidadão brasileiro que pegue o celular no seu bolso, na sua bolsa e jogue na lata de lixo mais próxima", provocou. "Foi a privatização do setor que permitiu a universalização de acesso da população, por exemplo, à telefonia celular." Abertas as comportas, Serra lembrou que "o governo Lula continuou a privatizar", citando os casos do Banco do Estado do Maranhão e do Banco do Estado do Ceará, no primeiro mandato. "Se privatizou, não era tão contra."

Ao devolver a bola para o campo do adversário, o PSDB finalmente virou a página da equivocada conduta no segundo turno de 2006, quando o então candidato Geraldo Alckmin ficou na defensiva diante da propaganda lulista que o acusava de desejar a privatização da Petrobrás e do Banco do Brasil. Nesse sentido, o segundo turno de agora é, sim, uma nova eleição.

O texto: o ministro Franklin Martins, chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, anuncia que está viajando a Londres e Bruxelas com o objetivo de convidar especialistas europeus a participarem do Seminário Internacional Marco Regulatório da Radiodifusão, Comunicação Social e Telecomunicação, agendado para os primeiros dias de novembro no Brasil, encontro que vai oferecer subsídios para a elaboração do projeto de "controle social" da mídia que, informaram fontes do Palácio do Planalto, o governo pretende enviar ao Congresso, atenção, muita atenção, "ainda este ano".

O contexto: início do segundo turno das eleições presidenciais, no qual a campanha da candidata do governo não pode facilitar e dar margem novamente aos vacilos que frustraram a liquidação da fatura eleitoral já no primeiro turno, proeza da qual vinha prematuramente se jactando o maior cabo eleitoral da candidata oficial, o próprio presidente da República.

O subtexto: a mídia eletrônica - emissoras de televisão e rádio - é concessão estatal. Quem tem o poder de dar tem também o de pegar de volta. É bom, portanto, parar com esse negócio de "inventar coisas o dia inteiro", ameaça recente do presidente Lula contra o que entende ser mau uso da liberdade de imprensa por parte de jornais, revistas, rádios e televisões. Esses que não se cansam de inventar notícias como as "taxas de sucesso" na Casa Civil ou as contradições de Dilma Rousseff sobre a questão do aborto.

O destampatório de Lula, como é de seu estilo, é bem menos sutil do que o recado do ministro Martins, mas ambas as manifestações fazem parte do mesmo roteiro que vem sendo há anos seguido pelo lulo-petismo na tentativa de viabilizar uma precondição indispensável a seu projeto de perpetuação no poder: o controle da imprensa.

Essa encenação que Franklin Martins montou como parte de seu papel na estratégia eleitoral petista é tosca. Para começar, é ridículo tentar fazer alguém acreditar que o principal objetivo da viagem à Europa é convidar personalidades para participar de um seminário que se realizará no Brasil daqui a um mês. A programação de eventos internacionais, pelo menos os relevantes, exige agendamento com antecedência de no mínimo seis meses. Chama a atenção também o cronograma imaginado pelo ministro Martins: até o dia 10 de novembro as personalidades convidadas para o seminário ofereceriam sua contribuição. A partir daí, os 50 dias restantes para o fim do ano - e do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva -, e provavelmente menos tempo ainda até o início do recesso parlamentar, seriam dedicados ao trabalho de concluir o projeto a ser apresentado ao Congresso, incorporando as novas sugestões dos convidados do ministro às 633 que foram aprovadas pela Conferência Nacional de Comunicação realizada em dezembro do ano passado em Brasília.

Resumo da ópera: tudo isso é jogo de cena. É claro que Lula, que detesta ser contrariado, anda cada vez mais irritado com o comportamento da imprensa, que de fato não para - porque os fatos simplesmente se sucedem - de divulgar malfeitos do governo. E seus recentes arreganhos demonstram claramente isso. Mas ele é esperto o suficiente para perceber que o projeto de poder do Partido dos Trabalhadores ainda não avançou o suficiente para permitir iniciativas de ostensivo "controle social da mídia", que seriam vigorosamente repudiadas, como têm sido, pela consciência cívica do País. De modo que é absolutamente improvável que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se disponha a mexer nesse vespeiro agora.

Já não se pode dizer o mesmo, por outro lado, do combativo ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência. Franklin Martins tem uma história de lutas que fala por si. Aliás, essa é uma de suas grandes afinidades com Dilma Rousseff. Diferentemente de Lula, o pragmático esperto, para quem o que interessa é apenas o que convém a sua desmedida ambição de poder, Franklin Martins é "ideológico". Suas ameaças, portanto, devem ser levadas em consideração, para o futuro.



Enquanto os condutores da campanha de Dilma Rousseff se perguntam onde foi que erraram, deixando escapar a vitória dada como certa no primeiro turno, e como conter o estreitamento da vantagem da candidata sobre o opositor José Serra nas pesquisas, eis que o presidente Lula reincide no comportamento belicoso que contribuiu para privar a sua afilhada dos votos que poderiam ter encerrado a contenda em 3 de outubro.

Foi um típico efeito bumerangue. Ao investir ferozmente contra a imprensa em três comícios sucessivos no breve período de 5 dias, Lula decerto buscava desqualificar as revelações dos escândalos na Casa Civil chefiada pela mais próxima colaboradora de Dilma, Erenice Guerra. Diferentemente das notícias sobre as violações do sigilo fiscal de aliados e familiares de Serra, com as quais muitos não conseguiram atinar, essas outras repercutiram junto ao eleitorado.

Mas, em vez de cair no conto lulista de que as denúncias não passavam de calúnias, uma parcela dos eleitores que nas urnas se revelaria significativa entendeu que a virulência do presidente representava uma confissão de culpa, além de indicar uma ameaça potencial à liberdade de informar em um eventual governo Dilma. Na reta final, informado da mudança dos ventos, ele bem que tentou neutralizar a traulitada com uma autocrítica.

"A gente precisa de humildade para não ficar com muita raiva quando escrevem contra", penitenciou-se num comício em Porto Alegre, "e nem com muito ego quando é a favor." Foi muito pouco e muito tarde. Agora, diante de uma nova situação adversa - ou "problemática", como se ouve na ponte entre o Palácio do Planalto e o QG dilmista -, Lula torna a reagir pavlovianamente, atacando a oposição com renovado rancor.

Nessas horas, as suas palavras parecem atender antes a um arraigado sentimento, ou compulsão, do que ao objetivo de promover a sua candidata. Na noite de quinta-feira, num comício na cidade paraense de Ananindeua, em surto de livre-pensar, disse que as acusações a Dilma vêm "de uma parte da elite que fazia as mesmas acusações ao Ulysses (Guimarães), ao Tancredo Neves, às Diretas Já, a mim em 89, a mim em 94, a mim em 98 e 2006". E, virando-se para ela, disparou: "Estão transferindo para você o ódio que acumularam contra mim."

Ao que se saiba, nenhum dos políticos citados foi alguma vez acusado de ser "a favor do aborto" que é o que se passou a dizer de Dilma nos púlpitos, em panfletos e na internet. E ao que se saiba, os acusadores não são "uma parte da elite" - pelo menos não no sentido que Lula dá ao termo. Mas isso é detalhe quando ele dá vazão a si mesmo, quaisquer que sejam as consequências dessas irrupções para a sorte da candidata no tira-teima do próximo dia 31. Por sinal, num evento oficial em Teresina, a lava do ressentimento correu solta.

Também em fase de citar o nome de Deus a três por quatro, afirmou que Ele "fez a vingança que eu queria" contra os senadores piauienses Heráclito Fortes, do DEM, e Mão Santa, do PSC, que votaram contra a prorrogação da CPMF e não se reelegeram. De volta ao passado, atribuiu as suas três derrotas em eleições presidenciais às "mentiras" dos que o temiam. "Diziam que era comunista, porque tinha a barba comprida. Mas Jesus também tinha. Tiradentes também tinha", declarou, como quem se alça a uma esfera superior.

O resto foi repetição: o elogio da falta de estudo ("a arte de governar não se aprende em universidade, senão pegavam um na Academia Brasileira de Letras para ser presidente"), a divisão dos brasileiros entre ricos e pobres ("rico não precisa de governo, quem precisa de governo é pobre") e a alusão oblíqua a Dilma ("a arte de governar é como a arte de ser mãe, cuidar da família, garantir direitos e oportunidades a todos").

Descontados os "acertos de contas" sem os quais aparentemente Lula não consegue passar, é isso o que entende por politizar a campanha - a seu ver, a única estratégia capaz de revitalizar a candidatura que vem fazendo água. Os companheiros querem a sua presença no horário eleitoral como no primeiro turno. Compreende-se: para o bem ou para o mal, Lula é tudo que Dilma tem. Pior sem ele, pois.

O projeto do trem-bala brasileiro "é um caso clássico de má qualidade da gestão de investimentos públicos". É assim que o doutor em Economia pela Universidade de São Paulo e consultor legislativo do Senado, Marcos Mendes, qualifica o mirabolante programa do governo Lula de construção do sistema de trem de alta velocidade (TAV) ligando São Paulo e Rio de Janeiro, com extensão até a região de Campinas. Mendes faz severas críticas ao projeto, todas de natureza técnica, que colocam em séria dúvida a possibilidade de sua execução e operação nas condições definidas pelo governo.

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) tem rebatido todas as críticas ao projeto do trem-bala e seu presidente, Bernardo Figueiredo, disse ao jornal Valor que todas as etapas programadas serão cumpridas, até a assinatura do contrato. De acordo com edital já publicado, as empresas interessadas em construir e operar o sistema deverão apresentar suas propostas até o dia 29 de novembro; o leilão está marcado para o dia 16 de dezembro.

O irrealismo e a inviabilidade do projeto da maneira como o governo o concebeu ficam nítidos no estudo de Marcos Mendes, publicado pelo Centro de Estudos da Consultoria do Senado.

O consultor questiona, em primeiro lugar, a decisão do governo de construir o TAV sem levar em consideração alternativas mais baratas, mais eficazes e menos arriscadas, técnica e financeiramente, para resolver os problemas identificados. Na verdade, como mostra Mendes em seu estudo, nem mesmo os principais problemas que o TAV deveria resolver foram apontados pelo governo.

Se o problema que incomodava o governo - além de sua necessidade de fazer propaganda política - eram os congestionamentos e os riscos de acidentes rodoviários e aéreos entre São Paulo e Rio de Janeiro, haveria outras soluções. Entre elas, o estudo relaciona o trem de velocidade intermediária, a recuperação e ampliação da ligação rodoviária e mudanças na estrutura aeroportuária e no sistema de distribuição de voos entre aeroportos.

Sem analisar essas alternativas, o governo escolheu o TAV, mas seu projeto, como aponta Mendes, tem falhas críticas que o tornam uma escolha de riscos muito altos, sobretudo para o Tesouro Nacional. Em outras experiências internacionais, a participação do setor público foi inevitável. No caso do TAV brasileiro, porém, observa o consultor do Senado, essa participação será excessiva em termos financeiros. Por ser um projeto tão grande que não poderá falhar ou ser interrompido depois de iniciado, imporá ao setor público a obrigatoriedade de assumir custos e operações no caso de fracasso da operação privada.

São frágeis os parâmetros nos quais se basearam os cálculos financeiros do projeto. O custo por quilômetro construído adotado no TAV brasileiro, de US\$ 33,4 milhões, é inferior ao padrão internacional aferido por Mendes, que varia de US\$ 35 milhões a US\$ 70 milhões.

E a construção do trem-bala brasileiro envolverá dificuldades maiores do que as dos sistemas de outros países, como o desnível entre Rio e São Paulo (cerca de 760 metros), a necessidade de construção de 39% da linha em túneis e viadutos, o cruzamento de terrenos de alto custo de desapropriação (pois a linha passará por áreas de alta densidade populacional) e o impacto ambiental (áreas da Mata Atlântica serão cortadas pela ferrovia) que exigirá compensações.

Mesmo que tudo isso seja superado, resta a dúvida sobre a viabilidade econômico-financeira do TAV. A demanda prevista para o trecho São Paulo-Rio é de 6,4 milhões de passageiros por ano. Em alguns trechos, a demanda estimada é maior (entre Campinas e São Paulo, é de 12,4 milhões de passageiros por ano), mas ainda assim inferior à considerada internacionalmente indispensável para cobrir os custos operacionais, como constatou o consultor do Senado. A conta não inclui a amortização dos investimentos.

Ainda assim, haverá grupos privados interessados no TAV? E se o candidato da oposição, José Serra, notório crítico do trem-bala brasileiro, for vitorioso em 31 de outubro, como ficará o projeto?

O enfraquecimento da economia venezuelana, em boa parte devido à política de estatização que o governo socialista de Hugo Chávez intensificou nos últimos anos, é um exemplo do que poderia acontecer com a economia brasileira se fossem transformadas em política de governo as teses antiprivatistas defendidas por militantes do PT e que vêm marcando a propaganda eleitoral da candidata Dilma Rousseff.

É contínua, e em alguns casos avassaladora, a perda de eficiência das empresas cujo controle foi transferido para o governo bolivariano de Chávez, que só em raras situações ressarciu adequadamente os antigos controladores. O mau desempenho da grande maioria das empresas estatizadas contribui para manter a atividade econômica do país no atoleiro e os preços em alta - a Venezuela tem o pior desempenho econômico da região desde o início da crise mundial.

A produção da siderúrgica Sidor, antes controlada pelo grupo argentino Techint, caiu 28% desde sua estatização em 2008, de acordo com reportagem do jornal Valor. A fabricante de alumínio Venalum, que gerou lucro de US\$ 60 milhões no último ano sob controle privado (2005), agora estatal só gera prejuízos. A Bauxilum, que quando privada chegou a produzir 5,6 milhões de toneladas de bauxita por ano, em 2010, como estatal, só produzirá 3 milhões. No campo, dos 350 mil hectares desapropriados pelo governo em 2009, só 9,4 mil hectares estão sendo cultivados - ou seja, 97,3% continuam improdutivos, de acordo com um instituto de pesquisa privado.

Num curto, mas denso balanço da situação de seu país em 2009, o presidente da Federação das Câmaras e Associações de Comércio e Produção da Venezuela, Noel Álvarez, afirmou: "O ano termina com um colapso nos serviços públicos de água, luz, transporte e infraestrutura viária, uma queda na produção, um aumento no desemprego, intervenções em propriedades rurais e expropriação de empresa e aumento da insegurança pessoal e jurídica."

Era, na época, o retrato de um país cujas bases econômicas vinham sendo solapadas por uma política populista destinada a garantir a perpetuidade do caudilho no poder. Em 2010, essa política foi intensificada e, com a apertada vitória da situação na eleição de setembro - Chávez perdeu a maioria de dois terços necessária para a aprovação de mudanças legislativas importantes -, foi estendida com mais vigor para outras áreas, especialmente a de alimentos, politicamente muito sensível. Inversamente proporcionais ao avanço do Estado venezuelano sobre a economia, os resultados globais são cada vez piores.

Em 2010, só até agosto, as desapropriações do governo chavista atingiram 174 empresas privadas, a maior parte das quais pertence ao setor de fornecimento da indústria de petróleo e gás. Mas - como dissemos - a onda atual inclui também empresas da área de produção e distribuição de alimentos.

A explicação do governo para a ampliação da intervenção também nessa área foi a necessidade de evitar o desabastecimento, em razão da retenção indevida de estoques. Pode ser mera coincidência, mas o fato é que, em meados do ano, milhares de toneladas de alimentos importados pelo governo apodreceram nos contêineres parados nos portos controlados pelo Estado bolivariano, o que afetou a popularidade do caudilho e de seu partido.

Para os empresários atingidos pelas desapropriações, receber a indenização devida é uma espécie de loteria. Em alguns casos, o pagamento equivaleu aos valores de mercado. Mas, de 44 empresas associadas à Câmara Americana de Comércio, que foram desapropriadas, apenas 9 admitiram que receberam o pagamento adequado.

Essa política estatizante, além de reduzir investimentos públicos em áreas como saúde, educação e segurança pública - pois, quando paga, o governo desvia recursos para áreas em que o setor privado é mais eficiente -, gera insegurança jurídica. Temerosa, também a iniciativa privada deixa de investir, o que retarda a recuperação da economia. É sobre isso que conviria aos eleitores brasileiros refletir.

O presidente da Vale, Roger Agnelli, atribuiu a grupos do PT a nova onda de rumores sobre sua substituição, no caso de vitória da candidata governista Dilma Rousseff. É tudo parte do "jogo político, jogo de eleição", segundo o empresário. Há muita gente, disse, empenhada em ganhar uma cadeira na diretoria da empresa. "E é geralmente gente do PT", acrescentou. Como em outras ocasiões, Agnelli, mesmo apontando interesses de setores petistas e defendendo as privatizações, esforçou-se para evitar o confronto com o presidente Lula e com sua candidata à sucessão presidencial. Mas o caso não se limita à ambição de alguns correligionários do presidente da República nem a rumores passageiros.

As pressões sobre a administração da Vale, a maior empresa privada do Brasil, vêm de longe e seu principal articulador tem sido sempre o presidente da República. Agnelli mencionou a existência de petistas inconformados com as privatizações, mas descreveu como "boa" sua relação com o partido. Sua atitude é compreensível. Mas os fatos são conhecidos. O conflito ganhou notoriedade quando a empresa, no pior momento da crise econômica, em 2008, anunciou a demissão de 1.300 empregados. Na mesma época, a Embraer, outra grande empresa privatizada, decidiu reduzir o quadro de funcionários. Do Palácio do Planalto partiram censuras e pressões sobre as duas companhias. Foram claras tentativas de interferência na gestão de duas empresas com maioria de capital privado e ações negociadas em bolsa. Sem dar a necessária atenção a esses fatos, o presidente da República tentou orientar os diretores das duas companhias e cobrar-lhes explicações por seus atos. Não se trata, portanto, apenas de grupos do PT. Também o presidente Lula ainda mostra dificuldade em aceitar a desestatização de grandes - e hoje muito mais eficientes - empresas brasileiras.

Além de criticar as demissões, ele pressionou a presidência da Vale para aumentar os investimentos no Brasil e, particularmente, para ampliar a atuação do grupo na siderurgia. Também quanto a esse ponto o executivo Roger Agnelli tenta "pôr água na fervura", dizendo compreender o empenho do presidente da República em promover a expansão da indústria do aço. Mas nenhuma quantidade de "água fria" mudará os fatos. Um presidente da República pode manifestar desejos e até convidar dirigentes de empresas para a discussão de planos, mas não tem o direito de tentar interferir em suas decisões estratégicas e de pressioná-los para que aceitem seu comando.

Como não conseguiu intervir tanto quanto pretendia, o presidente Lula manobrou para substituir o presidente da Vale. Também essa manobra foi amplamente noticiada. Mas o governo não tem ações suficientes para derrubar o presidente da empresa. Somando as participações da BNDESPar e dos fundos de pensão de estatais, o governo conseguiria 61,51% dos votos, mas seriam necessários 67% para a destituição de Roger Agnelli. Um grande empresário tentou comprar uma fatia importante das ações, para facilitar a substituição do presidente da Vale. Não conseguiu, mas mostrou até onde vai sua disposição de agradar a um chefe de governo.

O presidente Lula não conseguiu assumir o comando da Vale nem o da Embraer. Seus companheiros não deixaram, no entanto, de fazer campanha pela reestatização das duas empresas. Mas o presidente da República pelo menos conseguiu assumir a chefia de fato da Petrobrás, determinando seus planos de investimento e contestando publicamente os dirigentes da empresa. Eles só decidiram investir em refinarias no Nordeste, disse Lula, porque ele mandou. Não o teriam feito, se fossem guiados pelos critérios empresariais. Nenhum desses dirigentes mostrou desconforto por ter sido criticado. O presidente Lula e seus companheiros decerto gostariam de ter executivos com a mesma disposição em outras grandes companhias, a começar pelas privatizadas. Será uma de suas prioridades, se o PT continuar instalado no Palácio do Planalto.



Na reta final do segundo turno da eleição presidencial a baixaria se generaliza. É impossível determinar até que ponto o lamentável rebaixamento do nível do que deveria ser um debate político esclarecedor deve-se à ação direta dos comandos das campanhas.

Certamente, boa parte dessa guerra suja pode ser debitada à iniciativa irresponsável de militantes extremamente agressivos, de ambos os lados, que, principalmente pela internet, lançam mão das mais torpes mentiras para atacar os adversários. Mas há também o horário gratuito na mídia eletrônica, que nos últimos dias vem sendo usado cada vez mais para veicular ataques e acusações. E assim, tudo considerado, não há como eximir de culpa os responsáveis pela condução das campanhas. É tudo muito lamentável e a constatação a que se acaba chegando, com benevolência, é a de que este é, infelizmente, o tributo que se paga à imaturidade política e à fragilidade dos valores democráticos da sociedade brasileira - problemas que muitos julgavam já superados. Somos, portanto, todos responsáveis.

A responsabilidade, porém, deve ser atribuída com peso proporcional à importância de cada um dos atores da cena política. E é aí que assoma o triste papel que vem desempenhando - na verdade, desde sempre - o presidente da República. Lula, que é, reconhecidamente, quem dá o tom da campanha da candidata do PT, não hesita em partir para a agressão sempre que se vê contrariado. E não mede palavras quando parte para o ataque. Nada mais natural, portanto, que seu exemplo de agressividade seja seguido pelos militantes petistas. Até com agressão física, como a que ocorreu em Campo Grande, no Rio de Janeiro, contra o candidato tucano José Serra.

Depois do susto do primeiro turno, o homem que se considera o inventor do Brasil resolveu partir para o tudo ou nada contra aqueles que elegeu como seus principais inimigos: a oposição e a imprensa. Na verdade, ele gosta de achar que uma e outra são a mesma coisa, mas isso faz parte da tática de confundir para dominar.

Na entrega dos prêmios "As empresas mais admiradas do Brasil", ao qual compareceu a convite da revista semanal promotora do evento, Lula pontificou: "Enquanto a classe política não perder o medo da imprensa, a gente não vai ter liberdade de imprensa neste país. A covardia é muito grande." Pouco lisonjeiro para a "classe política", certamente. Mas qual será o significado real dessa exortação? Mais uma ameaça à imprensa que não lhe rende loas? De fato, Lula tem uma visão muito peculiar de qual deva ser o papel dos veículos de comunicação. Foto e exaltação a Dilma Rousseff na capa do jornal da CUT pode. Crítica ao PT na capa da revista Veja é "acinte à democracia e uma hipocrisia". A indignação do presidente parece resultar de que boa parte dos jornais, revistas, rádios e televisões se nega a atender ao pouco que ele pede: "A única coisa que quero que digam é a verdade. Sejam contra ou a favor, mas digam a verdade." Mas, quando cada um tem a sua própria verdade, Lula quer que fiquemos sempre com a dele.

Por exemplo, em comício realizado dias atrás em Goiânia, ao lado de sua escolhida para governar o Brasil, Lula ensinou: "Política a gente não pode fazer com ódio, com agressão. Ninguém aguenta mentira. Não tem nada pior do que um político mau caráter, alguém que não colocou um trilho na ferrovia dizer que ele fez a ferrovia", disse, referindo-se ao candidato ao governo de Goiás Marconi Perillo.

Claro que não se dá conta de que, partindo para a xingação pura e simples, está liberando os seus "balilas" do Rio de Janeiro para a agressão física. Em caso algum se pode admitir que um presidente da República insulte adversários políticos do alto de um palanque eleitoral. No caso de Lula, porém, a coisa é mais grave, considerando-se que se cercou das companhias de que se cercou para constituir maioria no Congresso, que autoridade moral tem para acusar alguém de mau-caratismo?

Como cidadão, Luiz Inácio Lula da Silva tem o direito de tomar partido no processo de sua sucessão - até inventando, como fez, a candidata. Como presidente, tem o dever de se comportar com a dignidade e a moderação que seu cargo exige. Não faz isso, por uma questão de caráter.

A passagem mais comentada do depoimento à Polícia Federal da ex-ministra da Casa Civil Erenice Guerra foi a sua admissão de que em fins do ano passado se reuniu com dois representantes da empresa EDRB, interessada em receber um financiamento do BNDES para um projeto de energia solar no Nordeste, da ordem de R\$ 9 bilhões. O destaque se explica porque ela mais de uma vez negou o encontro, com o evidente intuito de se distanciar das traficâncias de seu filho, Israel, e do sócio oculto dele numa firma de lobby, Vinícius Castro, então assessor da Pasta.

Mas a presença ou a ausência de Erenice e até mesmo as suas falsidades não são o cerne do escândalo. O passo a passo da história, sim. É prova da força das redes de família, amizade e compadrio político nas relações da administração lulista com agentes privados. É o chamado caminho das pedras, onde interesses em busca de ajuda têm precedência sobre o interesse público, quando convém atendê-los. Para tirar do papel o projeto de energia solar o agenciador de negócios Rubnei Quícoli bateu à porta de um diretor dos Correios, Marco Antonio Oliveira, que obviamente nada teria que ver com o assunto, não fosse ele tio de Vinícius, o parceiro de Israel Guerra.

Vinícius chamou um sócio da EDRB para uma reunião - aquela de que a então secretária executiva da Pasta negaria ter participado. "Eu nunca recebi (um representante da empresa). Ele foi recebido por meu assessor", mentiu Erenice numa entrevista. "Foi lá apenas para fazer a demonstração de um projeto de energia alternativa. É tudo o que sei sobre esse assunto." Agora ela diz que participou durante 20 ou 30 minutos do que teria sido uma reunião de mais de uma hora para tratar de "aspectos técnicos" do projeto. Seja lá o que tenha sido tratado na conversa, o fato é que, passados 10 meses, caiu a gota d'água para a demissão de Erenice.

Foi a denúncia, na Folha de S.Paulo, de que, depois da reunião, a EDRB foi procurada pela Capital, a firma da dupla Israel & Vinícius. Em troca de mexer os pauzinhos para o BNDES emprestar os R\$ 9 bilhões, os lobistas pediam R\$ 240 mil, a serem pagos em 6 parcelas, mais uma "taxa de sucesso" de 5% sobre o montante do financiamento - além de uma contribuição de R\$ 5 milhões para a campanha de Dilma Rousseff, a patronesse de Erenice no governo Lula. Nem a empresa de energia pagou qualquer coisa nem o BNDES acolheu o projeto. A tomar pelo valor de face as suas declarações à Polícia Federal, Erenice não sabia de uma porção de coisas: que o filho procurava empresas para vender facilidades, que Vinícius pretendia "assessorar" a EDRB e que Dilma soubesse do que se falou na tal reunião.

Mas ela se desdisse também em relação ao episódio da contratação da Capital pela empresa MTA para manter os seus contratos com os Correios. Quando a revista Veja informou que Erenice recebera em seu apartamento um representante da MTA, Fábio Barakat, a Casa Civil retrucou que ela só se avistava com empresários "em seu gabinete, com agenda prévia e pública". Agora, a ex-ministra reconhece ter conversado com Barakat

não só em casa, mas também numa padaria de Brasília...

Acredite quem quiser, portanto, que a sofrida Erenice - que se desmanchara em lágrimas quando Lula a chamou para ouvir a sua versão dos fatos - não tinha a mais remota ideia dos périplos da parentela e cupinchada amiga pelas alamedas do poder e que nunca, jamais, em tempo algum, trocou duas palavras com a sua madrinha política Dilma sobre qualquer dos negócios filiais que faziam escala no balcão da Casa Civil.

Quando os governantes procuram ser honestos e deixam claro às suas equipes o seu compromisso com a retidão, as inevitáveis maçãs podres calam sobre as roubalheiras próprias ou de figuras próximas porque o risco do castigo é muito alto. Não é o que se passa sob o lulismo. Na cultura de acobertamento e impunidade do atual governo, em que os perpetradores de ilícitos apenas pagam pelo que fizeram quando as evidências contra eles são esmagadoras - e olhe lá -, eles não se preocupam com apagar os próprios rastros. Por isso, vai-se tornando cada vez mais fácil pilhá-los em flagrante delito.

Seria inacreditável, não fosse notória, a falta de cerimônia com que os petistas criam verdades ao sabor de seus interesses de momento e imaginam que tudo possa ser aceito acriticamente pela opinião pública. Das duas, uma: ou subestimam o discernimento das pessoas ou estão se lixando para ele. Na verdade, valem as duas hipóteses: na primeira, confiam no nível de instrução da massa de seus eleitores, conforme demonstram os mapas eleitorais; na segunda, estão se lixando mesmo. A divulgação, numa reunião improvisada a cinco dias das eleições presidenciais, de Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff foi o de sempre: puro jogo de cena. A propósito, o candidato José Serra nem se deu ao trabalho de elaborar um programa para fins de campanha. Limitou-se a reunir seus próprios discursos a respeito de temas variados e apresentá-los ao TSE no cumprimento de uma exigência legal. Lamentável.

Mas voltemos aos "compromissos programáticos" da candidata de Lula.

Para começar, o documento, na verdade uma simples carta de intenções que dribla cuidadosamente qualquer tema polêmico, é um amontoado de obviedades (13 itens, que tanto poderiam ser 10 ou 20, se a intenção não fosse associar a coisa ao número eleitoral do PT), aos quais ninguém sensato pode se opor. Belos propósitos como "crescer mais, com expansão do emprego e da renda", "erradicar a pobreza absoluta" ou "governar para todos os brasileiros". Tantas generalidades que o presidente nacional do partido se viu constrangido a explicar que "ações mais concretas" constarão de "cadernos setoriais" que - detalhe - não serão divulgados antes de 31 de outubro. Ou seja, são perfeitamente inúteis para lançar alguma luz sobre o debate eleitoral. Mas certamente de grande utilidade na geração de imagens para os últimos dias do horário gratuito na televisão.

Mas se nada esclarece quanto a questões polêmicas - embora não necessariamente as mais relevantes - que andaram aquecendo o bate-boca das últimas semanas da campanha eleitoral, tanto o "documento" divulgado como as atitudes e declarações da candidata e de dirigentes petistas por ocasião do evento confirmam a competência da companheirada de Lula na arte da engabelação que aprenderam com o chefe. Não têm o menor pudor de dar o dito por não dito ou de contrariar evidências. E perseveram na megalomania, escancarada logo na abertura do texto: "Há quase oito anos, o Governo Lula deu início a profundas transformações econômicas, sociais e políticas em nosso país. (...) O governo do Presidente Lula conseguiu, pela primeira vez em nossa história, articular crescimento da economia com forte distribuição de renda, inclusão e ascensão social." Ou seja, os petistas não admitem compartilhar com toda a Nação - muito menos com governos anteriores - o crédito pelos inegáveis avanços econômicos e sociais obtidos nos últimos anos, porque isso está acontecendo, graças a eles, "pela primeira vez em nossa história". Antes de Lula foram cinco séculos perdidos. Já quanto às transformações políticas, não há referências mais específicas, o que certamente não faz justiça ao importante papel desempenhado na base de sustentação de Lula por José Sarney, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Paulo Maluf, Fernando Collor e outros que tais.

A própria candidata sustentou, na ocasião, que é sua intenção, se eleita, zelar pela "qualidade dos serviços públicos prestados por um Estado cada vez mais meritocrático e profissional". Deve ter deixado a companheirada de cabelo em pé.

Mas a nota mais pitoresca do evento foi a participação de Marco Aurélio Garcia - cuja admiração incontida por Hugo Chávez, Evo Morales, Mahmoud Ahmadinejad e companhia diz o suficiente - ao desafiar os repórteres: "Fizemos uma opção muito clara por um documento sintético. Se você faz um documento muito longo os únicos que vão ler são vocês (sic), jornalistas, para tentar descobrir um probleminha aqui, outro ali. Se vocês quiserem outra coisa, criem um partido e façam diferente." Gente fina.